

APÚLIA

PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO MORFOLÓGICA
NUMA FRENTE MARÍTIMA

DAVID ALEXANDRE LEITÃO CORREIA

SETEMBRO 2013

APÚLIA

PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO MORFOLÓGICA
NUMA FRENTE MARÍTIMA

Orientador: PROF. DOUTOR DAVID LEITE VIANA

DAVID ALEXANDRE LEITÃO CORREIA

SETEMBRO 2013

PREFÁCIO

Dissertação desenvolvida para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na Escola Superior Gallaecia. Enquadrada na unidade curricular de Projeto – Dissertação do Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo, foi apresentada pelo aluno David Alexandre Leitão Correia e orientada pelo Professor Doutor Arquitecto David Leite Viana entre Março de 2011 e Setembro de 2013.

Em “Apúlia, Processo de transformação morfológica numa frente marítima” reflete-se uma investigação baseada na articulação, cruzamento e sobreposição cronológica de diferentes aspetos, que, de alguma forma, contribuíram ou tiveram influência na transformação morfológica de uma vila contígua ao Oceano Atlântico.

AGRADECIMENTOS

Uma investigação desta natureza conta com a participação de inúmeras pessoas, de diversificadas contribuições. O acesso a determinadas fontes bibliográficas, estatísticas, informações, críticas e o apoio moral, contribuíram para a consecução da Dissertação.

Gostaria de apresentar agradecimentos personalizados:

Em primeiro lugar, agradeço ao orientador Doutor David Viana, pelas sugestões que foi fazendo ao longo da investigação e pela forma como a orientou, na partilha de informação e de experiências pessoais, conselhos e incentivos;

À Câmara Municipal de Esposende que prestou um importante apoio logístico, nomeadamente ao Departamento de Urbanismo e ao Arquivo Municipal que permitiu o acesso e a consulta de processos, bem como a cedência de todo o tipo de informação cartográfica;

À Biblioteca Municipal de Esposende, especialmente à Dr.^a Luísa Leite, o agradecimento pelas facilidades de acesso e consulta dos elementos bibliográficos;

Ao Mestre Arquiteto Paulo Guerreiro pela sua prestabilidade na revisão de alguns textos, aconselhamento e disponibilidade na partilha de conhecimento;

Aos elementos da Junta de Freguesia de Apúlia que se disponibilizaram em ajudar no fornecimento de elementos;

À Paula Dias e Nuno Sousa no contributo na revisão literária e gráfica final do documento;

Finalmente, aos meus amigos, e principalmente pais e irmãos que foram o pilar em todo o processo académico, a fonte de estímulo pela frequência universitária, sofrendo ao longo de todo o processo as minhas alterações de humor.

RESUMO

A vila de Apúlia localiza-se sobre a antiga plataforma marítima do Minho litoral e foi o estudo de caso eleito para a realização da presente Dissertação. A investigação centra-se na identificação das alterações morfológicas ocorridas na segunda metade do século XX. A problemática surge da constatação dos diferentes paradigmas morfológicos refletidos na vila, nomeadamente as reconfigurações resultantes de fatores de cariz social, económico e político onde emergiram diferentes realidades e conseqüentes modificações do tecido urbano.

A Dissertação tem como objeto de estudo as transformações morfológicas identificadas numa leitura diacrónica da forma urbana da vila. Os objetivos prendem-se com a determinação dos diferentes fatores e elementos que conduziram ao processo de transformação daquela frente marítima, para que, posteriormente, numa leitura espacial, seja possível identificar os elementos que incentivaram as modificações da forma urbana e conseqüentes resultados morfológicos da vila, na segunda metade do século XX.

A metodologia baseia-se na interpretação de dados desenhados e escritos, pelo cruzamento e sobreposição dos mesmos. Numa primeira fase aborda-se a contextualização política, económica, social e a caracterização física da freguesia. Seguidamente, realiza-se a análise morfológica do período determinado, numa leitura física e interpretativa da decomposição da forma urbana. Com base em análise documental, nos dados recolhidos em organismos públicos e a partir de entrevistas exploratórias, constam documentos oficiais e privados, cartografias, publicações literárias, fotografias assim como elementos de observação direta. A análise morfológica recai sobre a sobreposição de elementos gráficos e tem como finalidade a leitura diacrónica e interpretativa do espaço urbano de Apúlia.

A vila sofreu modificações ao longo da segunda metade do século XX que se refletiram na paisagem e na estrutura do tecido urbano. As alterações resultantes das variações socioeconómicas implicaram morfológicamente fenómenos importantes: a proliferação de novas tipologias e atividades, destacando-se as do setor do turismo com a crescente procura de praias. A leitura integrada, análise e demonstração das transformações morfológicas da vila de Apúlia, proporcionam a compreensão dos dinâmicos processos morfológicos e a identificação dos elementos que estruturaram a forma urbana do aglomerado na frente de mar.

ABSTRACT

The village of Apulia is located on the ancient maritime platform of the Minho seacoast and was the case study elected to the realization of this Dissertation. The investigation focuses on the research of morphological alterations that occurred during the second half of the 20th century. The problem arises from the realization of different morphological paradigms reflected in the village, including reconfigurations resulting from factors of social, economic and political nature where different realities emerge and consequential modifications of the urban fabric.

The main subject throughout this Dissertation is the morphological transformations identified in a diachronic reading of the urban form of the village. The objectives relate to the determination of the various factors and elements that led to the transformation process of the seafront, which subsequently, in a reading space, it is possible to identify the elements that encouraged modifications of the urban form and consistent morphological results from the village in the second half of the 20th century.

The methodology is based on interpretation of data drawn and written by crossing and overlapping them in the first phases. Dealing with the political, economic, social context and physical characterization of the parish. Then, there is the morphological analysis of the specified period, in a physical and interpretive reading of the decomposition of urban form. This is based on documentary analysis, provided by facts collected from public bodies and from exploratory interviews contained in official documents, cartography, literary publications, photographs as well as some elements of direct observation. The morphological analysis rests on the overlay of graphics and the aims diachronic and interpretive reading of the urban space of Apulia.

The village suffered modifications in the second half of the 20th century, which was reflected in the landscape and structure of the urban fabric. The changes resulted from the socioeconomic variations are the aftermath of a morphologically important phenomenon: the proliferation of new types of activities, especially those in the tourism sector with the growing demand for beaches. Integrated reading, analysis and demonstration of the morphological transformations of the village of Apulia, have provided an understanding of the dynamic morphological processes and identifying the elements that have structured the urban form of the cluster on the coastline.

RÉSUMÉ

Le village d'Apúlia est situé sur l'ancienne plate-forme maritime de la côte du Minho littoral et a été l'étude de cas choisi pour la réalisation de cette thèse. L'enquête est concentrée sur l'étude des changements morphologiques qui se sont produits dans la 2ème moitié du XXème siècle. La problématique se pose à cause des différents paradigmes morphologiques qui se sont produits dans la paroisse, y compris les reconfigurations résultantes de facteurs sociaux, économiques et politiques qui émergent des différentes réalités et conséquentes modifications du tissu urbain.

La Dissertation a pour objet d'étude les transformations morphologiques, identifiées dans une lecture diachronique de la forme urbaine du village. Les objectifs sont de déterminer les différents facteurs et éléments qui ont conduit au processus de transformation sur ce front de mer, de sorte à ce que, plus tard, dans une lecture de l'espace, il soit possible d'identifier les éléments qui incitent les changements de la forme urbaine et par conséquent résultats morphologique du village, dans la seconde moitié du XXème siècle.

La méthodologie se base sur l'interprétation d'un ensemble de dessins et d'écrits par croisement et chevauchement des mêmes. Dans une première étape, on se propose de faire une contextualisation politique, économique, sociale et une caractérisation physique de la paroisse. Ensuite, on procède à l'analyse morphologique dans la période spécifique, à travers d'une lecture physique et interprétative de la décomposition de la forme urbaine. Basées sur l'analyse documentaire, les données recueillies en organismes publiques, mais aussi en interviews exploratoires, contiennent des documents officiels et privés, des cartographies, des publications littéraires, des photographies, ainsi comme des éléments retenus de l'observation directe. L'analyse morphologique repose sur la superposition des éléments graphiques et vise une lecture diachronique et interprétative de l'espace urbain d'Apúlia.

Le village a souffert des modifications dans la 2ème moitié du XXème siècle qui se sont traduites dans le paysage et la structure du tissu urbain. Ces changements ont mené à des variations socio-économiques d'où ont résulté des phénomènes morphologiques importants: la prolifération de nouvelles typologies et d'activités, en particulier dans le secteur du tourisme, à cause de la recherche croissante des plages. La lecture intégrée, l'analyse et la démonstration des transformations morphologiques du village d'Apúlia, fournissent la compréhension des processus dynamiques et l'identification morphologique des éléments qui ont façonné la forme urbaine de la grappe sur le bord de mer.



ÍNDICE

PREFÁCIO	III
AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	IX
RÉSUMÉ	XI
ÍNDICE	XII
SIGLAS E ABREVIATURAS	XVII

CAPITULO I

INTRODUÇÃO	18
1.1 - Âmbito e justificação da problemática	18
1.2 - Objectivos	19
1.3 - Critérios de seleção da área de estudo	20
1.4 - Estruturação dos conteúdos	22
1.5 - Metodologias e fontes	23

CAPITULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	26
2.1 - Abogem introdutória	26
2.2 - A Morfologia urbana	37
2.3 - A forma urbana	39
2.4 - Instrumentos operativos de análise da forma urbana: métodos e processos	42
2.5 - O estado da arte em Portugal	52

CAPITULO III

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA VILA DA APÚLIA	63
3.1 - Localização e limites administrativos	63
3.2 - Meio físico e morfologia	66
3.3 - Enquadramento económico-social	79

CAPITULO IV

FENOMENOS DE ALTERAÇÃO	87
4.1 - Residência secundária	87
4.1.1 - O impacto da residência secundária	87
4.1.2 - A residência secundária na vila de Apúlia	93
4.1.3 - Arquitetura na vila de Apúlia	95
4.2 - Instrumentos de ordenamento do território, de planeamento e gestão urbanística influentes na morfologia vila da Apúlia	97
4.2.1 - Escala territorial: Ordenamento do território	99
4.2.2 - Escala territorial: Planeamento urbanístico	106
4.2.3 - Escala sectorial: Mecanismos de normativas operativas	111

CAPITULO V

TRANSFORMAÇÃO DA FORMA URBANA	115
5.1 - Configuração inicial do assentamento	115
5.2 - Transformações morfológicas na vila de Apúlia na segunda metade do século XX	129
5.2.1 - Década de 1950	129
a - Transformações urbanas	129
b - Crescimentos	130
c - Estrutura viária	132
d - Tipologia edificada	134
e - Equipamentos e serviços	139
5.2.2 - Período 1950-1980	140
a - Transformações urbanas	140
b - Crescimentos	142
c - Estrutura viária	148
d - Tipologia edificada	152
e - Equipamentos e serviços	156

5.2.3 - Período 1980 – 1990	159
a - Transformações urbanas	159
b - Crescimentos	163
c - Estrutura viária	166
d - Tipologia edificada	169
e - Equipamentos e serviços	173
5.2.4 - Período 1990-2003	173
a - Transformações urbanas	173
b - Crescimentos	177
c - Estrutura viária	180
d - Tipologia edificada	184
e - Equipamentos e serviços	187

CAPITULO VI

CONSIDERAÇÕES SÍNTESES	189
-------------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA	197
FONTES ELECTRÓNICAS	205
CARTOGRAFIAS	205
LEGISLAÇÃO I NORMATIVAS	205
ÍNDICE DE FIGURAS	208
CRÉDITOS	211

SIGLAS E ABREVIATURAS

A.S.C.R.A - Associação Social e Recreativa de Apúlia.

C.I.A.M. – Congr s Internationaux d’Architecture Moderne

C.C.D.R.N. – Comissão de Coordena o e Desenvolvimento Regional do Norte

C.I.T.T.A. – Centro Investiga o do Território, Transporte e Ambiente

F.A.U.P. – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

I.N.E. – Instituto Nacional de Estatística

I.P.S.S - Institui o Privada de Solidariedade Social

I.S.C.M. – Instituto Superior de Ciências do Trabalho de Empresa

L.N.E.C. – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

R.G.E.U. – Regulamento Geral de Edifica es Urbanas

U.E. – União Europeia

A.P.P.L.E –  rea de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende

P.P. – Plano Pormenor

P.D.M. – Plano Diretor Municipal

P.O.O.C. – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

P.U. – Plano de Urbaniza o

R.A.N. – Reserva Agrícola Nacional

R.E.N – Reserva Ecológica Nacional

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 Âmbito e justificação da problemática

As questões de organização urbana são inerentes ao ser humano e, conseqüentemente, ao ato de habitar. Procura-se interpretar qualidades de características da forma e da fisionomia do espaço para o desenvolvimento do sedentarismo. Este fenómeno está na génese da agregação populacional que levou à formação de vilas, cidades, bem como outras formas de comunidades.

A morfologia urbana confronta-se com estados de mutação continuada. Estes diferentes, e de certa forma efémeros estados, são oriundos, por um lado, de novos desafios urbanos e, por outro lado, de processos em curso, de onde emergem novas formas urbanas. A par da diferenciação social e do aparecimento de economias do conhecimento, como as tecnologias da informação e comunicação, ou seja de novas realidades, assomam, simultaneamente, umas recentes urbanidades e consequentes paradigmas de edificar e de dar forma ao espaço.

O fenómeno urbano intrinsecamente ligado à História, e refletido no espaço ocupado pelo Homem, é o produto de inter-relações pluridisciplinares. O estudo da

morfologia urbana permite a análise do desenvolvimento e das diferentes transformações do tecido urbano e do conjunto edificado ao longo do tempo. Pretende identificar elementos na forma, os factores que geram o conforto e desconforto aos utilizadores do espaço urbano.

O fato do mestrando residir e exercer a atividade profissional naquela região, fomenta uma familiarização com experiências pessoais vivenciadas dos diversos fenómenos urbanos, que promovem uma particular motivação a realização desta Dissertação.

Todavia, mais do que uma percepção empírica, pretende-se um desafio diferente, uma abordagem ancorada à investigação metodológica que procura contribuir para melhorias futuras da qualidade de vida urbana num espectro local mas também global.

Das preocupações relativas a evolução morfológica e aos processos de produção do espaço urbano, surge a motivação do exercício da investigação, e com a mesma, questões inerentes ao tema: Que agentes e fatores intervieram na reconfiguração da forma urbana da vila? Que constituintes morfológicos, e de que modo, contribuíram para a transformação da forma urbana no almerado? Como se caracteriza a forma urbana da vila de Apúlia, na segunda metade do século XX? São estas, as questões as quais se pretende responder através dos objetivos apresentados no capítulo seguinte.

1.2 Objetivos

A presente Dissertação centra o seu objeto de estudo na representação e interpretação das transformações morfológicas experimentadas pela vila da Apúlia na segunda metade do século XX. Mediante a leitura do tecido urbano, pretende-se abstrair as diferentes transformações da forma urbana, ancorado nos métodos explanados no capítulo da fundamentação teórica. A análise executa-se de forma diacrónica a fim de estabelecer uma sucessão temporal e evolutiva da forma urbana. O estudo incide na identificação dos agentes que determinaram a configuração do tecido urbano através de uma contextualização multidisciplinar. A interpretação dos dados recolhidos irá determinar os elementos que converteram a forma urbana da vila.

O primeiro objetivo prende-se com a **identificação dos principais condicionalismos e constrangimentos do processo de transformação da forma urbana que moldam a vila da Apúlia**. Nesta etapa preliminar, realiza-se um enquadramento multidisciplinar em

contexto histórico, económico e social da vila com o forma de abordagem da posterior análise espacial de Apúlia. Como se pode verificar, desses factores resultam da gestação e transformação do tecido urbano. Por esta razão, serão introduzidos informações de várias áreas do conhecimento no sentido de os convergir na morfologia da vila.

O segundo objetivo trata de **interpretar a conversão do espaço urbano e as diferentes reconfigurações diacrónicas na vila de Apúlia**. Mediante a análise da morfologia urbana da vila, propõe-se identificar e interpretar os diferentes e principais elementos que produziram transformações morfológicas. Nesta leitura espacial foi fundamental o redesenho da cartografia de diversos períodos, que originaram a produção de elementos gráficos interpretativos. A ação permitirá assimilar os diferentes fenómenos físicos, assim como os resultados para a vila de Apúlia.

1.3 Critérios de seleção da área de estudo

No processo de realização da Dissertação, determinaram-se critérios de seleção para uma definição rigorosa da área de estudo. A estratégia passa por ir ao encontro dos objetivos previamente delineados e garantir uma análise comparativa dos fenómenos urbanos ocorridos na segunda metade do século XX.

- Critério territorial – geográfico

A posição e o sítio são conceitos diretamente relacionados com a localização de qualquer povoação urbana. Enquanto a posição a uma escala regional determina uma relação face a outros núcleos de povoamento, o sítio é normalmente provido de características locais concretas que promoveram as implantações das construções. Assim, surge uma seleção dentro de diversas hipóteses, optando-se por aquela que se apresenta como mais favorável para assentamento. Geralmente, são fatores hidrográficos e topográficos que ditam a apropriação humana do espaço do território (Salgueiro, 1999).

O objeto de estudo localiza-se na faixa do Litoral Norte de Portugal, uma frente marítima do oceano atlântico. Está subentendida a procura de espaço no território por parte das populações residentes habituais e flutuantes que influenciam (principalmente pela procura de locais de lazer nos períodos de estio) e dinamizam a forma urbana.

- Critério populacional

A evolução da urbanização traduz-se pelo incremento dos quantitativos populacionais dos centros urbanos. Os assentamentos urbanos acima dos 5000 habitantes

têm vindo a aumentar de forma significativa desde o século XVIII (Salgueiro, 1999).

O fator populacional também está implícito na seleção de indicadores. A escolha de uma povoação com menos de 5 mil habitantes residentes habituais, permite delimitar o objeto de estudo numa determinada dimensão populacional. Geralmente, os estudos realizados neste âmbito, constam de aglomerações superiores à fasquia estabelecida definida por “*cidade*”¹ e não por “*vila*”. Todavia, na época veraneia, a freguesia de Apúlia atinge dimensões superiores.

- Critério temporal

As populações urbanas têm registado um significativo aumento da multiplicação do número de pontos de concentração demográfica e tendência de aumento da dimensão desses núcleos ao longo do tempo. Desde o início do século XIX, observa-se um expressivo e constante aumento da população em núcleos urbanos na relação da população mundial (Barata, 1999, p. 39).

²Determinou-se a segunda metade do século XX. Este é um intervalo temporal em que se observa um significativo aumento do parque habitacional de forma generalizada. Por outro lado, ficará um registo do final de um período centenário como síntese de um fenómeno que se demonstrou ser crescente até à passagem para o século XXI.

- Critério de operacionalidade do instrumento de planeamento

A Segunda Guerra Mundial originou profundas mudanças europeias no seio da reconstrução económico-social e na reorganização do território. A complexidade dos problemas desenvolve a disciplina do planeamento urbano para questões de programação de esquemas distributivos e de funcionamento, segundo decisões político-económicas e estratégias financeiras e sociais que, conseqüentemente, irão condicionar a forma urbana, a morfologia do aglomerado (Lamas, 2010).

¹ Segundo Barata a “*cidade são aglomerados definidos como tal por via legislativa e a elevação da categoria de muitas povoações, se deve a causas aleatórias, as cidades apresentam uma grande diversidade de características que tornam duvidoso o seu tratamento conjunto e não aconselham a sua consideração como elemento privilegiado de estudo (...) a tentativa da sua individualização coloca inúmeros problemas à investigação*” (Barata, 1999:26).

² Segundo Barata “*(...) a população a viver em lugares com 5000 e mais habitantes passou de 27.2 milhões em 1800 para 74.9 em 1850, 218.7 em 1900, 716.7 em 1950 e 1644 milhões em 1975, representando 41% da população mundial. Se em 1800 apenas 1.7% da população da Terra se concentrava em núcleos com 100 mil e mais habitantes, correspondendo a 15.6 milhões de pessoas, e em 1960 já um em cada cinco indivíduos vivia numa cidade grande, albergando o conjunto destas cerca de 590 milhões. Em 1985 havia 2548 unidades urbanas com 100 mil e mais habitantes, alojados 1.3 milhões de pessoas, isto é, 27% da população mundial*” (Barata, 1999:39).

A área de estudo é coincidente com a área urbana e urbanizável definida no Plano Diretor Municipal do Concelho de Esposende. É caracterizada por uma utilização e ocupação de solo de tipo predominantemente residencial ou misto (residencial, comércio e serviços). Traduz-se pela concentração de espaços edificados, pela sua infra-estruturação, seus equipamentos, atividades e funções.

1.4 Estruturação dos conteúdos

A estruturação da Dissertação teve, desde início, um certo número de requisitos, evidentes numa necessidade inicial de conhecimento de conceitos inerentes e expostos ao processo de estudo. Recorreu-se, para tal, à bibliografia geral relacionada com o tema, assim como bibliografia específica de autores de referências consubstanciando as noções e conceitos utilizados.

A Dissertação assenta a sua estrutura conceptual dividida em diferentes partes, que, conjugadas, permitem consolidar o conhecimento sobre o objeto de estudo. Assim, e com base nos objetivos apresentados e a metodologia aplicada, o presente trabalho estrutura-se em seis capítulos:

Na primeira parte da dissertação, apresentam-se o objeto de estudo e os objetivos, depois de ter identificado e justificado a problemática. Uma vez fixados os objetivos a atingir, estabelece-se a metodologia a aplicar.

A segunda parte consta da fundamentação teórica. Este capítulo enquadra um estado da arte relacionado com a problemática apresentada. Abordam-se conceitos e diferentes pensamentos relacionados com o urbanismo e a morfologia urbana. Apresentam-se metodologias diferentes, oriundas de diversos autores sobre as análises morfológica e tipológica. Este passo foi fundamental para definir as metodologias a aplicar na dissertação. O capítulo divide-se em várias secções, abordando-se as diferentes dimensões de análise no estudo da morfologia urbana, estruturada em diferentes escalas de abordagem.

O terceiro capítulo apresenta, de forma sintética, o objeto de estudo, nomeadamente as características gerais da vila de Apúlia. Enquadram-se informações sobre a vila procedentes de um âmbito multidisciplinar, tais como dados geográficos físicos e humanos. Esses elementos serão vitais ao longo da análise morfológica, sendo recuperados e confrontados de forma contínua com a leitura do tecido urbano da vila de Apúlia.

O quarto capítulo apresenta fenómenos de alteração. Dispõe-se o tema dos elementos que estão relacionados com as transformações urbanas no aglomerado de Apúlia. Foca-se sinteticamente o impacto da residência secundária e dos instrumentos operativos de regulação do ordenamento do território e planeamento e gestão urbanística que influem diretamente na morfologia da vila de Apúlia.

A transformação da forma urbana é referenciada no quinto capítulo. Numa primeira fase, enquadra-se a evolução histórica da vila baseada na bibliografia existente. Para proceder à análise das transformações morfológicas ocorridas na segunda metade do século XX, é essencial a caracterização da forma urbana da vila. Abordam-se os aspetos que mantiveram estreita relação com a génese e a evolução da forma urbana de Apúlia, através da interpretação de elementos históricos.

Numa segunda fase, apresentam-se as transformações morfológicas que sucederam na vila. Estrutura-se em determinados períodos de estudo correspondentes a diferenciados contextos. Realiza-se a análise morfológica do tecido urbano de modo a identificar os elementos que proporcionaram as transformações de Apúlia. Efetua-se uma interpretação crítica dos resultados obtidos, partindo da análise dos principais elementos morfológicos e tipológicos que integram o tecido urbano.

O sexto capítulo subdivide-se em duas partes. A sistematização apresenta a triangulação entre o estudo realizado e a fundamentação teórica. Por outro lado, identifica-se a convergência dos diferentes elementos recolhidos na leitura da morfologia do aglomerado urbano aferindo a contribuição para o estado da arte.

As conclusões, estabelecem os principais elementos estruturadores da análise morfológica, verificando-se a resposta aos objetivos inicialmente propostos.

Por fim, na última parte da Dissertação, remete-se toda a bibliografia consultada, tanto geral como específica, assim como todas as fontes relacionadas com as figuras apresentadas.

1.5 Metodologias e fontes

A complexidade dos fenómenos urbanos e a natureza do objeto de estudo leva a que se opte por um método de estudo de caso (Yin, 1984). Num exercício multidisciplinar, este método permite o tratamento de várias variáveis em simultâneo, permitindo o cruzamento de informação diversificada e uma análise aprofundada. Promove, uma capacidade de síntese de transformação da informação permitindo a extração de

tendências e a minimização de elementos marginalizadores susceptíveis de perturbar uma adequada leitura e síntese do conjunto. Baseia-se numa fundamentação teórica centrada em temáticas da morfologia urbana e nos métodos de análises aplicadas a estudos de caso. Determinada por um espaço temporal específico, a análise morfológica apresenta-se numa leitura diacrónica, registando fenómenos ou fatos do ponto de vista da sua evolução temporal. Assenta em metodologias propostas por autores de referência e em informações gráficas e escritas recolhidas junto de entidades competentes.

Conforme anteriormente referido, a realização de uma análise morfológica requer o confronto de diversas informações provenientes de diversas áreas de conhecimento. Na abordagem da cidade como fenómeno físico e construído (Ressano, 2010), as diferentes linhas de pensamento convergem para a utilização de dados recolhidos em disciplinas diferentes: arquitetura, economia, geografia, história, etc.

A recolha de informação (Quivy et al., 1992) é realizada do geral para o particular: abordam-se genericamente conceitos teóricos, metodologias e processos para, depois, realizar uma aproximação através de diversas escalas de leitura do objeto de estudo, numa perspectiva diacrónica. Esta ação permite o enriquecimento do conhecimento e a compreensão das diferentes análises morfológicas e processos urbanísticos. Posteriormente, reúnem-se elementos que promovam dados concretos sobre a vila, permitindo apreender os diferentes contextos que ocasionam a morfologia da Vila de Apúlia.

As diferentes técnicas de recolha documental, obedecem a critérios de fidelidade, validade e qualidade (Bruyne et al. 1991) em prol da eficácia e do enriquecimento da fundamentação e da credibilidade dos conceitos e metodologias utilizados por autores de referência.

A análise documental (Albarello et al., 1997) abrange uma diversidade de temáticas como forma de enquadramento do estudo morfológico. Entre as fontes de documentação incluem-se fontes primárias mas também secundárias. Foram consultadas fontes oficiais e particulares em livros, extratos de textos científicos, imprensa, dados estatísticos, arquivos locais dos processos camarários. Recorreram-se a fontes tais como cartografias, mapas e fotografias (Bodgan & Bilklen, 1994) de diversos períodos. É complementado com uma observação direta (Estrela, 1990), levantamentos fotográficos, entrevistas exploratórias (Ghiglione & Matalon, 1997) e análises estatísticas.

A informação obtida foi alvo de uma análise de dados, demonstrada através do cruzamento, sobreposicionamento e interpretação em diferentes escalas de abordagem e

diversas técnicas analíticas, gráficas e documentais. Este método permite a obtenção de resultados relativos às transformações morfológicas da vila de Apúlia.

Este processo de análise é baseado numa constante análise diacrónica. Os dados recolhidos sempre ancorados a textos, desenhos interpretativos e fotografias são analisados pela combinação de diferentes dimensões de visualização e leitura: a escala territorial (cidade), urbana (bairro) e setorial (rua). Como técnica de análise, os elementos documentais e gráficos sujeitam-se a sobreposições a partir de diferentes mapas, cartografias e imagens aerofotogramétricas. Foram objeto de cruzamentos, articulando-se os elementos gráficos como forma de auxílio à leitura e compreensão da informação recolhida. Elaboraram-se componentes gráficas de interpretação baseadas nas cartografias reais e traduzidas numa informação conceptual, mais clara e legível.

Por fim, estabelecem-se os principais resultados obtidos no estudo morfológico. Confronta-se com uma leitura morfológica a confluência dos diferentes dados compilados e tratados. Identificados os elementos que determinam as transformações morfológicas, apresenta-se uma interpretação crítica dos resultados obtidos.

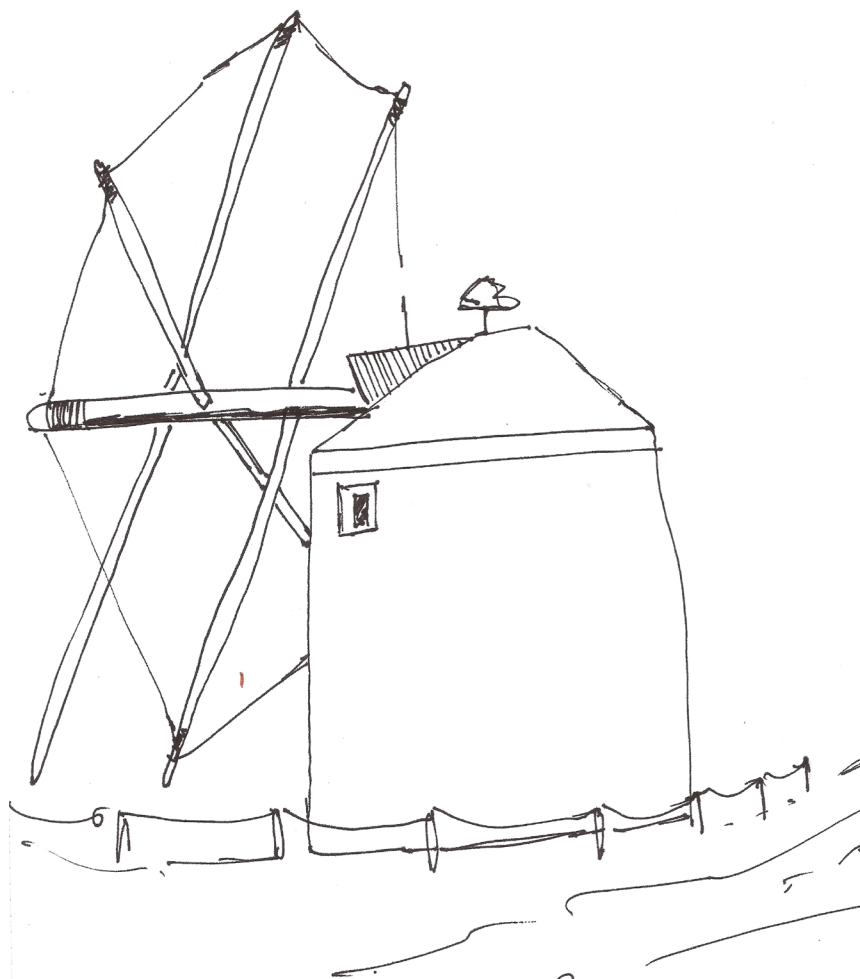


Fig. 1 - Esquicho de moinho a vento na duna de Apúlia. Desenho do autor, 2011.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Abordagem introdutória

“as cidades europeias se caracterizam pelos seus espaços sedimentados ao longo dos séculos e nos quais se concentram algumas das principais funções e utilizações urbanas” que “apesar de serem hoje bem maior (...) são caracteriza das pelas realizações do seu passado” (Lamas, 2010, p. 133).

O fenómeno urbano converte-se num tema de interesse crescente a partir da última década. É comumente aceite que as alterações na forma dos aglomerados urbanos resultam de atos humanos simples ou complexos, individuais ou coletivos, que influenciados por elementos naturais, culturais e estruturas políticas determinam formas de ocupação e evolução do espaço urbano algo diferenciadas. Estes aglomerados são locais onde se desenvolvem uma diversidade de interesses entre uma pluralidade de intervenientes, pelo que se tornam complexas e em permanente transformação, sendo por este facto objeto de estudos, análises e interpretações diversificadas e leituras interdisciplinares. Assim, o estudo de qualquer tipo de aglomeração utiliza elementos disponibilizados por diversas

disciplinas que, através de uma visão parcial e/ou complementar, procuram contribuir para o processo de conhecimento e ordenação do espaço urbano.

Pode-se referir que o conceito de urbanismo como disciplina aparece como resultado de preocupações higiénicas e de salubridade que têm a sua génese na Revolução Industrial. Definido por Rossi como ciência urbana, refere-se a tratar na reconsideração dos aspetos dos fatos urbanos, perante uma disciplina própria, procurando estabelecer relações e definir a estrutura de uma cidade. O autor recorre à analogia com a linguística sendo que singularidades de que o espaço urbano é detentor surgem como as “palavras de um texto” que os urbanistas procuram interpretar por forma a compreender a coerência da sua forma e a sua disposição no território, tornando deste modo a cidade inteligível (Rossi, 2001).

Os aglomerados urbanos vão surgindo como forma de organização estrutural em prol da melhoria de qualidade de vida e convivência mútua, de onde surgem os elementos que visam estruturar e regular o espaço urbano compondo a cidade. É essencial, no estudo de uma cidade, compreender os fatos sociais, económicos e políticos (entre muitos outros, visto estes estudos serem de cariz multidisciplinares), na medida em que estes são elementos que influenciem todo o processo urbano.

No entanto, importante será referir que na análise de um aglomerado urbano, é necessário ter sempre em consideração o fator temporal e a forma da cidade. É visível a verificação de uma relação próxima na transformação da cidade ao longo de diferentes épocas, resultante das diferentes camadas temporais e contextuais que permitem a sua “desmontagem em camadas” tornando-as susceptíveis de estudo. A forma da cidade pode indicar elementos esclarecedores dos fenómenos urbanos que vão acontecendo ao longo do tempo. Através da apreensão de fatos históricos relacionados com a sociedade, a economia e a política dos diferentes hiatos temporais, que foram moldando a forma da cidade, é possível relacionar o tempo e a forma.

Urbanismo e planeamento da cidade

A cidade é tida como principal objeto de estudo do Urbanismo (o que cria entre ambos um certo dualismo), sendo que esta trata de muito mais do que de uma aglomeração de pessoas e construções num determinado espaço do território. É um tema onde converge o fluxo do capital económico, social, financeiro, advindo de várias localidades que estabelecem com ela relações sociais, políticas e económicas. Por tudo isso ela é complexa; é nela que acontecem relações sociais de troca, de movimento, de poder que a tornam dinâmica. Assim, todo o espaço urbano deve ser entendido como dinâmico e que se transforma no decorrer do tempo em virtude de todos estes fenómenos bem como de outros fatores. São esses mesmos elementos que determinam a forma e as transformações da cidade sendo tema e objeto do urbanismo. De forma muito genérica, podemos dizer que o urbanismo é a “*disciplina que tem por objecto a adaptação das cidades às necessidades dos Homens*” (Dicionário de Língua Portuguesa- 6ª Edição-Porto Editora, Porto 1984).

O Urbanismo é considerado como ciência nascida no final do século XIX, com o fim de estudar, organizar e intervir no espaço urbano, de forma prática, as transformações necessárias por forma a sustentar as realidades enfermas das condições de habitação e salubridade dos habitantes residentes nas grandes cidades europeias na época da Revolução Industrial. Como área de conhecimento autónomo pode ser considerada recente porque somente atinge uma maior maturidade no final do século XX. Surge como forma de combate e em busca de soluções para os problemas da cidade, sendo o espaço urbano dinâmico, de transformações permanentes, que nos aparece por vezes estática durante um curto período de tempo.

Relativamente ao surgimento do termo “Urbanismo”, existem várias versões. Choay refere que, segundo Bardet, este termo surge por volta de 1910, em França, no Bulletin de la Société Geographique de Neufchatel como “*ciência e teoria da localização humana*” (Choay, 2006), que se diferenciava das artes urbanas anteriores pelo seu caráter crítico e reflexivo e, pela pretensão científica, sendo epistemologicamente o estudo da cidade (urbe, do latim cidade).

No entanto, segundo Bonnet Correa (1989), o termo Urbanismo teria sido criado em 1868, quando Cerdá escreveu a *Teoria General de la Urbanización*, em que daria à “*nova disciplina o seu nome, o seu estatuto e os seus instrumentos como área de conhecimento*” (Choay, 1983, p.179). Contudo, há quem considere que a teoria de Cerdá

não é mais do que uma memória, uma justificação, a mais completa possível, de uma ideia prévia, A Teoria General de la Urbanización, na qual é reivindicada a paternidade desta nova disciplina definida por Gravagnuolo como “*ciência de la urbanización*” (Gravagnuolo, 1998. P. 59-60) e que já foi considerada como o paradigma do terceiro tipo de texto instaurado a que podemos chamar de teoria do urbanismo. Choay reconhece os dois primeiros tratados de arquitetura: De Re Aedificatoria, de Alberti impresso em 1485 considerado o arquétipo e o paradigma, e a Utopia de Thomas More do Século XVI, cuja estrutura se reencontra nas teorias do urbanismo (Choay, 1983).

Não obstante, a pratica de projetar uma cidade é anterior ao desenho urbano propriamente dito e somente se pode falar em planeamento e urbanismo até à chegada da Revolução Industrial, época onde se verifica a necessidade de crescimento efectivo das cidades, ultrapassando as antigas muralhas medievais.

De facto, observa-se que a era das Revoluções está na génese dos primeiros grandes planos em cidades europeias. Após as ideologias pré-urbanísticas, a criação de novas comunidades como solução aos problemas industriais, na primeira metade do séc. XIX em Inglaterra tornou-se particularmente premente depois da revolta de 1848 em Paris. É factual que nos anos posteriores a esta revolução, as grandes cidades europeias sofrem profundas intervenções urbanísticas. Podemos destacar as obras de saneamento de Londres (1848-1865), os “Grands Travaux” de Haussmann, em Paris (1853-1869), de Anspach em Bruxelas (1867-1871) ou ainda a criação do Ring de Viena (1857), o Ensanches de Cerdà em Barcelona (1859) a ampliação de Florença (1864-1877) (Benevolo, 1987), bem como, embora mais tarde do que no resto da Europa, o Engenheiro Frederico Ressano Garcia que trata da expansão de Lisboa (1888) (Lamas, 2010).

Observa-se o aparecimento de novos pensamentos como os planos de Haussmann ou Cerdà, que abordam os principais problemas da cidade existentes através das novas técnicas e instrumentos disponíveis, que tentam seleccionar formas de resolver os imbróglios com o intuito de contribuir para um adequado desenvolvimento e evolução das cidades em questão, em revés de ignorar a sociedade com questões problemática criando novas sociedades e cidades supostamente perfeitas ou ideais.

Perante o problemático cenário industrial, estes novos vultos, privilegiam, de forma geral, o funcionalismo, dando privilegiada importância às infraestruturas da cidade, nomeadamente as vias de comunicação ao saneamento, ficando para segundo plano a monumentalidade.

Os tratadistas do início do século XX

O urbanismo moderno resultante do racionalismo e do C.I.A.M.³ caracteriza-se pela abordagem dos aspetos da forma da cidade e do seu carácter em relação à sua permanência no tempo. Outro elemento em consideração é a qualidade dos espaços urbanos como sítios profundamente relacionados à existência, imaginação e memória de seus habitantes. A análise do espaço urbano tem como principal objetivo extrair os princípios lógicos através do desenho, ou seja, tendo sempre em conta que é essencial o seu conhecimento para a prática do projeto.

A nova disciplina de urbanismo faz-se acompanhar de diversas abordagens teóricas que influíram o desenho urbano que influenciaram fortemente a época.

Joseph Stübben (1845-1936) foi o teórico e prático alemão que conheceu um enorme sucesso ao conjugar a arquitetura e o urbanismo, no período anterior à Primeira Guerra Mundial. A sua principal contribuição foi de abordar a estética e as técnicas de construção dos edifícios e da cidade em função de um planeamento e de uma integração de continuidade na conjugação desses dois elementos indissociáveis de “fazer a cidade”, através do planeamento (Vegara et al., 2004).

Catalogado por Choay no Urbanismo Culturalista, Sitte reconhece nas estruturas das cidades três esquemas: ortogonal, radial e circular (Caro & Rivas, 1985). No entanto, *“estava destinado a polemizar contra as transformações de Viena e o planeamento do Ring segundo princípios haussmanianos”* (Choay, 1992, p. 205), criticava a rigidez dos planos Alemães que somente se referenciavam às redes viárias com uma percepção globalista, como um todo, e que estes não se preocupavam com os resultados cénicos, ambientais ou morfológicos (Lamas, 2010). Atento às lições dadas pela História, Sitte rejeita os alinhamentos rectilíneos de Haussmann. Para ele, não era útil a construção ou a conceção de espaços na cidade limitando, por isso, os seus estudos a uma escala mais próxima, facilmente interpretável pela visão, a escala das ruas e das praças. O seu contributo torna-se importante na organização do espaço em sequências funcionais, explorando as características do terreno. É importante referir que Camillo Sitte defendia a cidade como arte e apenas ligada a um determinado momento e que, por esse facto, a legibilidade e a experiência prática produzida era reduzida aos episódios (Vegara et al., 2004).

³ C.I.A.M. - Congrès Internationaux d'Architecture Moderne (Congresso internacional de Arquitectura Moderna). (Barata, 1999:39).

Sitte exerceu uma grande influência no contexto europeu. No entanto, podemos rever, em Cullen (1996), algumas referências às suas ideologias, às suas preocupações pelas sequências espaciais.

De Inglaterra, Raymond Unwin (1863-1940), discípulo das teorizações e pensamentos urbanistas de Camilo Sitte (Choay, 1992), é referência na Europa e nos Estados Unidos da América. Unwin pretende *“melhorar e estimular a aplicação da lei do urbanismo face ao empobrecimento estético e qualitativo das cidades e á sua uniformização”* (Lamas, 2010, p. 252). Na obra *Town Planning in Practice*, desenvolve as suas ideias destacando o desenvolvimento de novas tipologias urbanas e com a capacidade de abordar o projeto urbano em toda a sua complexidade morfológica. Na sua obra, confronta o formalismo (regular) dos traçados clássicos que favorecem o tráfego, e os espaços de características medievais (irregular), que respeitam a individualidade do sítio e a valorização do contraste e da surpresa. Assim, Unwin é rigoroso e metódico, *“libertado do empirismo dos seus antecessores, procura o equilíbrio entre as necessidades funcionais e os objectivos estéticos da cidade”* (Lamas, 2010, p. 254).

Como forma de combate face ao vigoroso crescimento urbano, Unwin revê nos limites da cidade os meios para assegurar a particularidade e variedade do seu espaço interno. Para ele, a cidade estrutura-se num formato de diversos centros, principais e secundários, com diferentes hierarquias interligados entre si, permitindo, desta forma, uma vivência social e económica, de serviço público e de utilização particular. Seguidor do Sitte, reconhece no seu mentor a preocupação obsessiva em dar resposta aos problemas de ordem estética e formal do passado. No entanto, ignora as novas vivências e condições de trabalho da sociedade industrial, procurando, nas suas diversas intervenções, conciliar o modelo culturalista a que pertence, ao desenvolvimento económico. (Choay, 1992).

Defende que se deve repensar a relação entre a rua e o edifício, remetendo-se para a recuperação do solo livre e de baixa densidade. Não se pode deixar de referir a sua preocupação em estudar os percursos pedonais, os canais de tráfego bem como as fachadas dos edifícios em prol de uma *“imagem da cidade”*, assunto retomado pelos seus seguidores americanos como Cullen, Nair e Wolfe (Townscape) ou (de) Kevin Lynch (Imagem da Cidade) (Lamas, 2010).

O forte desenvolvimento de pequenos aglomerados industriais e bairros de proletariado trazem rapidamente grandes problemas de saúde e de salubridade que, conseqüentemente, afetam a qualidade de vida dos habitantes da cidade. Deste fenómeno

resulta a vontade de experimentação e formulação teórica por parte dos grandes mentores do Movimento Moderno, na primeira metade do século XX, com o intuito de “curar o mal da cidade”. Assim, promove-se uma rutura com as formas tradicionais da cidade e criam-se novos paradigmas, novos modelos de estrutura com formas tradicionais de distribuição. O desenvolvimento da “cidade-jardim” pode ser verificado em experiências teóricas como a “*Ville contemporaine pour 3 millions d’habitants*” (1922), “*Plan Voisin*” (1925) e “*Ville Radieuse*” (1935), onde se reconhece, o ideal urbano de Le Corbusier, determinante na configuração dos princípios diretores da cidade do Movimento Moderno, embora estas “*utopias urbanas*” nunca se tenham posto em prática em cidades inteiras (Vegara et al., 2004).

Surge então uma importante reflexão e contributo para a construção da cidade moderna e funcional: os sucessivos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (C.I.A.M.) realizados antes da Segunda Guerra Mundial. Nestes encontros, debatem-se os problemas da habitação que originam os estudos sobre as tipologias da célula urbana e funcional mínima. Pouco mais tarde, aborda-se, como tema dominante, a escala urbana, onde aparecem alguns dos participantes a advogar a construção de edifícios de dez a doze pisos, enfatizando-se a sua eficácia funcional e económica. Em 1934, é elaborado um documento exclusivamente dedicado à cidade funcional: A Carta de Atenas. Este escrito consagra os quatro principais princípios que orientam a cidade moderna: Habitar, Trabalhar, Lazer, Circular (Lamas, 2010); (Vegara et al., 2004).

A rigidez da lógica funcionalista acaba por desagregar a cidade pela criação de zonamento, descaracterizando-a em sistemas independentes, onde surge uma cidade sem relação formal ou espacial. Resultante deste fenómeno, dá-se a rutura da continuidade física da cidade, originando a sua dispersão, a multiplicação de espaços amorfos, de “*não-lugares*” (Marc Augée) e a conseqüente perda de identidade e de carácter da cidade em geral. A principal conseqüência deste novo paradigma, caracteriza uma urbanização desde o século XX até hoje, como uma disciplina técnica em que os elementos quantificáveis recolhidos sobrepõem-se à qualidade espacial urbana.

Na década de sessenta, surgem novas interpretações que têm o intuito de lutar contra as formas do Movimento Moderno e conseqüentes enfermidades observadas nas periferias urbanas, por forma a salvaguardar as características da cidade antiga. Segundo Vegara, “*la Carta eludía la mayor parte de los mecanismos económicos, políticos, administrativos y sociales que organizan de forma diversa la realidad urbana, y que*

son la verdadera causa de muchos males (...). En la periferia de la ciudad se produce una eclosión urbana y se difunde un modelo de suburbanización cada vez más intenso. La ciudad gravita entre ´donwtown` y ´subusrbia` “ que “(...) participa de una profunda indiferencia hacia la naturaleza, no solo en su estado salvaje, sino también en el territorio moldeado por el trabajo del hombre, lo que coloquialmente denominados ´el campo`” (Vergara et al., 2004, p. 93-95). Lamas refere que “a Carta de Atenas situa-se nos antípodas das doutrinas actuais de reabilitação e conservação dos centros históricos das cidades” (Lamas, 2010, p. 347). São estes factos que levaram ao descrédito dos grandes planos urbanísticos e ao interesse de valorização dos ambientes espaciais onde realmente se desenvolve a vivência do utilizador cidadão, observando-se progressivamente que as análises e os trabalhos se centravam na forma urbana e no desenho do espaço público.

Perante este ambiente de hostilidade espacial, funcional e qualitativa nas periferias das cidades do Movimento Moderno, surge o interesse de estudar a paisagem e o seu potencial de fazer cidade. Podemos referir os dois principais autores que, com esta linha de pensamento, editaram os seus trabalhos na década dos anos 60: Gordon Cullen e Kevin Lynch. Eles centram-se na árdua tarefa de redescobrir os valores visuais e da imagem do espaço urbano em estudos.

Gordon Cullen edita “*Paisagem Urbana*”, onde aceita os dados obtidos através das investigações científicas. No entanto, não se identifica com as mesmas porque, para ele, se, por um lado, estas soluções promovem melhoramentos nos meios existentes, por outro lado não têm em conta que um determinado resultado pode originar um determinado problema. Por outro lado, critica os estragos causados nos centros históricos pelas transformações da vida moderna, nomeadamente a falta da qualidade estética sobreposta pela invasão automóvel e a saturação da parcela. Assim, como Sitte, Cullen centra a sua atenção à pequena escala e aos pormenores “*desde pavimento ao mobiliário urbano*” (Lamas, 2010, p. 386), tentando demonstrar o valor da imagem no ambiente urbano através de sequências espaciais. Como resposta à postura “científica”, Cullen contrapõe as “faculdades de ver” como meio para formar uma ideia de conjunto, estabelecendo três noções básicas que a compõem: a ótica, o local e o conteúdo. A ótica é a primeira das noções abordadas. Qualquer indivíduo que passeie a pé por uma cidade, tem uma noção de espaço fragmentada à medida que vai percorrendo vivenciando uma sucessão de cenários a que Cullen chama de “visão serial”. A noção de local, para o autor, diz respeito às diferentes reações perante a posição do indivíduo no espaço. O sentido

posicional do Homen permite uma relação de referência com o meio que o envolve, da sua situação posicional relativamente ao seu corpo. Por outras palavras, todos nós nos apercebemos de estar “ aqui ou ali, dentro ou fora, no exterior ou no interior”. O último aspeto que Cullen relaciona é o conteúdo. Relaciona este último com a própria constituição da cidade, nomeadamente da sua cor, sua textura, sua escala, seu estilo, sua natureza, sua personalidade e tudo o que a individualiza, em suma, com a Arquitetura. Podemos reter que a visão de Gordon Cullen inclui a arte que aproxima à compreensão da cidade, do seu ambiente e das suas circunstâncias (Cullen, 1996); (Lamas, 2010).

Kevin Lynch constitui uma análise de referências para os interessados na forma urbana. Combina a perceção do espaço, mediante diversas aproximações, com o enfoque antropológico orientado para a interpretação sobre a configuração dos mapas mentais. Instrumenta o seu estudo para tentar perceber como os habitantes de três cidades americanas (Boston, Jersey City e Los Angeles) interpretam a forma do seu ambiente urbano. Desta forma, Lynch penetra num território mais abstrato da estrutura espacial, sem nunca perder a atenção da qualidade física do espaço. O conceito de imagem da forma urbana e a sua legibilidade como principal qualidade são as ferramentas que consolidam uma perspetiva hoje universal. Lynch define como elementos constituintes da estrutura da imagem urbana as vias, os limites, os bairros, os cruzamentos e os pontos marcantes. A minuciosa análise destes elementos básicos, a definição das suas interações e seus potenciais para orientar a ação, confluem para lograr um adequado tratamento da imagem urbana, cenários urbanos mais coerentes, atrativos e identificáveis. Tal como Cullen, a principal preocupação de Lynch era melhorar a qualidade do desenho urbano a partir de uma categorização que permite uma certa avaliação dos resultados, inserida numa prática dominada por critérios convencionais. O seu propósito é de implementar uma consciência da necessidade de articular os edifícios construídos e os diversos espaços urbanos, salientado o importante papel específico dos espaços públicos (praças, jardins, ruas, avenidas, etc). A técnica adoptada por Lynch, da relação leitura – ação é praticável em escalas intermédias em que a estrutura urbana se manifesta formal e funcionalmente, com grande potencial de aplicação, esclarecendo a forma física que dela resulta. Assim, Lynch abandona e deixa o controlo do hábito urbanístico dominante, ou seja, os planos são realizados com abstração, sem qualquer controlo quantitativo e a cidade física é construída de forma fracionada e aleatória (Lynch, 1999); (Lamas, 2010); (Vergara et al., 2004).

Na mesma década, surge “*a produção italiana desse período contribuiria fortemente para chamar a atenção para a cidade histórica, para a presença da arquitectura no desenho da cidade e reabilitação das formas urbanas tradicionais*” (Lamas, 2010, p. 386), uma valorização dos centros históricos como sendo de potencial uso dos espaços para os atos da sociedade.

O movimento “*Tendenza*”, provido das investigações italianas das escolas de Milão e Veneza, resulta a partir de obras de autores como Rossi, Aymonio, Grassi, Gregotti e Tafuri. Os seus trabalhos revelam-se importantes estudos que enfocam a integração formal entre os subúrbios e os centros urbanos. Essas investigações revelam a importância da forma da cidade e da sua relação com os factos urbanos, reconhecidos como elementos geradores dos mesmos, apelando para a integração da Arquitectura e do Urbanismo na imagem da cidade.

Os estudos efetuados pela “*Tendenza*” estão, de certa forma, interligados com as investigações de Robert Krier. Para este autor, os elementos fundamentais do espaço urbano também são as ruas e as praças. Foca as suas principais preocupações na forma, dirigindo o esforço da sua análise numa direção que promova o processo criativo. Estabelece três figurações: quadrado, círculo e triângulo e, a partir daqui, atuarão os processos de transformação tal como dividir, somar, penetrar, sobrepor, misturar ou diferenciar. Esta abordagem acaba por produzir todo o tipo de configurações geométricas regulares e irregulares. Fatores como as seções dos edifícios e as suas fachadas influenciam definitivamente a qualidade espacial da cidade. Todas estas formas de espaço são classificadas de “*abertas e fechadas*” e sobre elas e suas variações, Krier compõe inúmeras formas espaciais mistas. (Lamas, 2010).

A obra legada pelo Francês Marcel Poète é a mais moderna, do ponto de vista científico da análise da cidade. Os factos urbanos são para ele um dado exato e verificável em cidades existentes, pela continuidade histórica, ou seja, o conhecimento do passado e o que constitui permite-nos perfeitamente identificar o fim de certas confrontações e instituir medidas futuras. Este conhecimento pode ser apreendido nos planos da cidade que possuem características formais precisas. Na arquitetura urbana é possível identificar uma relação mais ou menos próxima entre as formas ao longo de um hiato temporal. É a variação dos estilos e das civilizações que nos permitem constatar os motivos das permanências que asseguram uma relativa unidade na expressão urbana. É a partir deste momento que se relacionam a cidade e o território. Para Poète, a rua toma um papel

preponderante na sua análise, na medida em que a cidade pode nascer em qualquer lugar. No entanto, é a rua que a mantém viva. A composição urbana deve exprimir, com a maior coesão possível, a vida da cidade. Na sua base está a persistência do plano. As cidades permanecem sobre certos eixos de desenvolvimento, mantendo a posição dos seus traçados, o seu crescimento segundo uma direcção e o significado de elementos mais antigos. Por vezes, estes elementos podem ser potenciadores de uma vitalidade contínua como também podem ser destruidores da mesma, ficando somente a permanência das formas e dos signos físico do local. Em suma, as permanências mais significativas, para Marcelle Poète, são as ruas e os planos.

Henri Lefèvre compara a cidade tradicional face ao resultado do urbanismo moderno. Define a função urbana a partir das atividades historicamente dominantes no tempo e no espaço, defendendo a restituição da rua como espaço da vida social. Para ele, estas funções irão resultar na forma da Arquitetura e da sua disposição espacial, através do estabelecimento de uma estrutura sociológica e morfológica do conjunto do espaço urbano. Assim, conforme refere Lamas, para Lefevre *‘Cada sociedade segrega` ou produz o espaço que lhe é próprio, de que necessita para as suas práticas sociais e que a reflecte’* (Lamas, 2010, p. 392).

Mais tarde, é encomendada e financiada pela Direction de l’Architecture (1974) e realizada por uma equipa proveniente da École d’Architecture de Versailles uma investigação que dá origem à obra *“Elements d’analyse urbaine”* (Panarai et al., 1980). A obra aporta um importante contributo ao estudo da cidade. Centrado nas formas de crescimento, a investigação tem por objetivo encontrar períodos de rutura ou pontos fixos nos aglomerados urbanos, na tentativa de compreender e identificar os momentos de crescimentos urbanos, bem como os elementos urbanos que lhes estão afetos.

Como se pode observar, independente da escola ou do país de origem (europeu), os contributos de uns complementam os outros e vice-versa. As linhas de pensamento são semelhantes apesar de algumas divergências ou diferenças na base central para o estudo da cidade. No entanto, o debate teórico, o ensino e a prática profissional remetem-nos para duas principais preocupações. São, de facto, observáveis as inquietações relativas à cidade do passado, à sua preservação, sua conservação, seu restauro ou revitalização, através da apreensão e compreensão, na tentativa de recuperação da sua integridade física, funcional e social. A segunda, prende-se com relacionamento morfológico existente na cidade tradicional, como paradigma para os desenhos dos futuros crescimentos e expansões ou para posteriores intervenções no interior das cidades.

2.2 A Morfologia urbana

Actualmente, o que caracteriza as cidades é o reforço da capacidade competitiva com a concentração de equipamentos, a apropriação de bens e serviços, o acréscimo de acessibilidade, a melhoria de equipamentos, a melhoria dos recursos humanos e a qualificação urbana concomitantemente com o seu crescimento espacial. Esta urbanização apresenta formas e morfologias diferenciadas, traduzindo-se em tipologias e usos de solos próprios.

O conceito de morfologia urbana é definido por Benevolo como “ *o cenário físico da sociedade*”, ou seja, “ *corresponde à organização social e contém um grande número de informação sobre as características da sociedade*” (Benevolo, 1984, p. 15). Alguns autores comungam destas ideias referindo que “ *a morfologia urbana é a linguagem espacial através da qual se manifesta o conteúdo*” (Martín, 1991, p. 73), acentuando que esta morfologia e o conteúdo reflectem, no espaço, as intenções da sociedade, o seu contexto histórico, social e a envolvência geográfica que intervém na construção da cidade. Por sua vez, Lynch afirma que “ *a cidade é, não apenas um objecto perceptível (ou talvez apreciado) por milhões de pessoas das mais variadas classes sociais e pelos mais variados tipos de personalidade, mas é o produto de muitos construtores que constantemente modificam a estrutura por razões particulares*” (Lynch, 1999, p. 12), ou seja, a soma das diferentes percepções e interpretações dos seus habitantes.

Lamas refere-nos que a morfologia urbana “ *é o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos, e na sua produção e transformação no tempo*” (Lamas, 2010, p. 38) e a antiga Comissão de Coordenação da Região do Norte (C.C.R.N.) determina a terminologia da morfologia urbana como sendo o “ *estudo das variações de forma da cidade e dos elementos que constituem a sua arquitectura*” (C.C.R.N, 1998, p. 120).

Extrai-se das diferentes definições que a morfologia urbana é o estudo da configuração e da estrutura exterior de um objeto, ou seja, a ciência que estuda as formas interligando-as com os fenómenos que lhe deram origem.

Estes conceitos orientam, não só para variáveis físicas e imóveis traduzidas no espaço, mas também para variáveis subjetivas inerentes ao ser humano, ele próprio ator neste processo de construção da cidade. Variáveis tão diferentes como a beleza, a qualidade de vida urbana, o caos, a monotonia, a harmonia, a satisfação diária e pessoal.

Com o conhecimento das formas urbanas consegue-se compreender o valor do uso do desenho das diferentes partes da cidade. A cidade é uma entidade em permanente crescimento e mutação, pelo que, para a conhecer a fundo, tem que se tomar conhecimento das condicionantes das etapas da sua formação. A análise urbana compreende então, para além da sua estrutura, dos modos de crescimento e formação do tecido urbano, os sistemas compositivos que, combinados, formam a trama da cidade. Para além de uma planta radioconcêntrica ou ortogonal, o tecido urbano pode ter uma trama mais ou menos apertada, consoante seja a sua forma inicial ou adaptações que tenham sido feitas dos seus espaços vazios ao longo do tempo. O tecido urbano tem sempre uma forma primária que o gerou, composta pelas principais vias da cidade assim como pelos espaços e acontecimentos singulares que a organizam. Para além desta existe uma trama secundária que é aquela que subdivide a primária, como sejam as vias transversais, formando uma rede mais flexível do que a primária. Ainda mais particular do que esta, existe ainda a micro-estrutura urbana constituída por pequenos pátios interiores e passagens, criando uma forma fechada de espaços semi-públicos e privados. A estas três tramas sobrepõem-se ainda elementos naturais que marcam a imagem e vivência da cidade como seja uma colina ou a presença do mar ou de um rio. Numa cidade, mesmo as transformações mais radicais, raramente rompem com a estrutura geral. Quanto aos edifícios em particular, a distribuição das tipologias e dos programas pela referida trama ajudam a perceber a funcionalidade da cidade (Lamas, 2010).

O processo de transformação de uma cidade inicia-se quando surgem edifícios a flanquear uma estrada, deixando espaços vazios para a circulação. Existem sempre tecidos urbanos edifícios singulares que marcam a imagem da cidade convertendo-se em símbolos. Geralmente, estão salientados em relação à malha urbana, não só pela sua escala, mas também pelo lugar que ocupam. Para além destes existem ainda os pontos focais das cidades para os quais convergem avenidas de grande tráfego. Elementos de grande importância são também os locais de chegada e partida de pessoas, como sejam os aeroportos, gares de caminhos-de-ferro, os cais fluviais. Para além do construído, e possivelmente mais importantes que este, são os espaços vazios que podem ser públicos, semi-públicos ou privados. A arte urbana, que em muitas cidades está concentrada numa pequena zona, é extremamente importante para a valorização da última, e para a expressão de uma cultura. As ruas, que denunciam, pela sua escala, a importância das cidades, são sempre dotadas de uma vida própria, seja ela qual for. A praça é um

agrupamento de edifícios dispostos em volta de um espaço vazio. Pode ter planta regular ou irregular e tem, normalmente, acesso por ruas. [A principal diferença entre uma praça e um largo é que uma praça é uma zona de estar, prestando-se a ser um lugar de reunião de multidões e um largo é geralmente uma zona de circulação e distribuição de tráfego que não se presta a relações interpessoais]. Quanto aos espaços verdes, eles existem porque as cidades são meios artificiais criados pelo homem, para onde ele sente necessidade de trazer um pouco da natureza que lhe foi retirada, criando uma segunda natureza, também ela artificial. Porém ser espaços públicos, mas também podem pertencer a jardins de antigas casas ou a terraços, tendo um carácter semi-público ou privado. (Panarai et al., 1980).

A composição urbanística é uma obra que se desenrola ao longo do tempo. A criação urbana mais básica é a formação de uma rua, assim como a mais complexa pode ser o arranjo de uma praça ou a reestruturação de um pedaço de tecido urbano consolidado.

A cidade pode ser vivenciada ou percebida de várias maneiras. Por vezes, o ponto de vista de um indivíduo está abaixo da linha do horizonte e vê, essencialmente, as ruas, as praças e as fachadas dos edifícios; outras vezes está num ponto mais alto e daí pode-se perceber tudo aquilo que não se vê do outro ponto de vista, como as relações entre a estrutura urbana ou as coberturas dos edifícios. Por outro lado, o interior das cidades tem vários cenários: os bairros burgueses, industriais, os subúrbios e a periferia, cada parte tem um aspeto, conforme a sua realidade física, económica e social. A percepção da cidade tem também relação com os mapas mentais no que se refere a volumetrias, cores, texturas ou sons sendo esta característica passível de ser traduzida em valores urbanos (Lynch, 1999).

O conhecimento da cidade é algo de pessoal. Ao conhecer a cidade, cada indivíduo descobre factos diferentes porque procura respostas para as suas dúvidas. O conhecimento de uma cidade é uma interpretação pessoal da mesma.

2.3 A forma urbana

O que se propõe para este trabalho é compreensão dos fatores que contribuem para o processo de transformação da vila de Apúlia. Por outro lado, pretende-se, com este exercício, a análise do papel da tipologia nos processos de reconfiguração nos espaços públicos e privados da Vila de Apúlia.

Para chegar a este resultado, é necessário enquadrar a investigação num paradigma que permita estudar o referido aglomerado. Neste tipo de tarefas foi encontrada uma diversidade de autores que se dedicaram à análise da cidade mediante a sua forma. Rossi refere que *“ao descrever uma cidade ocupamo-nos preponderantemente da sua forma”* (Rossi, 2001, p. 43). Estes estudos foram-se desenvolvendo em toda a Europa, referindo que as Escolas Francesas e Italianas foram um grande contributo, não obstante da existência de outros estúdios na Europa e fora dela.

Entende-se que a forma urbana *“resume-se na arquitectura da cidade”* (Rossi, 2001, p. 43), que trata da *“materialização (...) capaz de determinar a vida humana em comunidade”* (Lamas, 2010, p. 22). Ter-se-á, então, de fazer uma leitura da cidade com facto arquitetural, que parte de premissas de como a forma física do espaço urbano é uma realidade gerada por agentes sociais, económicos e políticos.

A forma não se resume às *“concepções estéticas, ideológicas, culturais ou arquitectónicas, mas encontrasse indissociavelmente ligadas aos comportamentos, à apropriação e utilização do espaço, e a vida e comunitária dos cidadãos”* (Lamas, 2010, p. 28). Assim, podemos referir que a forma é a resultante de produções espaciais realizadas pelo homem conforme conhecimentos culturais e arquitetónicos, que influencia diretamente a sociedade e os seus comportamentos.

Rossi esclarece-nos a relação entre a arquitetura e a cidade referindo que *“por arquitectura da cidade entende-se dois aspectos diferentes: no primeiro caso é possível comparar a cidade a um grande manufacto, uma obra de engenharia e de arquitectura, maior ou menor, mais ou menos complexa, que cresce no tempo; no segundo caso podemos referir a áreas mais delimitadas da cidade, a factos urbanos caracterizados por sua arquitectura e portanto, por sua forma”* (Rossi, 2001, p. 43).

Ainda segundo o autor *“através da forma, pois que esta parece condensar o carácter total dos factos urbanos, inclusive a sua origem (...) a descrição da forma constitui o conjunto de dados empíricos do nosso estudo e pode ser efectuada mediante as delimitações da observação (...) isto é o que entendemos por morfologia urbana – a descrição das formas de um facto urbano – mas esta não é senão um momento, um instrumento”* (Rossi, 2001, p. 46), sendo que a chave para descobrir os legados da sociedade de um determinado momento, se encontra na análise da forma urbana.

Com a mesma linha de pensamento, Henri Lefèbre, em *Droit à la ville* de 1967, refere que *“(...) étudier la forme physique pour la lire comme le texte qui lui permettrait*

d'atteindre le contexte, c'est-à-dire la réalité sociale qui l'a produite et qu'elle contribue à son tour à reproduire comme méditation" (Panarai, 1980, p. 6).

A forma física é intrinsecamente conecta à organização da sociedade, sendo importante a recolha de elementos que nos ajuda a identificar as características sociais, como informações de cariz económico, demográfico, político. A conceção da arquitetura é essencialmente formal, ocupa-se da criação dos diferentes elementos construídos, como também da definição das inter-relações existentes entre o edificado e os lugares por ela definidos e caracteriza-se, essencialmente, pela conceção do meio onde o Homem habita. Assim, a "forma" surge como resposta a um problema espacial, e, conforme refere Christopher Alexander, *"a forma é a solução do problema posto pelo contexto"* (in Lamas, 2010, p. 44), ou seja, a forma física é o produto de uma ação e a solução de um problema.

O objetivo final da forma está na sua conexão com o desenho, sendo que, segundo definição de Lamas, é um *"aspecto da realidade ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente a materialização dos aspectos de organização funcional e quantitativa e dos aspectos qualitativo e figurativo"* (Lamas, 2010, p. 44), que somente poderá ser totalmente compreendida através da arquitetura como disciplina de análise e de conceção do espaço urbano. Como forma de boa interpretação, Lamas refere a necessidade de introduzir algumas noções clarificadoras relativamente aos aspetos quantitativos, de organização funcional, qualitativos e figurativos. Os aspetos quantitativos são todos os elementos quantificáveis relativamente à realidade urbana como a densidade, a superfície, os fluxos, os coeficientes volumétricos, as dimensões, os perfis, etc. Com referência a aspetos de organização funcional, o autor relaciona-o com as atividades humanas (como o habitar, instruir, trabalhar, etc.), como também com o uso de uma área, um espaço ou um edifício (residencial, escolar, sanitário, industrial, etc.) ou seja, o uso do tipo de solo, uso a que se destina e uso que dele se faz. Os aspetos qualitativos são relativos a questões de conforto, no tratamento de espaços e à comodidade do utilizador. Por fim, os aspetos figurativos são, para o autor, os que se relacionam com a comunicação estética (Lamas, 2010).

2.4 Instrumentos operativos de análise da forma urbana: métodos e processos

Dimensão no estudo da forma urbana

De modo a compreender a forma urbana e o seu processo de transformação ao longo do tempo, e sendo a primeira leitura da cidade espacial e morfológica, não se pode colocar de parte a importância de outros níveis de estudo onde convergem conteúdos históricos, económicos sociais e demográficos, bem como outros. Está implícito que a apreensão do ambiente urbano se faz através de instrumentos de leitura hierárquicos nos diferentes elementos da forma.

A análise do espaço urbano deve ser abraçada pelos elementos morfológicos, de forma separada, e pela articulação dos mesmos no conjunto da cidade. Esta abordagem permite-nos estabelecer as inter-relações, como forma de entendimento da cidade como um sistema estruturado. A definição desses elementos tem sido alvo de reflexões por parte de autores como Caro e Rivas, na obra *“Arquitectura Urbana, elementos de teoría y diseño”* (1985) ou PANARAI et al. (1980). Nestes casos, os autores estabelecem os conceitos de diversos elementos morfológicos que se inter-relacionam na cidade, como as praças, as ruas, as tramas urbanas, os marcos, bem como outros elementos relativos aos limites e às panorâmicas das cidades. A realidade urbana define-se perante a análise em torno destes elementos morfológicos e da sua organização espacial e funcional.

O fator temporal é um aspeto fundamental na análise urbana, na medida em que este tem um papel ativo na mudança. Por esse facto o conhecimento da história é imprescindível. Esta linha de raciocínio é defendida por diversos autores. Remetendo para a teoria da permanência de Poète e Levedan, Rossi refere que *“ a forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade; e existem muitos tempos na forma da cidade (...) no próprio decorrer da vida de um homem, a cidade muda de imagem, as referências não são as mesmas; Baudelaire escreveu: «Le vieux Paris n'est plus; la forme d'une ville change plus vite, hélas, que le coeur d'un mortel» (...), olhamos as casas da nossa infância; e a cidade que muda apaga com frequência as nossas recordações”* (Rossi, 2001, p. 80).

Na mesma linha de pensamento, Panarai refere que *“connaître une ville n'est pas simple, surtout quand elle est vaste et chaque époque est venue déposer sans trop de*

préoccupation sa marque sur celle des générations précédentes (...), connaître la forme des villes, reconstituer leur histoire, c'est aussi orienter une manière de projeter" (Panarai, 1999, p. 7-8). É perceptível que o dinamismo temporal da cidade provoca transformações mais ou menos céleres consoante as necessidades sociais.

O conceito de persistência é fundamental em Poète porque, na arquitetura urbana, é possível identificar uma relação mais ou menos próxima entre as formas ao longo de um hiato temporal. É a variação dos estilos e das civilizações que nos permite constatar os motivos das permanências que asseguram uma relativa unidade na expressão urbana. É a partir deste momento que se relacionam a cidade e o território. Segundo Poète “ *o fenómeno das permanências (...) pode revelar-se através dos monumentos, os sinais físicos do passado e ainda através da persistência dos traçados e dos planos* ” (in Rossi, 2001, p. 76).

Para Levedan “ *a persistência torna-se geratriz do plano; esta geratriz é o principal objectivo urbana, porque a sua compreensão permite remontar á formação espacial da cidade; na geratriz estão compreendidos o conceito de persistência, que também se estende aos edifícios físicos, às ruas, aos monumentos urbanos*” (in Rossi, 2001, p. 65).

Baseado na teoria da permanência de Poète e Levedan, Rossi defende a importância da história como sendo um elemento do processo de transformação que conduz à atualidade. A cidade tem um antes e um depois, ou seja, o desenvolvimento urbano é correlativo em sentido temporal. Ao longo de hiatos temporais é possível identificar fenómenos comparativos e homogêneos por natureza, de onde se deduzem as análises dos elementos permanentes.

Assim, Rossi defende a teoria da permanência em que os elementos persistentes que se encontram na cidade, os que sobrevivem às transformações da cidade com o passar do tempo, podem ser potenciadores do processo dinâmico da cidade. Estes elementos podem impulsionar ou retardar o processo de transformação. Para além disso, é igualmente possível, através da interpretação, identificar elementos mais ou menos antigos, conseguindo atribuir uma marca temporal a cada um.

Rossi refere a relação intrínseca entre forma e a forma geral da cidade denominando-as como constantes. Estes factos são “*ligados aos elementos construtivos, aos fundamentos da cidade, e estes reencontram-se nos monumentos*” (Rossi, 2001, p. 79). Não obstante dos monumentos poderem ter sido alvo de alteração ao nível

funcional, ao longo do tempo, a sua aparência física, ou seja, a sua forma física, mantém-se inalterável. Por isso, Rossi defende que a análise funcional não poderá proporcionar dados fiáveis como factos urbanos.

Segundo Panarai (1983), a noção de crescimento é oriunda de estudos italianos elaborados por Muratori, Aymonino e Rossi. Este conceito prende-se com a análise dos fenómenos de crescimento e de densificação de aglomerações do ponto de vista morfológico, ou seja, a partir da sua inscrição material no território. Esta surge como tradição da leitura orgânica ou biológica da cidade, igualmente presente em reflexões sobre as questões de estrutura e de gramática generativa da forma, nos domínios da arquitetura e do urbanismo.

O estudo dos crescimentos oferece uma apreensão global do aglomerado numa perspectiva dinâmica: nos períodos de estabilidade observa-se uma coesão interna dos aglomerados que sucedem em momentos de rutura marcados por crescimentos bruscos sobre o território. Assim, segundo esta linha de pensamento, o estado atual é um instante precário da evolução, que refuta a conceção de obra acabada ou fixa. Durante o estudo do crescimento são-nos revelados os pontos fixos das transformações anteriores que designam lógicas intrínsecas nos territórios que esclarecem situações para os planeamentos atuais. Assim, os crescimentos são processos contínuos que se vão sobrepondo em momentos e contextos diferentes.

A análise de uma aglomeração inicia-se pelo seu crescimento, pelo que permite “agarrar” de forma global o objeto. Este é o ponto de vista de Aymonino quando refere *“ la forme urbaine est un processus continu (...) et, s’il est possible de la décrire ou de la caractériser á une période précise, on ne peut négliger, pour la comprendre, l’étude*

Com planeamento urbano	Expansão modelar	P+U+E
	Filas suburbanas	U+P+E
	Cidade jardim	UP+E
	Polígonos	PUE
Sem planeamento urbano	Urbanização marginal	P+E
	Barraca	E

P – Parcelamento U – Urbanização E- Edificação

Fig. 2 - Tabela das formas de crescimento urbano segundo Solá-Morales. Elaborado pelo autor, 2013.

des périodes antérieures qui ont conditionné com développement et l'on littéralment formée” (in Panarai et al., 1983).

Segundo Manuel Solá-Morales, o crescimento urbano e a sua morfologia são resultantes consequentes de três operações e das suas múltiplas combinações. Das três operações referidas depreendem-se o parcelamento (parcelació), a urbanização (urbanització) e a edificação (edificació). O parcelamento (P) define-se pela morfologia de ocupação do solo que se traduz na divisão de propriedade; a urbanização (U) prende-se com a construção de infra-estruturas urbanas; a edificação (E) diz respeito à construção de edifícios. De acordo com Solá-Morales, a harmonia e sucessão destas três operações traduzem-se em seis tipologias de crescimento urbano incluídas em dois grupos (Fig. 2). O autor estabelece relações intrínsecas entre as diferentes formas de crescimento e os fenómenos sociais. Essa relação conduz ao estudo dos distintos tipos de morfologias urbanas. Portanto, na análise de uma cidade, a linha temporal aparece como um processo contínuo, dinâmico, em que a sua forma revela épocas e contextos diferentes. A rutura formal é indício de transformação social, económica ou política. Estas interrupções da forma, ao longo da história e dos diferentes contextos, são a chave para estabelecer os períodos de análise de uma determinada cidade ou aglomeração.

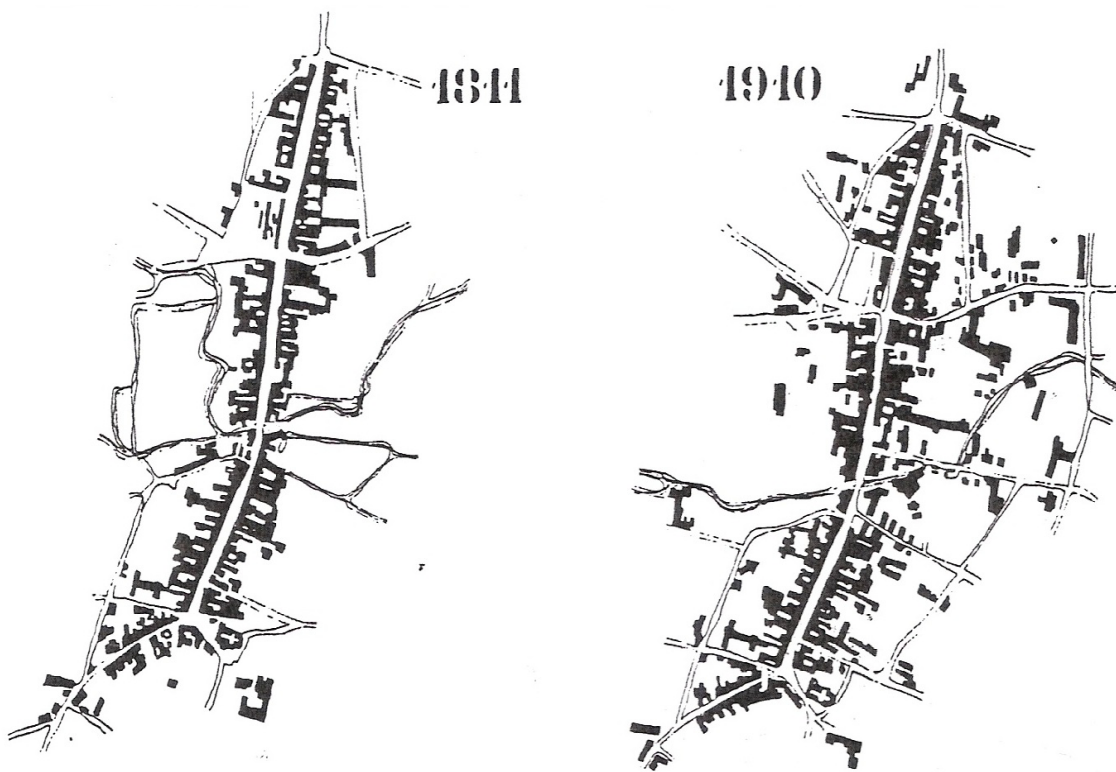


Fig. 3 - Crescimento linear da vila de Longjumeau entre 1844 e 1940, Essonne, França. Panarai et al., 1986, p.25.

Dimensões espaciais na morfologia urbana (morfológico-dimensional)

Segundo Lamas (2010), o conceito de forma aplica-se a todos os conjuntos urbanos independentemente da sua grandeza ou complexidade. Refere-se à forma física de uma rua, de uma praça, de um bairro, de uma cidade. Por outro lado, “ *na forma de uma rua ou de um bairro, podem-se distinguir as particularidades dos edifícios que as delimitam e as estruturam; na forma do bairro, podem-se distinguir as ruas e praças que o compõem e nas quais este se subdivide, e assim por diante*” (Lamas, 2010, p. 73). Assim, a relação entre a presença humana e o espaço por ele utilizado são dois fatores indissociáveis.

A compreensão e conceção da forma urbana são colocadas em diferentes níveis que são distinguidas por unidades de leitura e de conceção, ou seja, o espaço pode ser subdividido em diferentes partes identificáveis. O critério para esta fragmentação do espaço urbano tem sempre que ver com a forma de processamento de leitura e com o modo como este foi produzido.

Deste modo, Lamas estabelece uma classificação de escalas ou dimensões da forma urbana (Fig. 4):

A dimensão setorial (escala da rua, segundo classificações de Rossi e Tricart), é a mais pequena unidade com forma própria. Segundo o autor, as construções e as suas relações estabelecidas com o espaço, juntamente com o tratamento do solo e da sua superfície, ocupam um lugar proeminente. É o ponto onde o observador consegue englobar a unidade espacial no seu conjunto, permitindo que os diversos elementos (fachadas, mobiliário urbano, pavimentos, cores, letreiros, árvores, monumentos isolados, etc.) organizados entre si definam a forma urbana.

A dimensão urbana (escala de bairro, segundo Rossi e Tricart) envolve a área urbana, a cidade como um todo ou parte dela. Esta dimensão subentende a estrutura de ruas, praças ou formas com uma escala inferior. Assim, corresponde à cidade, ou parte dela, como os seus bairros, sendo de partes idênticas identificáveis e que ainda pode abarcar uma vila ou uma aldeia.

Na dimensão territorial, (escala da cidade, segundo Rossi e Tricart), a forma estrutura-se pela articulação das diferentes dimensões urbanas, ou seja, pelos diferentes bairros ligados entre si. Esta forma é definida pela distribuição dos seus elementos primários ou estruturantes. Esta macro organização de arruamentos, bairros, zonas habitacionais, articula-se entre si e com o suporte geográfico.

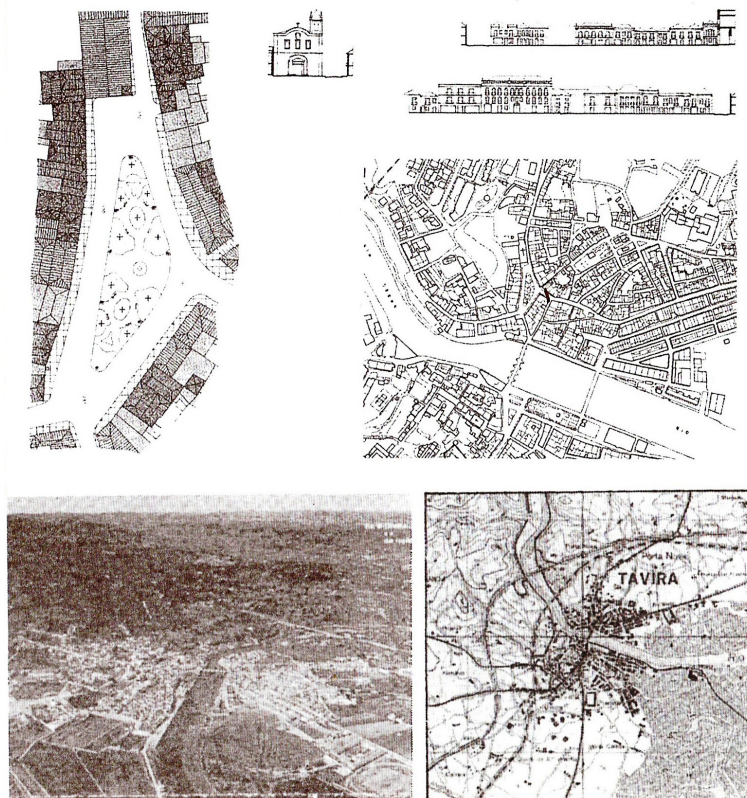


Fig. 4 - Dimensões espaciais da morfologia urbana: escala setorial, urbana e territorial, cidade de Tavira. Lamas, 2010, p.72).

Por outro lado, Rossi aborda as questões que se “baseiam numa leitura contínua da cidade e da arquitectura” (Rossi, 2001, p. 60). Retoma a teoria de Tricart que define três ordens ou escalas na paisagem urbana:

- “ - A escala da rua, que compreende as construções e os espaços não construídos que a circundam;
 - A escala do bairro, que é constituído por um conjunto de quarteirões com características comuns;
 - A escala da cidade inteira, considerada como um conjunto de bairros”.
- (Rossi, 2001, p. 61).

Rossi afirma ainda que o elo de ligação entre estas diversas escalas é o conteúdo social que elas apresentam, dando ênfase à escala do bairro, sendo a intermediária entre as três escalas que, segundo ele, compõe a cidade.

O bairro revela, antes de tudo, uma forma física, um pedaço urbano que cresce segundo tais eixos ou tais direções e um determinado tamanho, seu traçado segue uma lógica espaço-social.

Ou seja, o bairro é uma unidade morfológica espacial e morfológica social ao mesmo tempo. Segundo ROSSI:

“ A cidade na sua vastidão e beleza, é uma criação nascida de numerosos e diferentes momentos de formação; a unidade destes momentos é a unidade urbana no seu conjunto; a possibilidade de ler a cidade com continuidade reside no seu proeminente carácter formal e espacial. (...) A unidade dessas partes é fundamentalmente pela História, pela memória que a cidade tem em si mesma. (...) Ora estas áreas, estas partes, resultam definidas essencialmente pela sua localização; são a projecção sobre o terreno dos factos urbanos, a sua comensurabilidade topográfica e a sua presença. (...) O bairro torna-se, por conseguinte, um momento, um sector da forma da cidade, intimamente ligado á sua evolução e á sua natureza, constituído por partes e à sua imagem (...) Para a morfologia social, o bairro é a unidade morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por função própria; logo a transformação de um destes elementos é suficiente para fixar o limite do bairro” (Rossi, 2001, p. 85-86, 88).

As classificações acima referidas contemplam a macro, media e micro escala ou dimensão. No entanto, as conexões existentes entre elas não estão referenciadas. Muratori, Aymonino e Rossi estabeleceram diferentes níveis de análise e as inter-relações existentes entre elas. Defendem a criação de divisões por tipos de edificações e na sua relação com a morfologia do espaço urbano.

Saverio Muratori publica uma série de investigações e estudos que marcam as primeiras reflexões sobre a arquitetura contemporânea, na década de cinquenta. O seu principal objetivo era evitar a rutura entre as disciplinas técnicas e as disciplinas históricas e teóricas, e inter-relacionar a arquitetura com a crise urbana. Leva a cabo estudos sobre o tecido urbano da cidade baseado num método tipológico. Segundo Panarai, o estudioso italiano tem por objetivo *“ caractériser la forme urbaine à la fois comme structure globale et comme ensemble de dispositions précises, locales. C’est l’idée d’appréhender la ville á partir de l’étude de sa croissance. C’est enfin, en dépassant la notion de bâtiment envisagé comme un objet isolé, sortir d’une conception de la typologie fondée sur la reconnaissance d’archétypes pour plonger dans une analyse concrète du tissu”* (Panarai et al., 1983, p. 86). O seu estudo sobre Veneza demonstra-nos o interesse de utilizar o seu método tipológico em duas dimensões no espaço urbano:

- No edificado ou na parcela construída, referindo-se ao edifício implantado no solo que é parte integrante dos espaços vazios (pátios, jardins, etc.), caracterizado por uma relação precisa aos espaços urbanos (ruas, praças, etc.);
- No agrupamento de parcelas que revela a organização elementar do tecido, e que, segundo o período de formação, posiciona-o na cidade. É caracterizado por ter o papel estruturante dos espaços públicos, do posicionamento dos monumentos, da lógica de densificação e do crescimento interno, das possibilidades de associações com outras formas de tecido urbano.

Estas duas dimensões permitem apreciar a relação entre os tipos de construções e a forma urbana. (Panarai et al., 1983).

Carlo Aymonino retoma as teorias do Muratori com um duplo objetivo. O primeiro é de sistematizar os conceitos da forma urbana, de tipo e de crescimento propostos no estudo de Veneza e experimentá-lo em outras cidades. O outro é o de estudar a formação da cidade moderna e contemporânea como conjunto de edifícios completamente díspares que precederam (edifícios). Em *La Città di Padova* (1966) são objeto de estudo os fenómenos urbanos em busca de uma dialética entre a tipologia dos edifícios e a forma urbana no decurso da história. Para Aymonino a *“tipologia edilizia, la typologie des édifices, ou mieux, du bâti, l’ensemble des types qui, dans la ville ou un quartier donné, permettent de caractériser le tissu construit; forma urbana, la forme urbaine, ce qui permet de caractériser la ville comme ensemble, comme totalité: le contour, la trace de l’enceinte, celui des voies principales, la position des places, des monuments, la localisation des gros équipements”* (Panarai et al., 1983, p. 89). O tratadista italiano refere que a tipologia e o estudo dos tipos são um instrumento e não uma categoria, uma ferramenta que permite conduzir o estudo dos fenómenos urbanos, assim, *“il ne faut donc pas s’attendre à une définition unique de typologie, mais à des redéfinition constantes en fonction des recherches”* (in Panarai, 1983, p. 89).

Para Aymonino, a relação existente entre estes dois fatores (tipos construídos e forma urbana) é *“ le moyen de comprendre la structure de la ville à la fois comme continuité historique d’un processus et comme phénomène partiel d’une telle continuité”* (in Panarai et al., 1983, p. 89). Para o autor, as ruturas são o momento onde a cidade se engloba totalmente na sua forma, abandonando a forma precedente, é o momento onde deixa de existir um dentro e fora para dar lugar aos centros e às periferias atuais. A forma

urbana regista os diferentes crescimentos sob a forma de extensões sucessivas sem se preocupar antecipadamente nem pelos seus atores nem pelas suas relações, por isso, segundo Aymonino, já não há forma urbana, mas sim, fenómenos urbanos (Panarai et al., 1983).

No entanto, a forma urbana e a tipologia não estabelecem, por si só, um instrumento para conhecer a cidade a uma escala mais ampla. É através das infra-estruturas que se torna possível criar um elo de ligação entre a macro-escala e as edificações e as parcelas.

A contemporaneidade trouxe com ela a complexidade dos fluxos e das exigências existentes nas aglomerações. Retomando *“Las formas de crecimiento urbano”* de Solá-Morales, é perceptível o estabelecimento de uma relação entre as diversas escalas e as três combinações apresentadas pelo autor, nomeadamente a parcela (divisão de propriedade), a urbanização (infra-estruturas) e a edificação (edifícios). Demonstra que o traçado projetado por Cerdá, constitui um elemento regulador de escala da cidade de Barcelona, *“la idea del ensanche es definida y determinante en cuanto implica una forma de relación entre vialidad, infraestructura y tipologia edificatoria. La relación entre la ordenación de alineaciones y volúmenes y la tipologia pasa a través de un determinasa estructura de parcelación”* (Solá-Morales, 1997, p.66).

Assim, a combinação destes conceitos começaria pelo estabelecimento do traçado (urbanização) seguindo-se da edificação (edifícios) estando implícito que o emparcelamento (parcela) é resultante de fenómenos anteriores. A relação existente entre as diferentes escalas proporciona o conceito de estrutura urbana numa escala média e o conceito de estrutura do território numa macro – escala e a sua importância na análise de um aglomerado urbano. Como estrutura urbana, entende-se a análise da cidade como um todo, ou seja, o estudo de um macro - sistema constituído por um agregado de elementos que relacionam as edificações entre si e com o território. Esta é que define a forma da cidade segundo os seus traçados e a totalidade das redes por onde se movimentam os cidadãos. A partir desse traçado, torna-se possível a tipificação da estrutura, bem como um meio de articulação da cidade nas suas diferentes escalas, nomeadamente entre o espaço público e o espaço privado, entre si e com o resto do território. Os conceitos definidos no trinómio de Solá-Morales são pertinentes na análise da forma urbana, na medida em que permitem identificar os diferentes crescimentos de uma determinada aglomeração através dos seus elementos geradores.

Assim, o traçado como elemento estruturante da cidade introduz a macro – escala: um território que se articula perante as infra-estruturas. Desta forma, a cidade comunica com o território e com as aglomerações existentes numa relativa proximidade. Perante este facto, Lamas refere que “ *actualmente é difícil ou quase impossível determinar os limites espaciais da cidade. A distinção entre cidade e território considera o território como envolvente da superfície terrestre onde o homem exerce a sua acção transformadora, e a cidade como meio geográfico e social formado por um conjunto de construções e cujos habitantes trabalham em maioria no seu interior*” (Lamas, 2010, p. 64). Enquanto as cidades antigas eram relativamente pequenas, a sua forma estava intrinsecamente ligada a um sítio e a um limite perfeitamente identificado, estabelecendo deste modo uma clara diferenciação entre o espaço urbano (construído) e rural (não construído). Com o decorrer do tempo, a superação das muralhas e a chegada da revolução industrial, dilui a rigidez de separação tornando-a desvanecida, impercetível. Como anteriormente referido, é difícil, para não dizer impossível, determinar o limite da cidade. Este é um fenómeno da contemporaneidade e da globalização que estabelece um macro – sistema territorial articulado por redes infra-estruturais, em busca do favorecimento e fortalecimento da mobilidade. Estas redes infra-estruturais marcam um território que tem o papel de interligar as várias cidades, as diferentes aglomerações mais ou menos distantes. As mesmas são elementos potenciadores dos crescimentos das aglomerações, como o foram para as cidades mais antigas, sendo, por tudo isto, preponderante na análise da forma urbana.

Estes elementos apoiados em dispositivos físicos são apontados por Panarai como elementos reguladores, “ *sont des éléments physiques, des configurations matérielles, des constructions sur lesquels s’appuie la croissance*” (Panarai e tal., 1983, p. 23-24). Os crescimentos são regulados fisicamente por dois elementos, os que a ordenam e os que a contém ou limitam.

A escala da forma urbana e a metodologia de conceção do espaço urbano estende-se aos escalões de planeamento ou tipos de planos. Segundo Lamas “ *a metodologia urbanística hierarquiza os planos quer pela dimensão ou escala de intervenção*” (Lamas, 2010, p. 76).

Como fomos observando, teoricamente, podemos definir três grandes escalas ou dimensões: macro (cidade), média (bairro) e micro (rua). Não é por acaso que, em Portugal, a legislação consolida-se através de três grupos de intervenção, que pela sua

escala de abordagem, indica uma correlação estreita com as divisões ou dimensões anteriormente abordadas. O Decreto-Lei 69/90 de 2 de Março define instrumentos de planeamento territorial até ao nível local, o Plano Director Municipal (P.D.M.), o Plano de Urbanização (P.U.) e o Plano de Pormenor (P.P.); estes devem estar articulados entre si.

Estas classificações pretendem clarificar a leitura do território em cada nível de planeamento, aí explicitando as variáveis ou atributos de carácter formal; por outro lado, permite introduzir no planeamento urbanístico preocupações morfológicas que geralmente se diluem em métodos que relegam as preocupações arquitetónicas para os últimos níveis da produção espacial, tantas vezes pela falta de instrumentos operativos que permitam as questões formais em qualquer escalão.

2.5 O estado da arte em Portugal

Matriz portuguesa da forma urbana

Como forma de definição do estado da arte da morfologia urbana em Portugal são apresentadas algumas abordagens sobre as cidades Portuguesas elaboradas por investigadores portugueses e estrangeiros. São compostas por pesquisas sobre as cidades coloniais portuguesas, mas não incluem qualquer cidade fora de Portugal.

Os estudos sobre a “forma urbana” em Portugal são raros. No entanto, Manuel Teixeira (Teixeira, 1993, 2008) oferece duas sínteses a partir da perspectiva da história urbana. Nas suas obras, especialmente a primeira, apresenta a cidade portuguesa e o seu planeamento como objeto de interesse. Estes revelam-se pouco desenvolvidos em relação a países como a América do Norte ou até muitos países da Europa. O estudo da história urbana em Portugal tem vindo a desenvolver-se de forma fragmentada, contemplados em vários períodos históricos, todavia, cada vez mais, são apresentadas abordagens multidisciplinares.

Os primeiros estudos Portugueses com dimensão morfológica foram realizados, recentemente, em meados do século XX. Com a história de Portugal, particularmente na era dos Descobrimentos, as cartografias portuguesas aparecem como principais fontes de informação para a investigação morfológica.

No início da segunda metade do século XX, podemos referenciar duas obras importantes que salientam este facto. A primeira é de Silveira (1951) que reuniu a

iconografia de cidades coloniais portuguesas no mundo. Este estudo está estruturado de acordo com sete áreas geográficas - Marrocos, Açores e Madeira, África Oriental, África Ocidental, Ásia Ocidental, Ásia Oriental, e Brasil. Silveira argumenta que Portugal teve um papel pioneiro na criação e estabelecimento das modernas cidades coloniais. Aponta um número significativo de cidades portuguesas estabelecidas em todo o mundo, apresentando as semelhanças e as diferenças entre as cidades portuguesas em Portugal e nas diferentes colônias portuguesas.

A segunda obra é de Chicó (1956) que publicou um artigo sobre a influência do planeamento das cidades ideais da Renascença, sobre a estrutura das cidades portuguesas na Índia. Compara as formas da construção das cidades portuguesas, aparentemente mais orgânicas, com as cidades espanholas, ditas mais “racionais”. Aborda também a comparação dos assentamentos portugueses no Brasil e na Índia e discute uma série de questões fundamentais, tais como a formulação de uma teoria baseada na iconografia e mapas históricos, e na monotonia de determinadas cidades e edifícios.

No final da década de 1950, como parte das comemorações do quinto centenário da morte de Henrique o Navegador, Mota & Cortesão (1960) publicam “*Portugaliae Monumenta Cartographica*”, uma extensa coleção de cartas manuscritas, acrescentando ao contributo da história da cartografia portuguesa. É composta por seis volumes que abrangem o período entre os séculos XV e XVII.

Além disso, dois outros trabalhos devem ser mencionados: o de Amaral (1978) sobre a urbanização de Angola e o de Rodrigues (1979) sobre as principais características do planeamento Português colonial, incidindo sobre as cidades brasileiras de Olinda e Recife.

A obra “*Lisboa Pombalina e o Iluminismo*” (França, 1966), publicada em meados dos anos de 60, trata da análise histórica da capital de Portugal, ou seja, analisa a reconstrução da Baixa de Lisboa após o terramoto de 1755, realizada de acordo com um plano elaborado por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel. Este é um dos primeiros exemplos de urbanismo que serviu de modelo para cidades portuguesas e coloniais.

Existem ainda três obras de âmbito arquitetónico que abordam a morfologia urbana. A primeira é do Arquiteto Raul Lino com a obra “*Casas Portuguesas*” (Lino, 1933), cujo trabalho foi depreciado devido à sua associação ao regime ditatorial entre 1926 e 1974. Este estudo é resultante de uma análise cuidada da tipo-morfologia consequente da anotação das principais características dos edifícios residenciais portugueses, com intuito

de descoberta de uma arquitetura especificamente portuguesa.

O segundo, publicado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos (1961), sintetiza os resultados do levantamento da arquitetura regional realizado entre 1955 e 1960. Este estudo surge como uma espécie de movimento contraditório ao estilo internacional num ambiente onde se vivencia uma censura opressora por parte da ditadura do Estado Novo. Emerge da comunidade de arquitetos a necessidade da procura de raízes na arquitetura vernácula, que, como forma de afirmação, dá origem a uma análise abrangente do território nacional. Os autores desta investigação concluem que (em oposição ao que Raul Lino defendia) não há nem uma arquitetura específica portuguesa, como também não existe uma casa típica portuguesa.

A terceira obra, de Carlos Azevedo, analisa um determinado tipo residencial, a “*casa nobre*”, designadamente os solares portugueses no Norte de Portugal (Azevedo, 1969).

Sensivelmente no mesmo período, pode-se ainda referir o trabalho de pesquisa de três geógrafos portugueses: Orlando Ribeiro, Pereira de Oliveira e Jorge Gaspar.

Ribeiro (1962) observa diversos aspetos da colonização Portuguesa, mais propriamente as características dos assentamentos em Portugal e a influência da mesma sobre os diferentes territórios coloniais.

Oliveira (1973) desenvolve, pela primeira vez, uma tese em geografia urbana, em que foca a sua dissertação na cidade do Porto. O autor oferece uma visão do processo de desenvolvimento urbano e da variedade espacial da cidade Nortenha.

Gaspar (1969) explora “*a morfologia de padrão geométrico na Idade Média*”. São analisadas diversas cidades que se estabeleceram, no século XIII, na região do Alentejo, em fronteiras com outros territórios ou em áreas recentemente colonizadas. A sua análise pretende encontrar características que refletem a origem do planeamento. Para além deste estudo, o mesmo autor analisa as principais características espaciais das cidades muçulmanas no documento: “*A propósito da originalidade da cidade Muçulmana*”.

O I.S.C.T.E. (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), segundo a coordenação de Manuel C. Teixeira e com a colaboração de Rosália Guerreiro, Teresa Madeira, Teresa Marat-Mendes e Margarida Valla, contribuíram para o estudo da evolução das cidades portuguesas durante a última década.

“*Imagens do Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa*” (Teixeira, 2000) foi o primeiro dos contributos deste grupo de investigação. O trabalho consiste na construção de um arquivo digital de cartografias urbanas, composto por um banco de

dados digitais, com referências e imagens referentes à cartografia e iconografia urbana. Os principais objetivos desta tarefa centram-se na identificação e na organização de cartografias urbanas históricas, na seleção e reprodução de cartografias relevantes. Trata também da estruturação de um banco digital de dados articulado com registos cartográficos e imagens digitais para a divulgação dessa informação através da internet.

Outro dos contributos é a criação e publicação do jornal periódico “*Urbanismo de Origem Portuguesa*”, que se dedica à morfologia urbana, à investigação e à caracterização das formas urbanas de origem ou influência nacionais.

Foram igualmente editadas outras obras relativas aos mesmos autores. Teixeira & Valla (1999) apresenta uma reflexão sobre a influência dos estudos britânicos e italianos no contexto português. Consiste na análise detalhada de alguns exemplos das principais etapas de formação inicial da cidade portuguesa entre os séculos XIII e XVIII. A investigação baseia-se na recolha e análise de fontes cartográficas ao longo da história, como forma de apoio para a produção de representação gráfica dos assentamentos urbanos identificando as suas diversas etapas evolutivas.

Teixeira (2001) agrega um conjunto de trabalhos apresentados no Colóquio realizado pelo Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitectura (10 Março 1999) em “*A praça na cidade portuguesa*”. O evento demonstra a preocupação da identificação da génese e das características morfológicas dos espaços públicos das cidades na relação com a história urbana Portuguesa.

Em “*O estado da arte da investigação urbana em Portugal*” (TEIXEIRA, 2008a), o autor divide a problemática em três partes. A primeira consiste na caracterização morfológica dos traçados portugueses (ruas e sistemas), designadamente no planeamento urbano português, das relações existentes entre o território e os traçados, das hierarquias dos planos e dos principais elementos urbanos, da estrutura dos blocos urbanos e terrenos, das praças e dos processos de planeamento.

A segunda parte aborda a história de Salvador da Baía (Brasil), onde Teixeira comprova a existência de uma relação da sua forma com o urbanismo português do século XVI. Na parte final desta obra, o autor analisa o plano de reconstrução da Baixa de Lisboa.

Da mesma forma que o anterior, as “*Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*”, produzido a partir da recolha de dados por Rossa, Araújo e Carita (Rossa et al, 2001), é um contributo que também deve ser referenciado

para o estudo da cidade Portuguesa, tendo como principal objetivo o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento sobre a história do planeamento urbano português.

Durante a última década, a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (F.A.U.P.) tem publicado obras que oferecem uma contribuição para o estudo da forma urbana em Portugal, destacando-se, entre elas, as obras de Ferreira (1995), Fernandes (1996) e Correia (2008) que dissertam sobre a evolução das cidades portuguesas.

Em “*Aspectos da organização do espaço Português*” (Ferreira, 1995), o autor considera dez cidades Portuguesas e procura identificar as características da qualidade urbana. São analisadas as diferentes evoluções da forma urbana e da sua interação com os aspetos físicos da envolvente. Nesta primeira parte, Ferreira refere a existência de um declínio constante na qualidade do espaço urbano português. Na segunda parte, o autor foca duas cidades médias (Évora e Viana do Castelo). Baseando-se em material gráfico, Ferreira redesenha um conjunto de mapas das cidades em questão por forma a garantir uma comparação gráfica destacando, deste modo, os aspetos essenciais da forma urbana.

A “*Cidades e casas da Macronésia*” (Fernandes, 1996) trata do estudo da morfologia urbana e das tipologias de construção num conjunto de quatro arquipélagos da colonização Portuguesa, nomeadamente os Açores, a Madeira, as Canárias e Cabo Verde, durante um período de quatro séculos. Esta investigação apresenta uma análise comparativa de formas urbanas e das estruturas, onde observa os padrões recorrentes desenvolvidos no continente português, com o grande intuito de criação de um modelo de cidades de origem lusitana.

A “*Implantação da cidade Portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI*” (Correia, 2008), é um estudo onde o autor analisa o estado atual das tarefas realizadas no âmbito da temática fornecendo-nos uma análise cronológica. Seguidamente, concentra-se na presença portuguesa nas cidades de Ceuta, Alcácer Ceguer, Arzila, Tânger, Safim e Azmor. O autor finda o seu trabalho com o fornecimento de uma síntese comparativa explorando áreas de pesquisas futuras com base na reabilitação urbana de Mazagão.

Salgueiro (1999) publica o estudo do processo de desenvolvimento urbano em Portugal. O autor analisa as diferentes características morfológicas das cidades portuguesas no contexto da sua evolução histórica, observando o papel do sistema de planeamento em diferentes atores. Aborda a organização funcional das cidades através das características do território relativamente às diferentes atividades e grupos sociais.

“*Morfologia urbana e desenho da cidade*” (Lamas, 1992) constitui uma obra de referência para a morfologia urbana Portuguesa. Lamas não se restringe somente ao âmbito português, mas aborda também a urbanística formal portuguesa. Defende a importância do papel da morfologia urbana e do desenho urbano no processo de construção das cidades.

Fernandes (2005) centra-se na evolução do urbanismo e da morfologia de seis cidades Portuguesas, nomeadamente Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança. O autor salienta a importância dos elementos cartográficos e da documentação sobre o planeamento urbano como sendo fontes imprescindíveis de informação sobre os crescimentos e a metamorfose das cidades. O autor define alguns princípios: a cartografia é um elemento que resume a história de uma cidade de onde é possível identificar as diversas etapas de desenvolvimento; a análise dos planos de uma cidade permite e facilita comparações; o redesenho dos planos das cidades permite o estudo de interpretação da situação atual, retirando previsões através dos resultados alcançados. É ainda possível identificar os problemas e potenciar a tomada de decisões para futuros planeamentos.

Oliveira e Pinho têm vindo a desenvolver estudos no mesmo sentido. Desenvolvem um estudo analítico sobre a morfogenética, identificando e caracterizando os diferentes períodos do desenvolvimento urbano das cidades de Lisboa e Porto (Oliveira & Pinho, 2006). Abordam uma revisão crítica das políticas de planeamento dessas cidades desde a segunda metade do século XIX (Oliveira e Pinho, 2008). Os autores avaliam ainda o desempenho das revisões cartográficas na análise da morfologia urbana das cidades por longos períodos de utilização (Pinho e Oliveira, 2009).

Existem uma variedade de obras que procuram a interpretação de uma só cidade. França (1980) aborda o estudo da cidade de Lisboa desde a época medieval identificando e distinguindo os períodos mais significativos. Rodrigues (1973) concentra-se em partes específicas da mesma cidade contribuindo com uma matriz morfológica para a sua análise.

Também se encontram estudos que caracterizam uma única cidade num determinado momento da história, podendo salientar que a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX têm sido estudadas de forma particular em diversas obras.

Autores como Mullin (1992), Rossa (1998), Heitor et al (2000) e Santos (2002) abordam a história de Lisboa durante o processo de reconstrução após o terramoto de 1755.

Como para Lisboa, outros autores como Ferrão (1985), Mandroux-França (1986), Alves (1988) e Nonell (2002), abordam a cidade do Porto e estudam a sua expansão fora das muralhas medievais.

Por fim, referencia-se Correia (1997) que estuda uma pequena cidade do Algarve, Vila Real de Santo António, abordando o período de 1773-1776, analisando as suas formas estruturais e refletindo sobre o significado de uma cidade planeada.

Morfologia urbana e planeamento

A morfologia urbana e o planeamento foram alvo de um estudo efetuado pelo L.N.E.C. (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) através de investigadores como Luz Valente Pereira e Nuno Portas.

Em *“A definição da forma urbana no planeamento físico”*, Pereira (1982) introduz o *“espaço urbano”* como um elemento objeto de planeamento. Por tratar das interligações entre os edifícios e as escalas das cidades, deve ser acompanhado por uma cuidadosa análise morfológica.

Entre 1962 e 1974, o arquiteto Nuno Portas redige diversas investigações, que abrangem a pesquisa tipológica à habitação coletiva (Portas, 1969a), para a análise da cidade (Portas, 1969b). Com o passar dos anos, este autor publica documentos que reúne em *“Os tempos das formas”* (Portas, 2005), onde trata de temáticas como os assentamentos de origem portuguesa no Brasil, as relações entre o planeamento e os regimes absolutistas ou a evolução da forma urbana de Vila Viçosa.

Em *“Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco”*, Lobo (1994) analisa os planos de urbanização que emergiram nas duas décadas após o lançamento da legislação de 1934 relativa aos Planos de Urbanização em Portugal, dividindo os grupos de planos em três tipos: pragmáticas da cidade, cidade jardim e cidade radiante.

Mais recentemente, o C.I.T.T.A. (Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente) tem vindo a desenvolver uma linha consistente em torno desta questão; esta organização é detentora de um grupo de oito centros de pesquisa europeu estando a desenvolver um projeto que tem como principal intuito o estudo de conceitos relacionados com a forma urbana, as transformações urbanas, a morfologia urbana.

Oliveira (2006) avalia a incorporação de critérios morfológicos no PDM (Plano Director Municipal) da cidade do Porto, baseando-se num conjunto de informações

documentais sobre planeamento realizado por membros do Grupo de Pesquisa de Morfologia Urbana para cidades britânicas e francesas.

Oliveira e Pinho (2008) apresentam uma revisão crítica das políticas de planeamento sobre a evolução das formas urbanas das cidades de Lisboa e Porto, entre 1865 até 2005.

A dimensão morfológica de planeamento urbano em Portugal torna-se cada vez menos evidente no final do século XX. No entanto, em meados do século XX, uma série de planos coordenados por agentes como Faria da Costa, Etienne Groer, Moreira Silva, Godinho Januário e Raul Lino demonstram a influência de pensamentos morfológicos.

O plano de Faria da Costa para o bairro de Alvalade, oriundo dos anos de 1940, foi alvo de uma análise detalhada por Costa (2002) (Fig. 5). O autor identifica os elementos morfológicos relacionados com a cidade tradicional e o movimento da cidade-jardim. Observa as propostas para o crescimento urbano das cidades de Amesterdão na Holanda e de Siedlung em Berlim na Alemanha. Relaciona o conceito em “vogue” da época com as unidades de habitação, que originaram essa conceção.

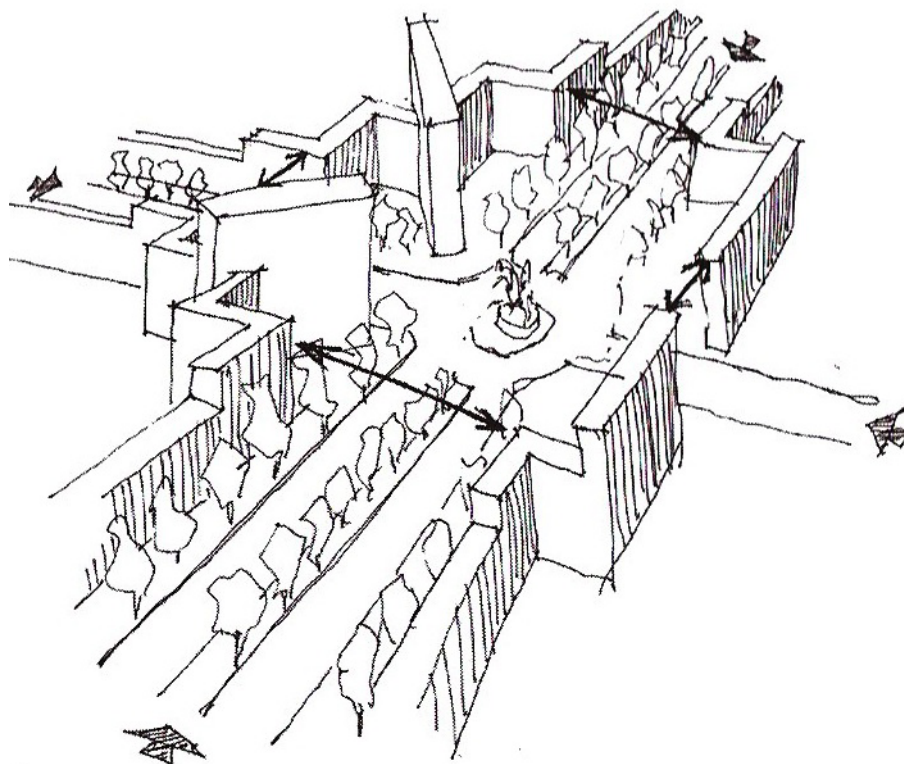


Fig. 5 - A praça tradicional desenhada com arquitetura moderna: cruzamento da avenida da Igreja com avenida de Roma, Bairro de Alvalade, Lisboa. Costa, 2002, p. 159.

Marat-Mendes (2006) estuda este mesmo plano juntamente com os planos para o bairro do Areeiro e Restelo, revelando as contribuições morfológicas legadas por esses planos no ambiente construído de Lisboa. A mesma autora analisa as contribuições morfológicas dos planos urbanos elaborados por Etienne de Groer e Faria Costa num ambiente urbano sustentável (Marat-Mendes, 2007).

O P.D.M. do Porto (Câmara Municipal do Porto, 2005) salienta a manutenção do caráter da cidade e propõe a utilização de zonas. Esta abordagem tipológica por zonas inicia-se com a identificação completa e aprofundada dos tipos de tecidos urbanos inseridos em todo o limite municipal. Os limites da zona identificados normalmente coincidem com partes do tecido urbano. O plano considera as formas existentes nos diversos tipos de tecido como podendo ser a solução de acondicionar as necessidades humanas em cada parte da cidade.

Morfologia urbana e tipologia de construção

As principais investigações relativas à morfologia urbana e às tipologias de construção foram desenvolvidas principalmente por arquitetos, ancorados ao campo da história urbana. Todas as obras que, de seguida, se referem foram produzidas e publicadas na transição do século XX para o XXI. São compostas pela análise da relação das construções no território em diferentes escalas, nomeadamente a escala da região, da cidade, do bairro ou quarteirão, da rua e da praça.

O estudo sobre a arquitetura popular portuguesa é inicialmente abordado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos (1961) que incentiva a investigação do tema de vários autores. O estudo editado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos torna-se mais completo com as intervenções de Tostões et al (2000) e Mestre (2002) ao concluir a já iniciada investigação com a extensão da pesquisa aos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Com o apoio do Centro de Estudos de Etnologia, Oliveira & Galhano (1992) percorrem o país efetuando o levantamento da arquitetura tradicional, com o intuito de analisar de um ponto de vista tipo-morfológico: *“A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII”* (Caldas, 1999) explora três linhas de investigação: a arquitetura rural em Portugal, os solares portugueses e a tipificação da casa portuguesa. Esta temática é semelhante ao abordado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos (1961), por Lino (1933) e Azevedo (1969).

Influenciados pela época dos Descobrimentos, Silveira (1998) investiga a casa pátio em Goa, e Fernandes (1996) analisa os tipos de habitação da Macaronésia.

A relação entre o edifício e a cidade é uma temática abordada por Pereira & Buarque (1995) e Barata (1996). Estes autores estudaram a evolução dos tipos de habitação nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra. Os autores investigam os diferentes tipos de construção, diretamente associados a determinados períodos de tempo e a diferentes classes sociais associando-as de forma sistemática.

Barata (1996) identifica três tipos históricos de residências no Porto, contribuindo, deste modo, para a caracterização da forma urbana da cidade. Assimila um tipo residencial no núcleo histórico diferente do encontrado na expansão da cidade extra-muros, no século XVIII. Ambos os tipos diferem de um terceiro, que apela de “liberal”, que se desenvolve a partir da segunda metade do século XIX e que permanece até às primeiras décadas do século XX.

Berrance (1993) analisa a cidade do Porto entre 1774 e 1844, focando o fenómeno Almadino e a sua influência sobre a cidade. O autor desenvolve uma análise tipológica e centra-se na evolução da cidade.

Num hiato temporal similar, mas para a cidade de Lisboa, Viegas (1999) trata de reunir um conjunto de desenhos produzidos entre 1758 e 1846 pelos Arquitetos e Engenheiros da Casa do Risco das Reais Obras Públicas, sob a alçada do Marquês de Pombal, o principal projetista da cidade de Lisboa após o terramoto de 1755.

Ainda nesta categoria, Teixeira (1996) estuda as “*Ilhas do Porto*” do século XIX, um tipo de casa da classe operária oriunda da revolução industrial. O autor procura explicar a sua localização e forma física, a sua influência no contexto local sócio-económico, como também os seus aspetos espaciais e formais. As “*Ilhas do Porto*” resultam de uma ocupação parcial de lotes urbanos. Era um tipo residencial adaptado às realidades e condições económicas dos moradores. Teixeira (1996) reconhece a racionalização da solução que envolve a ocupação intensiva da trama urbana, assim como a minimização dos custos de construção e salienta que o modelo de “ilha” pode eventualmente ser uma solução racional para aplicar em parcelas maiores através da construção em fileiras de pequenas casas que ocupam toda o lote.

Três estudos focados em áreas diferentes de Lisboa preocupam-se com a relação dos edifícios com a sua envolvente.

Carita (1994) destaca a capacidade do Bairro Alto que mantém a sua identidade

ao longo do tempo sem sofrer alterações significativas, apesar das mudanças de que foi alvo. Este autor procura interpretar o bairro na dimensão histórica, social, urbana e arquitetónica.

Um dos maiores bairros de Lisboa é tema de investigação de Heitor (2001) que explora os aspetos espaciais que contribuem para a vulnerabilidade do ambiente construído de Chelas. Sendo um bairro problemático, é particularmente “*vulnerável à negligência*”. A autora inicia o estudo com a identificação das principais características da configuração espacial do complexo projeto habitacional. Descreve o espaço urbano existente não concordando com o preconizado na versão inicial do projeto.

Em “*Bairro de Alvalade. Um paradigma do urbanismo Português*” (Costa, 2002), revela-se o uso de modelos urbanos gerais nos projetos do bairro de Lisboa, capazes de incorporar reinterpretações das intenções do autor inicial do projeto. COSTA refere-se ao bairro de Alvalade como um paradigma do urbanismo português, lançando uma reflexão sobre o desenho eclético urbano.

Duarte (2005) analisa as casas pátio no bairro da Malagueira (projetado pelo Arquiteto Siza Vieira), uma unidade de habitação em Évora, usando gramáticas de forma (Stiny, 1980) baseadas em trinta e cinco habitações projetadas entre 1977 e 1996.

A última categoria trata de se preocupar com a relação entre os edifícios com as ruas ou as praças. Enquanto Afonso (2000) estuda uma das ruas mais importantes do Porto no século XVI, a Rua das Flores, Pires (2001) examina a Rua Álvares Cabral no período de 1895 até 1940. Rossa (2001) faz um estudo semelhante para a Rua de Sofia, na cidade de Coimbra. “*A Praça do Marquês de Pombal na cidade do Porto*” (Vasconcelos, 2008) trata do estudo de uma importante praça na cidade portuense, desde a sua génese até à segunda metade do século XX. Este trabalho centra-se na evolução dos edifícios, identificando as principais mudanças nomeadamente a inclusão do uso comercial nos pisos térreos.

CAPÍTULO III

CARATERIZAÇÃO GERAL DA VILA DE APÚLIA

3.1 Localização e limites administrativos

A vila de Apúlia (Fig. 6), uma das quinze freguesias do concelho de Esposende, localiza-se sobre a antiga plataforma marítima do Minho Litoral, a Sul deste município na sua parte mais meridional.

Estende-se por uma área aproximada de 1051 ha e é a segunda maior freguesia do concelho. A norte, confina com a freguesia de Fão, a este com a de Fonte Boa e de Barqueiros (concelho de Barcelos). A sul confronta com a freguesia de Estela pertencente ao concelho da Póvoa de Varzim. Assim como é o limite entre a Província do Minho e do Douro Litoral, é também o limite geográfico entre o Distrito de Braga e do Porto.

É composta por quatro grandes lugares Igreja, Areia, Paredes e Criad. Ascende a categoria de vila através do Decreto-Lei n. 47/88 de 19 de Abril. Apúlia é conhecida pela sua praia considerada entre as melhores em toda a costa litoral minhota, muito rica em iodo. É formada por uma extensa baía e é dotada de um areal procurado intensamente por inúmeras pessoas nas épocas de estio, tendo sido “*uma das praias mais procuradas pelas ricas famílias do Minho, que aí construíram os seus ´chalés`*” (Neiva, 2000, p. 15),

desde o século XIX. Sampaio (1998, p. 102) refere que *“as residências secundárias transformaram a Apúlia oitocentista (uma povoação de pescadores) num centro cosmopolita”*. Conceição Matos, quando estudou Apúlia na sua vertente rural, deixa uma descrição do verão, registando que o veraneio é muito antigo e que a partir do século XIX algumas famílias de Barcelos, Braga e Porto, fizeram edificar habitações, onde viviam durante o estio, *“tratava-se essencialmente de uma clientela de nível social médio que se deslocava em charettes, tendo na véspera enviado em carros de bois elementos do mobiliário e malas com louças e roupas. Gente das freguesias próximas vinha também passar o dia ou outro à beira-mar”* (Matos, 1973, p. 93-94).

Região com excelência paisagística e potencialidade e apetências turísticas, o município de Esposende tem travado uma luta constante contra as pressões construtivas e especulativas. Este fenómeno acontece normalmente na faixa do litoral, tendo sido um problema em virtude da construção desordenada que tem sido levada a cabo ao longo dos anos.

A vila de Apúlia é igualmente potenciada graças à sua posição estratégica relativamente às redes de acessibilidades. Esta aglomeração é atravessada pela Estrada Nacional 13 (EN13) que efetua ligação para o Porto (e conseqüente sul do país) como também para a fronteira com a vizinha Galiza espanhola, passando pela cidade de Viana do Castelo. Cerca de seis quilómetros, dista-se a Estrada Nacional 205, proveniente da Póvoa de Varzim que perfaz a ligação para as cidades de Barcelos, Braga, Guimarães, etc.

Apúlia é ainda provida de um cruzamento de grandes vias de comunicação, tornando-se equidistante do litoral e do interior através das auto-estradas Porto – Caminha (A28-IC1) e Esposende – Guimarães (A11-IC14).

Apúlia detém um legado cultural e assume um papel preponderante, sendo que associado à intensa procura balnear, tem introduzido negativas distorções no ordenamento e na imagem do tecido urbano.



Fig. 6 - Levantamento aerofotogramétrico da freguesia de Apúlia, voo de 2008. C.M. de Esposende, Extracto do aerofotomapa do concelho de Esposende, voo de 2008.

3.2 Meio físico e morfologia localização e limites administrativos

Clima

Do ponto de vista climático, a proximidade ao oceano Atlântico faz com que Apúlia sofra uma influência marítima: um elevado grau de humidade (Fig. 8), temperaturas moderadas (Fig. 7) e neblinas frequentes (Fig. 9, 10).

As temperaturas mínimas situam-se entre 8°C e 10°C, as médias anuais entre 10°C e 12°C registando-se máximas de 18°C e 20°C. Atinge a temperatura média mínima em Dezembro com 4,6°C, sendo observada a temperatura média máxima em Agosto com o valor de 22,5°C.

Temperaturas médias do ar (°C)													
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média anual
	4,7	5,0	7,0	8,3	10,3	11,9	12,6	12,3	11,2	10,7	6,4	4,6	8,8

Médias das temperaturas mínimas e máximas diárias do ar (°C)													
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média anual
Mínimas	4,7	5,0	7,0	8,3	10,3	11,9	12,6	12,3	11,2	10,7	6,4	4,6	8,8
Máximas	13,6	14,1	16,3	16,9	19,2	21,5	22,3	22,5	21,4	20,1	16,2	13,8	18,2

Fig. 7 - Quadros de temperaturas. Elaborado pelo autor, 2013.

O estio é relativamente breve e são predominantes as massas de ar húmido e consequente elevado grau de humidade. A instabilidade do Atlântico torna-se responsável pelas chuvas do Outono, Inverno e Primavera com uma precipitação anual de 432 mm.

Precipitação (mm)													
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média anual
Esposende	27,7	35,2	15,6	78,1	75,2	34,0	8,2	17,8	41,4	10,3	39,9	48,7	36,0

Fig. 8 - Quadros de precipitação. Elaborado pelo autor, 2013.

Num clima que está sob influência do oceano Atlântico, a proximidade do mar condiciona a raridade de dias de calma absoluta ou de vento muito forte, mas o vento é nitidamente uma constante, proveniente, maioritariamente, do quadrante norte. A ausência de chuva nos meses de verão é claramente compensada com o elevado grau de humidade que é uma constante deste clima próximo do mar.

Humidade relativa do ar (9h00)													
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média anual
Esposende	87,0	87,0	86,0	84,0	85,0	85,0	86,0	88,0	89,0	88,0	87,0	88,0	86,7

Fig. 9 - Quadros de humidade relativa. Elaborado pelo autor, 2013.

As neblinas são bastante frequentes, principalmente nas primeiras horas do dia, na atmosfera arrefecida de tal forma que, no verão, se constituem nevoeiros cerrados e persistentes que, por vezes, só começam a dissipar-se a meio da tarde.

Evapotranspiração potencial													
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média anual
Esposende	26,0	28,0	46,0	55,0	77,0	92,0	98,0	92,0	73,0	63,0	35,0	26,0	59,3

Fig. 10 - Quadros de evotranspiração potencial. Elaborado pelo autor, 2013.

O clima pode ser caracterizado como temperado, devido à proximidade do oceano Atlântico, não chegando a atingir temperaturas muito elevadas no verão nem muito baixas no inverno.

Geologia

A história geológica da freguesia tem sido alvo de diversos estudos. Carvalho (1991) refere-se à zona de Apúlia como “*laboratório para os geólogos*” realçando o seu aspeto didático, sobretudo nas áreas de Pedrinhas e em Cedovém, que, com as fortes correntes longitudinais da segunda metade dos anos de 1980, puseram a descoberto afloramentos de rochas nunca vistas antes. Sousa (1989) menciona-a ainda como um “*museu natural*”. É caracterizado (Fig. 11) por uma constituição de dois tipos de conglomerados⁴, quartzitos⁵ e ardósias⁶. O primeiro tipo, ortoconglomerados⁷, são a base de rocha de cor clara, tornando-se amarela, em virtude da alteração dos seus constituintes; nos segundos, paraconglomerados⁸, a rocha é de cor cinza sendo que as suas alterações lhe podem conferir outras tonalidades (Sousa, 1989-a). Este monumento geológico tem aspetos que podem remontar a épocas compreendidas entre 440 a 500 milhões de anos.

No decurso da praia de Apúlia, aparecem com frequência conglomerados de base Ordovícico, constituídos “*por bancadas espessas, de pequenos elementos, ora relativamente grandes, bem rolados*” (Neiva, 2000, p. 25). Sousa refere que estes conglomerados somente se podem avistar a maré baixa. Na sua base ainda se pode verificar a existência de intercalados leitos greso- conglomeráticos. Mais a sul da praia de Apúlia, afloram camadas xistentas com estreitas bancadas de conglomerados intercalados que fazem parte do complexo xisto-grauváquico do Ante-Ordovícico.

A lagoa de Apúlia é um elemento marcante no que diz respeito à geologia da freguesia. Granja (1990) refere a existência de indícios destes elementos serem oriundos de uma fase regressiva do mar ocorrida no período Flandriano, nomeadamente aquando de um dos vários posicionamentos do mar ocorridos em Apúlia. Esta tem cerca de 900

⁴ Conglomerados: rochas sedimentares de origem detrítica compostas por clastos de dimensão maior que 2 mm (normalmente seixos e calhaus rolados).

⁵ Quartzito: rocha metamórfica constituída maioritariamente por quartzo. Normalmente é de cor clara.

⁶ Ardósia: rocha metamórfica, foliada, de cor negra, formada no muito baixo grau metamórfico. É utilizada em pavimentos, quadros escolares, telhados, fabrico de bilhares, etc.

⁷ Ortoconglomerado: (etimologicamente: conglomerado verdadeiro) é aquele em que a proporção de cascalho é suficiente para que os grãos possam entrar em contato íntimo entre si, proporcionando o surgimento de um arcabouço que sustenta estruturalmente a rocha. No geral nos ortoconglomerados a matriz é constituída de material arenoso ou silte.

⁸ Paraconglomerado : (etimologicamente: falso conglomerado é aquele em que a proporção de matriz é grande, impedindo os seixos, grãos e matacões de se tocarem. A rocha é estruturalmente sustentada pela matriz.

metros de comprimento, tem uma forma redonda e é cercada por árvores e abundante em canas delgadas. Outrora essas canas serviam para revestir a cobertura das barracas de sargaço.

A uma altimetria de 15 a 20 metros acima do nível médio do Oceano Atlântico, encontram-se vestígios de antigas praias. A nascente, o lugar de Criad que se encontra a sensivelmente 30 a 40 metros acima, são visíveis na berma da atual Estrada Nacional 13, “*vestígios de praias fósseis com abundância de calhaus rolados*” (Teixeira, 1965, p. 13-14).

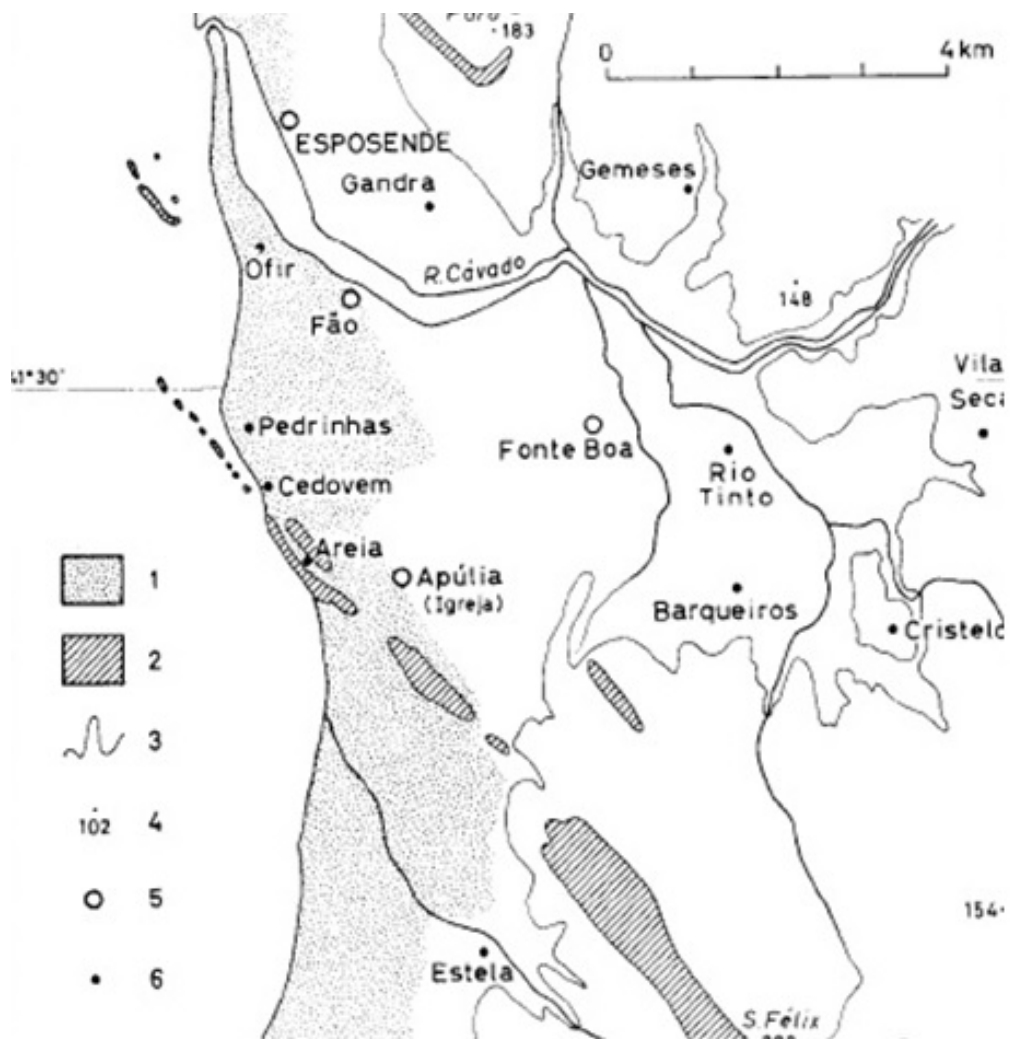


Fig. 1 — Situação da Apúlia: 1 — Areias dunares onde se abrem os campos descobertos; 2 — afloramento de quartzito ordovício; 3 — curva de nível de 100 m; 4 — pontos cotados; 5 — aglomerações, sedes de freguesia; 6 — outros lugares povoados.

Morfologia, solo e relevo

A morfologia do território permite algumas áreas com características bem diferenciadas: uma área litoral, plana e arenosa, que se estende ao longo de toda a orla marítima do concelho, com influências atlânticas; e uma área interior, mais acidentada e de terra granítica, onde se localizam grandes vales agrícolas e paisagem diversificada.

Em Apúlia, tal como em todo o concelho, a estreita faixa litoral é constituída por frágeis ecossistemas dunares que estão na base da criação da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende (A.P.P.L.E.). Nestas áreas verificam-se fortes pressões urbanísticas, que têm conduzido a uma deterioração acelerada dos recursos ambientais. Assim, todo o concelho apresenta um declive suave em direção ao oceano.

Os terrenos de cultivo em Apúlia estendem-se ao longo da faixa costeira sobre uma ampla plataforma regular com uma suave inclinação para o oceano atlântico. Para além do cordão dunar fixado por pinhais ou colonizados por agricultura, observa-se uma vasta praia de fina areia que oculta os xistos e quartzitos subjacentes que raramente afloram à superfície.

Seguindo para o interior, estende-se uma faixa de baldios, escassa em vegetação. Este solo arenoso e seco não é utilizado para práticas agrícolas. No entanto, tem aptidão para um pinhal que tem como principal função a fixação das areias dunares e a proteção das culturas dos fortes ventos marítimos. Outrora “*fornecia madeira para os barcos de abrigo*” (Matos, 1973, p. 67), no entanto a conquista desse espaço tem dado lugar a especulação imobiliária e conseqüente implantação de edifícios.

Continuando para Este, existem dois solos podzóis (solo arenoso) mais ou menos permeáveis: os hidromórficos com qualidades favoráveis à agricultura e os não hidromórficos onde somente os pinhais conseguem vingar. Todavia, este tipo de solo, com menos aptidão agrícola, é geralmente utilizado por lavradores mais carenciados. Através da técnica da “descoberta”, removem as areias até atingir o nível freático e enriquecendo-os com fertilizantes orgânicos. Com o passar dos anos, os solos tendem em estabilizarem-se tornando-se mais férteis. Atingindo uma cota próxima do nível piezométrico de estiagem (cerca de um metro de profundidade), torna-se desnecessário recorrer à rega sistemática nos períodos de estio. Devido à pluviosidade invernal, são abertos vários regos ou sangradouros por onde se escoam os excessos de água. Mais para o interior, os solos são constituídos superficialmente por depósitos areno-pelíticos, menos secos e mais ricos em húmus do que os solos desenvolvidos em areias dunares. Resultam destes uma cor

escura e um solo mais fértil denominado por “terra preta” (Matos, 1973).

Quanto ao relevo, o mapa hipsométrico (Fig. 12) demonstra-nos a realidade simulada do relevo do território elaborado a partir das curvas de nível e respetivas altimetrias. Apúlia apresenta uma cota máxima de sensivelmente 25,00 metros no interior e abaixo dos 0,50 metros para o litoral. A altitude vai aumentando de sul para norte como de poente para nascente.

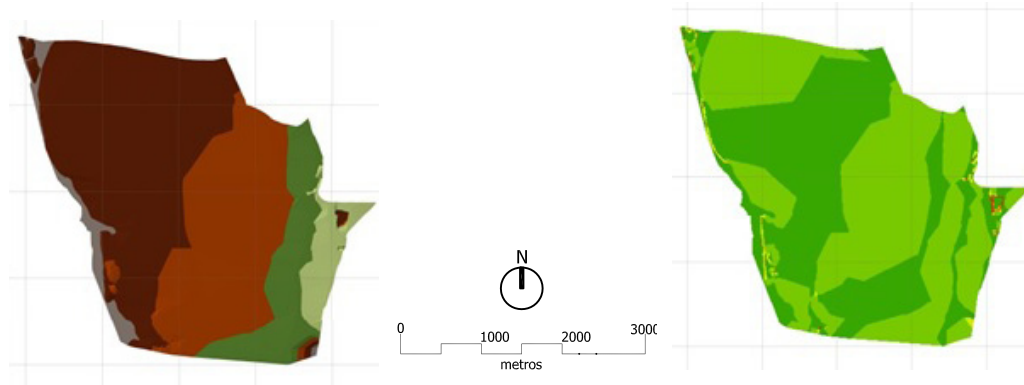


Fig. 12 - Mapa hipsométrico e mapa de declives. Elaborado pelo autor no programa Arc-Gis, 2010.

A inclinação do território face a um plano horizontal é definida no mapa de declives (Fig. 12). Apúlia caracteriza-se por planos suaves que oscilam entre os 0% e os 7% quase na sua totalidade. Pontualmente, observam-se inclinações de maior intensidade compreendidas entre os 10% e os 30%, com declive máximo.

Este tipo de morfologia promove grandes áreas de exposição solar (Fig. 13), não tendo zonas de sombreamento (Fig. 13) intenso. Apúlia tem, por isso, grande parte do seu uso destinado à agricultura. Compõe-se de áreas florestais a sul e a norte, concentrando o tecido urbano na parte central da freguesia ao longo da costa.

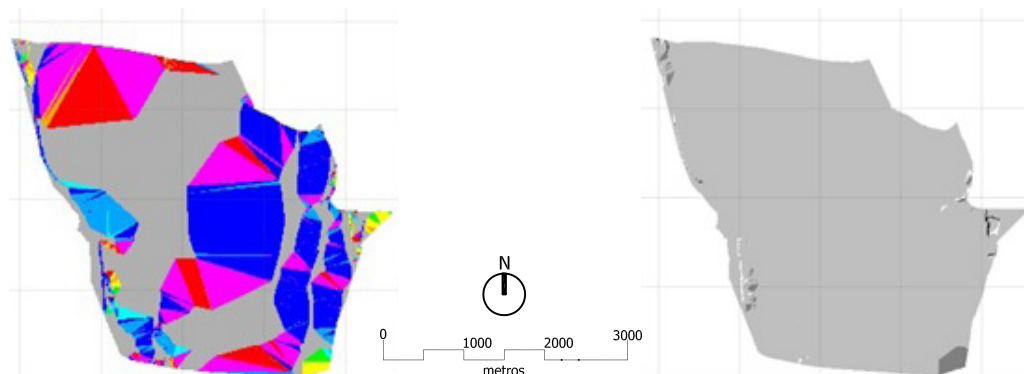


Fig. 13 - Mapa de exposição solar e mapa de sombreamento. Elaborado pelo autor no programa Arc-Gis, 2010.

A fisionomia das superfícies cultivadas e povoados retratam os traços dominantes. No lugar de Areia, a ponte, a mancha arenosa é seguida de uma faixa de terra mista, localizada no lugar da Igreja. Seguidamente, a “terra negra”, a nascente, nos lugares de Criad e Paredes onde se reconhecem retalhos dispersos. Os pinhais, compostos por pinheiros bravos, fixam o cordão dunar constituindo uma cortina no quadrante norte e sul, interrompidos pela presença dos protegidos campos em masseira.

Morfologia agrária: Campos de planura e campos em gamela e suas principais culturas

A morfologia agrária reflete o contraste existente entre o litoral e o interior da freguesia de Apúlia (Fig. 14). Conforme anteriormente referenciado, o tipo de solo está intrínseco à organização dos campos de cultivo. Ambos são tipificados pelo seu tamanho como minifúndios, de parcelas reduzidas, sendo regulares no que diz respeito à sua forma.

Nos solos de “terra preta” localizados no interior, predominam os campos fechados ou de Bocage, circundados por sebes de espinheiros e loureiros ou murados com pedra. A topografia existente promove a sua regularidade denominando-os, por esse facto, de “campos de planura” (Fig. 15) ou “campo prados” característicos do noroeste português. Parcelas ou leiras são segmentadas na forma geométrica retangular, atingindo comprimentos entre os 18 e os 24 metros. Geralmente são perpendiculares



Fig. 14 - Imagem aérea dos campos em masseira a sul da vila da Apúlia. <http://www.dapfoto.com>, consultado em Setembro 2012.

aos caminhos de acesso. Este tipo de campos aparece nos lugares de Areia e Igreja, variando de solos obscuros e férteis no interior, para um litoral arenoso e de cor clara. Este último apresenta uma tipificação semelhante: são pequenas parcelas retangulares, que diferem no seu comprimento que varia entre 10 e 12 metros, e na sua delimitação. A sua demarcação realiza-se numa espécie de arbusto com folhagem densa. Por vezes, são circunscritos por muretes de quartzito e xisto e vedações de blocos de cimento e areia, justificando o facto de, outrora, existirem “fábrica de blocos” em Apúlia.

Dissimulados nos pinhais, é possível observar o campo em “gamela” (Fig. 16) destinado à cultura hortícola. Igualmente conhecido por “maseira” ou “tabuleiro”, palavras que sugerem perfeitamente a sua forma: voltada para um caminho, uma interrupção acede a um fundo cavado e plano, que desenha uma forma quadrada ou retangular que se alongam de 6 a 8 metros. Os seus limites são constituídos por “valos” ocupados por uma vinha. Estes “moios” têm um ângulo de sensivelmente 120º que, por vezes, podem atingir os 4 metros para atingir a toalha aquífera. Por vezes, são coroados por caniço, cana ou da erva negra, enfatizando a característica de cerrado. O facto de se encontrar inserido em pinhais promove outro tipo de vedação: constituídas por sebes mortas de rama de pinheiro, entremeadas em arame farpado e presas a esteios de granito. Esta técnica pretende atingir um nível freático mais próximo, proteger as culturas dos ventos fortes, reputando um micro-clima propício à hortícola, atravessadas por regos até ao “sangredouros” que recolham os excessos das águas da chuva do inverno para o exterior. Estes caleiros perimetrais são geralmente executados em cimento e areia, assim como a pequena barraca de apoio localizada na entrada para o campo, sendo a sua função o albergue de utensílios agrícolas.

A freguesia de Apúlia caracteriza-se por um sistema de policultura. Esta agricultura de subsistência serve o consumo próprio, mas também dinamiza o comércio de venda da constante procura de primores dos cidadãos.

Em consonância com o tipo de campos, evidencia-se o contraste do interior para o litoral, relativamente ao tipo de cultivo. No campo-prado, implantado no solo da “terra preta”, nasce cereal, o milho e batata. Entre o milho cultiva-se o feijão e a abóbora. As terras que não recebem pasto são ocupadas por centeio, trigo e aveia. Estas culturas vão-se alternando em sequências de milho-pasto, milho-couve, milho-centeio e batata-couve.

Nas areias, as culturas são mais delicadas e precoces. Aqui, labora-se batata, cenoura, cebola e hortaliça (couve-penca, repolho e couve flor). Este tipo de cultivo

desenha, no fundo, mosaicos de variados tons, dando-lhe uma configuração de horta. Aqui, vai-se alterando batata-cenoura, batata-cebola, e o milho consociado.

As culturas de primores desempenham um papel fundamental na economia da região onde se insere Apúlia. Os produtos hortícolas abastecem os mercados minhotos. A comercialização é feita em feiras semanais mais próximas, como também assegura parte do armazenamento de cidades de maior dimensão como o Porto. As lavradeiras, principalmente nos meses de estio, expõem produtos hortícolas colhidos nas suas leiras, aos visitantes que vêm passar o dia às praias e aos residentes secundários que se abastecem diariamente. Esta feira é feita há já alguns anos, no largo da Sr^a. da Guia, espaço que sofreu profundas intervenções de melhoramento funcional. Outra das formas de promover os produtos, e que se intensificou, é a venda dos primores na bordadura da estrada. Este “modelo de venda” põe profundas dúvidas quanto à segurança dos compradores e dos vendedores. “Instalados” nas vias de maior afluência de tráfego, os ocupantes dos veículos e lavradoras promovem situações de paragens na berma da estrada e movimento pedonal em parte da via destinada aos automóveis. Todavia, implementou-se recentemente um equipamento de venda de produtos hortícolas. Este espaço pretende retirar das estradas a prática deste tipo de venda. Revela-se, portanto, a importância do papel de agricultura para a economia da vila, assim como a sua contribuição para o abastecimento de outras cidades.



Fig. 15 - Fotografia de campo em planura. Fotografia do autor, 2012.

Fertilizantes marinhos: A apanha do sargaço e do pilado

Apúlia possui campos de grande produtividade. Matos (1973) entrepõe uma relação entre a apetência dos solos e sua localização sobre uma antiga plataforma marítima. A intensificação agrícola operou-se em simbiose com o mar, que promove ricos fertilizantes, nomeadamente o sargaço. Esta atividade secular manifesta-se nos forais de D. Dinis (1308), D. Manuel (1515) e D. João V (1742) que estabelecem regras de extração e define a propriedade deste fertilizante natural por este ser alvo de constantes conflitos entre as autoridades religiosas, desde o período de D. Afonso III (1258).

As décadas de 1930 e 1940 foram períodos de grande atividade na apanha do sargaço (Fig. 17) e do pilado (pequena espécie de carangueijo). Barcos tripulados por lavradores que dedicavam uma parte das horas do trabalho agrícola quando o mar estivesse de bonança, dão origem à diferenciação entre mesmos e os pescadores. Até lá, a sua definição não mencionaria a atividade piscatória, mas sim o misto de lavrador/pescador.



Fig. 16 - Fotografia de campo em masseira. Fotografia do autor, 2012.

Reconhecido popularmente como “excelente adubo”, o pilado era uma espécie de crustáceo de casca mole. Esta atividade agro – marítima cai num profundo declínio à medida que se verifica a intensificação da captura do pilado auxiliada por barcos de arrasto. As embarcações percorriam áreas até ao mar de Viana do Castelo e Vila Praia de Âncora, aproveitando propícios ventos para um rápido regresso. Em Apúlia, faziam-se aguardar pelas mulheres que *“apunham os bois aos carros e ála para a praia, mesmo*

até a borda d' água para que daí se fizesse o transporte do pilado para o areal” (Neiva, 2000, p. 70), identificando os barcos pelas suas velas (Fig. 18).

A norte do Douro, a atividade sargaceira assume relevância face às circunstâncias de abundância e facilidade de colheita. Apúlia está favoravelmente implantada para essa tarefa. A sua costa é acessível e ao mesmo tempo provida de formação rochosa pouco profunda onde, por um lado, se proliferam e depositam as algas possíveis de alcançar sem embarcação quando o mar está calmo e por outro lado, nas marés agitadas, as águas superficiais acabam por arrancar o sargaço do penedo, ficando pousado no mesmo ou direcionado para a costa. O extenso areal permite apanhar e estender o sargaço para a sua secagem antes de ser levado para os campos (Fig. 19).



Fig. 17 - A apanha de sargaço, Apúlia. Iniciativa “Reviver Apúlia”, Agosto de 2008.



Fig. 18 - Barcos voltando da pesca do pilado, Apúlia. Iniciativa “Reviver Apúlia”, Agosto de 2008.

A atividade da apanha do sargaço e do pilado desenvolve-se sobretudo na população próxima do litoral. É de cariz suplementar da lavoura, utilizando-se todo o agregado familiar. No entanto, agricultores mais abastados de terras interiores de Apúlia e de freguesias vizinhas abraçaram esta prática. Munidos de barcos próprios e residindo “mais longe” da costa estão na origem do fenómeno da construção de barracas no cordão dunar para o albergue dos aprestos usados nesta faina. Galhano & Oliveira (1958) distinguem dois tipos: uns construídos com tábuas de madeira, utilizados também para habitação temporária; outros executados em pedra, utilizados na armazenagem do sargaço apanhado e utensílios.



Fig. 19 - Sargaceiros a “estender” o sargaço, Apúlia. Iniciativa “Reviver Apúlia”, Agosto de 2008.

Conceição (1973) faz a mesma diferenciação referindo-se a António Rocha Peixoto, que as define como meras “dependências da casa de lavoura“. Inicialmente, a sua cobertura de duas águas em palha descia até ao solo (Fig. 20). Mantendo a tipologia de duas águas, outras eram revestidas com telha portuguesa de canudo. Estes barracos são geralmente estreitos e alongados, com uma porta ou janela e paredes em tábuas. O segundo tipo são as edificações em madeira e blocos de xisto e quartzito sobrepostos ou em pedra (Fig. 21).

Observa-se dois tipos de sargaceiros. O pescador que usa as suas embarcações para a apanha do sargaço e do pilado no mar, e o sargaceiro rural ou lavrador, que entra pelo mar a pé extraíndo o sargaço que as ondas vão enrolando na berma do mar. Nota-se

também que estão na origem do núcleo de povoação do lugar de Cedovém. Os cabaneiros ou seaeiros, de um estatuto social mais carenciado fixaram-se neste espaço, trabalhando como sargaceiros como forma de subsistência.



Fig. 20 - Barraca de armazenamento de sargaço, Pedrinhas, Apúlia. Iniciativa “Reviver Apúlia”, Agosto de 2008.



Fig. 21 - Barraca de armazenamento de sargaço, Areia, Apúlia. Iniciativa “Reviver Apúlia”, Agosto de 2008.

3.3 Enquadramento económico-social

Esta caracterização não tem por objetivo fazer um estudo aprofundado da vila. Tem sim, como principal objetivo, a abordagem de questões de contextualização genéricas que sirvam, em simultâneo, de sustentação para o estudo que se pretende desenvolver.

Evolução da população

A análise da componente demográfica é importante como forma de conhecimento tanto quantitativo como qualitativo da vila. Também pode providenciar uma avaliação do seu potencial de desenvolvimento. Esta análise poderá ser utilizada como suporte para diversas formas de intervenção, definição de necessidades e implementação de programas de ação.

A proximidade do mar sempre constituiu um fator de forte atração populacional. Associada ao seu estatuto de Couto, – que incluía áreas que já não fazem parte da freguesia, a vila de Apúlia conheceu movimentos populacionais dinamicamente crescentes.

Este desenvolvimento populacional e conseqüente densidade populacional caracterizam-se por uma continuidade desde o início do século XX, apesar de um ligeiro decréscimo na década de 1960, fenómeno registado em quase todas as freguesias do concelho.

Segundo os conceitos do INE, a população residente é determinada pela contabilização dos *“indivíduos que, independentemente de no momento censitário estarem*

Evolução da população						
Área: 10,50 km ²	Unidade	1960	1970	1981	1991	2001
Densidade populacional	hab/m ²	288,95	259,05	367,05	390,57	411,71
População	un	3034	2720	3854	4101	4323
Varição da população	%		-10,35	41,69	6,41	5,41
Década			60/70	70/81	81/91	91/01

Fig. 22 - Quadro de evolução da população entre 1960 e 2001, da vila de Apúlia. Elaborado pelo autor, 2012.

presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitavam a maior parte do ano com a família ou detinham a totalidade ou a maior parte dos seus haveres”.

Segundo os dados estatísticos apurados (Fig. 22,23), entre 1960 e 1970, a população regista um ligeiro decréscimo populacional de sensivelmente 10 %, podendo-se associar o fenómeno à emigração vivida em todo o país. Eram, essencialmente, os homens

que partiam em busca de uma situação financeira mais confortável para dar resposta às necessidades da família.

Na década de 1970 a vila vê aumentar a sua população em 41,69 % registando-se a maior variação populacional da segunda metade do século XX.

Nas duas últimas décadas do século XX, designadamente 1980 e 1990, ocorre um crescimento populacional constante (com uma variação populacional de 6,41% e 5,41% respetivamente), sendo que no momento censitário realizado em 2001 a população seria de 4323 habitantes correspondendo a uma densidade habitacional de 411,71 hab/m².

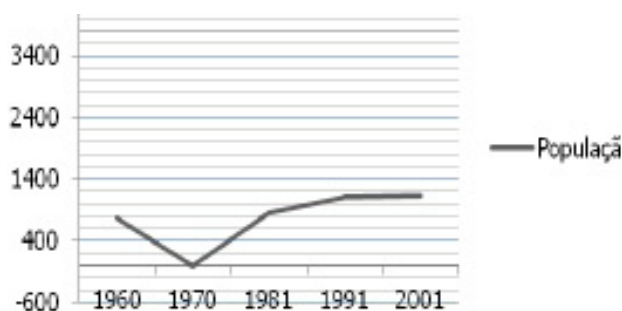


Fig. 23 - Gráfico da evolução da população entre 1960 e 2001, da vila de Apúlia. Elaborado pelo autor, 2012.

O número de famílias e a sua variação

O número total de famílias é determinado pela soma das famílias clássicas⁹ e das famílias institucionais¹⁰. Estes resultados são uma ferramenta que permite apurar as tendências gerais da dimensão do agregado familiar.

Não se conseguiu apurar os valores da década de 1970 na unidade geográfica por freguesia. No entanto, observou-se (Fig. 24, 25) um total de 775 famílias presentes na vila de Apúlia na década de 1960. As restantes décadas até ao final do século caracterizam-se

⁹ Famílias clássicas: Conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. As empregadas domésticas residentes no alojamento onde prestavam serviço são integradas na respetiva família.

¹⁰ Famílias institucionais: Conjuntos de indivíduos residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objetivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo.

Evolução do número de famílias e sua variação

	Unidade	1960	1970	1981	1991	2001
Número de famílias	un	775	*	857	1110	1128
Variação de famílias	%		*	*	29,52	1,62
Década			60/70	70/81	81/91	91/01

Fig. 24 - Quadro da evolução do número de famílias e sua variação entre 1960 e 2001, da vila de Apúlia. Elaborado pelo autor, 2012.

por um constante crescimento que atinge uma taxa de variação de famílias de 29,52 % nos anos de 1980. Na última década do século XX, a mesma taxa auferiu um valor de 1,62 %, registando-se em 2001 um total de 1128 famílias.

Tal como na evolução populacional, os valores obtidos relativos à variação do número de famílias, realçam a importância dos movimentos populacionais. O ciclo de saída e regresso à vila consequente da emigração, atinge um grande número de famílias (geralmente famílias clássicas), provocando alterações na estrutura demográfica e familiar.

De facto, observa-se que, desde a década de 1960, o número de famílias tem vindo a aumentar. Assiste-se igualmente a um crescimento mais acentuado nas famílias do que na população no período entre 1981 e 1991, com, respetivamente, 29,52% contra 6,40%. O mesmo não se constata na última década do século XX, invertendo-se para valores de 5,41 % na variação populacional contra 1,62% relativa à variação de famílias. Este fenómeno reflete a tendência geral para a diminuição da dimensão do agregado familiar.

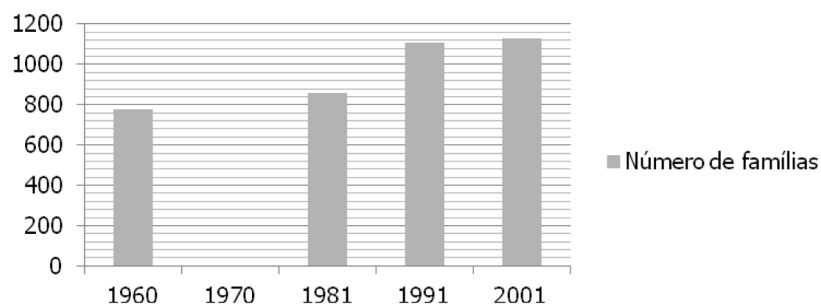


Fig. 25 - Gráfico do número de famílias entre 1960 e 2001, da vila de Apúlia. Elaborado pelo autor, 2012.

Número de alojamentos familiares clássicos

Relativamente aos alojamentos familiares clássicos, o INE define-os como uma “*unidade de habitação que, pelo modo como foi construída, ou como está a ser utilizada, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família*” sendo de carácter clássico por se tratar de uma “*divisão ou conjunto de divisões e seus anexos que, fazendo parte de um edifício com carácter permanente ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construído, reconstruído ou reconvertido se destina à habitação permanente de uma família, não estando no momento censitário a servir totalmente para outros fins*”.

Evolução de alojamentos familiares clássicos e sua variação

	Unidade	1960	1970	1981	1991	2001
Número de famílias	un	817	935	1308	1939	2438
Variação de famílias	%		14,44	39,89	48,24	25,73
Década			60/70	70/81	81/91	91/01

Fig. 26 - Quadro de evolução do alojamento familiar clássico e sua variação entre 1960 e 2001, da vila de Apúlia. Elaborado pelo autor, 2012.

Perante a observação do quadro (Fig. 26), os alojamentos familiares clássicos têm vindo a aumentar na vila de Apúlia ao longo da segunda metade do século XX. Amplifica-se substancialmente no período entre 1970 e 1981. Essa constante crescente, embora menos significativa, verifica-se até ao final do século XX, contabilizando um total de 2438 alojamentos no momento censitário de 2001.

O decréscimo do valor do número de alojamentos registado na década de 1970 pode ser associado ao fenómeno da emigração. Constata-se o seu aumento nas décadas

Evolução do número de habitantes, famílias e alojamentos entre 1960 e 2001

	Unidade	1960	1970	1981	1991	2001	Var. 60-2001
População	un	3034	2720	3854	4101	4323	42,49
Famílias clássicas	un	775	*	857	1110	1128	45,55
Alojamentos	un	817	935	1308	1939	2438	198,41
Alojamento Família clás	un	1,05	n.a	1,53	1,75	2,16	(%)

Fig. 27 - Quadro do número de habitantes, famílias e alojamentos entre 1960 e 2001, da vila de Apúlia. Elaborado pelo autor, 2012.

seguintes, resultado da construção de casas de emigrantes (que entretanto pouparam para comprar ou construir uma residência na sua “terra-natal”) e da crescente procura das áreas litorais para edificações de residência secundárias.

A contagem dos alojamentos, ao longo das diferentes décadas, permite informar da dinâmica da evolução. No entanto, se executar o exercício (Fig. 27) de relacionar a evolução das variáveis do número da população residente, de famílias e de alojamentos, admitindo o princípio de uma “família por alojamento”, rapidamente concluímos que há um “excesso” de alojamento na vila de Apúlia. Enquanto nos anos de 1960 existia sensivelmente um alojamento por família, esta tendência tem vindo a aumentar ao longo das décadas, tendo registado 2,16 alojamentos por cada família de cariz clássico no ano de 2001, ou seja, um excedente de 1310 alojamentos. Se excluirmos os alojamentos devolutos a esse excesso ainda concorrem os alojamentos das pessoas emigradas e dos residentes secundários, dois fenómenos de peso que tem significativa influência na vila de Apúlia.

Logo à partida, a análise dos valores apresentados remete para duas questões de fundo: o dinamismo da construção civil e os focos de residência secundária. Especificamente na área da habitação, a construção civil regista um elevado dinamismo: a sua taxa de crescimento local é de 198,41 % no período compreendido em 1960 e 2001. Todavia, o dinamismo da evolução da construção civil não se resume à simples edificação de casas. Temos ainda de lhe somar as alterações introduzidas nas habitações pré-existentes. Para além das manutenções e dos restauros do parque habitacional, há as transformações e os sucessivos aumentos como a construção de anexos, de garagens e de piscinas.

No entanto, pode-se atribuir parte desta galopante evolução à procura da residência secundária. Sem entrar em pormenores, verifica-se que esta tem um papel fundamental no desenvolvimento económico da freguesia, identificando os focos de residência secundária no registo do crescimento da habitação para os períodos entre 1960 e 2001 de quase 200 %.

Atividade económica da população

O dinamismo da vila de Apúlia reflete-se em parte na estrutura de população ativa. Verifica-se (Fig. 28) um pequeno aumento de 51,40% para 52,50% na última década do século XX. O número de homens destaca-se na população economicamente ativa (nos

censos 1991: 1902 homens contra 1017 mulheres; nos censos 2001: 1188 homens contra 1082 mulheres), facto que transparece que o papel da mulher na vila de Apúlia ocupa um lugar nas tarefas domésticas ou nos trabalhos rurais, não representando, por isso, uma atividade remunerada.

Conforme anteriormente referido, a população da vila de Apúlia é conhecida pelo seu caráter marcadamente rural. A agricultura e a pesca sempre foram atividades que marcaram a freguesia, sendo ainda hoje presente. Todavia, este cenário tem vindo a perder importância: estas atividades cada vez são menos praticadas por não serem rentáveis para sustentar uma “boa qualidade de vida”.

Taxa de actividade entre 1991 e 2001

	Unidade	1991	H	M	2001	H	M
População activa	un	2109	1902	1017	2270	1188	1082
Taxa de actividade	%	51,43			52,51		

Fig. 28 - Quadro de taxa de atividade entre 1991 e 2001, da vila de Apúlia. Elaborado pelo autor, 2012.

No que concerne a distribuição entre setores de atividades (Fig. 29, 30), apurou-se que os censos de 2001 registaram 47,28% da população ativa empregada no setor secundário, 20,08% no setor primário e 32,63% no setor terciário.

Apesar das atividades agrícolas e piscatórias ainda hoje persistirem de forma significativa, com o passar dos anos, a vila de Apúlia tem vindo a perder as suas características rurais. Em 1981, este setor contava com 46,80% da população, podendo-se afirmar, de facto, o abandono do setor e a busca de emprego nos outros setores, a procura de uma melhor qualidade de vida, que em alguns casos se relaciona com o fenómeno da emigração.

O setor secundário caracteriza-se fundamentalmente pela indústria têxtil. Apesar das dificuldades económicas da época, o setor apresenta-se como sendo o que mais população emprega, tendo surgido em paralelo com as “grandes empresas”, pequenas “fábricas” que, no geral, trabalhavam em regime de subcontratação para as “grandes empresas”.

O setor terciário foi o que mais cresceu. Se se comparar os dados recolhidos, verifica-se que o setor de comércio e serviços abrangia apenas 17,7% da população em

1981, contra os 33% registados em 2001. Apesar deste aumento, foi o setor que menos se desenvolveu até ao início do século XXI.

Manifestamente, existe um sentido crescente ao nível do emprego em todos os setores de atividade. A taxa de emprego (Fig. 31) sofre um aumento de 3,2% em 1991 para 5,9% em 2001. Regista-se que este fenómeno afetou mais a população masculina no momento censitário de 1991 (com 1,70% de homens contra 1,52% de mulheres desempregados), registando uma tendência inversa nos dados recolhidos nos censos de 2001 (com 2,69% de homens contra 3,21% de mulheres desempregados). Na restante população ativa inserem-se os familiares activos não remunerados (trabalhos domésticos, agrícolas, etc.) e os elementos objeto de cumprimento do serviço militar obrigatório. Anunciam uma taxa relevante em 1991, com 11,43% relativamente claro decréscimo em 2001 para 2,91%, sendo sempre maior no género feminino do que no masculino em ambos os censos. Estes dados permitem-nos perceber o abandono das tarefas agrícolas, geralmente associado à mulher.

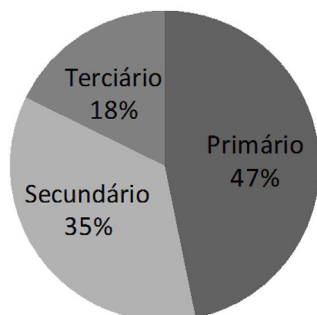
Este cenário espelha a conjuntura do país, onde o desemprego assume contornos mercedores de atenção. Outro fator que poderá estar associado a este aumento é a

Sectores de actividades de 1981 e 2001

Sector de actividade	Unidade	1981	%	2001	%
Primário	un	987	46,80%	740	32,60%
Secundário	un	748	35,47%	1073	47,27%
Terciário	un	374	17,73%	457	20,13%

Fig. 29 - Quadro de setores atividade entre 1981 e 2001, da vila de Apúlia. Elaborado pelo autor, 2012.

Sectores de actividade de 1981



Sectores de actividade de 2001

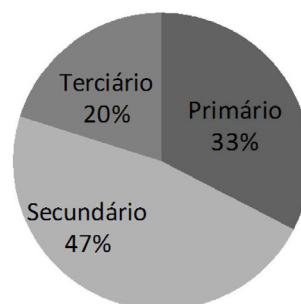


Fig. 30 - Grafico relativos aos setores de atividade de 1981 e 2001, da vila de Apúlia. Elaborado pelo autor, 2012.

localização geográfica da vila de Apúlia. Torna-se um atrativo para as populações das regiões do interior que migram para o litoral em busca de melhores condições de vida, e sendo um aglomerado ainda pouco desenvolvido não é capaz de absorver a procura ao nível do emprego.

Taxa de desemprego entre 1991 e 2001

População activa	Unidade	1991	H	M	2001	H	M
Remunerada	%	85,35	45,24	40,11	91,19	48,68	42,51
Desempregada	%	3,22	1,70	1,52	5,90	2,69	3,21
Outros *	%	11,43	4,84	6,59	2,91	0,97	1,94

* Familiares activos não remunerados e indivíduos em serviço militar obrigatório

Fig. 31 - Quadro de taxa de desemprego entre 1991 e 2001, da vila de Apúlia. Elaborado pelo autor, 2012.

CAPÍTULO IV

FENÓMENOS DE ALTERAÇÃO

4.1 Residência secundária

4.1.1 O impacto da residência secundária

Sampaio define que se trata de uma residência secundária “*desde que seja residência de alguém, mas que não seja a sua residência principal, sendo portanto o seu uso, ocasional*” (Sampaio, 1998, p. 24). A residência secundária “*é um fenómeno que se massificou na Europa (...) à partir da 2ª guerra mundial, reflectindo a vários níveis (económico, social, ambiental, etc.) de modo notório*” (Sampaio, 1998, p. 27), o que acontece igualmente em Portugal, com algumas décadas de atraso.

A sociedade tem registado, nas últimas décadas, alterações ao nível da ocupação dos tempos livres, assistindo-se à “massificação” do lazer representando-se profundamente na sua relação com o território.

Geralmente localizado nas áreas do litoral português, o fenómeno da residência secundária assume um papel que revela implicações ao nível de ordenamento. Esta forma de alojamento ocasional tem produzido novos e diferentes espaços urbanos, mas também tem alterado a paisagem rural. A vila de Apúlia caracteriza-se por ser detentora

de diferentes modelos de implantação (de residências secundárias), e por uma ocupação mais extensiva do espaço construído. Assim, é necessário contextualizá-las a uma escala local, visto existir uma relação intrínseca entre o território e os atores que interferem na sua (de) formação.

A residência secundária acarreta um conjunto de desafios, nomeadamente a nível demográfico, económico, social, cultural, urbano, ambiental, como muitos outros. Conforme anteriormente referido, cada caso é um caso e é pertinente a contextualização sócio-geográfica, que deverá ser resultante de um estudo local.

Aspetos demográficos

Geralmente, a localização de residências secundárias acarreta alterações ao nível da população, sendo igualmente potenciador de inversões migratórias. Desde a revolução industrial que se assiste ao êxodo rural, resultando no abandono dos campos em prol de uma melhor qualidade de vida na cidade. Hoje em dia, já não é tanto assim, provavelmente porque o conceito de qualidade de vida também foi sendo alterado ao longo do tempo. Torna-se cada vez “normal” o êxodo urbano. Esta deslocalização populacional tem como fator propulsor as enfermidades oriundas da cidade. Seja por razões de ordenamento (congestionamentos de tráfego e a falta de estacionamento), económicas (especulação e consequente subida de preço dos alojamentos, na venda e no arrendamento e dos produtos de compra regular), ambientais (aumento da poluição), de segurança (criminalidade) ou por motivos de saúde (doenças cardiovasculares; stress), as populações executam um movimento de “fuga” para os arredores das grandes cidades. As populações procuram uma vida mais tranquila, longe da galopante vida urbana. São principalmente as melhorias ao nível da mobilidade (diminuição do tempo dos movimentos pendulares) e da comunicação (a extensão da banda larga pelo território, permite aos profissionais independentes exercer sem haver deslocamento) que proporcionaram este escape. Em consequência direta, estes movimentos populacionais ou migrações periódicas ou sazonais, resultantes de uma melhor e maior mobilidade, derivam os aumentos de população em determinados períodos- fim de semanas e estio (Sampaio, 1998).

Todavia, este aumento da população flutuante pode se tornar constante. Em primeiro, porque as residências secundárias podem resultar em habitações principais (quer depois da idade da reforma, quer pela extensão territoriais das áreas metropolitanas das cidades). Da mesma forma, os investimentos imobiliários, na hipótese de venda, podem

proporcionar a atração de novos habitantes para a construção de residências principais. Este crescimento poderá ser verificado também pela fixação de população por razões de cariz profissional.

Aspetos económicos e socioculturais

Normalmente, as residências secundárias são dinamizadoras económicas dos locais onde se inserem, podendo ser apontados três principais fatores.

O mercado imobiliário procede à aquisição de propriedades para a construção de residências e alojamentos. O local beneficia de forma direta com esta ação com os movimentos económicos dos investidores. Este impulso económico possibilita o re-investimentos e revitalizações financeiras, como por exemplo, a inflação dos preços dos terrenos de construção e dos alojamentos ou a (des) valorização de propriedades objetos de especulações.

Ao fenómeno do aumento da população consequente das residências secundárias, está inerente o aparecimento de determinados estabelecimentos de comércio e de serviços, nomeadamente os cafés, os restaurantes, os bares, discotecas, cabeleireiros, etc., o que dinamiza fortemente a economia local, não obstante de ser por um determinado período.

Por último, a sua relação económica com o setor agrícola e piscatório. Os produtos obtidos por essas atividades, são valorizados pela sua qualidade pelos residentes “temporários”, que compram diversos produtos locais dos quais se pode destacar os produtos agrícolas, frutícolas e piscícolas. Relativamente aos produtores, o resultado destas vendas é satisfatório, mas também dá origem à especulação dos preços que é sofrida pela população local.

Ao nível sociocultural, a animação cultural e a realização de festas são promovidas gerando interesse local e relacionando todos os residentes. Potenciam o interesse pela vida política dos habitantes locais e a criação de massas associativas comunitárias. Em certos casos, os proprietários das habitações secundárias poderão revelar preocupações com a salvaguarda do património, da cultura e das tradições locais, ao ter uma atitude mais contextualizada e uma relação benéfica entre a população principal e secundária (Sampaio, 1998).

Gestão do território

É um facto que as residências secundárias contribuem a favor do município através da contribuição autárquica. Todavia, amplifica o lado da despesa sendo necessária a execução de novas infra-estruturas (nomeadamente vias de acesso, infra-estruturas de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e pluviais, eletricidade, telecomunicações, abastecimento de gás, bem como a recolha e o tratamento de resíduos urbanos, a manutenção dos espaços públicos, etc.) e outros investimentos, que não dependem diretamente das autarquias. Assim, a gestão territorial da concentração de habitações de cariz secundário levanta uma série de questões.

Tratando-se de uma população flutuante, o uso dos equipamentos e das infra-estruturas não é constante, mas sim periódico, o que origina intensivas temporadas de utilização sendo outros momentos de subaproveitamento. Nessas áreas, não é possível efectuar cálculos a partir da população residente devido à existência desta flutuação populacional.

O Fundo de Equilíbrio Financeiro corresponde ao montante a transferir do Orçamento do Estado para os municípios (art.º 5, do Decreto-Lei n.º 98/84 de 29 de Março, revogado pelo art.º 29 da Lei n.º 1/87 de 6 de Janeiro). Este fundo é calculado (entre outros aspetos) atendendo ao número de habitantes residentes e não ao espaço construído, portanto o seu valor é relativamente baixo. Outro rendimento que foge aos cofres municipais onde se inserem as residências secundárias é o “ imposto único de circulação”. Esta contribuição é paga aos serviços camarários da área de residência fiscal, que geralmente é na morada de habitação principal. Os comércio e serviços são igualmente objeto de tributação para efeitos fiscais, no entanto, revelam-se poucos relevantes face ao número de alojamentos.

Do lado da despesa pública, os custos de manutenção e de segurança dos espaços públicos aumenta. Também aumenta a construção ilegal, o não cumprimento da legislação urbanística e a descaraterização de algumas áreas. A gestão do território torna-se uma tarefa dificultada com a falta ou não existência de infra-estruturas urbanas, com a carência de alternativas de acesso e de estacionamento, problemas de congestionamento de trânsito, problemas com que as autarquias normalmente se deparam, quando a tendência deste tipo de construção se massifica e intensifica numa determinada área (Sampaio, 1998).

Estes habitantes flutuantes procuram localizações sensíveis ao nível ambiental, sendo a simbiose entre a residência e o sítio, agressiva e destruidora. Por vezes, estas áreas “consomem” áreas florestais, agrícolas e degradam espaços naturais, como por exemplo a “urbanização” sobre a primeira duna da zona costeira.

Assim, o espaço e as qualidades ambientais tornam-se “presas” para as “predadoras” residências secundárias, de onde resultam situações irreversíveis. O equilíbrio natural é cada vez mais sensível e as impermeabilizações de solo, com a ocupação intensiva de construção, cada vez mais recorrentes. No caso de inexistência de infra-estruturas (saneamento, recolha do lixo, etc.), é observável um crescimento da poluição local.

Todavia, nas últimas décadas, a preservação da qualidade ambiental tem sido uma preocupação constante que se verifica ao nível dos investimentos realizados nestes locais. Apesar de nem sempre se conseguir implementar eficazmente, são tomadas decisões políticas e criadas as consequentes legislações que têm como principal intuito o de controlar o uso dos recursos naturais.

A evolução das políticas de ordenamento do território e ambientais em Portugal (P.O.O.C., R.E.N., R.A.N., P.D.M., A.P.P.L.E., etc.), tem vindo a desenvolver suporte jurídico que permita que o turismo se torne compatível com o ambiente.

Espaço construído

No que diz respeito ao espaço construído, os aspetos mais visíveis encontram-se nas características físicas dos edifícios de alojamento secundário. Não existe um género definido, pois as realidades são distintas. Independentemente do estilo, existem situações que “destoam” do património construído, outras comungam num conjunto “harmónico”. Embora se notifique recuperações, restauros e ampliações de construções antigas, são as construções de raiz que dominam maioritariamente o espaço edificado. A opção poderá ser ditada dependendo do tipo de proprietário. Se for para um particular, a construção poderá ser caracterizadas pelos consequentes estatutos e percurso social, padrões culturais, económicos, bem como na oportunidade de investimento, o que determina, de certa forma, para o seu futuro utilizador um “bem-estar perfeito”. Por outro lado, existem os investidores empresariais privados, que respondem à procura imobiliária, provocando-a. O objetivo principal é a gestão de um negócio economicamente rentável, no entanto, salvaguarda-se que a procura deste tipo de alojamento requer uma determinada qualidade no conforto e construção, mediante uma clientela cada vez mais exigente.

Relativamente ao património construído, localiza-se principalmente em áreas de forte procura turística, nomeadamente no litoral. São estes espaços onde se sente uma pressão urbanística de residências secundária. Refletem-se no elevado consumo de solo caracterizado por vivendas munidas de jardins, piscinas com um baixo nível de densidade construtiva. Mas também se encontram os edifícios multi-familiares (caraterísticos das áreas urbanas) a “nascer” dos terrenos vagos, junto da praia, transformando o local, de forma célere, numa estância turística. Com esta atitude exaustiva de implantação de residências secundárias resulta uma descaraterização do local primitivo (Sampaio, 1998).

Todavia, nem sempre existe uma relação urbanística com o parque habitacional pré-existente, constituindo-se áreas especificamente para esse efeito. Em termos de ordenamento e gestão urbana, este fenómeno pode se tornar um problema, se não houver uma precaução por parte do poder autárquico de precaver determinadas situações: espaços com carência de equipamentos coletivos (escolas, centro de saúde, etc.), jardins públicos e comércio e serviços que somente são rentáveis excecionalmente em períodos de ponta. Caso se verifique uma mutação da área para estadia principal, esta será privada de determinados elementos necessários para proporcionar um conforto urbano. Por este facto, é conveniente que o ordenamento e a gestão do território tenham em atenção esta “pressão residencial” e salvaguardar bolsas de terrenos para, no futuro, intervir e incluir infra-estruturas e equipamentos necessários. Ainda há os problemas de custos e investimentos acrescidos em instalações de infra-estruturas e equipamentos, tratamento e recolha de lixo, etc. Se, por um lado, os residentes ocasionais pretendem deparar-se com as infra-estruturas e serviços urbanos, por outro, existem áreas em que os sistemas de distribuição são insuficientes, prejudicando a população residente. Contudo, o investimento pode trazer melhorias em determinados equipamentos e infra-estrutura, preconizados para o desenvolvimento turístico, beneficiando, deste modo, a população local.

Este tipo de construção ocupa um espaço “mais racional” quando obedece a um plano previamente elaborado. As políticas de ordenamento e gestão do território praticadas localmente (P.O.O.C., P.D.M., A.P.P.L.E., P.U., etc.) fazem-se sentir através das regras que procuram criar harmonia com o espaço construído e homogeneidade.

Quando não existe qualquer tipo de plano base, o espaço é “mais improvisado”. No caso de não existir regulamentação sobre os parâmetros urbanísticos (dimensões, alinhamentos, tipo de ocupação de lote, etc.), resultam áreas heterogêneas que se estabelecem perante uma estrutura viária a partir dos antigos caminhos de acesso aos campos agrícolas ou áreas florestais. Geralmente, estas passagens são estreitas e sinuosas, o que se estabelece como obstáculo para as futuras operações de intervenção urbanística.

Deslocações – mobilidade

Com o desenvolvimento das vias de comunicação e dos transportes, é notório o aumento das acessibilidades, particularmente do automóvel, que permite uma mobilidade das populações mas também de bens e produtos o que se reflete no dinamismo urbano. Normalmente, a deslocação ao alojamento secundária efetua-se através do transporte particular, nomeadamente o automóvel. Do desenvolvimento das grandes vias de circulação rápida (auto-estradas e vias rápidas), resulta a procura deste tipo de residências em áreas cada vez mais afastadas da zona de residência principal, difundindo-se pelas vias secundárias das zonas rurais, melhoradas com o passar dos anos (Sampaio, 1998).

O fenómeno origina novas deslocações além dos movimentos pendulares, temos os semanais, mensais e até esporádicos. Enquanto o princípio do século XX é caracterizado pelo êxodo rural, a segunda metade do mesmo é contemplada pelo movimento inverso, assistindo-se ao êxodo urbano em busca de melhores condições de vida e ambientes.

Consequência desta causa tem ainda as alterações ao nível de tráfego, nomeadamente os engarrafamentos. Se, por um lado, a “evasão da cidade” é cada vez mais difusa e distante, podendo estender-se de sexta-feira até sábado, o regresso já não é tanto assim. Geralmente concentra-se no fim de tarde dos domingos, sendo perfeitamente notório nas estradas, nos períodos referidos. Este fator não tem somente a ver com a convergência temporal, tem cumulativamente a ver com o facto de todos os intervenientes se dirigirem para os principais corredores de acesso à cidade.

Numa atitude de fuga aos elementos nefastos da cidade e resultante do melhoramento da acessibilidade e mobilidade nas periferias, a população transforma a sua residência secundária em principal, pela facilidade de chegada ao local de trabalho na cidade a partir da sua “ex-residência secundária”.

4.1.2 A residência secundária na vila de Apúlia

Importado de países europeu pelas classes da nobreza e burguesia (sobretudo de Lisboa, Porto e Coimbra), o desabrochar do turismo balnear no concelho de Esposende estabelece-se na segunda metade do século XIX. Em “*As praias de Portugal*” (1876) de Ramalho Ortigão, refere-se a uma Apúlia com “*praias obscuras*”, habitadas “*principalmente por algumas famílias de Braga e Barcelos*” (in Sampaio, 1998, p. 101). Esta praia tanto era frequentada por membros de classe social alta (aristocratas, juizes, professores,

comerciantes, industriais abastados, etc.), como servia banhos às populações rurais das freguesias e concelhos vizinhos. A vila de Apúlia sempre foi das mais concorridas do concelho de Espozende assumindo-se como protagonista do desenvolvimento turístico do concelho. Esta ocorrência pode eventualmente provir do facto de ser uma das praias mais iodadas do país. Também se pode justificar a opção por ser o povoado do concelho mais próximo do mar com capacidade para receber os turistas e qualidade ambiental. Assim, as “*famílias de Braga, Prado, Vila Verde, (...) e o CLOU da sociedade barcellense*” (O Espozendense, 1921), dinamizam o arrendamento, a compra e a construção de alojamentos. Na segunda metade do século XIX, a talassoterapia torna-se uma “moda” e Apúlia é visitada, todos os anos, por veraneantes por recomendação médica que prescrevia a atividade como “remédio para todos os males”.

Esta afluência resulta num aumento da construção de habitação para venda e arrendamento como também origina o aparecimento de equipamentos e serviços de apoio ao turismo balnear. A freguesia de Apúlia “*tem casas com bons commodos para alugar, hotel, mercearias, restaurantes, bilhar e café, estabelecimento de banhos quentes (...)*” (O Espozendense, 1896). Na transição para o século XX, os anúncios de jornal demonstram a importância do dinamismo da vilegiatura da localidade, “*arrendam-se casas em um dos melhores logares da praia d’Apúlia e também se vendem (...)*” (O Espozendense, 1902).

Na segunda metade do século XIX, início do século XX, o destino de férias mantém-se e dá-se a proliferação de habitações secundárias de várias famílias. Muito embora não se possa generalizar um tipo, estas edificações introduziram novas formas na arquitetura doméstica da vila. Um sumptuosas como “a Casa do Cónego” ou a “Casa da Torre”, outras modestas, adquiridas através da compra de habitações dos pescadores.

O período oitocentista da vila de Apúlia é caracterizado pela sua transformação de uma povoação de pescadores, agricultores, em “centro veraneio cosmopolita”. Surge então uma época dourada providenciada por famílias e capitalistas que se prolongou ao longo do século XX sem perder, no entanto, os seus atrativos de excelência. Para além dos banhos saudáveis receitados pelos médicos, esta população emergente passeavam pela vila e praticava atividades em conjunto, como a realização de jogos e de convívios ou os eventos de baile no hotel. “*Os homens andavam à vontade em mangas de camisa e as damas, se os decretos czarianos da Moda as não obrigasse a usar o decote pelo joelho e a saia pelo pescoço` poderiam também desarregaçar se e tapar o decote. Ninguém faria reparo nisso (...)*” (O Espozendense, 1921). Segundo Sampaio (1998:103), “*a Apúlia marcou práticas sociais de várias gerações, influências que se transmitiram a*

partir da confluência de várias proveniências sócio-geográficas”, justificando a constante opção balnear nos períodos de estio, ano após ano.

Durante décadas, o privilégio da residência secundária era reduzido aos indivíduos de um determinado estatuto social, nomeadamente à nobreza, à burguesia e aos comerciantes e industriais abastados. Todavia, a partir da década de 1940, regista-se um significativo aumento deste tipo de edificações. Porém a sua massificação só acontece mais tarde. Apesar desta ocorrência se restringir à sociedade mais endinheirada, as décadas de 1950 e 1960 coincidem com um “moderno” paradigma, impulsionador e preconizador de um dinamismo que se estende até ao final do século XX e que ainda se verifica.

4.1.3 Arquitetura na vila de Apúlia

O parque habitacional existente e as formas de arquitetura das residências secundárias mantiveram sempre um diálogo inovador. Na vila de Apúlia ainda é possível identificar as construções datadas da segunda metade do século XIX, embora muitas delas já não desempenham este tipo de função. São \ eram habitações de famílias abastadas construídas em pedra e reboco. A forma e a dimensão destas construções remetem-nos para notoriedade dos seus proprietários, nomeadamente aristocratas e burgueses, conforme anteriormente referido. Certas construções afiguram-se com uma escada na frontaria, exibindo merlões e frontões nos vãos de janelas e portas ou no coroamento da fachada principal; outras caracterizadas por mísulas suportando vasos talhados em pedra e varandas em granito e ferro forjado. Observa-se também as modificações nas edificações, nomeadamente o acréscimo de águas furtadas, num terceiro piso, de menor dimensão do que o corpo dos pisos inferiores. Existem telhados de quatro águas revestidos com telha cerâmica, outros em lousa com inclinação bastante acentuada (no caso da Casa do Cónego) pastiche de uma arquitetura estrangeira de castelo ou palacete.

Para além das habitações novas, existem ainda as barracas adquiridas aos pescadores e sargaceiros transformadas em habitações. São de uma construção mais modesta, caracterizando-se por serem de um piso e compridas. O material utilizado nos paramentos exteriores é pedra de xisto local, rebocados e pintados de branco. As molduras em azul-cobalto ou ocre nas janelas e portas, as faixas em torno do edifício ainda são observáveis, uma característica típica da comunidade piscatória.

As habitações unifamiliares do período posterior à década de 1940 revelam-se num leque de conceções arquitetónicas diversificadas: desde construções de raiz de dife-

rentes dimensões até à recuperação de casas, barracas e moinhos antigos apresentados com estilos modernos e vanguardistas.

Introduzem-se conceitos mais modernos, as habitações sofrem uma mutação. Dá-se o aparecimento das casas com coberturas planas, munidas de grandes terraços. Privilegiam-se os paramentos com maiores aberturas envidraçadas e as cores amarelas das madeiras das portas janelas. Regista-se o aparecimento de piscinas, churrasqueiras e campos de ténis, enquanto os quintais são transformados em relvado. Surgem também elementos pré-fabricados de formas hexagonais e a tipologia de apartamento duplex. São também desencadeadas diversas formas de proteção e de privacidade. Muitas destas características foram adotadas pela população local, tornando-se cada vez mais complexo distinguir umas das outras, embora em certas situações se continue a inovar o parque habitacional da vila de Apúlia.

Também foram acrescentadas melhoras ao nível das tipologias interiores e dos equipamentos desses alojamentos. Elementos tais como aquecimento central, “kitchenette”, solário, lareira de sala são incluídos nos apartamentos. É utilizada uma diversidade de materiais de melhor qualidade, mais nobre, introduzindo-se redes de televisão via satélite, vídeo porteiro nos edifícios multifamiliares.

A origem e natureza do promotor desempenham um papel na arquitetura. As habitações dos proprietários individuais são geralmente isoladas num lote. São diversificadas, na medida em que são preconizadas não apenas por arquitetos, como por engenheiros civis e agentes técnicos, não obstante das “ideias” e necessidades dos diferentes requerentes. A consequência desta combinação origina múltiplas inspirações, oriundas desde revistas da especialidade a influências de outras regiões, designadamente estrangeiras.

No caso de se tratar de um promotor empresário, as habitações são estandardizadas, por razões económicas. No caso das moradias unifamiliares, assiste-se à difusão de um novo paradigma de casas geminadas em banda, o que contribui para a homogeneização da construção em determinados espaços.

Contudo, a massificação e a industrialização da construção de edifícios de habitação com a participação mais ativa das empresas construtoras neste tipo de mercado, as áreas de maior pressão, apresentam uma variedade diversificada quanto à conceção de empreendimentos. Os edifícios não ultrapassam os três pisos acima do solo, todavia o espaço está longe de constituir uma massa edificada incaracterística e homogénea. É portanto possível reconhecer, pela arquitetura urbana, distintas áreas caracterizadas por aspectos de construção, volumetria ou densidade.

4.2 Instrumentos de ordenamento do território, de planeamento e gestão urbanística influentes na morfologia da vila de Apúlia

O ordenamento do território, o planeamento urbanístico e a gestão urbanística são instrumentos e processos operativos de regulação, tendo por objeto disciplinar e regular o meio urbano. Neste sentido, é possível separar as diferentes ferramentas que apontam formas e morfologias diferenciadas, traduzindo-as em tipologias e usos dos solos. Estas características são distintas por três dimensões distintas onde se enquadram determinada tipo de forma urbana segundo a escala da abordagem. Deste modo, interliga-se o tipo e escala do instrumento à dimensão da forma urbana (Fig. 32).

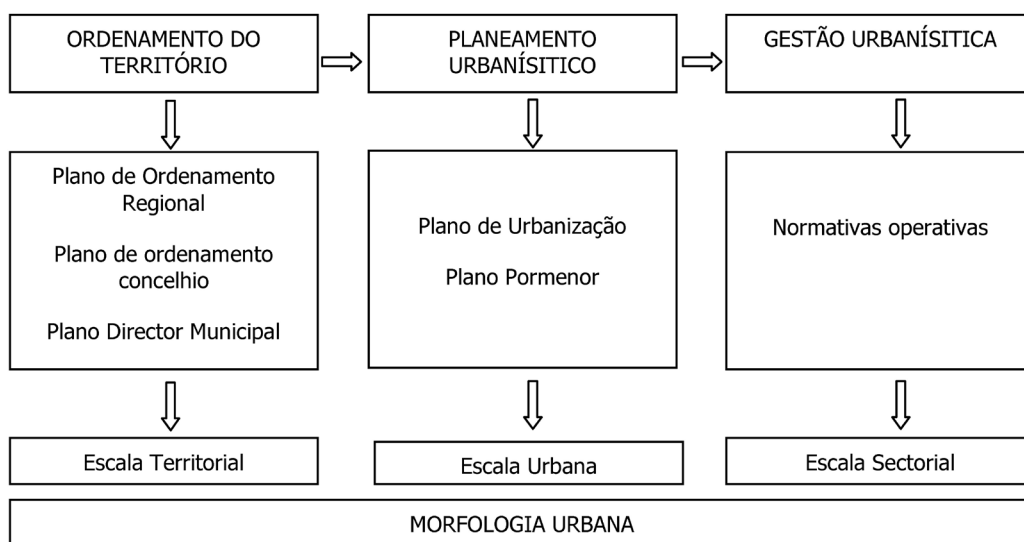


Fig. 32 - Esquema de abordagem interpretativo. Elaborado pelo autor, 2013.

Ao longo do tempo, o território tem vindo a ser alvo de acertos e ajustes com o intuito de aperfeiçoar e qualificar a relação do Homem com o meio. A análise dos instrumentos operativos que interferem no meio urbano e que moldam a forma urbana da vila de Apúlia, são essenciais para o entendimento do seu processo de crescimento. A análise dos planos torna-se essencial para o entendimento das interposições implementadas (do nível nacional ao autárquico), apurando quais os resultados obtidos e se, de alguma forma, foram influenciadores na morfologia da vila de Apúlia.

Na tentativa de acompanhar o dinamismo da vila de Apúlia, diferentes instrumentos de ordenamento do território e de gestão urbanística têm sido implementados. Estes

instrumentos operativos pretendem travar condicionalismos urbanísticos que contribuíram, de certa forma, para o peculiar processo morfológico nas aglomerações próximas do mar, nomeadamente na vila de Apúlia.

A vila do litoral norte tem sido sujeita a pressões territoriais e urbanísticas, revelando-se incapazes de responder às solicitações humanas. Vários fatores determinaram essa pressão. O fenómeno da sazonalidade na segunda metade do século XX é uma delas. Numa conjuntura de estabilização, não só da Europa como também em Portugal, proliferaram os movimentos de imigração. Os emigrantes regressam ao país de origem, com alguma capacidade económica. Há francas melhorias ao nível da saúde, registando-se um aumento populacional com a diminuição dos casos de doença. É com o “esflorescer da riqueza” que surge o efeito da procura balnear. Importante referir que o Estado Novo já vinha fomentando políticas de férias – FNAT¹¹, que espoletou a construção de colónias de férias, a cargo do Estado, pelas zonas balneares do país, incluindo-se as colónias de férias da vila de Apúlia.



Fig. 33 - Proposta do Ante Plano urbanístico de Apúlia da autoria de Viana de Lima à escala 1:2000. in Filipe, 2007, p. 42.

Com efeito, da sazonalidade surge o primeiro aldeamento familiar (loteamento). Depois do 25 de Abril, famílias inteiras e/ou grandes grupos de amigos oriundos principalmente de Braga e Barcelos, vêm para a praia da vila de Apúlia. Numa primeira fase, tratava-se de campismo selvagem, mas rapidamente os campistas adquirem parcelas, construindo pequenos loteamentos, onde depois iam construindo suas habitações secundárias. Os mesmos localizam-se na zona sul, próximo da colónia de férias, ligeiramente afastados do núcleo urbano da vila. Estes loteamentos não têm qualquer tipo de meca-

¹¹ FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, a semelhança dos modelos do fascismo italiano (Dololavoro) e alemão (Kraft Durch Freude), o Estado fomenta uma política de férias, como forma de controlo das populações.

nismo operativo, daí a carência de passeios, largos, estacionamento no espaço público, não sendo obrigatório, na época, não eram definidos ou construídos.

O ingresso de Portugal na União Europeia (U.E.) nos anos 80, teve uma influência fundamental na qualidade de vida da sociedade nacional, criando um cenário de conforto e bem-estar. A qualidade de vida para a U.E. é significativamente relevante no que respeita a conforto e bem-estar, criando um conjunto de infra-estruturas numa economia de retaguarda, principalmente nas cidades localizadas em torno de Apúlia, ou nos concelhos vizinhos do interior que normalmente, são o vetor de grande influência das grandes migrações e do efeito da sazonalidade. Não havendo capacidade de conter o fenómeno de praia, e sendo um período de “fácil dinheiro”, inicia-se um processo de construção sem grandes regras, de onde surge a necessidade de disciplina, nomeadamente de elaborar planos. Este período caracteriza-se por uma situação financeira que privilegia o investimento que se vai materializando no meio urbano. Associado, está igualmente implícito o investimento nas infra-estruturas de mobilidade, o que acelera e intensifica as dinâmicas, os movimentos pendulares.

Esta incapacidade deve-se, em grande parte, ao fenómeno de sazonalidade, que cria assimetrias de ocupação ao longo do ano, iniciado com carácter mais intenso na década de 1960.

Nesta sequência, surge um novo paradigma na regulação do espaço urbano, há uma tomada de consciência da parte dos decisores (atores políticos) e são criados instrumentos de regulação, como acontece na vila de Apúlia, pela primeira vez com o Ante-Plano de Urbanização (Fig. 33) da autoria do Arquitecto Viana de Lima, na década de 1960. Muito embora este plano não tenha sido materializado, definiu estratégias, nomeadamente para equipamentos catalizadores de movimentos.

4.2.1 A Escala territorial: ordenamento do território

Plano Regional de Lisboa e Porto

Numa macro escala de ação e assumido as diferentes diretrizes do Estado, a vila da Apúlia volta a estar incluída no processo. Não influencia diretamente a forma, mas dilui-se no âmbito geral, de forma indireta, através dos vetores orientadores.

A primeira abordagem da elaboração de planos à escala concelhia é traduzida no Decreto-lei n.º 560/71, de 17 de Dezembro. Ainda que focado na figura do Plano Geral de Urbanização, deixa em aberto a possibilidade, para além de serem elaborados para as

sedes de concelhos, abranger outras povoações de dimensões significativas.

Sobre a coordenação de Manuel Costa Lobo¹², e com intenção de colmatar a necessidade de uma gestão de ordenamento do território no norte do país, foi criado o Plano Regional de Porto e Braga¹³, de acordo com uma estratégia de política urbana. A tentativa de “descentralização” pretendia uma aproximação entre a população e o território. Para isso, seria necessária uma correção gradual dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento. A política regional pretendia equacionar e repor o equilíbrio entre as populações, os equipamentos sociais e a localização das atividades e infra-estruturas.

Embora não explícito na vila de Apúlia, a política apontava para a criação de áreas urbanas (e industriais, no caso de cidades como Lisboa ou Porto), promovendo investimento em zonas de maior rentabilidade, com respostas provisórias de promoção de condições sociais.

Como forma de conciliação desses objetivos, o poder político define um paradigma de desenvolvimento que visa o solucionamento gradual das desproporcionalidades regionais, nomeadamente:

- Um maior equilíbrio regional dos níveis de vida e oportunidades de progresso social, mediante a criação de emprego e adequadamente renumerados, assim como a localização mais “consciente” dos equipamentos coletivos;
- Um reforço das estruturas produtivas das regiões, conducentes a maior complementaridade e competitividade pela reconversão e diversificação das atividades económicas;
- A concentração de investimentos em áreas que apresentam reais potencialidades de desenvolvimento, com exigência de compatibilização de crescimento global com maior equilíbrio regional;
- A reestruturação da distribuição territorial humana e da localização das atividades, fundamentada na conceção de uma rede urbana devidamente hierarquizada;
- A participação efetiva das populações em orgânica representativa, que assegure a inserção dos interesses regionais nas diversas fases de planeamento (Dias, 2005).

¹² Manuel Costa Lobo: Urbanista profissional de 1963 a 1990, elaborou estudos de planeamento regional e urbano em muitos lugares de Portugal e no estrangeiro.

¹³ Decreto- Lei 124/73 de 24 março: Adota medidas atinentes à elaboração do plano geral de urbanização da região do Porto e Braga.

Procura-se uma estruturação do território regional (como também a outros níveis, como económico e social) com determinado grau de autonomia e dinamismo, assentes em centros regionais com a função de garantir o equilíbrio global. Esta ação quer travar o processamento de um desenvolvimento desequilibrado, sentido e centrado até então em apenas dois pólos: Lisboa e Porto.

Na vila de Apúlia, são recuperados os equipamentos sociais como a casa do povo, a colónia de férias, os correios, as escolas primárias, que nascem atrás, mas que acabam por estimular todo o processo. A ideia em torno da estratégia, já estava lançada sendo que o plano pretendia uma política de aproximação entre a população e os equipamentos sociais.

Plano de Ordenamento do Concelho de Esposende

Foi com base nas orientações de 1973 que Manuel Costa Lobo dá seguimento ao seu trabalho, coordenando a elaboração o Plano de Ordenamento do Concelho de Esposende (1980) segundo as linhas orientadoras regionais apresentadas no seu antecessor. As principais premissas eram o controlo do território e a mediação da utilização dos recursos, intencionados para atingir princípios específicos para o concelho de Esposende.

O estudo apontava problemas relacionados com a aglutinação dos solos com aptidões agrícolas e florestais, conseqüente de uma implantação “anárquica” de construções e vias de comunicação. Demonstra ainda, a preocupação na salvaguarda dos recursos naturais e na sua ocupação no território, e da falta de racionalização na sua exploração.

O plano refere a preocupação sobre o problema da implantação de construção ou de infraestruturas sobre as areias e dunas primárias, recomendando-se a suspensão deste tipo de ação (Abrantes et al, 1981).

A proposta de plano de ordenamento do território pretendia assegurar uma melhoria da qualidade de vida das populações. Para isso, enumera um conjunto de medidas de salvaguarda dos recursos do concelho e aponta soluções conducentes à recuperação ambiental das “delapidações” paisagísticas observadas.

O plano concelhio introduz os espaços R.A.N. e R.E.N. no plano de ordenamento do concelho. É nesta altura que surgem licenciamentos sem critérios e com forte componente

em prol do “particular”. Não obstante da existência do Plano Regional, o crescimento das áreas urbanas efetiva-se de forma pouco criteriosa e com uma componente no “interesse particular”. Podemos dizer que não tinham nenhum critério em especial, as coisas iam “simplesmente acontecendo”.

A tomada de consciência da situação leva à elaboração do Plano Geral Urbanização da Apúlia (Fig. 34) em meados dos anos de 1980. Na tentativa de travar o crescimento desregulado, TECNOPOR, Consultores técnicos, faz o levantamento da situação existente (1986) e apresenta uma proposta com regras e critérios de contenção do fenómeno. Refere-se na memória descritiva que o objetivo fundamental procura a definição de uma ocupação de solo equilibrada sob o ponto de vista urbanístico e ecológico, assim como a criação de condições que favorecem a gestão dos recursos físicos, técnico, económicos e humanos, vindo sempre ao encontro das políticas lançadas nos planos anteriores.

A análise do plano expressa graficamente a grande preocupação na contenção do espaço urbano. Os autores utilizam o sistema viário como elemento regulador do crescimento, propõem a construção de equipamentos dinamizadores em diferentes locais da vila.



Fig. 34 - Plano Geral de Urbanização da Apúlia, Síntese de Condicionantes – Zoneamento existente – esc. 1:5000, da autoria da TECNOPOR, Consultores técnicos, lda., Fevereiro 86. C.M. de Esposende, Divisão de Gestão Urbanística.

Todavia, esse plano não passou de intenções, à semelhança de todos os seus antecessores, nunca teve eficácia prática, nem qualquer tipo de efeito na forma do aglomerado. No entanto, esta dinâmica de crescimento vai influenciar o Plano Diretor Municipal de Esposende, de 1994, que vem acabar de vez com o crescimento desregulado do espaço urbano.

O plano de ordenamento do concelho e a proposta de plano de urbanização nunca passaram de intenções que nunca foram postas em prática. Todavia, há que referir que foi um exercício ligado à mudança de políticas de ordenamento no espaço territorial. Assente em pressupostos da interpretação feita do Plano Regional do Norte, serviu de orientação na gestão territorial onde, entre outras medidas, foram definidas áreas de reserva agrícola. Do mesmo modo, o Plano de Ordenamento do Concelho de Esposende auxiliou a Direção Regional Norte na emissão de pareceres, nas situações em que a Câmara Municipal de Esposende não detinha soberania para deliberar, nomeadamente nos processos de gestão urbanística, estreitando o relacionamento entre entidades municipais e regionais.

Mais uma vez, os mecanismos de ordenamento e tentativas de regulação não deixam de ser processos empíricos que acabam por não ter qualquer tipo de eficácia na prática, no território e, conseqüentemente, nas diferentes dimensões morfológicas da vila de Apúlia.

Plano Diretor Municipal de Esposende

O decreto-lei n.º 208/82 de 26 de maio veio definir as linhas mestre do regime do Plano Diretor Municipal (P.D.M.) como instrumento de ordenamento do território, uma figura introduzida pela primeira vez em 1977, na lei das atribuições e competências dos respetivos órgãos (Lei n.º 79/77, de 25 de outubro).

Na década de 1990, o Decreto-Lei n.º 69/90 de 2 de março, veio regular a elaboração, aprovação e ratificação dos planos municipais de ordenamento do território (P.D.M., P.U. e P.P.) e impor, para efeitos de expropriação, que as câmaras municipais promovessem a elaboração e aprovação dos planos diretores municipais (alterado posteriormente pelos Decretos-Lei n.º 211/92, de 8 de outubro e 155/97, de 24 de junho).

A Assembleia Municipal de Esposende aprova, em 2 de Novembro de 1993, o Plano Diretor Municipal (Fig. 35, 34) que resulta, na sua legitimação, no diploma do Conselho de Ministros n.º 31/94, de 7 de abril de 1994. Apresenta um quadro estratégico para o

desenvolvimento do concelho de Esposende. Condicionados pelas funções que lhes estão reservadas nos contextos regionais e sub-regionais, são apresentados possíveis cenários para o desenvolvimento do concelho. Dependente das linhas diretrizes apontadas pela câmara, o P.D.M. veio introduzir um “moderno” dinamismo no desenvolvimento do território, no sentido de alcançar e promover a organização do espaço.

O P.D.M. de Esposende define políticas estruturantes que visam um melhoramento da relação dos fenómenos antropológicos com o território. Perante a expansão descontrolada da construção geradora de perturbações no desenvolvimento global concelhio, criam-se políticas de ordenamento do território. As políticas relacionam-se com a infra-estruturação, em prol do quadro de vida do município. A vila de Apúlia é identificada como sendo uma prioridade nesta área de intervenção. Identicamente, os solos agrícolas foram alvo de alteração de definição de sua área no território (Reserva Agrícola Nacional – RAN - Decreto-Lei n.º 196/89 de 14 de junho). Sendo que o local apresenta um elevado potencial, desenvolvem-se políticas para promover um crescimento do setor turístico.

Como é o caso da vila de Apúlia, caracterizada por um misto entre habitações de uso permanente e proliferação de residências e alojamentos de uso ocasional. Os serviços municipais produzem políticas de forro social, nomeadamente nas áreas do ensino, da formação profissional, da habitação social, assim como nas perspetivas de aperfeiçoamento dos cuidados de saúde. Ao nível ambiental, os recursos hídricos e a atividade florestal são objeto de medidas, nomeadamente a criação de uma área de paisagem protegida do litoral de Esposende que acarreta a missão de salvaguardar o património natural.

Realizam-se estudos complementares relativamente à limitação das áreas de território em Reserva Agrícola Nacional (R.A.N.) e Reserva Ecológica Nacional (R.E.N.). Por um lado, o plano pretende repor a harmonia entre o espaço e o fenómeno urbano, decorrente do modelo de expansão urbana estabelecido, de certo modo desestruturado. Por outro, potenciar oportunidades de desenvolvimento nas várias componentes do concelho (turísticas, agrícolas, etc.), através da dotação e revitalização de espaços. Daí resulta a restrição da construção em determinadas áreas do aglomerado, com especial atenção aos solos de maior aptidão agrícola e à potencialidade do seu desenvolvimento. Ainda numa diminuição de caráter pouco significativo, ocorre a desafetação de espaços R.A.N.: a “exceção” cinge-se a áreas já comprometidas com edificações de forma a permitir uma ação de regulação.

A constante proliferação de construções verifica-se por todo o território, eviden-

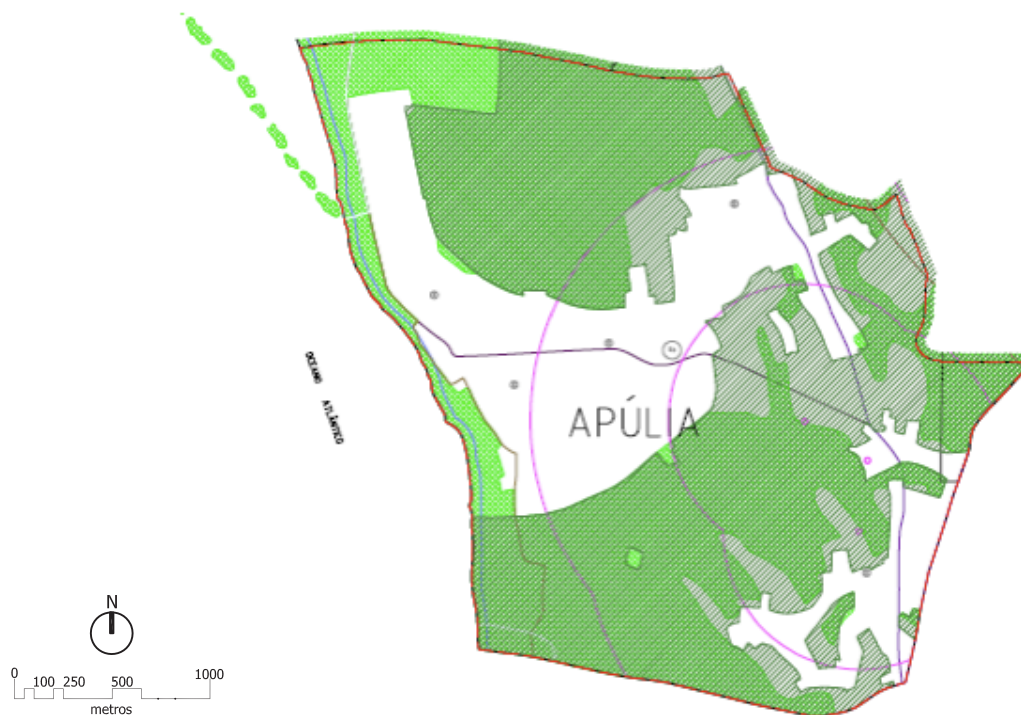


Fig. 35 - Extrato do Plano Diretor Municipal, Planta de condicionante da freguesia de Apúlia. C.M. de Esposende, cartografia digital, voo de 2008.

ciando-se, especialmente, a orla costeira, nomeadamente na vila de Apúlia. Intensifica-se cada vez mais no litoral, com causa atribuída à procura turística, ao fenómeno da sazonalidade. Designam-se espaços de salvaguarda prioritária para a perseverança ecológica e a estabilidade dos recursos. Curiosamente, não estão contempladas as áreas de fortes riscos de erosão costeira latentes em Apúlia. O problema perdura, agora com consequências: a erosão costeira movimenta o cordão dunar que, consequentemente, provoca a queda de construções implantadas “anarquicamente” sobre o lugar das Pedrinhas.

O Plano Diretor Municipal de Esposende tem por base os anteriores planos, que lançam diretrizes para a sua elaboração, nomeadamente no que diz respeito ao polígono de contenção do espaço urbano. Como já referido, os antecessores planos nunca tiveram eficácia como elementos de regulação, não passando de meras intenções. Todavia, serviram, pontualmente, para definir ocupações no território, diferentes orientações na estrutura do urbano. O Plano Diretor Municipal de Esposende acaba por absorver todos os planos antecedentes e sintetizar toda a mecânica de planeamento (vindo a ser apontado nas décadas de 1970 (plano regional) e 1980 (Plano de Ordenamento Concelhio e Plano Geral de Urbanização)) que nunca passou de estratégica, vertendo tudo num documento, que agora é eficaz.

O Plano Diretor Municipal de Esposende, designadamente em Apúlia, define a forma do

aglomerado urbano. De facto, a contenção, que o polígono do plano impõe, resulta na forma da “bolha ou bota”, identificável nas plantas de ordenamento e condicionantes do plano. Por sua vez, essa zona limitada procura conter implantações erigidas de modo “avulso” no território de Apúlia. O documento procura ter uma ação de contenção, mas também adição e ordenação do flagelo dos licenciamentos de edificações dispersas no território, através do limite materializado no Plano Diretor Municipal, transportado das anteriores estratégias. Todas essas ações contribuirão para a atual forma do aglomerado da vila.

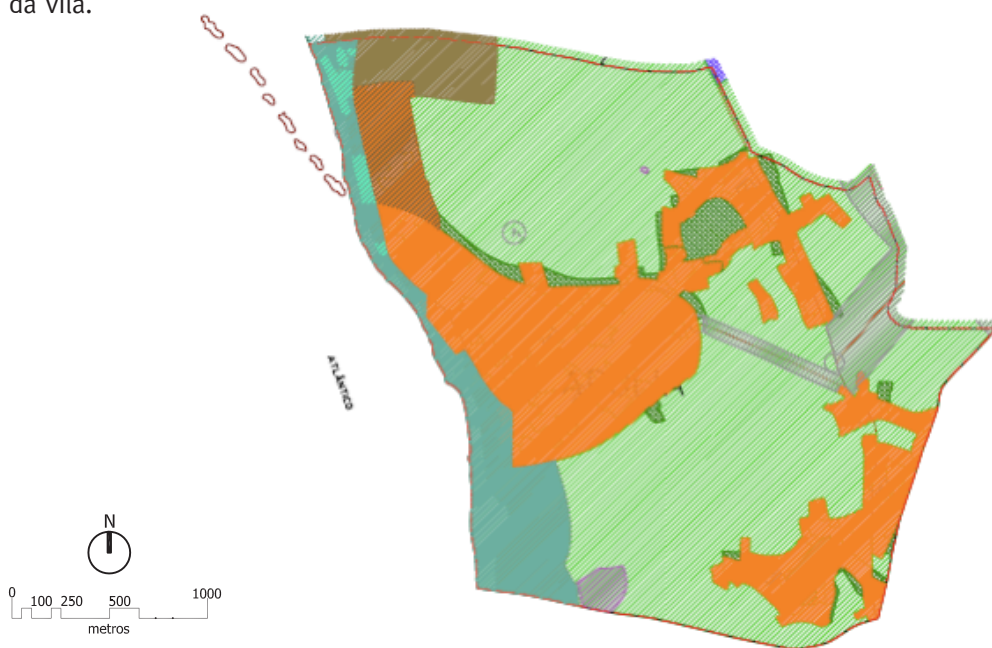


Fig. 36 - Extrato do Plano Diretor Municipal, Planta de condicionante da freguesia de Apúlia. C.M. de Esposende, cartografia digital, voo de 2008.

4.2.2 A Escala territorial: planeamento urbanístico

Ao referir o ordenamento, tratamos de uma macro-escala. Os planos de ordenamento interferem na forma do aglomerado urbano, definindo unicamente manchas presupostas em ordenar, tal objetivo é primordial nos planos de ordenamento. No entanto, os mesmos perdem eficácia quando se trata da forma urbana, quando se passa para a escala de rua ou setorial, estes planos não definem qualquer tipo de estrutura. O plano de ordenamento define manchas, mas não tem qualquer tipo de eficácia numa escala de definição de estruturas e de desenho urbano. Torna-se, por isso, necessário definir a localização e implantação dos equipamentos, espaços de mobilidade e índices de ocupação.

Não basta uma mera localização de equipamentos, urge também preencher ou definir os espaços intersticiais. Os Planos de Urbanização e Planos Pormenores são, normalmente, as ferramentas de determinação de todas as estruturas de uma determinada

área, como ruas, equipamentos, espaços públicos, entre outros. Pode-se reter que os Planos de Urbanização e Planos Pormenor infra-estruturam as diferentes manchas determinadas na Planta de Ordenamento dos P.D.M.'s.

No caso da vila de Apúlia existiram vários. No entanto, nunca tiveram qualquer tipo de eficácia prática e, portanto, não influenciaram a forma urbana. No entanto, são sinalizados de um modo sintético:

Plano Geral de Urbanização da Zona Litoral a sul do Rio Cávado

Da autoria do arquiteto Carlos Carvalho Dias, surge em 1973 o Plano Geral de Urbanização da Zona Litoral a sul do Rio Cávado (Fig. 37), designadamente as freguesias de Fão e Apúlia. Refere-se que a zona de intervenção para a vila de Apúlia localiza-se na área do centro urbano, designadamente os lugares de areia e igreja. Na planta de zoneamento do plano observa-se a proposta de regulação do espaço urbano. O autor determina áreas de diferentes densidades e de expansão do urbano. Propõe-se a construção de uma escola primária, assim como a inclusão de áreas ajardinadas e zonas de estacionamento.

Observa-se que o autor determina uma via de circulação para a contenção da expansão, embora ainda não tenha acontecido a “explosão” urbana.

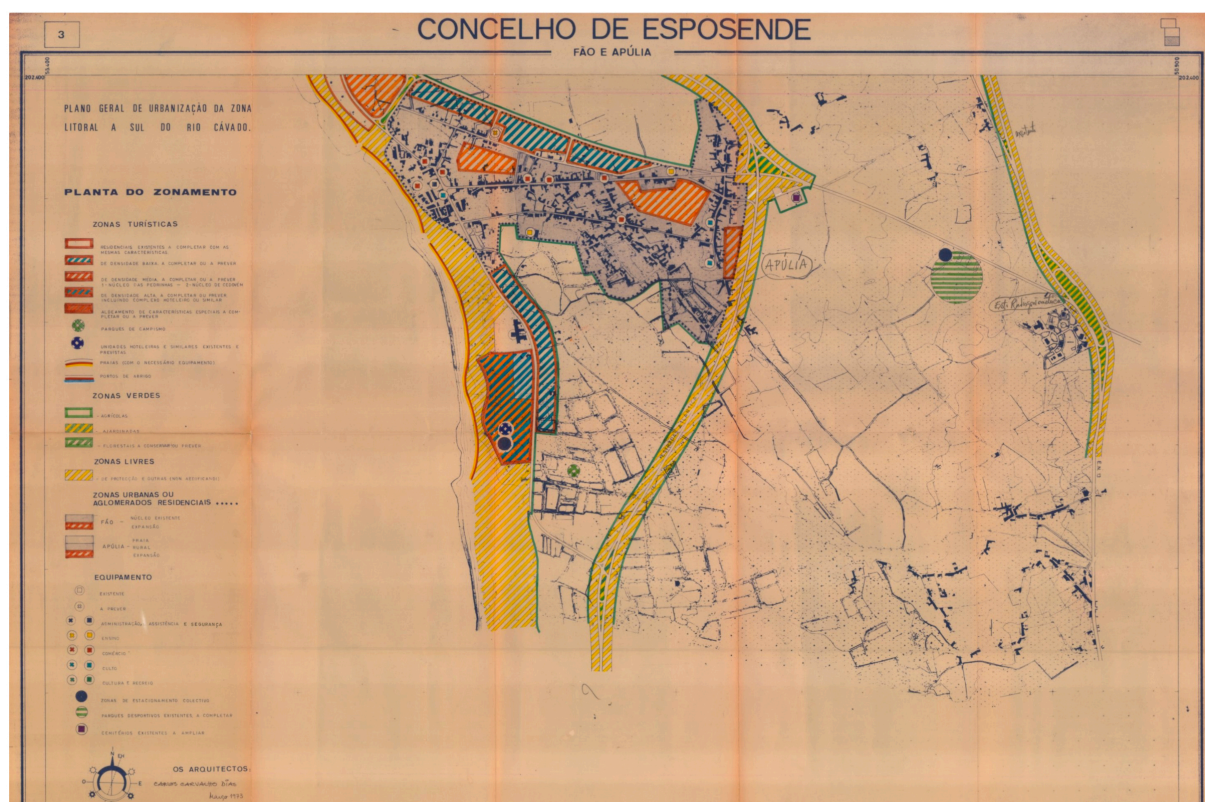


Fig. 37 - Extrato do Plano Geral de Urbanização da Zona Litoral a Sul do rio Cávado, Planta de Zoneamento, Carlos Carvalho Dias, 1973. C.M. de Esposende, Divisão de Gestão Urbanística.

Plano Geral de Urbanização de Apúlia, 1987

Após a realização de vários estudos de Plano Geral de Urbanização entre Ofir, Fão e Apúlia (desde 1982), a Câmara Municipal adjudica ao mesmo grupo de trabalho um Plano Geral de Urbanização da vila de Apúlia (Fig. 38), a Tecnopor – Consultores Técnicos, Lda., em 1986. Conforme anteriormente referido, o plano surge de uma tomada de consciência na luta contra a expansão desregulada. À procura de um equilíbrio entre o urbano e o rural ou natural, a planta síntese do plano demonstra uma preocupação significativa em conter o crescimento desregulado do espaço urbano. Propõe-se que a estrutura viária funcione como elemento regulador da expansão urbana. Tal como em todos os planos a esta escala, são também propostos equipamentos, estacionamentos, entre outros, elementos capazes de dinamizar e regular o espaço urbano da vila.

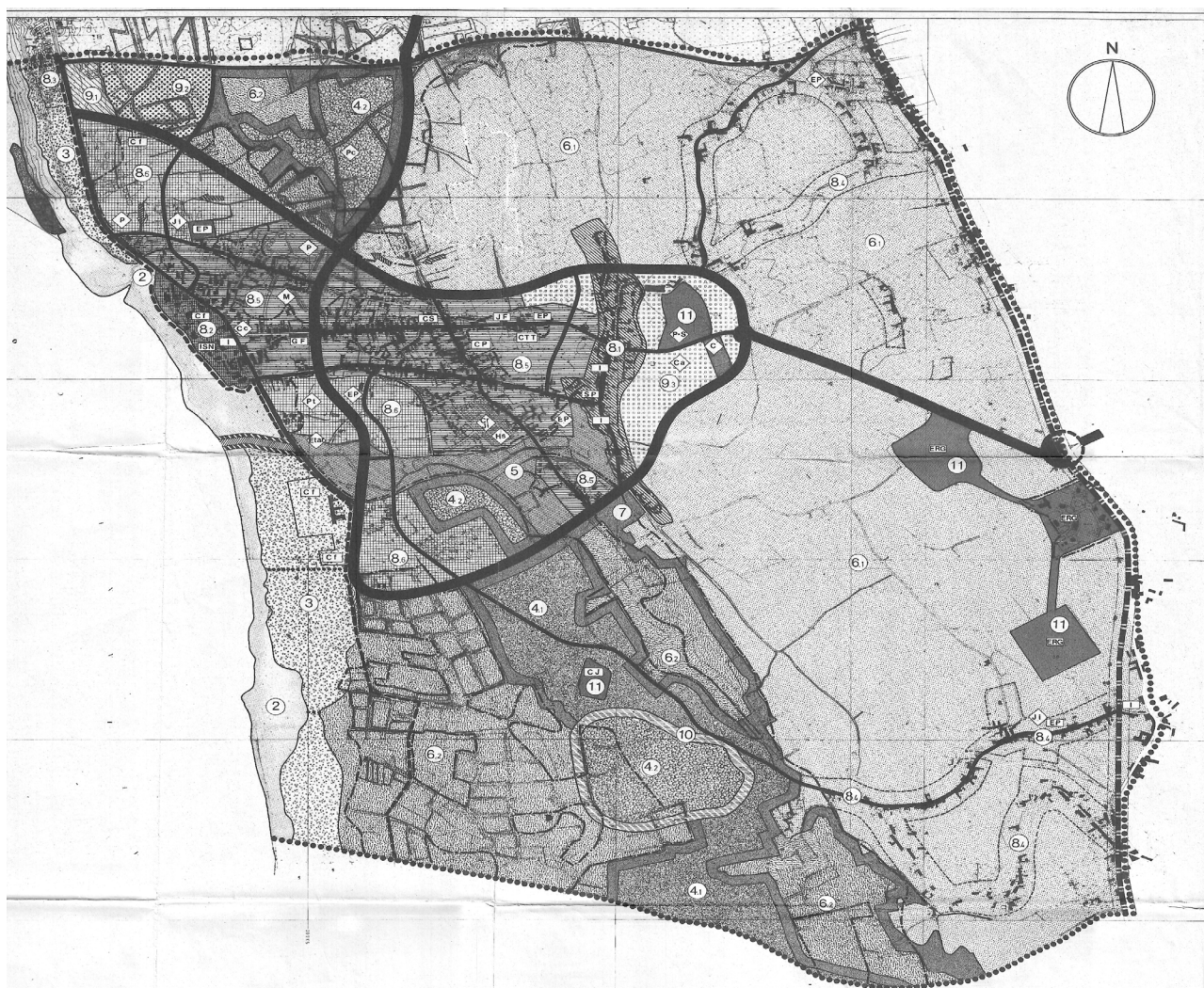


Fig. 38 - Plano Geral de Urbanização de Apúlia, Planta síntese – solução proposta – esc. 1:5000, da autoria da TECNOPOR, Consultores técnicos, lda. Março de 1987. C.M. de Eposende, Divisão de Gestão Urbanística.

Plano Geral de Urbanização de Apúlia, 1995

A implementação do Decreto-Lei n.º 69/90 de 2 de março providenciou o investimento num levantamento aerofotogramétrico que esteve na base do Plano Geral de Apúlia (Fig. 39) de 1995. A PLANUM – Assessorias e Projetos, Lda. foi autora de um estudo que integra um plano pormenor da área contígua à praia da Couve no lugar de Areia, propondo uma planta de pavimentos e a extensão da rua do Cônego. O plano defende uma reestruturação do espaço privado, nomeadamente do sistema de vias e da qualificação dos espaços vazios. É proposta a implantação de três edifícios que visam harmonizar o conjunto de ocupação de espaço urbano de forma coerente com a sua envolvente. O plano sugere o estabelecimento de uma disciplina urbanística a um meio urbano que sente significativas pressões urbanísticas e dinâmicas espontâneas de transformação, que nem sempre tomaram rumos ajustados.



Fig. 39 - Plano Geral de Urbanização da vila de Apúlia, Planta síntese – solução proposta – esc. 1:5000, da autoria da PLANUM, Assessorias e Projetos, Lda. Fevereiro de 1995. C.M. de Esposende, Divisão de Gestão Urbanística.

Plano Geral de Urbanização de Apúlia, 1996

Em 1996, um Plano de Urbanização de Apúlia (Fig. 40) é apresentado pelo atelier Manuel Fernandes de Sá, lda.. A proposta propõe questionar e refletir sobre os modelos de intervenção e ordenamento de determinadas áreas do território em prol da eficácia de uma gestão futura. Procura-se um ordenamento cuidado que apoie uma gestão eficaz das pressões exercidas sobre determinadas áreas e que, de forma gradual e sustentada, providencie adequadas condições, vivência para as populações residentes e flutuantes da vila de Apúlia. A solução enquadrar-se-ia na consolidação do tecido urbano existente e na necessidade da expansão de novas áreas.

Com vista na dinamização do uso cívico e turístico do espaço urbano da vila de Apúlia, o Plano de Urbanização apresenta-se com características de melhoria da proteção ambiental e arquitetónica local e na requalificação do espaço público: coordenam-se intervenções no espaço público face às intervenções nos espaços privados, nomeadamente as transformações morfológicas e de utilização.

O plano apresenta uma estratégia com linhas de orientação definidas: fixar uma rede viária estruturante e criar uma rede viária complementar, dotando a vila de percursos pedonais; respeitar o cadastro e os edifícios existentes; proceder ao ajustamento do zoneamento; selecionar edifícios que, pela qualidade e características arquitetónicas, possam constituir uma ponte entre o passado e o futuro de Apúlia; localizar alguns equipamentos geradores de novas centralidades e potencialidades de maior urbanidade. De forma muito sucinta, podemos referir que o Plano de Urbanização de Apúlia iniciado em 1996 tem como principal objetivo a promoção de uma gestão urbanística funcional e de qualidade, potenciando a vila.

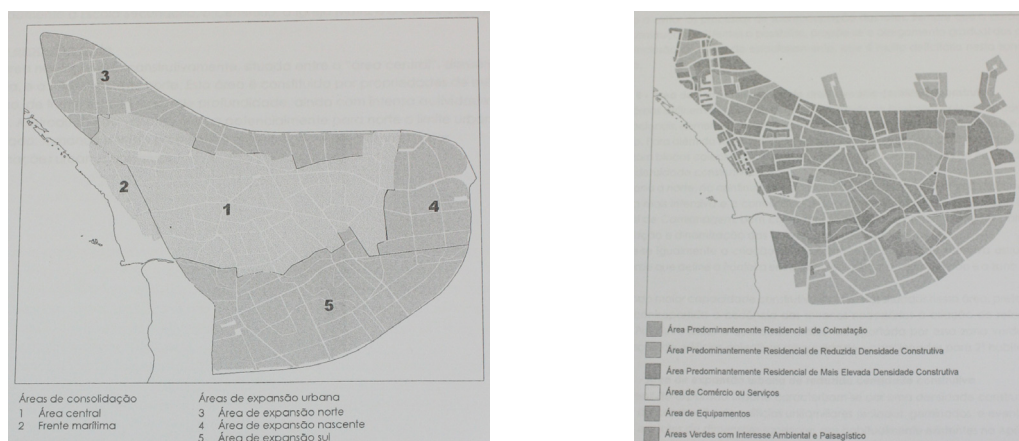


Fig. 40 - Extrato da proposta de intervenção do Plano Geral de Urbanização da Apúlia – soluções propostas: expansão e ocupação de solo, da autoria Manuel Fernandes Sá, lda. Fevereiro de 1996. C.M. de Esposende, Divisão de Gestão Urbanística.

4.2.3 Escala setorial: Mecanismos de normativas operativas

A gestão urbanística trata do fornecimento de mecanismo de regulação do espaço urbano à escala da rua. Existem movimentos que influem diretamente na forma urbana, nomeadamente as normativas operacionais, ou seja, que regula e controla o subsistema urbano com normas legais, mas, ao contrário dos anteriores instrumentos, com a particularidade de serem de facto aplicados em contexto prático.

O Regulamento Geral de Edificações Urbanas (R.G.E.U.) surge da necessidade de se atualizarem as disposições do Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas aprovado pelo Decreto de 14 de Fevereiro de 1903. O regulamento do início do século XX procura estabelecer normas relativamente às condições de higiene e salubridade do espaço urbano. Entre outros elementos, são reguladas as cérceas das edificações em relação com as ruas, medidas que provêm da preocupação de exercer um planeamento e uma gestão urbanística, associados à salubridade pública.

Desde há muito que se tem por necessário uma intervenção que exerça não apenas no sentido de tornar as edificações urbanas salubres, mas também no de as construir com os exigidos requisitos de solidez e defesa contra risco de incêndio, como ainda de lhes garantir condições mínimas de natureza estética, não contemplados no regulamento de 1903. O R.G.E.U. tem uma função diretiva e disciplinadora, onde lhe cabe exercer sobre as atividades relacionadas com as diferentes espécies de edificações, salvaguardando os interesses da coletividade. O objetivo era de tornar a vida da população mais sadia e agradável e de dar aos núcleos urbanos e rurais um desenvolvimento correto, harmonioso e progressivo. O diploma subordina a ilegalidade de executar edificações sem prévia licença camarária, às quais incumbe uma ação fiscalizadora do cumprimento do R.G.E.U. e a produção de regulamentos municipais.

Algumas medidas impostas refletem-se no espaço e no desenho do urbano à escala da rua. Comprova-se a afirmação pelo que estabelece no art. 59º que *“a altura de qualquer edificação será fixada de forma que em todos os planos verticais perpendiculares à fachada nenhum dos seus elementos (...), ultrapasse o limite definido pela linha recta a 45º, traçada em cada um desses planos a partir do alinhamento da edificação fronteira, definido pela intersecção do seu plano com o terreno exterior”* (Decreto-lei n.º 38 382 de 7 de Agosto de 1951). O documento regula também o afastamento entre fachadas com vãos de iluminação (art. 60º), todavia permite uma intervenção camarária no sentido de estabelecerem obrigatoriedades em determinados locais, como a construção

de edificações recuadas em relação aos limites do arruamento ou fixar a profundidade mínima do recuo. O R.G.E.U. é um documento que regula as alturas máximas para garantir salubridade, mas também afastamentos entre vãos de janelas, influenciando a forma de um modo objetivo.

Na vila de Apúlia este diploma teve influência, nomeadamente no que diz respeito à relação dos edifícios com a rua, afastamentos entre habitações, mas principalmente na melhoria das condições de vivência nos edifícios de habitação.

O decreto-lei n.º 400/84, de 31 de Dezembro é o mais operacional de todos, no que diz respeito às operações de loteamento, desde a primeira regulamentação relativa aos loteamentos urbanos (Decreto-lei n.º 46 673, de 29 de Novembro). O Regime Jurídico dos Loteamentos Urbanos pretende pôr fim ao fenómeno enfermo dos loteamentos clandestinos. Determina o controlo e a viabilização da divisão das parcelas em avos, que passa a carecer de parecer favorável dos serviços técnicos das câmaras. A inclusão da medida põe cobro, de uma vez por todas, aos loteamentos clandestinos em Portugal, deixando para trás, a sua marca nos solos em torno dos aglomerados principalmente localizados

QUADRO I
Parâmetros de dimensionamento

Tipologia de ocupação	Espaços verdes e de utilização colectiva (m)	Equipamentos de utilização colectiva (f)	Infra-estruturas T	
			Arruamentos (Z)	Estacionamento (#)
Habitação.....	25 m ² /120 m ² a. b. c. hab. (ou 25 m ² /fogo no caso de moradias unifamiliares).	35 m ² /120 m ² a. b. c. hab. (ou 35 m ² /fogo no caso de moradias unifamiliares).	Perfil tipo ≥ 9,3 m (*)... Faixa de rodagem = 6,5 m (Ω) [(2,0 m)(×2) est.]... Passeio = 1,4 m (×2)... (¶) [(1,0 m)(×2) árv.] ...	1,5 lugar/120 m ² a. b. c. hab.
Habitação/comércio/serviços.	25 m ² /120 m ² a. b. c. hab. 25 m ² /100 m ² a. b. c. com. 25 m ² /100 m ² a. b. c. serv.	35 m ² /120 m ² a. b. c. hab. 25 m ² /100 m ² a. b. c. com. 25 m ² /100 m ² a. b. c. serv.	Perfil tipo ≥ 10,5 m (*) Faixa de rodagem = 7,5 m (Ω) [(2,25 m)(×2) est.]... Passeio = 1,5 m (×2)... (¶) [(1,2 m)(×2) árv.] ...	Habitação: Dois lugares/120 m ² a. b. c. hab. Comércio: Um lugar/50 m ² a. b. c. com. para establ. > 200 m ² e ≤ 1000 m ² . Um lugar/25 m ² a. b. c. com. para establ. de 1000 m ² a 2500 m ² . Um lugar/15 m ² a. b. c. com. para establ. > 2500 m ² .
Serviços e comércio (*).	25 m ² /100 m ² a. b. c. com. 25 m ² /100 m ² a. b. c. serv.	25 m ² /100 m ² a. b. c. com. 25 m ² /100 m ² a. b. c. serv.	Perfil tipo ≥ 11,5 m (*) Faixa de rodagem = 8 m (Ω) [(2,50 m)(×2) est.]... Passeio = 1,5 m (×2)... (¶) [(1,2 m)(×2) árv.] ...	Serviços: Três lugares/100 m ² a. b. c. serv. para establ. ≤ 500 m ² . Cinco lugares/100 m ² a. b. c. serv. para establ. > 500 m ² . Indústria: Um lugar/150 m ² a. b. c. ind.
Indústria.....	20 m ² /100 m ² a. b. c. ind.	10 m ² /100 m ² a. b. c. ind.	Perfil tipo ≥ 12 m (*)... Faixa de rodagem = 9 m (Ω) [(2,5 m)(×2) est.]... Passeio = 1,5 m (×2)... (¶) [(1,0 m)(×2) árv.] ...	

Fig. 41 - Quadro n.º 1, da Portaria n.º 1182/92 de 22 de Dezembro – Parâmetros e dimensionamentos. Portaria n.º 1182/92 de 22 de Dezembro, Diário da República n.º 294 - I - B Série.

na orla costeira, à semelhança do que aconteceu na vila de Apúlia: repete-se uma paisagem retalhada em lotes de pequenas dimensões, por vezes indisciplinados e à margem de qualquer tipo de desenho urbano. A ausência de malha urbana e a inexistência de suporte espacial estruturado e organizado daí resultante compromete o desenvolvimento adequado do aglomerado de Apúlia. Teve uma importância significativa, na medida em que veio introduzir, de forma clara, a necessidade de infra-estruturar o espaço urbano.

Foi primordial para a introdução de passeios, vias e pavimentações, para o “re-desenho urbano” da vila. A novidade do regulamento prende-se com a obrigação dos promotores dos loteamentos serem obrigados a prestar uma caução bancária para a realização de infra-estruturas (os anteriores regulamentos de loteamentos nunca o exigiam).

Na falta de cumprimento da realização de infra-estruturas previstas no projeto aprovado (da responsabilidade do promotor), as câmaras municipais reservavam o direito de usufruir da caução para executar as obras previstas no espaço urbano em questão. Na vila de Apúlia observam-se loteamentos relativamente afastados do centro da vila, com arruamentos sem qualquer tipo de passeio ou estacionamento, em virtude dos loteamentos executados, anteriores à legislação.



Fig. 42 - Loteamento urbano, em Areia, no extremo sul da freguesia de Apúlia. C.M. de Esposende, aerofotomapa do concelho, voo 2008.

O decreto-lei n.º 448/91, de 29 de Novembro, altera o antecessor decreto-lei n.º 400/84, de 31 de Dezembro, definindo o Regime Jurídico das Operações de Loteamento e das Obras de Urbanização, o qual, por sua vez, está na origem da Portaria n.º 1182/92 de 22 de Dezembro. A portaria (Fig. 41) define regras para o loteamento, tipifica o espaço urbano, sendo por isso uma normativa operativa com eficácia prática. O diploma caracteriza os espaços públicos e uniformiza os loteamentos que até então não eram alvo de qualquer tipo de mecanismo de regulação. A portaria aporta parâmetros de dimensionamento nas parcelas de terreno de um loteamento destinadas a espaços verdes, espaços de utilização coletiva, como também as infra-estruturas viárias e estacionamento.

Em Apúlia, são assimiláveis (Fig. 42,43) os loteamentos anteriores e posteriores às diferentes regulamentações dos loteamentos urbanos. Anterior à década de 1990, permanece a ausência de passeios e estacionamento. Após esse período, o Regime Jurídico das Operações de Loteamento e das Obras de Urbanização e a Portaria n.º 1182/92, de 22 de Dezembro, já se pode verificar a aplicação dos diplomas. De facto, esse mecanismo operativo teve eficácia prática na vila, definiu o desenho urbano e consequente forma urbana ao nível do espaço público, mais propriamente dito, no que diz respeito, principalmente, aos passeios e estacionamento.



Fig. 43 - Loteamento urbano, em Pedrinhas, no extremo norte da freguesia de Apúlia. C.M. de Esposende, aerofotomapa do concelho, voo 2008.

CAPÍTULO V

TRANSFORMAÇÃO DA FORMA URBANA

5.1 Configuração inicial do assentamento

Os vestígios arqueológicos permitem recuar no tempo e procurar os mais remotos vestígios da presença humana na vila de Apúlia. O território de Apúlia (Fig. 44) sujeitou-se a constantes invasões de subidas e descidas do nível do oceano Atlântico e de movimentos das areias levadas pelos ventos fortes, perdendo-se e encontrando-se vestígios, ao longo do tempo.

O mar sempre foi um atrativo para o Homem, tendo sido a atividade piscatória um fator essencial nos crescimentos populacionais. A recolha de conchas, mariscos e moluscos era uma prática corrente, recorrendo ao uso de ferramentas em material pétreo. Através desses instrumentos, nomeadamente os “picos asturienses” e os “picos ancorenses”, encontrados ao longo da praia de Apúlia, foi possível identificar que a presença do Homem remonta ao paleolítico superior – há cerca de 12000 anos (Neiva, 2000).

Segundo Almeida *“Todos os povoados da Idade do Ferro desenvolveram estratégias de sobrevivência assentes na agricultura, na criação de animais, (...) no controlo da passagem de rios, (...) na pesca fluvial e oceânica, no aproveitamento dos mariscos e*

bivalves e naturalmente na exploração do sal” (Almeida, 2005, p. 146). Relacionado com o facto de que na *“Proto-História, os habitantes dos castros no decurso da Romanização (...) desceram para a planície litoral dando origem às villae (...)”* (Almeida, 2005, p. 146), encontraram-se nas redondezas da *“villa Mendo”* (a cerca de seiscentos metros do mar), cerâmicas do tipo romano com elementos que permitiram decifrar cronologicamente o nível médio de ocupação da *“villae”* no século II d.C.¹⁴.

A estrutura física do sitio onde se localiza a *“villae Mendo”*, compreende um conjunto de alinhamentos e uma estrutura com muros delimitadores com uma altura que atinge máximos de 2,20 metros. O aglomerado associava-se aos elementos naturais do Rio Alto e do oceano Atlântico, sendo que a *“villae Mendo”* teria sido povoada e habitada até à fundação de Portugal. Acredita-se que esta *“villae romana”* costeira situada entre a vila de Apúlia e a freguesia de Estela (Póvoa de Varzim) teria sido fundada tendo em conta que *“a via romana mais próxima do litoral passaria em Apúlia, nos sítios da Boza e na Agra de Apúlia”* (Neiva, 2000, p. 34). A antiga via romana percorria-se desde a Foz do Douro (Porto) passando pela *“villa euracini”* (Póvoa de Varzim) até Caminha. Para o interior do território, um outro percurso romano conduzia a cidade de Bracara Augusta (Braga) pela Via XX, também denominada por *“per loca marítima”* que ligava a Asturica e a Lucus ao longo do litoral. Como forma de sobrevivência, na altura, a produção e recolha de sal era de importância semelhante às atividades agrícolas e piscatórias, justificando-se a sua implantação próximo do mar.

Segundo Almeida, o sal podia ser recolhido de duas formas: produzido nas cavidades da penedra ou em gamelas fixas ou amovíveis (Almeida, 2005). É possível observar na zona de desagüamento do Rio Alto, a existência de penedos sendo provável a sua utilização para recolha de sal marinho que, mais tarde, seriam objeto de comercialização. Na villa Menendi *“uma coisa é certa: sal e peixe, em separado ou combinados, foram dois dos mais significativo vectores da sua economia”* (Almeida, 2005, p.154). Hoje ainda se mantém a toponímia Vila Mendo como lugar da freguesia vizinha da Estela (Neiva, 2000).

O mapa (Fig. 45) revela a forte localização estratégica do assentamento romano. A sua implantação surge da proximidade dos fatores geo-morfológicos, designadamente com relação direta com o Rio Alto, mas também do oceano Atlântico provido de roche-

¹⁴ O mesmo tipo de espólio foi encontrado no lugar de Paredes, dando força às suspeitas da presença romana, no lugar de Paredes, confirmando as fontes que referem o Castro de Paredes situado na Angra de Apúlia, num documento de 1111.

do que permite a extração de sal, mas também atividade piscatória. O assentamento implanta-se numa planície marítima, com excelente exposição solar, com uma morfologia territorial e fatores climatéricos adequados à prática agrícola. As atividades de extração de sal e agrícolas ganham ainda mais dinamismo com a contiguidade dos percursos e vias romanas utilizadas para o tráfego comercial.

Entre os séculos VIII e IX reinavam as guerras e instabilidades políticas em Portugal, nomeadamente as invasões muçulmanas. Todavia, a zona norte do país mantém-se intata, sem grandes pressões. Cenário diferente a sul do rio Mondego, fortemente pressionado pelo invasor árabe. A instabilidade social e militar no país contribui para a desorganização de Apúlia e da sua região: as pessoas abandonam as suas vilas, são “*terras de ninguém (...) ao Deus dará*” (Neiva, 2000, p. 35-36). Por outro lado, os senhores feudais deixam as grandes propriedades e suas unidades agrárias a pequenos proprietários e trabalhadores rurais. Com a vitória sobre os muçulmanos, as populações tentam reorganizar-se, sendo doadas terras aos senhores, que as ligam ao seu nome. Segundo Neiva, Apúlia fica célebre por “*ˆvilla Menendizˆ* ou a *ˆCasa do Senhor de Mendoˆ*, a *ˆvilla*



Fig. 44 - Imagem aérea geral da vila de Apúlia. C.M. de Esposende, aerofotomapa do concelho, voo 2008.

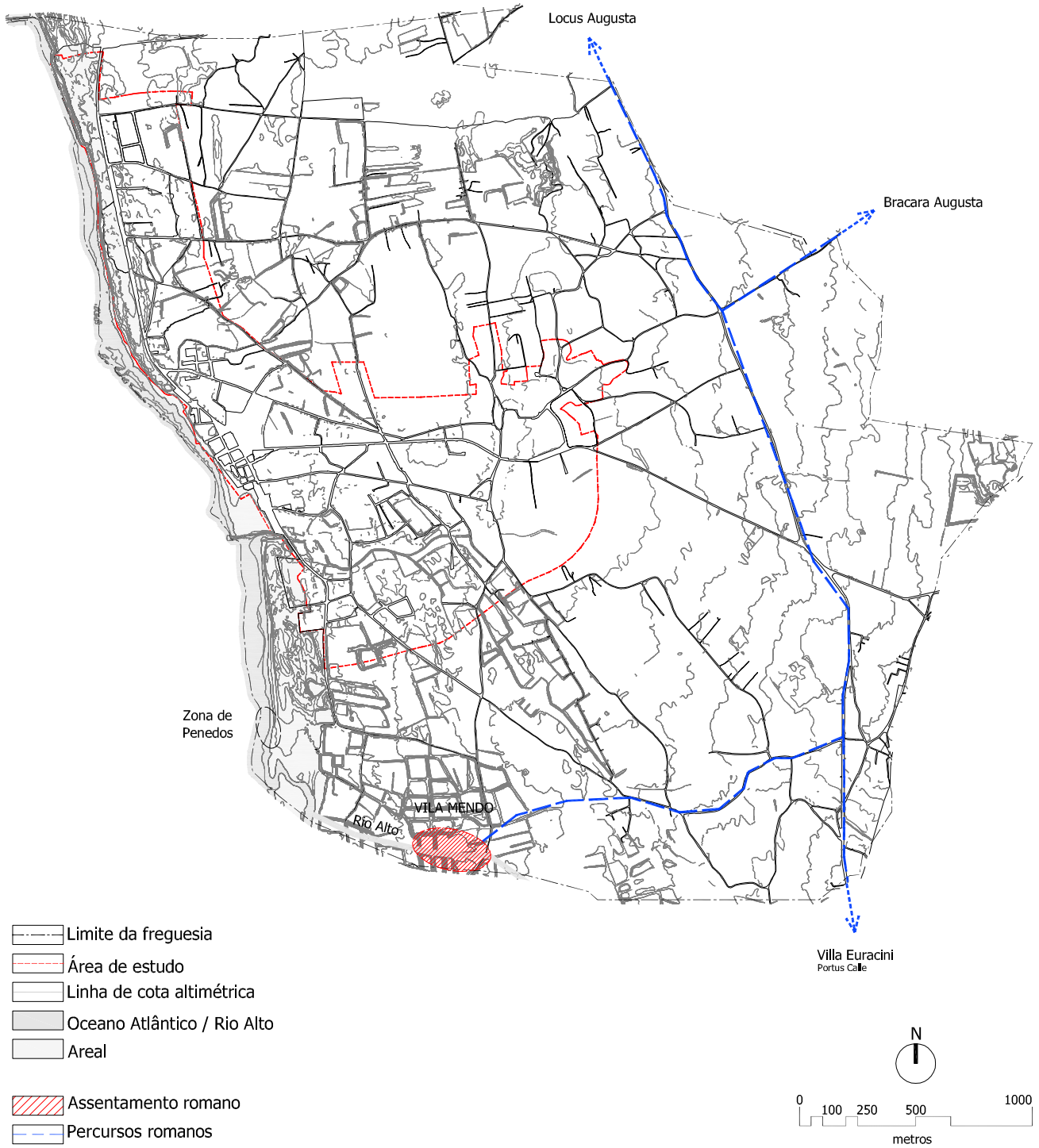


Fig. 45 - Mapa interpretativo do assentamento romano, a sul da freguesia de Apúlia. Elaborado pelo autor, 2013.

Sabariz` e a `villa de Paredes`” (Neiva, 2000, p. 36). No tempo da Apúlia visigótica são levadas a efeito ações de cristianização com o objetivo de acabar com os velhos cultos pagãos introduzidos pelos romanos e pelos árabes. É neste momento que se vai estabelecendo a Instituição Igreja, os *“fiéis começam a ser baptizados dando carácter de Filhos de Deus ou Filhos da Igreja”* (Neiva, 2000, p. 37). Do final do século IX, início do século X, datam as primeiras cartas de privilégios e imunidades ao clero, sendo nesta fase que se concedem as Cartas de Couto porque a Igreja fugia do controlo dos delegados régios.

Até aos finais do século XII, Apúlia denominava-se por Paredes, segundo Almeida *“Apúlia seria um local importante pois por aqui passava uma via medieval secundária”* (Neiva, 2000, p. 38). Teria havido uma Igreja na Agra dos Mouros *“um modesto templo românico de granito, com capela-mor e nave única, (...) simples, pobre e pequeno para a sua pouca mas dinâmica e corajosa população”* (Soares, 1993, p. 440). Os assoreamentos sepultariam a primitiva capela hoje simbolizada por um cruzeiro (Fig. 46).

Os habitantes, agricultores, cultivavam cereais e leguminosas para subsistência, e utilizavam o linho para a indumentária. A criação de pequeno gado e de aves domésticas garantia a produção de alimentos como as carnes, o leite e os seus derivados, mas também a obtenção de matéria-prima para confeção de vestuário em lã. Os constantes assoreamentos prejudicaram a lavoura: se inicialmente a região era rica e fértil, com apetências agrícolas, após este fenómeno natural, a escassez de monte e de matos tornava-a



Fig. 46 - Cruzeiro simbolizando a localização da primitiva capela românica, em Angra dos Mouros, Apúlia. Fotografia do autor, 2012.

inadequada para agricultura. Para colmatar essa escassez, e juntamente com a prática da pesca, os sargaceiros recolhiam as algas do mar para adubar os campos, prática que foi perdurando ao longo do tempo até aos nossos dias. Após inúmeras divisões e cedências de diversas propriedades por parte do clero e senhores feudais, o Rei sentia que se davam fugas de terras do seu domínio, para a mão dos senhores feudais e da Igreja, diminuindo conseqüentemente os impostos do Reino. Em 1220, D. Afonso II manda averiguar a região observando que as terras de Apúlia eram Coutadas e pertenciam à Igreja de Braga, não tendo o Rei qualquer domínio. A Igreja tinha particular interesse nas aglomerações à beira-mar como forma de ponto de apoio na costa. A fonte fornecia bens alimentares marítimos, designadamente sal e peixe, mas também tinha condições agrícolas, na medida em que, já na época, se referencia a apanha do sargaço em Apúlia para adubar os campos.

Segundo Almeida *“a importância do sal era tal ordem no contexto económico do período românico, que raros foram os mosteiros e igrejas de maior nomeada que não tiveram interesses no salgado desta costa. A posse de salinas era tão importante que chegava a atingir preços proibitivos”* (Almeida, 2005, p.155). Era provável a existência de exploração de sal na Foz do Rio Alto¹⁵ e até em redor do braço de mar que fazia a ligação com a lagoa de Apúlia. Diz ainda que *“o topónimo Paredes poderá estar relacionado com os muros que dividiam os diversos talhos da marina”* (Almeida, 2005, p.137).

No mapa (Fig. 47), verifica-se que o anterior aglomerado transferiu-se para norte seguindo paralelamente a via romana previamente existente. A implantação da Igreja da Angra dos Mouros pode ser justificada com a proximidade da lagoa, utilizada para obtenção de sal. Pois, conforme anteriormente referido a extração do sal tinha, na época, uma grande importância comercial. Outro fator que poderá estar associado a este novo assentamento prende-se com o assoreamento das areias. O mesmo originou a edificação do equipamento religioso, mais a norte, e, conseqüentemente aglomerado rural, onde as terras garantem as mesmas características favoráveis à agricultura, não obstante da proximidade do mar permitir uma atividade piscatória e a apanha de sargaço.

Os séculos XIV e XV foram favoráveis à apetência agrícola. Todavia, em 1369, o flagelo da peste desencadeia o aumento da taxa de mortalidade. O Arcebispo de Braga estabelece o pagamento das celebrações de missas em trigo, milho, centeio e outros pro-

¹⁵ O rio Alto localiza-se a Sul da Freguesia, marca o limite entre a Vila de Apúlia e a freguesia vizinha Estela.

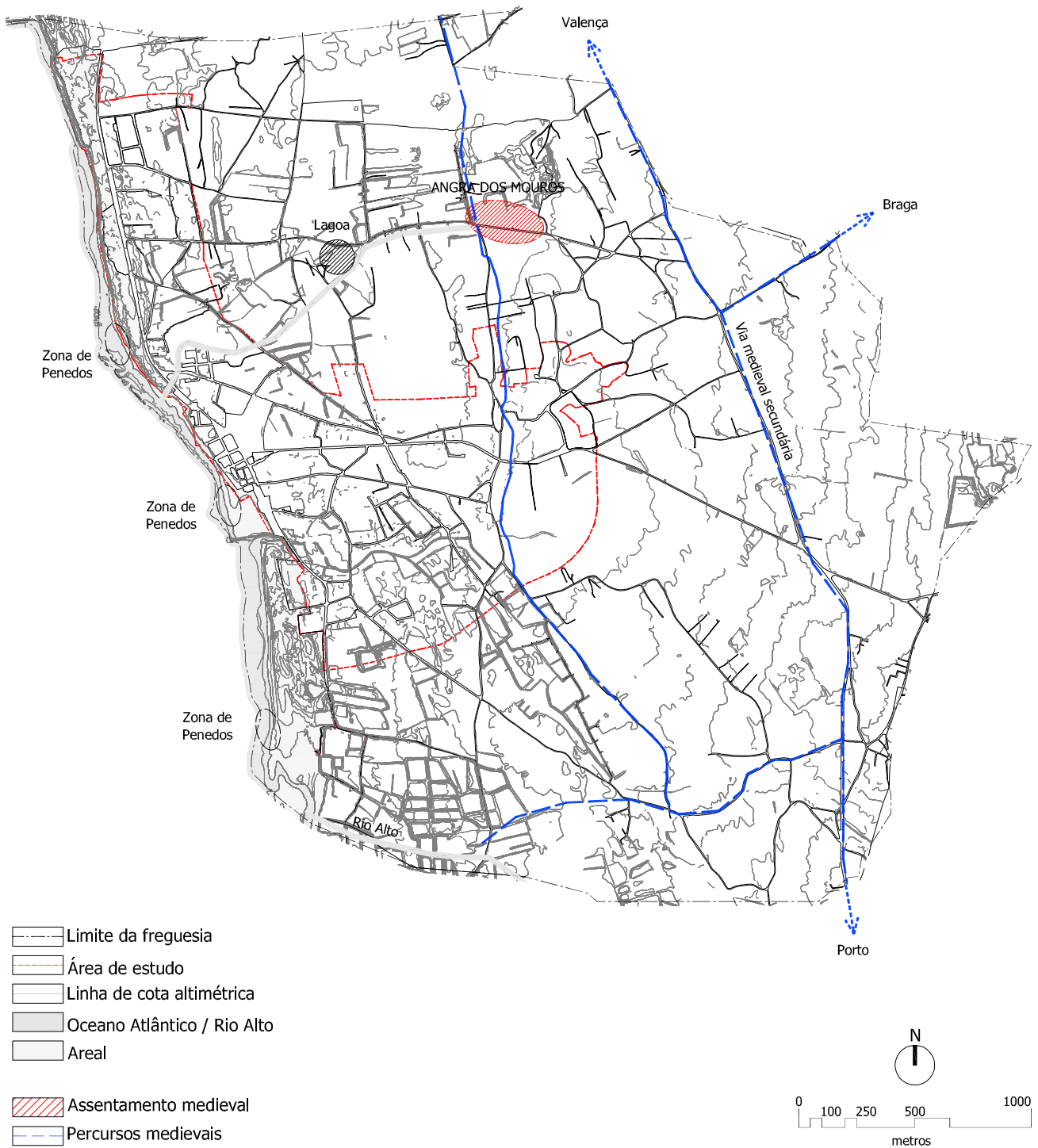


Fig. 47 - Mapa interpretativo da situação do assentamento medieval, a norte da freguesia da Apúlia. Elaborado pelo autor, 2013.

duto agrícola. Neste momento a “*grande peste negra*” dizimou a população quase por inteiro.

No século XVI, as terras vêem-se, mais uma vez, invadidas pelas areias e as culturas são constantemente arrasadas. Em 1586, a população Apuliense faz um apelo para intervenção régia, solicitando ao Monarca D. Manuel a plantação de um pinhal como forma de proteção das areias do mar que avançavam sobre as hortas, os campos e as casas, nomeadamente devido aos “*grandes danos que as areias continuamente vinham fazendo nas terras deste Couto e nos limites da Igreja*” (Soares, 1989). O fenómeno natural registado ao longo do século XVII e XVIII transcreve-se nas preocupações dos agricultores Apulienses com a proteção das suas terras de cultivo contra as intempéries e os avanços das areias, obrigados a constante realização de trabalhos de reparação (Soares, 1989).

No século XVII, Apúlia distribui-se por três lugares: Apúlia, Paredes e Criáz. De distribuição dispersa, pode-se considerar a igreja dedicada a São Miguel (1696) como o centro do aglomerado (localizada onde existe atualmente a Igreja Matriz da vila) do lugar de Igreja como do lugar de Areia ainda pouco significativo. Porém, as capelas de N.^a S.^a do Amparo (1785) e de S. Bento (1655), no lugar de Criáz, seriam, na época, das mais importantes marcando o centro importante. Outro dos edifícios principais era o facho, próximo da praia (supõe-se que na direção da atual rua do Facho), serviria para informar a população dos potenciais ataques piratas provenientes do mar. A instabilidade natural do local onde existiria a primitiva igreja românica e respetivo assentamento populacional, fez o aglomerado deslocar para sul.

No mapa (Fig. 48) é perfeitamente notável a relação da implantação dos equipamentos religiosos ao longo do percurso utilizado pelos peregrinos de Santiago de Compostela que rumam à Barca do Lago, local de atravessamento do Rio Cávado. O caminho de peregrinação de Santiago de Compostela é um aspeto fundamental dado que o mesmo criou percursos vindos de diferentes pontos da Península Ibérica e de toda a Europa. Esta situação impulsionará o desenvolvimento de atividades comerciais e funcionará como veículo transmissor de cultura, influenciando os crescimentos dos aglomerados, como foi o caso em Apúlia.

Com as mesmas condições morfo-territoriais anteriores, a Igreja de São Miguel, acaba por ser o equipamento que marca definitivamente o aglomerado urbano de Igreja da freguesia de Apúlia. A dualidade nas atividades rurais agrícolas, mas também relacionadas com o mar, faz com que o aglomerado inicie um processo de crescimento a partir da Igreja. Numa primeira fase, ao longo do caminho para Santiago de Compostela e de-

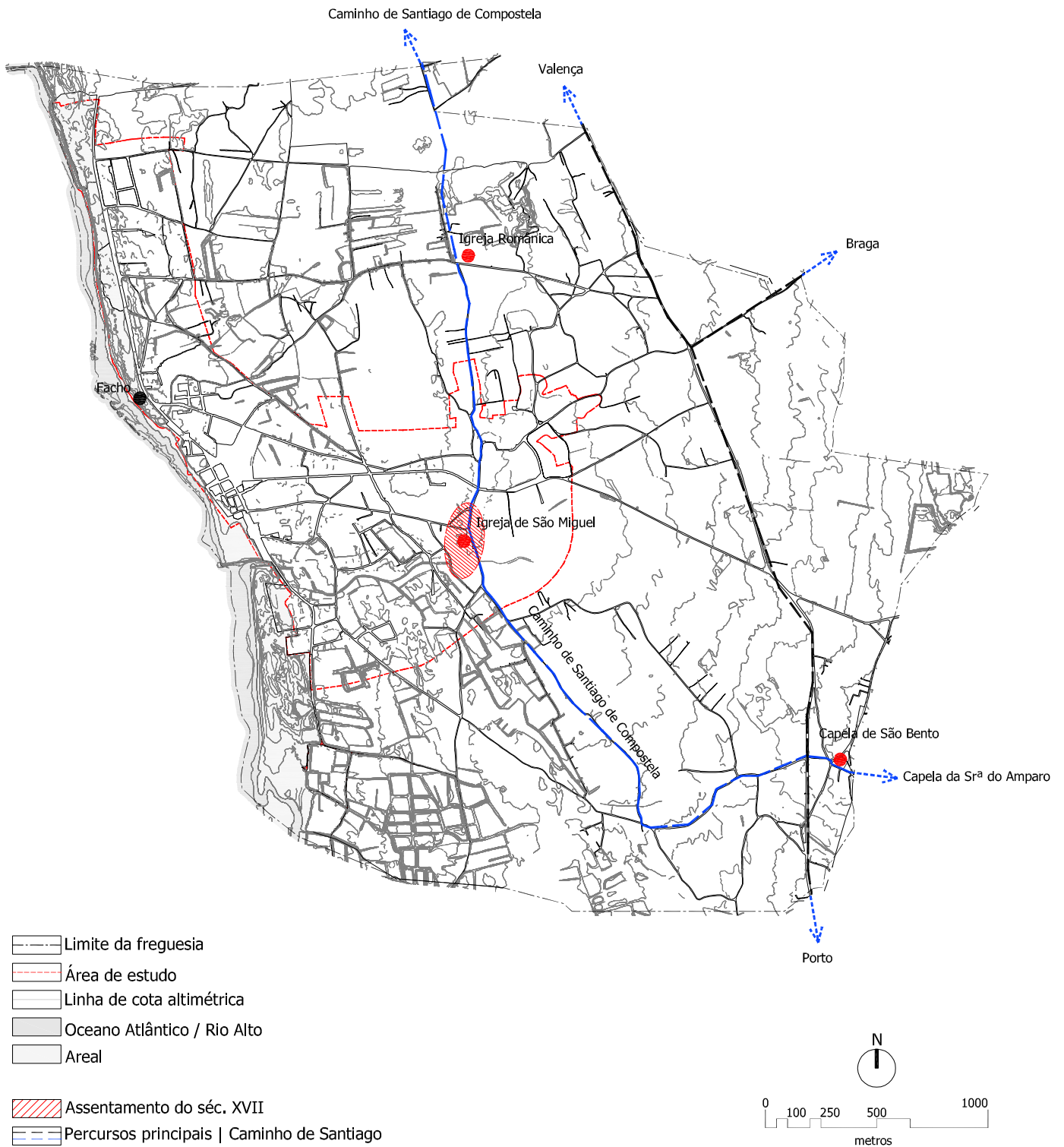


Fig. 48 - Mapa interpretativo da situação do assentamento do século XVII, na freguesia da Apúlia. Elaborado pelo autor, 2013.

pois, mais tarde e de forma paulatina, perpendicular até ao oceano.

Entretanto, no século XVIII, é atendido o pedido de plantação de um pinhal para combater os avanços das areias. Implantado a sul de Apúlia, tem como objetivo proteger as terras agrícolas dos prejudiciais efeitos das areias levadas pelo vento, que provocam avultados prejuízos aos agricultores. Com a “barreira natural”, as atividades rurais tornam-se novamente apetecíveis e a vila demonstra um forte sinal de indústria de moagem. Sobre o cordão dunar que margina a praia entre o lugar de Areia e de Pedrinhas, é visível um conjunto de quatro moinhos a vento e de uma azenha hidráulica. No mesmo enfiamento, a Sul da freguesia, existia outro conjunto de cinco moinhos a vento. Todos eles eram constituídos de rés de chão e andar. Neiva descreve-os como sendo *“quase todos em xisto, possuindo as ombreiras, lintéis, soleiras das portas e das janelas em pedra. Possuem paredes circulares com forma cônica. O telhado, também ele cônico, era móvel, já que girava sobre uma calha cavada na cinta superior do corpo do moinho, de forma a apanhar a direcção dos ventos. As portas e as janelas eram viradas a Nascente”* (Neiva, 2000, p. 106). A época é marcadamente estável e de franco crescimento económico. Os custos e os impostos pagos ao clero afastaram a população da vida religiosa, encontrando documentos que relatam a condenação de pessoas de Apúlia por “falta de acompanhamento, missas, e coisas pertencentes à Igreja” (Neiva, 2000, p. 47). No ano seguinte, outro documento é emitido pelo Couto de Apúlia: o pedido de autorização para a realização de uma feira que foi autorizada em 1749 por El-Rei D. João V. De facto, a economia local ganha dinamismo e a agricultura torna-se mais favorável, sendo possível comercializar os excedentes.

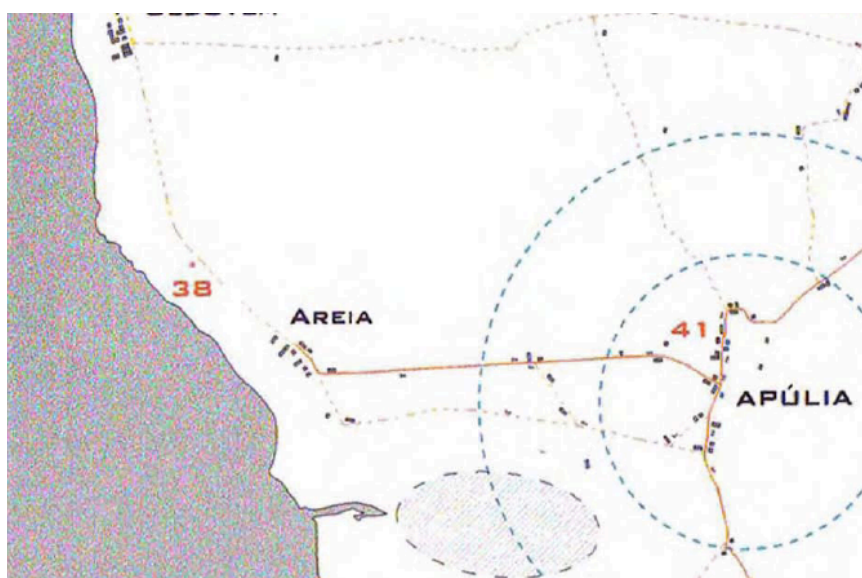


Fig. 49 - Planta de situação de Apúlia (lugar de Igreja e Areia) em 1850, à escala 1:20 000. Ribeiro, 2005, p. 45.

O mapa de situação datado de 1850 (Fig. 49) demonstra um crescimento linear do lugar de Igreja no sentido sul - norte, ao longo do percurso de peregrinação para Santiago de Compostela (rua da Igreja e rua da Agra). Do aumento da atividade piscatória e procura balnear, surge a avenida da Praia que trata de efetuar a ligação da freguesia ao mar. Ao longo dessa via surgem implantações, nomeadamente um pequeno núcleo (limite entre lugar de Igreja e lugar de Areia, atual rua da Casa do Povo) que se vai estendendo linearmente ao longo da via distribuidora. Paralelamente à avenida da Praia, surge a rua do Cruzeiro onde, de forma dispersa, brotam algumas construções desde Igreja até Areia.

O lugar de Areia surge como extensão do lugar de Igreja, do crescimento da comunidade piscatória, mas também da procura de alojamento para o período de estio. A elipse mostra-nos o pinhal implantado no séc. XVIII para proteção dos campos agrícolas e das edificações. A existência de pelo menos um dos moinhos anteriormente referenciados permite-nos perceber que, de facto, a atividade agrícola crescia notavelmente, o equipamento demonstra-nos a gestação de uma indústria de moagem sobre o cordão dunar. O núcleo situado a norte frente ao mar, nomeadamente o lugar de Cedovém, compõe-se de, maioritariamente, barracas de apoio à atividade piscatória. No entanto, existiriam algumas habitações de pescadores e sargaceiros.

No século XIX, operam-se grandes reformas administrativas, sob a reforma de Mouzinho da Silveira: *“extinguem-se os Coutos, que resistiram à primeira reforma manuelina, e Apúlia assume-se como pertencente ao concelho de Esposende”* (Neiva, 2000, p. 48). Com o constante aumento populacional, Apúlia é assombrada por um incêndio que destrói todas as barracas existentes na praia, perdendo-se barcos, redes, roupas e



Fig. 50 - Planta de situação de Apúlia (lugar de Igreja e Areia) em 1900, à escala 1:20 000. Ribeiro, 2005, p. 45.

aprestos que lhe garantiam o sustento, assolando-se a miséria em muitas famílias. Com a perda do poder administrativo do Couto, as casas e os símbolos do poder governamental deixam-se abater, até que, em 1852, são demolidas as Casas antigas da Câmara e da Cadeia do Couto de Apúlia, após ser decretado a extinção, em 1836.

Em meados do século XIX, realizava-se em Apúlia uma feira “*bastante comércio de mercearia e capelistas*” (Neiva, 2000, p. 47). É nesta altura que se inicia a construção de pequenas casas, para acolher a afluência crescente e constante de banhistas. Segundo um documento da época existente na Arquivo Municipal de Esposende, a vila de Apúlia “*(...) tem uma excelente praia para banhos do mar hoje já bastante frequentada*” (Neiva, 2000, p. 47). Fixaram-se residências de famílias abastadas e desenvolveram-se equipamentos, comércios e serviços para servir a emergente população flutuante: arrendamento de casas, hotel, mercearia, uma casa de banhos quentes dinamizando a economia da vila com o comércio da venda de primores num pequeno mercado diário.

Passados 50 anos (Fig. 50), é visível um significativo desenvolvimento da mancha urbana em torno das principais vias de comunicação. Da redefinição da estrutura viária contígua à Igreja Matriz, surge um novo correr de implantações, paralelo à principal artéria da vila, a avenida da Praia, que dará origem à Rua do Cruzeiro. O crescimento faz-se linearmente, ainda que disperso, ao longo da rua da Igreja, da Agra no sentido sul norte, mas sobretudo na relação com a avenida da Praia e a rua do Cruzeiro, perpendicularmente ao mar. Note-se a forte intensificação do núcleo próximo da praia proveniente do emergente efeito de sazonalidade, com a construção de residências secundárias, mas também de edifícios para promover o arrendamento aos banhistas. A estrutura viária torna-se cada vez mais definida. O lugar de Igreja encontra-se perfeitamente interligado aos lugares de Paredes, Criáz e Areia, como anteriormente acontecia. No entanto, há que registar o prolongamento da via para norte perfazendo, deste modo, a ligação ao lugar de Cedovém, Pedrinhas, mas também à freguesia vizinha, Fão.

A vila de Apúlia vive um período de crescimento económico-social. São construídos mais quatro moinhos e uma azenha, dinamizando a indústria de moagem dos cereais cultivados. Os produtos produzidos são escoados no mercado diário onde clientes, maioritariamente banhistas, procuram os primores da freguesia. A afluência à praia de Apúlia origina a edificação de pensões, mas também da construção de habitações de famílias abastadas. Por outro lado, desenvolvem-se mercearias e todo o tipo de comércio e serviços. É também por esta altura que os Apulienses recorrem aos “*campos em masseira*”, contribuindo, deste modo, para a dispersão do aglomerado. Juntamente com a dispersão

assumida principalmente na frente marítima, emergem as casas de “famílias ricas” que constroem as suas habitações nos cruzamentos das principais ligações entre os lugares, visto intensificarem-se as deslocações entre o campo e o mar. A igreja matriz ganha estatuto de centro com a implementação de um cemitério a nascente e o caminho que liga ao Ofir adota um significado de estrada principal.

A partir de 1900, Apúlia é cada vez mais desejada “(...) pelas suas praias, por famílias abastadas do Minho, principalmente Braga e Barcelos, que aqui construam casas de veraneio, para onde se mudavam durante os meses de calor” (Ribeiro, 2005, p. 34). O turismo torna-se crescente e conseqüentemente aumentam as estruturas e atividades de apoio: constroem-se casas para arrendar ou para a prestação de serviços de restauração localizado na sua grande parte próximo da praia. Emerge uma nova centralidade, ainda que sazonal, no lugar de Areia alternada com o centro rural do lugar de Igreja. Naturalmente, prolifera a construção ao longo das vias de ligação dos dois centros. Densifica-se a ocupação junto ao litoral, organizado paralelamente à praia. São erigidas casas senhoriais, nomeadamente a Casa de Roberto Sameiro, Casa do Comendador Fernando Fonseca, Casa Visconde do Castelo ou a Casa do Cônego, provenientes de proprietários abastados, sendo parte dos mesmos emigrantes regressados da emigração para o Brasil.

Em 1934 é construído no núcleo frente ao mar a Capela do Tibúrcio (Fig. 51), um equipamento de origem particular, cedida, mais tarde, à instituição Igreja (que em 1977 a transformou na atual Capela da Sr^a da Guia), dando origem ao atual largo da Sr^a da Guia.



Fig. 51 - Capela do Tibúrcio e Casa da Torre, no atual largo da Sr^a da Guia, Apúlia, 1939. Iniciativa “Reviver Apúlia”, Agosto de 2008.

Se a primeira metade do século XX (Fig. 52) se caracteriza pelo êxodo rural, a segunda é oposta: em busca de melhores condições de vida e como forma de fuga à complexidade da cidade, assiste-se ao êxodo urbano que desencadeia um dinamismo crescente urbano que se prolongará até ao final do Século XX.

Em 1934 é instaurado pelo Estado Novo um diploma legal para elaboração de planos de urbanização nos aglomerados de pequena dimensão. Daí surge o Ante-Plano de Urbanização da Vila de Apúlia (1963), embora nunca fosse aplicado, indica linhas orientadoras para os planos que se seguiram.

Atualmente, a vila de Apúlia é marcadamente urbanizada, tendo sido objeto de estudo por parte da câmara municipal de Esposende. Os lugares de Igreja e Areia são zonas mais urbanizadas e, conseqüentemente, as que detêm maior pressão urbanística.

O lugar de Igreja é povoado a partir do século XVII, primeiro com o aproveitamento agrícola das areias interiores, fortemente adubadas com o sargaço e o pilado e, posteriormente, com a generalização e incremento da atividade balnear. As construções dispõem-se ao longo dos antigos eixos de ligação, entre a praia e o primitivo núcleo da povoação envolvente da Igreja e ao longo de outros caminhos de servidão rural, numa malha construída com pouca clareza e com uma rede viária de difícil fluidez de tráfego.

A norte e a sul desta área urbanizada, ainda existem subsistem algumas manchas dos antigos cordões florestais que protegiam o interior dos ventos marítimos, e algumas parcelas agrícolas de média dimensão que vão, gradualmente, sendo urbanizadas quer por processos de parcelamento quer por alguns mais recentes empreendimentos imobiliários, principalmente, aquelas que oferecem melhor acessibilidade.

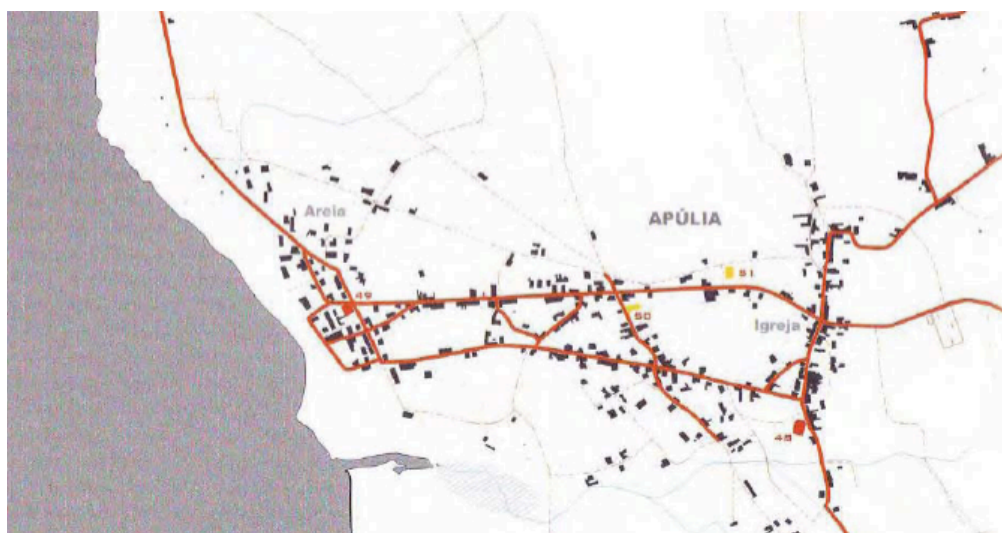


Fig. 52 - Planta de situação da Apúlia (lugar de Igreja e Areia) em 1950, à escala 1:20 000. Ribeiro, 2005, p. 45.

O lugar de Areia, é considerado um aglomerado incaracterístico, tendo origem numa pequena povoação marítima onde a atividade piscatória e agrícola predominavam. Com o passar dos tempos, este aglomerado foi-se densificando devido às potencialidades turísticas e balneares alterando a sua estrutura e modos de vida locais.

5.2 Transformações morfológicas na vila de Apúlia na segunda metade do século XX

As transformações morfológicas ocorridas na vila, na segunda metade de século XX são um objetivo fundamental deste estudo. Os capítulos seguintes são divididos por períodos de 1950 até à situação do aglomerado no ano de 2003. Tendo por base uma morfologia consolidada ao longo dos séculos, pretende-se analisar um período onde sucedem inúmeras mudanças sociais, económicas e políticas. Destes fenómenos resulta um peculiar paradigma que celeremente se materializa na forma urbana da vila de Apúlia. A compreensão e identificação das transformações prendem-se com a análise das características morfo-tipológicas locais.

O capítulo anterior centrou-se na origem e evolução do aglomerado de Apúlia até meados do século XX. Fez uma abordagem sintetizada baseada nos diferentes elementos recolhidos, abordando análises de diferentes elementos que constituem e identificam a forma urbana, como por exemplo as estruturas viárias, os espaços públicos e os equipamentos. Está associado a uma contextualização económica, social e política ao longo da história da vila, assim como à identificação dos fenómenos influenciadores do desenvolvimento.

5.2.1 - Década de 1950

a - Transformações urbanas

A década do início do período de análise (Fig. 53) caracteriza-se por um espaço urbano mantido confinado nos lugares de Igreja, de Areia, inserindo-se na área de estudo, mas também dos lugares interior da vila, nomeadamente de Paredes e Criáz. Embora a população subsista a base da agricultura e da pesca, vive-se uma situação de precariedade económica e social que advém da primeira metade do século XX. Trata-se de um pequeno aglomerado com escassas edificações implantadas linearmente e dispersas em

torno das principais infra-estruturas viárias.

O início das transformações morfológicas da vila durante o século XX é determinado, principalmente, por fatores relacionados com as atividades agrícolas, piscatórias, assim como o efeito da sazonalidade.

É evidente que pela sua localização, a principal barreira física intransponível é o Oceano Atlântico que impede qualquer tipo de desenvolvimento urbano. Podemos ainda referir os pinhais, localizados estrategicamente, a sul e a norte, como forma de travar os movimentos das areias transportadas pelas fortes nortadas.

Por outro lado, o principal acontecimento marcante do futuro desenvolvimento da freguesia durante o séc. XX prende-se com a construção de infra-estruturas interurbanas. Nessa época, a E.N. n.º4-1ª, definida no Plano Geral das Estradas Nacionais de 1ª e 2ª classe¹⁶ (atual E.N. n.º 13), contribui como gerenciador de transformações no aglomerado urbano, na medida em que origina uma ligação com a vila e conseqüentemente as zonas de praia. A aparição deste eixo viário interurbano traz com ele numerosas dinâmicas dependentes dessa infra-estrutura, convertendo-se num significativo pólo de atração para a implantação de novas construções. Podemos referir a E.M. n.º 501¹⁷ que atravessa a vila de Apúlia até ao centro da frente marítima.

b – Crescimentos

No período da década de 1950 (Fig. 54), Apúlia mantém o seu espaço urbano maioritariamente nos lugares de Igreja e Areia. À volta dos principais elementos do sistema viário começam a surgir a implantação de edifícios concentrados principalmente em torno das vias principais, nomeadamente a estrada E.M. 501 que liga a E.N. n.º4-1ª. A estrada nacional constitui um ponto de confluência importante sobre a estrada municipal que trata do contacto direto com a vila.

No lugar de Igreja, intensificam-se as construções de cariz agrícola em torno da estrada que faz a ligação aos restantes lugares da vila. As edificações ocupam a face da rua permitindo o aproveitamento do restante da parcela para as atividades agrícolas.

Outro crescimento que se regista é o do lugar de Igreja para o lugar de Areia. Intensifica-se o desenvolvimento de nascente para sul, virado ao mar, que irá ganhar cada

¹⁶ O Decreto 16 075 de 26 de Outubro de 1928, vem alterar a classificação da anterior E.N. n.º8-2ª, Decreto 12 100, de 11 de Agosto de 1926.

¹⁷ O Decreto - Lei n.º 42 271 de 20 de Março, que classifica as estradas municipais.

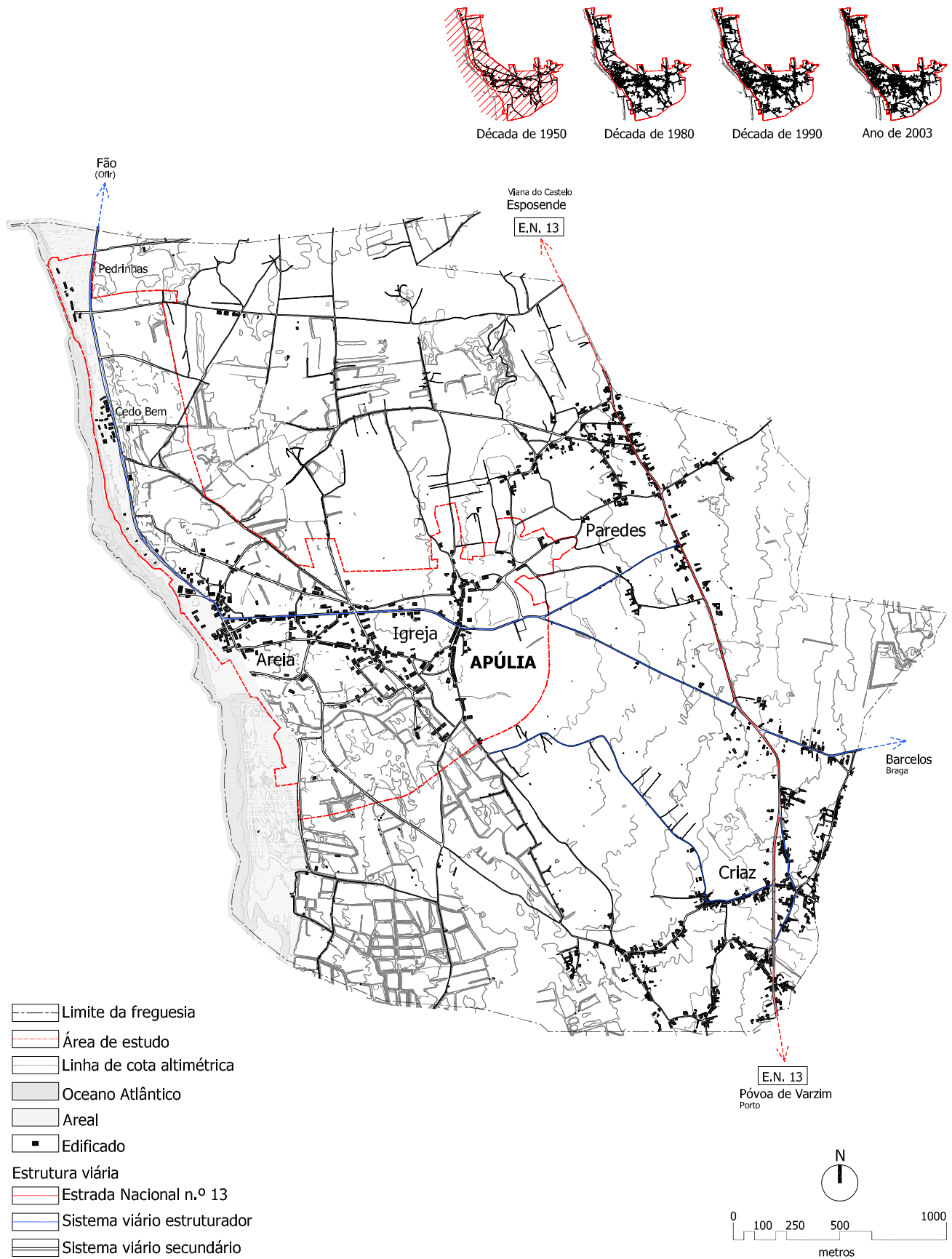


Fig. 53 - Mapa topográfico da freguesia de Apúlia na década de 1950. Elaborado pelo autor, 2013.

vez mais expressão. No pólo de Areia é igualmente notável um crescimento ao longo do sistema viário, no entanto, intensifica-se a densificação do tecido urbano conforme se vai aproximando da zona de praia.

Note-se ainda o pequeno núcleo de Cedovém onde se implantam edificações destinadas a atividade piscatória, onde ainda podemos referenciar cerca de seis edificações destinadas à habitação dos pescadores mais carenciados.

Mais para norte, o núcleo de Pedrinhas compõe-se por equipamentos agro-marítimos para auxiliar a atividade da apanha do sargaço. Sendo estes exclusivamente agricultores, os proprietários dos edifícios em Pedrinhas não eram oriundos da freguesia de Apúlia. Provenientes das vilas vizinhas de Fonte Boa e Rio Tinto, carregaram xisto das suas freguesias para erigir construções de formato ovalizado e retangular. Estes lavradores contratavam os sargaceiros que se dedicavam à apanha do sargaço, conciliando os períodos de não atividade com a lavoura jornalreira. Podemos observar uma via que diretamente faz a ligação com as freguesias vizinhas.

Do ponto de vista morfológico, este crescimento desenvolve-se de forma linear em torno das vias de comunicação. Os antigos caminhos convertem-se em estradas e constituem uma linha de crescimento, as parcelas funcionam como elemento que torna contínuo o desenvolvimento espacial. As construções tendem em concentrarem-se no limite da parcela que ocupam, mantendo uma relação com a via e mantendo o restante da parcela para outros fins.

A principal transformação morfológica no modo de crescimento da vila resulta da estrutura viária que proporcionou uma intensificação do efeito da sazonalidade, criando novas dinâmicas de movimentos pendulares que originaram a construção de edifícios e consequentemente o crescimento.

c - Estrutura viária

A estrutura viária da vila de Apúlia (Fig. 54, 55) nos anos 50 compõe-se principalmente por duas estradas de acesso ao aglomerado urbano, nomeadamente a E.N. n.º 4-1ª e a E.M. n.º 501. A primeira executa a conexão territorial à vila. Por sua vez, a estrada municipal, encaminhada para zona de banhos, serve de suporte sobre a distribuição das vias secundárias. No que diz respeito ao espaço público, Apúlia detém dois espaços de referência: o largo da Igreja e o largo da Srª da Guia e um mercado. Podemos ainda referir as zonas de embarcações localizadas na linha da frente do mar, nos lugares de Areia e Cedovém.

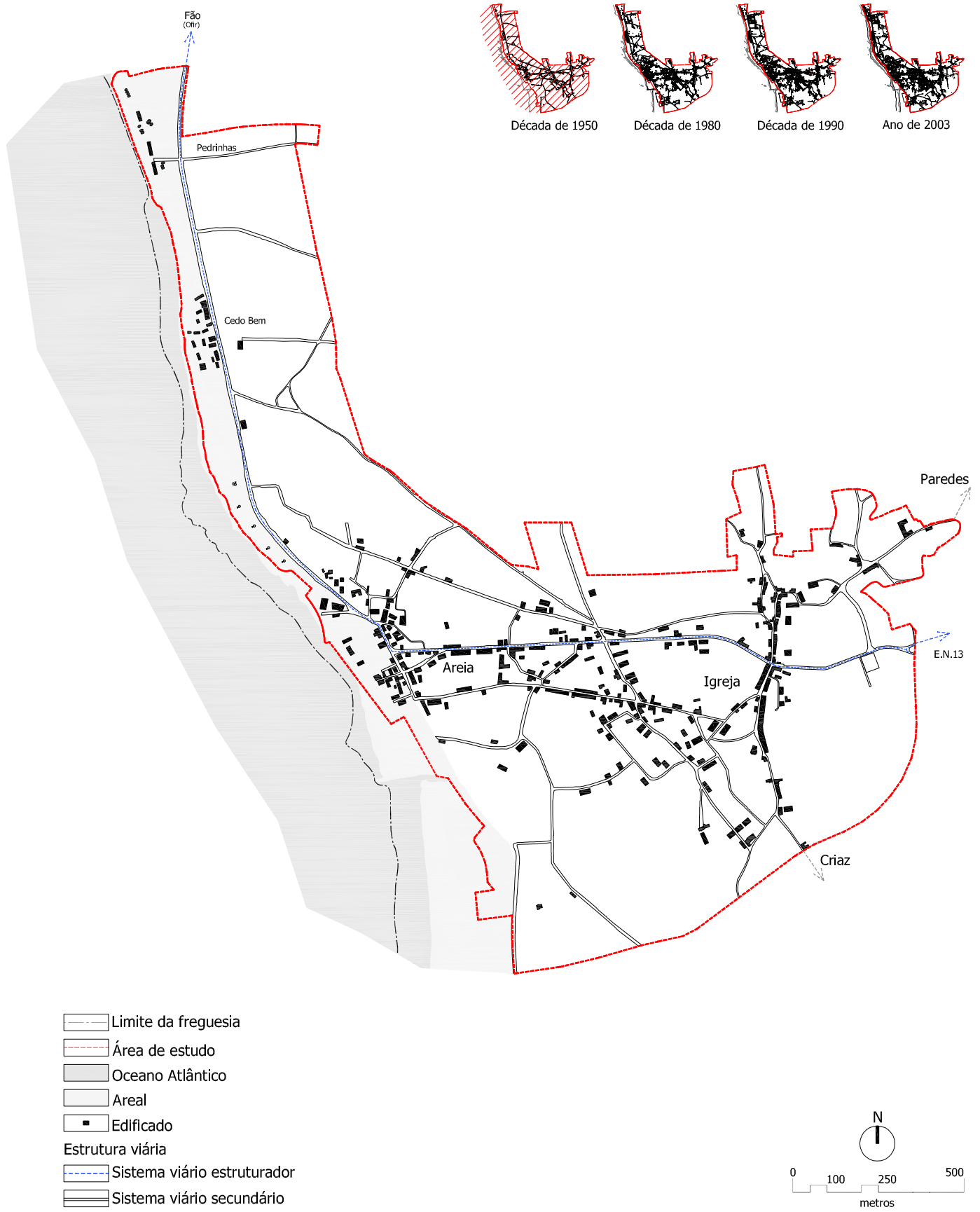


Fig. 54 - Planta de situação do edificado na vila da Apúlia na década de 1950. Elaborado pelo autor, 2013.

Conforme anteriormente referido, o crescimento espacial da Apúlia, até aos anos 50, foi diminuto, apoiando-se em torno das principais vias de comunicação da vila. Ao longo da 2ª metade do século XX, o desenvolvimento manter-se-á associado aos principais eixos viários até à estrada nacional.

Neste sentido, menciona-se o papel influenciador dos traçados dos caminhos rurais dado que, em muitas situações, os mesmos estão na base das estruturas viárias secundárias. Caracterizados pela sua espontaneidade, têm origem proveniente de traçados rurais. Esta situação irá verificar-se ao longo dos diferentes períodos analisados.

A rede viária da vila é ainda precária, as ligações entre os núcleos povoados contíguos à vila, traduzem-se numa rede de estradas e caminhos em terra batida, desprovida de qualquer tipo de pavimentação. No entanto, as vias têm dimensões adequadas para a passagem de automóveis, tendo em conta os fluxos existentes da época.

Derivado da necessidade de comunicação entre os lugares de Paredes, Criáz e as freguesias vizinhas, algumas ligações viárias são sinuosas e distorcidas aumentando, deste modo, os percursos. São normalmente oriundas, conforme já referido, de antigas vias rurais que vão ganhando cada vez mais importância ao longo do tempo. Em Apúlia, grande parte das estradas e caminhos carecem de pavimentação. As melhorias da qualidade das vias acontecem de forma gradual a partir dos anos 70.

d - Tipologia edificada

Nos anos 50, o tecido urbano da vila de Apúlia (Fig. 56, 57) mantém como tipologia dominante a vivenda tradicional de caráter familiar, podendo-se identificar pelas menos duas tipologias bem distintas.

No lugar de Igreja, as edificações têm uma componente agrícola e os edifícios apresentam-se com uma ou duas alturas. Nos casos de dois pavimentos, normalmente o inferior destinava-se à agricultura sendo o superior reservado para habitação.

No núcleo de Areia, as construções são mais modestas caracterizando-se por serem de um piso e compridas: são antigas barracas de pescadores e sargaceiros transformadas em habitações, podendo se observar, em alguns casos, as molduras nas portas e janelas, assim como as faixas em torno dos edifícios, característica típica da comunidade piscatória. Identifica-se ainda as construções datadas da segunda metade do século XIX, embora muitas delas já não deténham função habitacional. São residências secundárias de famílias abastadas sendo que as formas e dimensões desses edifícios remetem-nos

para a notoriedade dos seus proprietários. Geralmente, as habitações eram implantadas à face das vias de comunicação permitindo, deste modo, maximizar o restante da parcela para a agricultura.

No limite entre os lugares de Areia com Cedovém, observam-se cinco moinhos a vento, constituídos por dois pisos e implantados sobre o cordão dunar. O núcleo de barracas de pescadores existentes no lugar de Cedovém, caracteriza-se por pequenos edifícios de formato retangular de um único piso que tem como principal objetivo auxiliar a atividade piscatória. Alguns pescadores mais carenciados viviam nesses edifícios, sendo que os mesmos ainda seriam arrendados nas épocas de estio a famílias mais pobres.

Mais a norte, no lugar de Pedrinhas, encontra-se um conjunto de edificações. As formas de implantação têm duas variantes: oval e retangular. Conforme anteriormente referido, estas edificações pertenciam a agricultores de Fonte Boa e Rio Tinto. O edificado dava apoio às atividades de apanha de sargaço.

É possível diferenciar os vários tipos de espaços pelo tamanho do lote. Em Igreja, são parcelas de maior dimensão comprovando a forte ligação do lugar com a agricultura. Os edifícios foram assentando ao longo das vias, caracterizados por uma planta com maior comprimento de planta e de alçado.

Em Areia, os lotes são reduzidos, no entanto guardam a mesma forma de implantação face e ao longo das vias, permitindo a maximização do restante espaço da parcela para o cultivo.

No que diz respeito a Cedovém e Pedrinhas, os limites da parcela são os próprios edifícios. Há uma completa ausência de limitação dos lotes. O facto de se tratar de equipamentos de apoio a atividades agro-marítimas e piscatórias erigidas sobre o cordão dunar podem estar na origem desta situação.

As tipologias de uso são maioritariamente residenciais, todavia, há que referir alguns edifícios com comércio instalado nos rés de chão relacionando-se diretamente com o espaço público. O comércio localiza-se estrategicamente de forma dispersa no núcleo de Igreja e Areia, a fim de servir a população residente. Implantam-se, ao longo das principais artérias viárias, geralmente nos cruzamentos com vias secundárias, intensificando-se no pólo central próximo da praia de banhos, para o abastecimento dos habitantes, mas principalmente dos veraneantes nos períodos de estio.

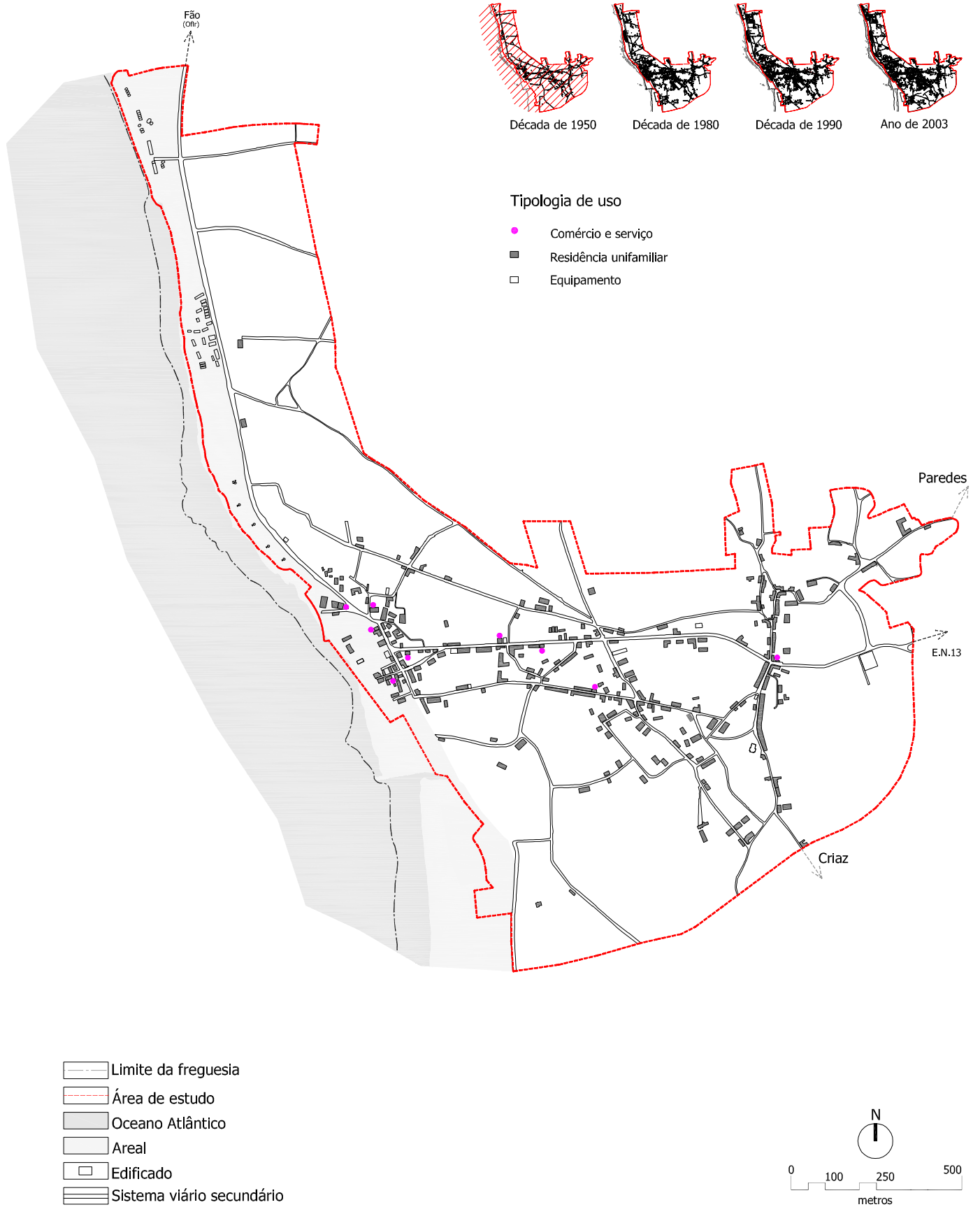


Fig. 56 - Planta de tipologia de uso do edificado na vila de Apúlia na década de 1950. Elaborado pelo autor, 2013.

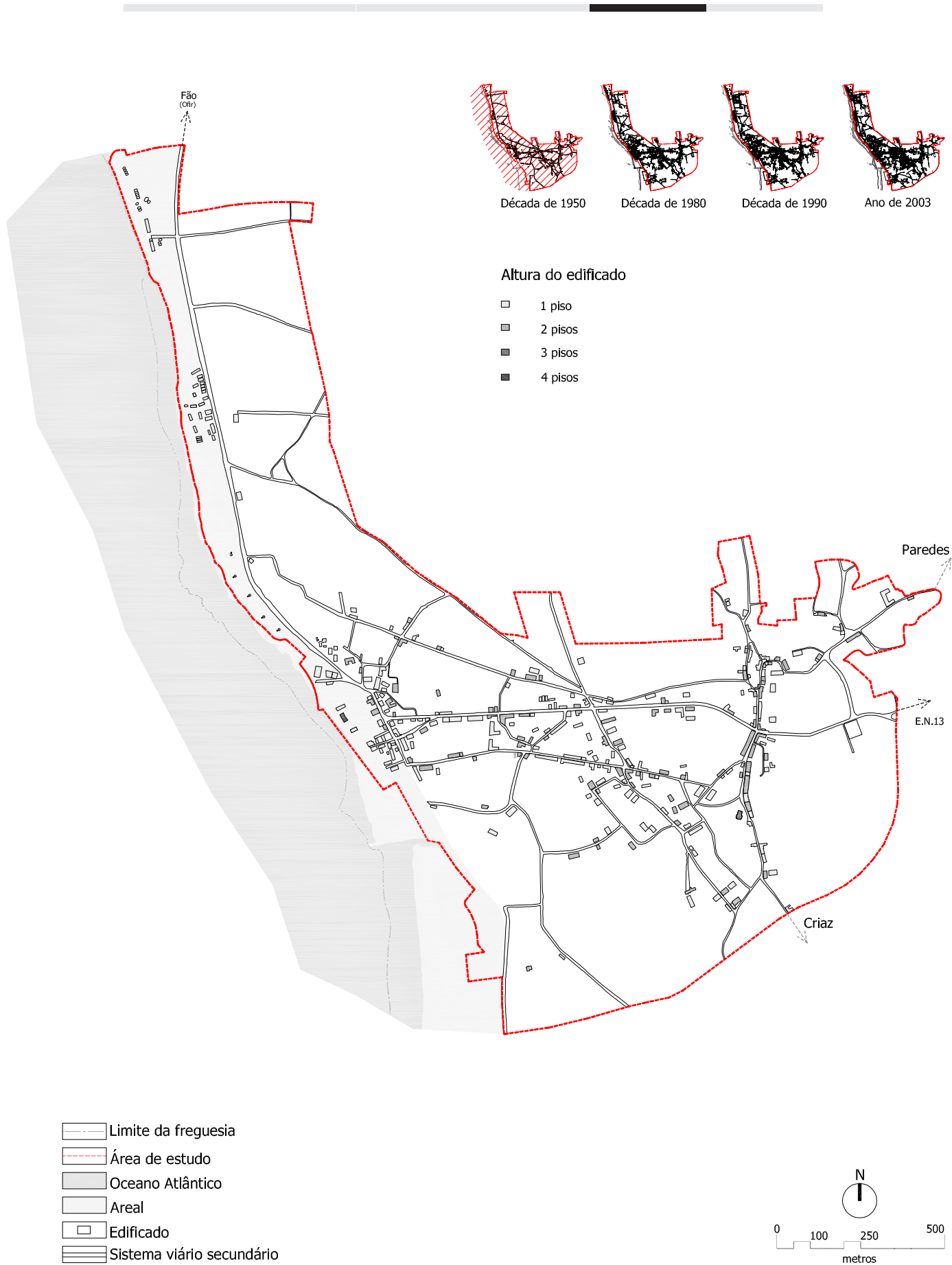


Fig. 57 - Planta de altura do edificado da vila de Apúlia na década de 1950. Elaborado pelo autor, 2013.

e - Equipamentos e serviços

A precariedade que caracteriza a população de Apúlia (Fig. 58) na década de 1950 reflete-se na quantidade e na qualidade dos serviços básicos existentes. No entanto, há que referir que a vila adquiriu determinados equipamentos derivados exclusivamente do efeito da sazonalidade. O Estado providencia recursos em prol da melhoria da qualidade de vida do aglomerado de Apúlia. É a partir dos anos 70 que a vila desfruta de serviços públicos, nomeadamente no que diz respeito à educação e à saúde, intervenções de investimento proporcionadas pelo Governo por todo o país.

Em Igreja o equipamento que dinamizou e assentou a população é a Igreja Matriz erigida no século XVII. Com o aparecimento deste equipamento, instalou-se um cemitério a nascente da vila, assegurando os funerais da freguesia dos lugares da frente marítima, mas também relativos aos lugares hinterland de Paredes e Criáz. Nos anos 40, surgem novos equipamentos de educação e administrativos. Na artéria principal da vila surge uma escola primária para a educação das crianças de Igreja. Constrói-se a Casa do Povo, um equipamento de serviço público que promove a organização corporativa de apoio às atividades rurais. A presença de uma enfermeira a tempo inteiro e de um médico semanalmente permite a prestação de cuidados de saúde. O edifício dedica parte do espaço interno na inclusão de uma sala para o ensino primário, como forma de garantia para a lotação adequada de alunos na vila, nomeadamente do lugar de Areia. O edifício encontra-se no limite entre os dois lugares efetuado na rua da Casa do Povo, onde se pode ainda observar um cruzeiro paroquial construído nos anos 50.

Como já referido, o aglomerado de Areia assume marcadamente uma tradição piscatória e balnear desde meados do século XIX. A faixa marginal da vila de Apúlia assume uma estrutura económica relacionada com o recreio balnear e a atividade piscatória. Sendo a pesca uma profissão de risco e a população residente religiosa, identificam-se pequenas capelas particulares pertencentes a pescadores particulares. A mais importante é erigida no século XIX. A vulgarmente denominada por Capela do Tibúrcio será, mais tarde, doada à Instituição Igreja, para se tornar na atual Capela da Sr^a da Guia (1977). O largo que encara o equipamento religioso dá continuidade, para Norte, à Avenida da Praia para o Ofir (freguesia de Fão) ao longo da costa. Contíguo ao largo localiza-se um espaço para se realizar uma pequena feira semanal.

Ainda relacionado com a pesca e um pouco mais a nascente do largo da Sr^a da Guia, um Posto da Guarda-Fiscal controla o tráfego marítimo e zela pela segurança da vila, desde os anos 40.

Casas Senhoriais manifestam o ócio balnear de famílias abastadas e o retorno do Brasil dos emigrantes endinheirados do século XIX. Entre outras são erigidas a “*Casa de Comendador Fernando da Fonseca*”, “*Casa do Visconde do Castelo*” a sul do largo.

A norte - poente a “*Casa de Sá Carneiro*” entretanto doada à gestão de freiras é, na década de 50, uma colónia de férias infantil. Na linha da frente marítima, a “*Casa do Cônego*” transforma o uso residencial, cedendo o espaço para mais uma colónia de férias, exclusivamente destinada a albergar a Mocidade Portuguesa Feminina.

Na mesma linha de implantação, o edifício de Socorros a Náufragos e um conjunto de pequenos equipamentos de armazenagem de material e equipamentos de pescas, reforçam a ideia da estrutura económica, nomeadamente balnear e piscatória. Sobre o areal já se montavam barracas de praia de apoio ao banhista.

Nos lugares de Cedovém, os moinhos a vento caracterizam a forte componente agrícola com uma pequena indústria de moagem de cereais. Seguindo na mesma linha do cordão dunar surgem os equipamentos agro-marítimos dedicados à pesca.

Mais para norte, no mesmo alinhamento, Pedrinhas caracteriza-se por pequenas edificações de apoio às atividades agrícolas, nomeadamente para o armazenamento de sargaço e dos utensílios necessários à tarefa. O local também permitia a secagem no exterior do edifício, estendendo o sargaço sobre as areias dunares, antes de o aplicar como adubo nos terrenos de cultivo.

5.2.2 - Década de 1950 -1980

a - Transformações urbanas

O período compreendido entre 1950 e 1980 (Fig. 59) caracteriza-se por um franco crescimento da vila, resultado de fatores principalmente de ordem demográfica e económica. Entre os anos 60 e 70 registou-se uma diminuição da população associada ao fenómeno da emigração. Essa emigração é composta, essencialmente, por homens que partem em busca de nova oportunidade para dar resposta às necessidades da família. Nos anos 70, a vila regista a maior variação populacional da segunda metade do século XX. São estes os principais fatores, que determinaram as transformações morfológicas ocorridas nesse período.

O espaço urbano mantém-se confinado ao lugar de Igreja e Areia, surgindo três novos pólos de crescimento: a sul do lugar de Areia e para norte da freguesia nos

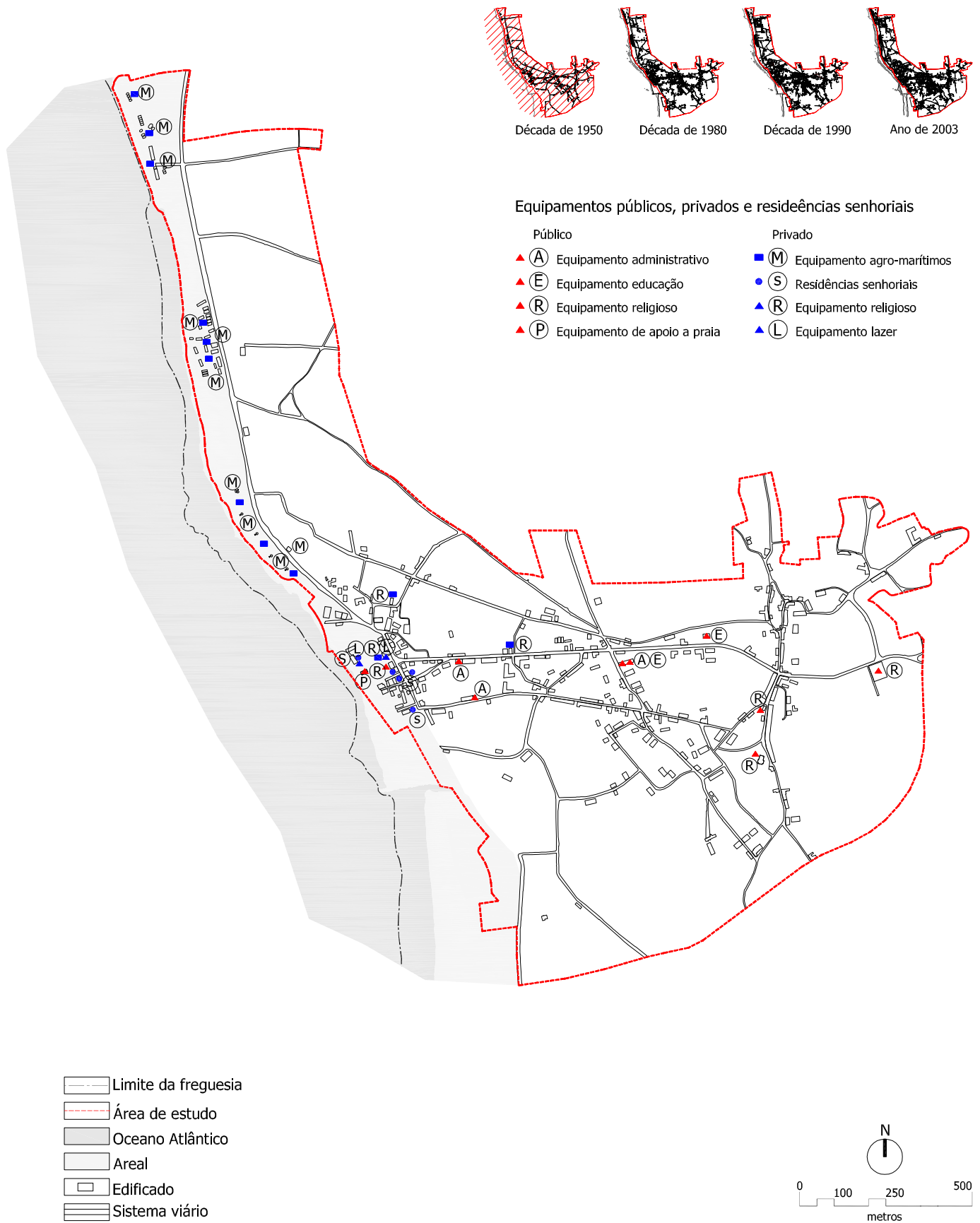


Fig. 58 - Planta de equipamentos edificados na vila de Apúlia na década de 1950. Elaborado pelo autor, 2013.

lugares de Cedovém e Pedrinhas. Ao nível edificatório, a habitação é tipologia dominante, protagonizada pelo investimento dos emigrantes em habitações, a aquisição/construção de residências secundária por veraneantes. A partir dos anos 80, atribuí-se a expansão do parque habitacional aos promotores imobiliários.

Surgem edifícios novos como equipamentos públicos, pequenas indústrias e comércio. Assiste-se à transformação do uso do edificado. Estes elementos dinamizam a economia local e consequentemente o crescimento do espaço urbano em torno dos principais eixos viários, seguindo uma tendência intensificada dos anos anteriores.

A construção da Colónia de Férias de Apúlia (1967), no final dos anos 60, impulsionou um novo pólo habitacional na parte sul - oeste da freguesia, no prolongamento da E.M. 501-1, denominada por Avenida da Colónia. Associado à localização do equipamento e da procura balnear, surge um núcleo habitacional, incentivando o processo de construção dos anos seguintes. Acentua-se a aquisição de moinhos, barracas de pescadores e sargaceiros dotando-as de funções habitacionais, nos lugares de Areia, Cedovém e Pedrinhas. Surge o restaurante os “Mudos” em Cedovém, sendo a primeira transformação de um equipamento daquela zona em estabelecimento de bebidas.

Associado à construção da Avenida da Colónia, surge a construção da Capela da Sr^a da Guia nos anos 70, dinamizando a ocupação dos espaços vazios e uma reformulação e requalificação do sistema viário e espaço público do lugar de Areia.

Após a Revolução do 25 de Abril, é edificada uma escola primária no lugar de Cedovém, que seria desativada com a Escola Primária P3, no início dos anos 80. Emergem pequenas indústrias têxteis que promovem emprego e poder financeiro à população Apuliense. No mesmo período, surge um posto médico, melhorando o serviço de saúde e um posto dos correios inexistente até à data. Regista-se uma crescente proliferação de instalações ligadas à sazonalidade, entre outros estabelecimentos de bebidas e de restauração.

b – Crescimentos

No hiato temporal entre 1960 e 1980 (Fig. 60, 61, 62), a vila de Apúlia experimenta significativos crescimentos lineares, assim como adquire pólos de crescimento. No entanto, há que referir um período de estagnação, nomeadamente na década de 1970. Depois desse período, a situação económica da população em Portugal, mas também em Apúlia, fazem-se sentir.

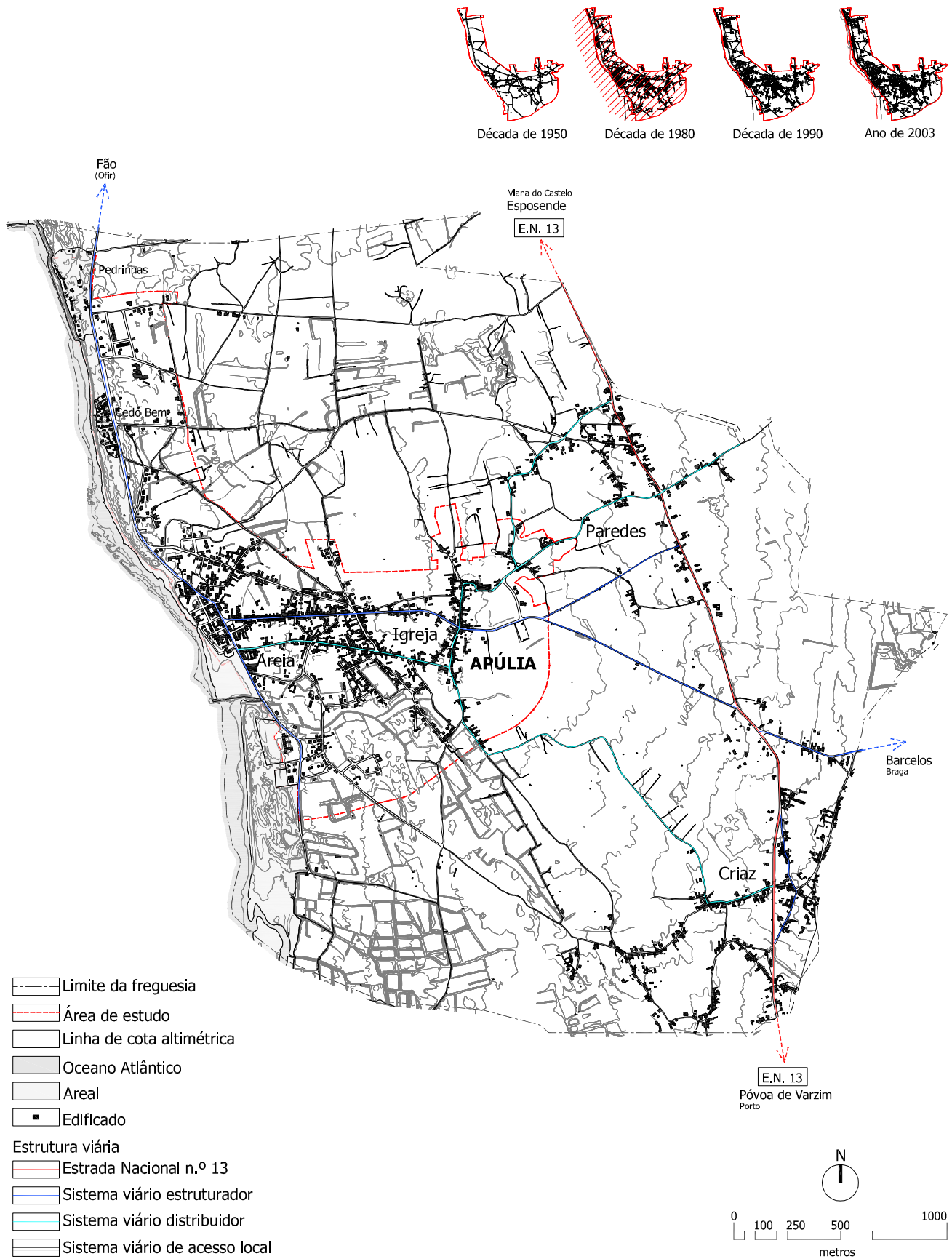


Fig. 59 - Mapa topográfico da freguesia de Apúlia da década de 1980. Elaborado pelo autor, 2013.

Os crescimentos lineares continuam apoiados sobre as principais vias de comunicação. Prolifera a construção de edifícios de habitação, assim como uma significativa quantidade de espaços comerciais, ao longo da E.N. 501 (avenida da Praia) e do seu prolongamento paralelo ao mar de norte para sul, pela E.N. 501-1 (avenida da Colónia para sul e avenida marginal Cedovém para norte).

No lugar de Igreja, o edificado expande-se de forma linear principalmente em direção ao lugar de Areia, pela avenida da Praia, em torno da Escola Primária e do novo posto de correios e rua da Igreja. No limite dos dois lugares, na rua da Casa do Povo, intensifica-se a construção ao longo e à face da via consolidando o espaço urbano. Da instalação de uma indústria têxtil na via que liga Igreja ao lugar de Paredes, a C.M. 2028-2, há um prolongamento da mancha edificatória.

No largo da Sr^a da Guia intensificam-se as contrições e reformula-se o sistema viário na frente da praia. Em torno da infra-estrutura nascem os primeiros edifícios de habitação (maioritariamente destinado a alojamento secundário), onde o comércio se realiza no piso a nível da rua, em relação direta com o espaço público. Outra particularidade desse edifício de grande dimensão é a preocupação na racionalização da utilização do quarteirão.

Geralmente, o desenvolvimento concentra-se em pontos concretos, consequência direta da implantação de equipamentos. Foi o caso da construção da Colónia de Férias da Apúlia, em Areia, que proporcionou um pólo de crescimento habitacional: “o bairro campista”. Trata-se do primeiro loteamento de cariz familiar executado em Apúlia nos anos 70. A origem floresce da aquisição de parcelas de terreno por parte de famílias e seus amigos. Inicialmente, as parcelas eram utilizadas para campismo (que era selvagem antes da compra), mas ao fim de alguns anos começaram a erigir habitações de residência secundária, transformando-se num aldeamento familiar.

Na rua do Facho, paralela a norte da avenida da praia, em Areia, nota-se algumas edificações dispersas ao longo da via. No cruzamento desta via com o equipamento escolar, a Escola Primária P3, iniciando um processo de agrupamento de edifícios habitacionais.

No lugar de Cedovém e Pedrinhas brotam loteamentos a nascente da Avenida da Marginal de Cedovém. Surgem edificações de forma linear ao longo das vias inseridas em parcelas retalhadas em avos. Estes loteamentos antecedem a legislação e originaram a obrigação e dimensionamento no desenho e produção do espaço público acabando de vez com os loteamentos clandestinos. A ausência de malha urbana e a inexistência de suporte

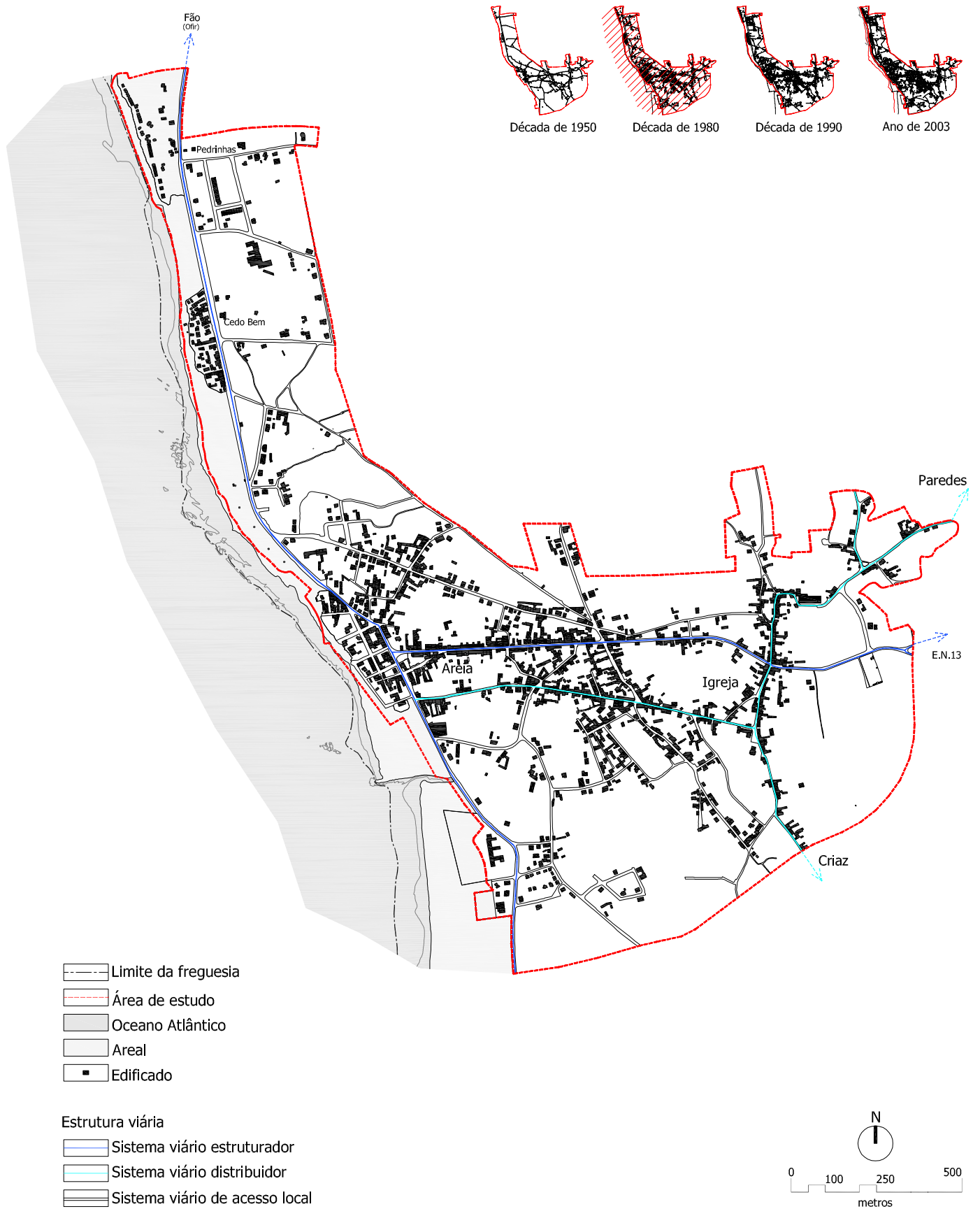


Fig. 60 - Planta da situação do edificado na vila de Apúlia da década de 1980. Elaborado pelo autor, 2013.

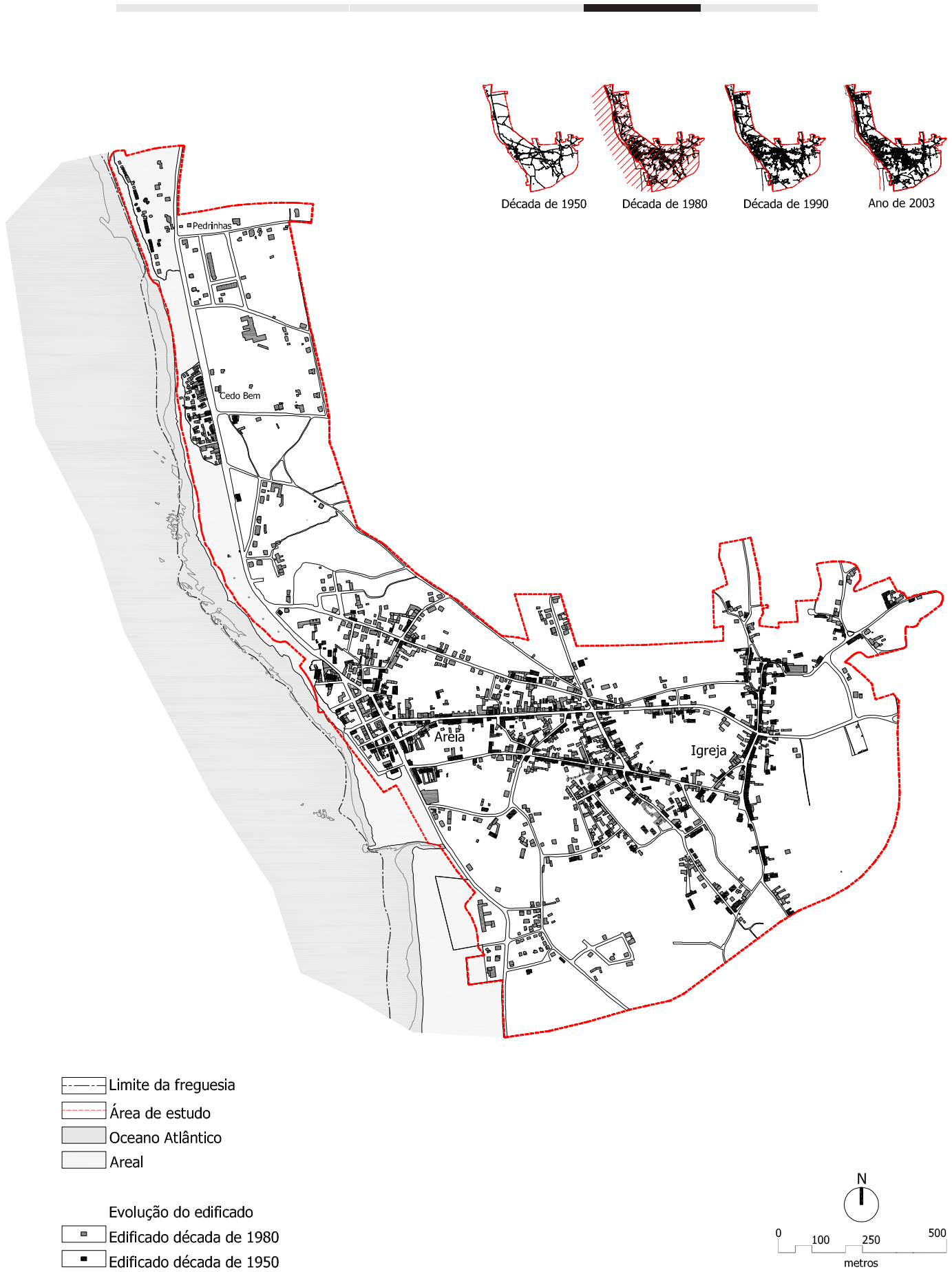


Fig. 61 - Planta de evolução do edificado na vila de Apúlia entre 1950 e 1980. Elaborado pelo autor, 2013.

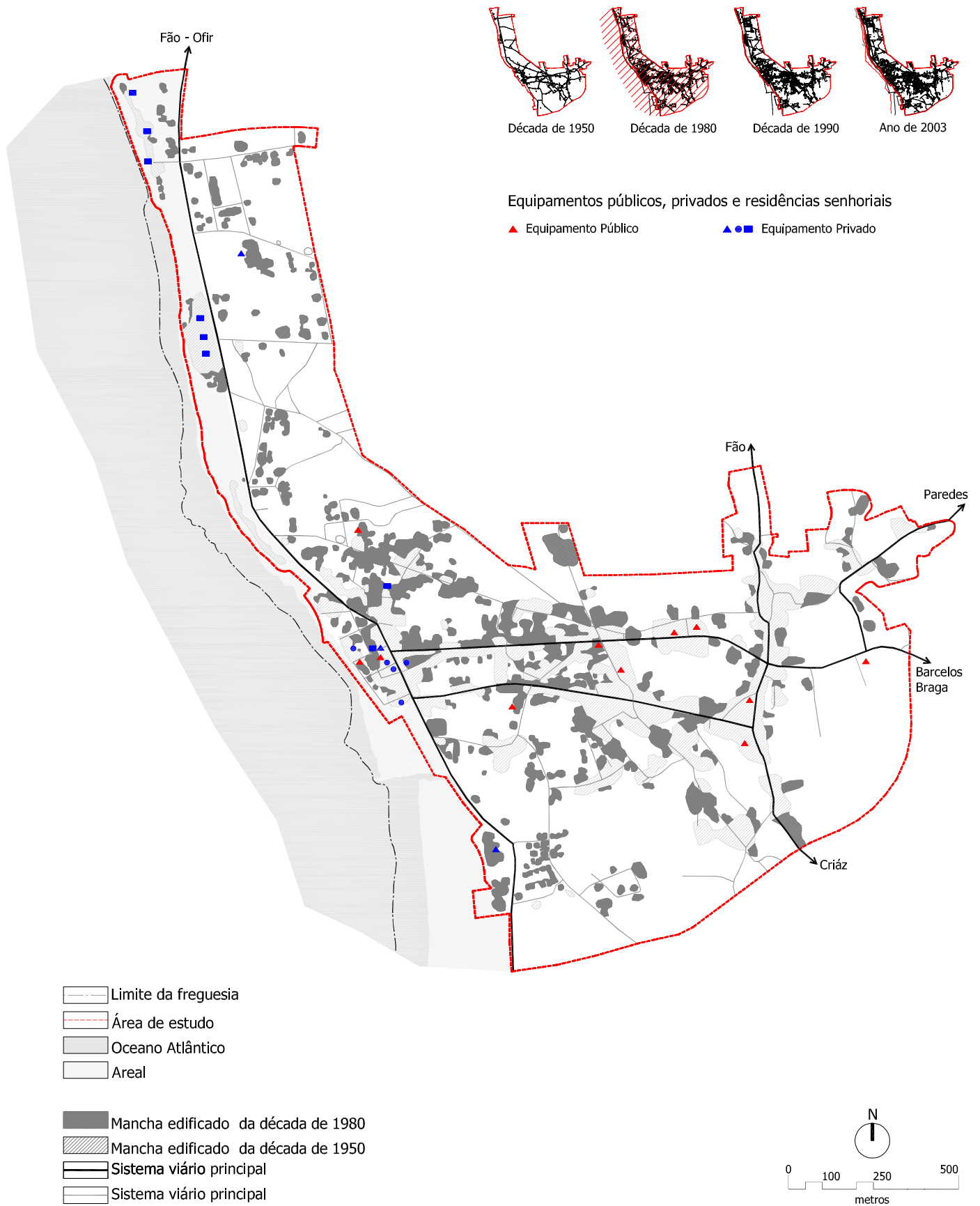


Fig. 62 - Planta interpretativa do crescimento do edificado da vila de Apúlia. Elaborado pelo autor, 2013.

espacial estruturado, resulta em carências urbanas, nomeadamente a falta de passeios, vias e estacionamento devidamente pavimentados. Estes loteamentos promovem uma alteração morfológica quanto à fixação das edificações e ao espaço público envolvente. As implantações afastam-se da face da rua, com edificações isoladas proporcionando logradouros no interior das parcelas.

A dispersão adquire importância no tecido urbano da vila de Apúlia. A inexistência de barreiras que limitem o crescimento e o controlo urbanístico provocam uma expansão descontrolada por todo o território. Como referido em capítulo anterior, os instrumentos legais de regulação até então não passavam de intenções sem nunca ter eficácia prática válida.

c - Estrutura viária

A morfologia do aglomerado (Fig. 60, 63, 64) esteve sempre associada à estrutura viária interurbana, a E.N. n.º 13. A importância da via foi-se intensificando, com o passar do tempo e com a proliferação da aquisição de automóveis. A mobilidade interurbana é cada vez mais importante para as populações que procuram um novo paradigma de vida, como empregos em serviços situados em torno de maiores centros urbanos, em busca de melhor remuneração. O fenómeno é provocador da aceleração e aproximação da vila de Apúlia aos aglomerados próximos, mas também aos grandes centros urbanos, nomeadamente Barcelos, Braga e Porto, fortificando-se os movimentos pendulares.

Ao nível viário, o lugar de Igreja sofre uma alteração: o prolongamento da rua de S. Miguel até ao largo da Igreja, perpendicular aos equipamentos religiosos, nomeadamente a Igreja Matriz e o Salão Paroquial. Do percurso da avenida da praia nasce, a seguir ao cemitério um caminho sem saída para dar acesso a edificações erigidas. Frente à Escola Primária do lugar, efetua-se uma ligação da Avenida da Praia com a rua do Padrão, uma via secundária de origem rural. O arruamento cria um quarteirão onde se constrói edifícios de habitações. Um desses edifícios será arrendado para a instalação de um Posto dos Correios, face à avenida da Praia.

A E.M. 501 mantém o principal acesso à vila, sobretudo à zona de banhos. Adquire uma função estruturadora de crescimento, uma tendência que marca o desenvolvimento espacial da vila ao longo de todo o século XX. Morfológicamente, essa via mantém o máximo

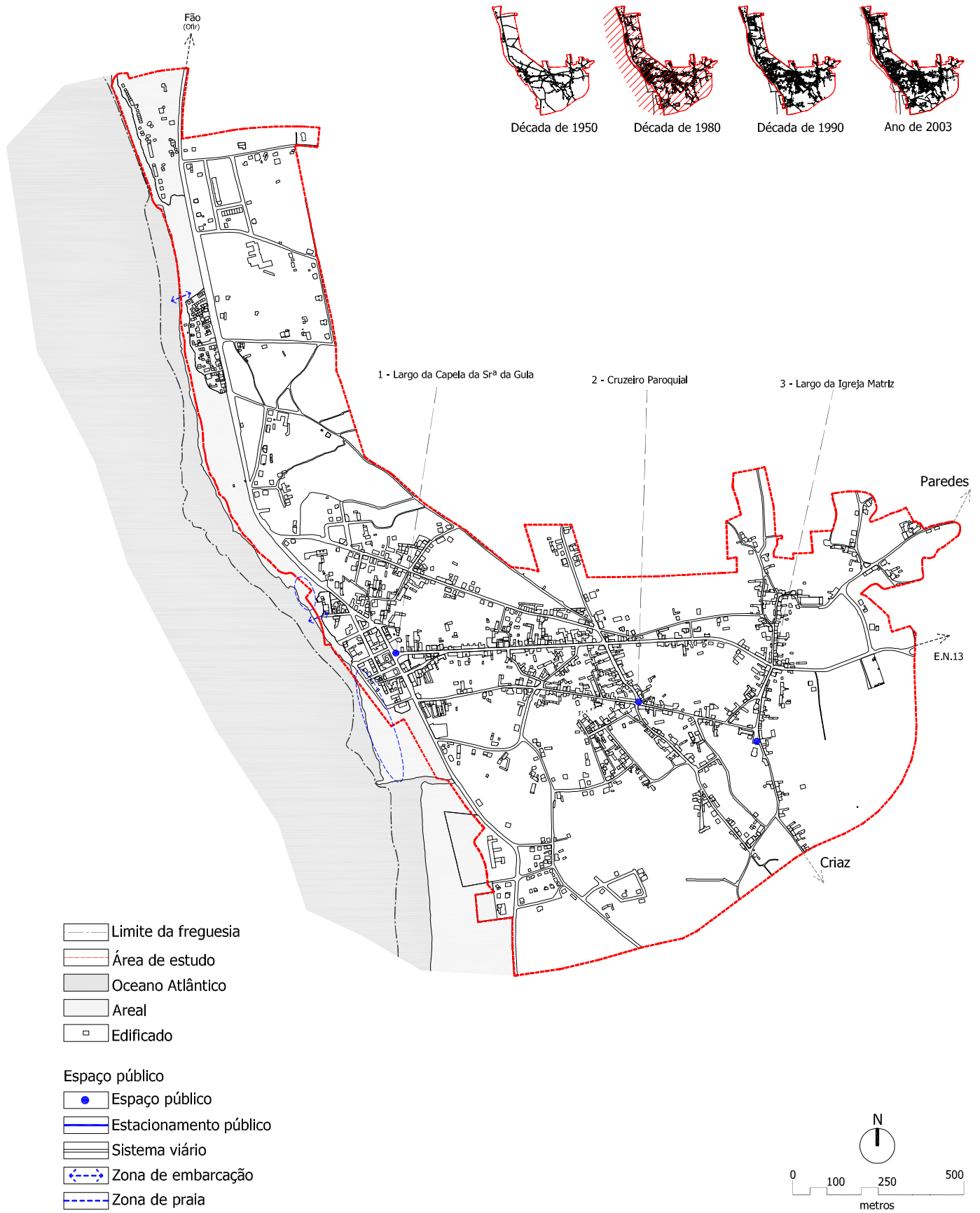


Fig. 63 - Planta de espaços públicos na vila de Apúlia da década de 1980. Elaborado pelo autor, 2013.

significado no crescimento da vila relativamente aos restantes eixos de comunicação. Em Areia, cria-se uma ligação viária entre a Rua do Facho e a avenida principal da vila que rapidamente foi consolidada com a construção de edifícios de habitações e comércio, designadamente a instalação de uma panificadora e de um salão de chá.

Em meados da década de 1980, a câmara inicia um processo de requalificação do espaço público, designadamente executa obras de pavimentação das vias, incluindo passeios ao longo da avenida da Praia e da Rua do Facho. Os trabalhos contam ainda com o arranjo urbano do largo da Sr^a da Guia. Reformulam-se arruamentos na frente da praia de banhos, criando novos quarteirões. Na década de 1980, é observável o aumento de especulação imobiliária, que leva ao aparecimento de empreendimentos de residências, ao longo das vias.

A estrutura viária de impacto significativo na expansão da vila foi o prolongamento da E.M. 501-1 para sul, designadamente a Rua da Colónia. Surge no início dos anos 60 e, mais tarde, a implantação de um equipamento público de lazer ao longo da extensão da via dará origem, nos anos 70, a um emergente pólo habitacional afastado do centro do lugar de Areia. Executam-se, em torno dessa estrutura, vias secundárias que infra-estruturam o núcleo e consolidam o sistema viário daquele local com o centro da vila.

Da continuação da Rua do Facho até cruzar com a E.M.501-1 para norte, é erigida a Escola Primária P3, onde se implanta uma zona de edificações multifamiliares estruturadas num sistema viário de acesso. Continuando para norte, a oeste da avenida da Marginal de Cedovém provém uma nova via. A mesma está na base de uma antiga via rural onde se implantam edifícios de habitação (multifamiliar e unifamiliar) ao longo desta estrutura secundária.

Em Pedrinhas as operações de loteamento realizadas promovem novas vias que têm como função a estruturação de habitações unifamiliares isoladas, mas também de edificações em banda. Imediatamente a sul do loteamento, implanta-se, no final da década de 1980, uma outra colónia de férias, contígua da zona habitacional.

A estrutura principal da vila mantém-se praticamente, excetuando-se o prolongamento da E.M.501-1 para sul. Suporta o desenvolvimento espacial ao longo das vias, visto haver ainda parcelas disponíveis com frente para a via, não se tornando necessária a criação de sistemas viários secundários.

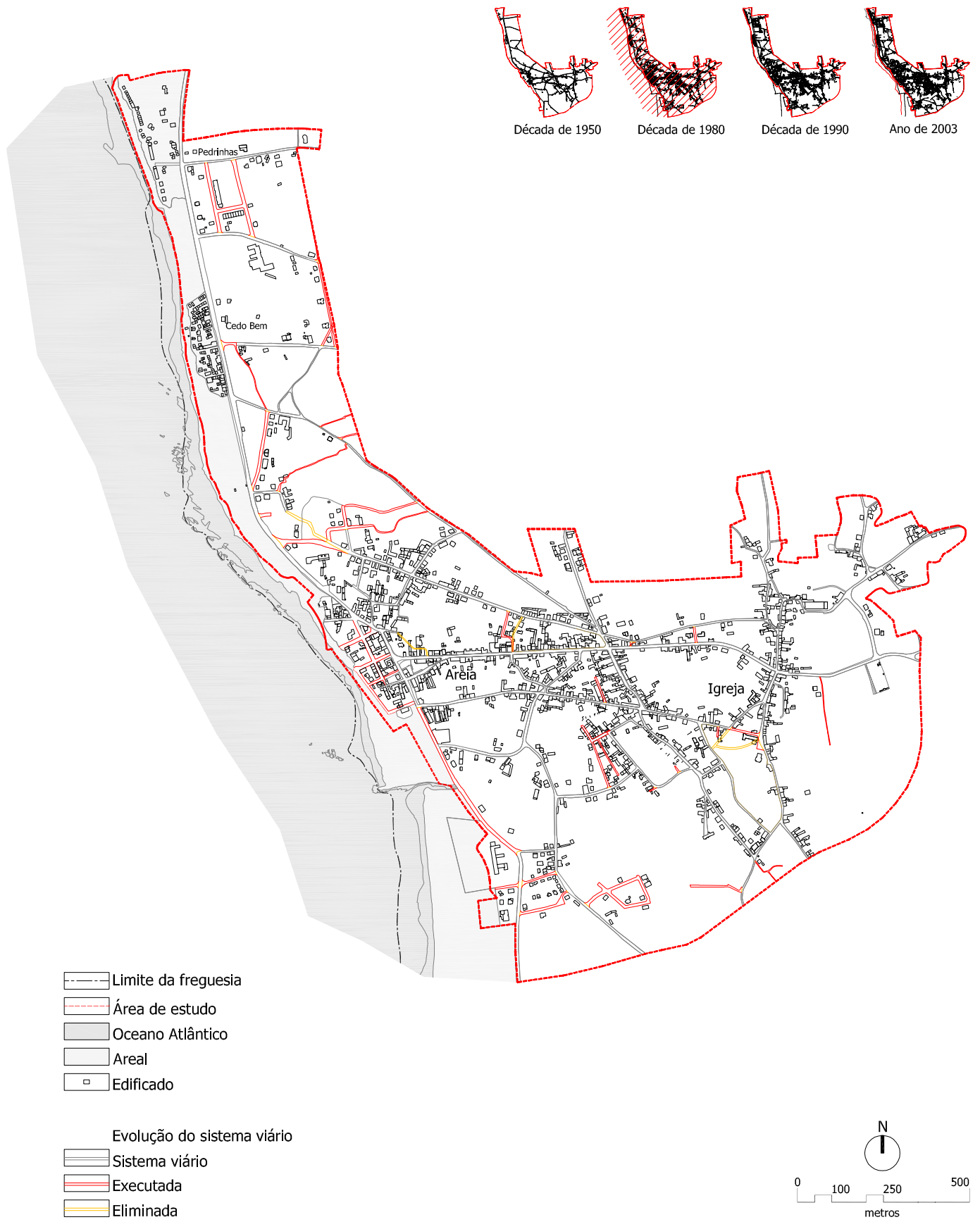


Fig. 64 - Planta da evolução do sistema viário na vila de Apúlia entre 1950 e 1980. Elaborado pelo autor, 2013.

d - Tipologia edificada

A edificação unifamiliar mantém-se como tipologia (Fig. 65, 66) mais acentuada no tecido urbano da vila de Apúlia. Todavia, regista-se a expansão da construção de empreendimentos de cariz multifamiliar, promovidos por interesses particulares e de equipamentos potenciadores de dinâmicas urbanas como a construção de uma unidade industrial têxtil. O mercado imobiliário implanta na vila uma nova tipologia de construção afastada da faixa de rodagem permitindo espaço natural à volta, que transformam os tradicionais campos ou terrenos de cultivo em logradouros com relva. O fenómeno associa-se geralmente aos investimentos dos imigrantes da terra e do interesse do mercado imobiliário devido ao forte impacto sazonal que a vila detém.

Em Igreja, a mancha construtiva mantém edifícios habitacionais com características rurais de uma ou duas alturas. Os espaços intersticiais vão sendo preenchidos com habitações modernas, à medida que a população vai deixando paulatinamente a atividade agrícola. Conserva-se, no entanto, uma imagem uniforme da relação com as edificações pré-existentes. Mantêm-se as características de crescimento linear, caracterizado pela manutenção de um tecido urbano compacto ao longo das vias estruturadoras. No início dos anos 80, é instalado em Apúlia uma unidade industrial têxtil, A Impetus Portugal – Têxteis, S.A., promovendo uma escolha diferente das atividades agrícolas ou piscatórias que se tornam cada vez menos rentáveis. Este edifício rompe com qualquer outro envolvente, pela sua forma particular, implantando-se à face da via. Embora não tenha altura superior aos dois pisos existentes na envolvente, trata-se de um pavilhão industrial perfeitamente alongado, revestido com chapa metálica em confronto com as edificações habitacionais em pedra à vista ou rebocadas. Os espaços destinados ao comércio localizados nos rés de chão distribuem-se ao longo das vias principais, sobretudo nos cruzamentos, intensificando-se à medida que se aproximam do lugar de Areia. São normalmente pequenos cafés e mercearias que têm por objetivo servir a população residente em Igreja.

Ao longo da avenida da Praia instala-se o comércio de forma cada vez mais intensa. São instalados estabelecimentos de bebidas, talhos, um salão de chá, uma pequena indústria panificadora. Estes prolongam-se pela artéria principal da vila até ao entorno do largo da Sr. da Guia, local onde existe uma pequena feira semanal.

Na frente da praia de banhos e ao longo das infra-estruturas viárias, surgem edifícios multifamiliares, que reservam os rés de chão para o comércio, dedicando os pisos à habitação, principalmente secundária. Certos edifícios ocupam o quarteirão em regime

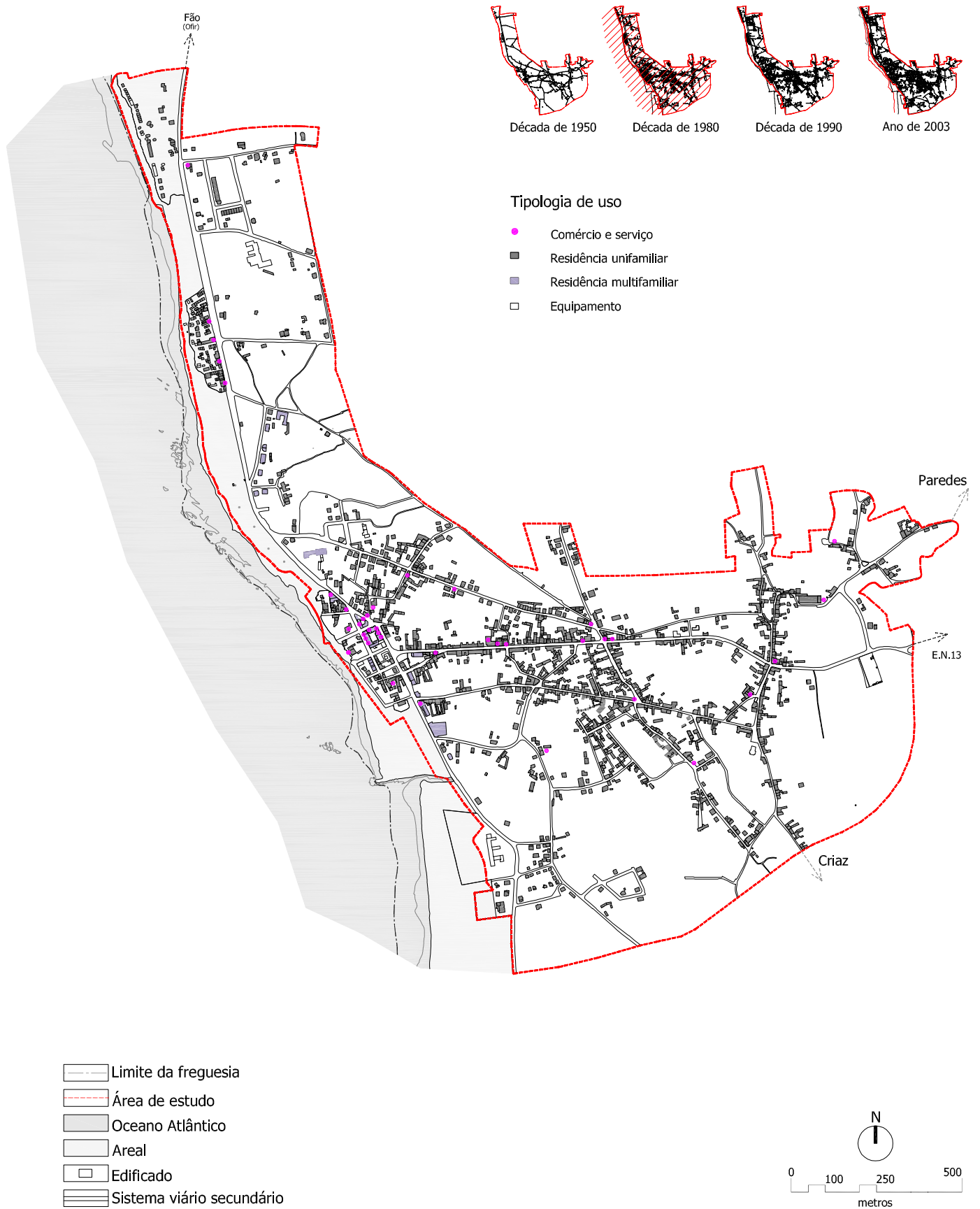


Fig. 65 - Planta de tipologia de uso do edificado na vila de Apúlia, na década de 1980. Elaborado pelo autor, 2013.

de bloco fechado, o comércio localizado à cota do espaço público, deixando o interior do empreendimento em espaço de usos colectivos. Os mesmos vão implantar edifícios que vão romper com a imagem uniforme pré existente: os edifícios são compostos por três pisos e, por vezes, ainda lhes é acrescentado um recuado. Para os promotores imobiliários o objetivo principal era rentabilizar ao máximo as parcelas de construção para a venda de alojamentos.

A sul do lugar de Areia, na extensão da rua da colónia, surgem pequenos aldeamentos, de cariz particular, que afastam as edificações das vias de acesso promovendo espaços verdes no interior das parcelas. Trata-se de edificações residenciais de um ou dois pisos, geralmente de uso ocasional nos períodos de estio. Importante será referir que estes pequenos loteamentos, da década de 1970, são construídos à margem de qualquer regulamento, por tal instrumento não existir na época. Surge um espaço público com carências ao nível das infra-estruturas viárias, nomeadamente passeios e estacionamento.

Com a instalação da Escola Primária P3, contígua à rua do Facho, edificam-se habitações unifamiliares de dois pisos suportadas pela extensão de um suporte viário de acesso às parcelas. As mesmas implantam-se de forma isolada, permitindo o uso do espaço exterior aos edifícios para criação de pequenos logradouros.

Na travessa da rua do Furado, edificam-se edifícios exclusivamente residenciais de três pisos, entre habitações unifamiliares com cérceas de um ou dois pisos, promovidos pela especulação imobiliária. Nos anos 80, os moinhos transformavam-se em habitações secundárias, fenómeno iniciado na década de 1960.

Em Cedovém, sobre o cordão dunar, barracas de pescadores são adquiridas e transformadas em habitações unifamiliares. Não há qualquer tipo de infra-estrutura viária, os acessos às edificações fazem-se através de caminhos de areia. Em 1982, o restaurante “a Cabana” junta-se aos “Mudos”, iniciando um processo proliferante de aquisição de edifícios face à Avenida da Marginal do Cedovém (E.M. 501-1) para a instalação de estabelecimentos de restauração. Perpendicularmente e a nascente da via estruturadora de ligação ao centro de Areia (sul) e à freguesia de Fão (norte), surgem edificações de cariz habitacional de um e dois pisos, associadas a loteamentos e estruturadas por antigas vias rurais, transformadas num sistema viário de acesso.

À semelhança do que acontece em Cedovém, sobre a primeira linha dunar, as barracas e edifícios em xisto são adquiridas e transformadas em residências secundárias.

Apúlia - Processo de transformação morfológica numa frente marítima.

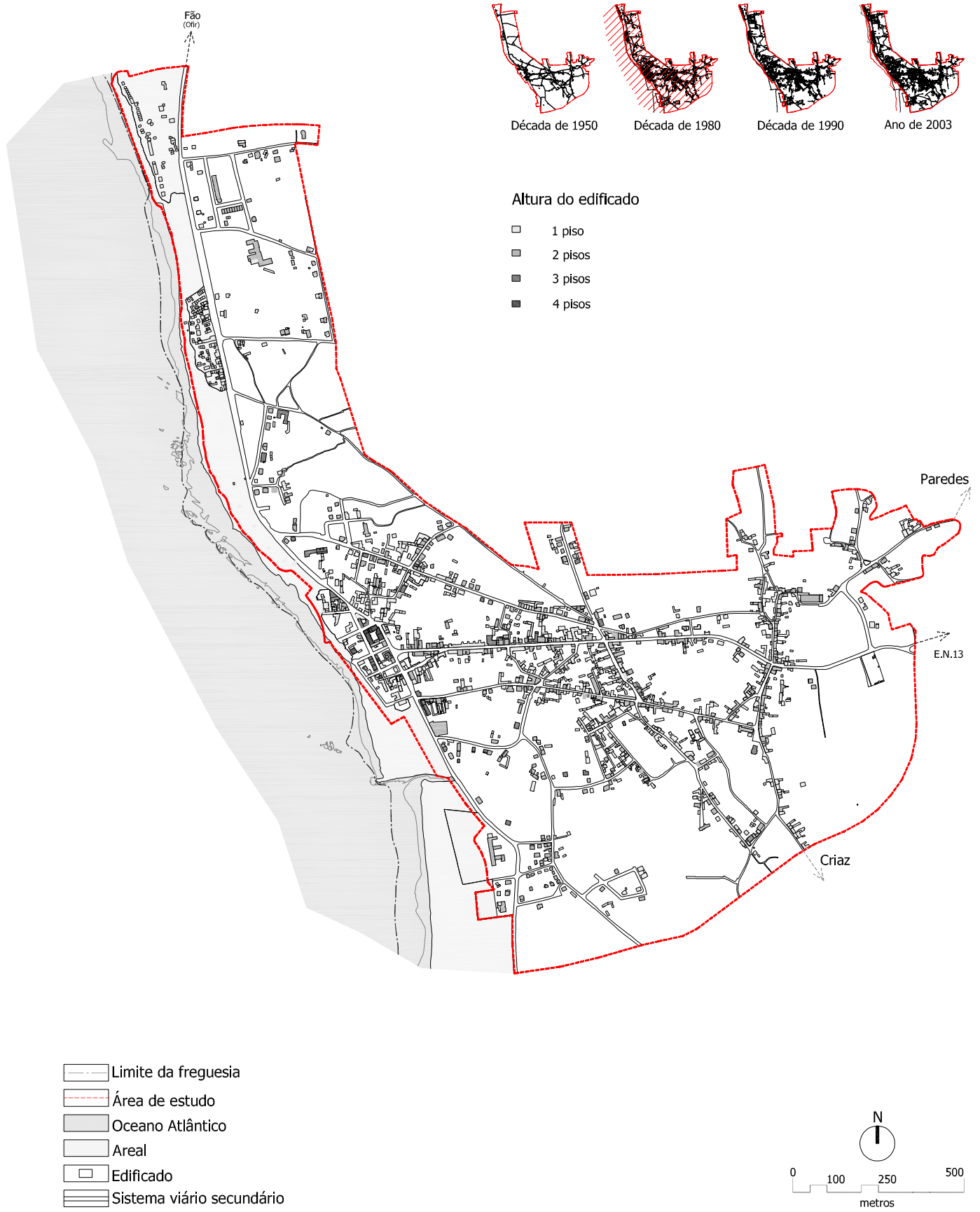


Fig. 66 - Planta da altura do edificado na vila de Apúlia, na década de 1980. Elaborado pelo autor, 2013.

Geralmente, os proprietários aumentam um piso ao edifício original. Também é completamente desprovido de infra-estrutura viária, sendo que o acesso efetua-se por sinuosos caminhos de areia. A nascente deste local, e na continuação para norte do loteamento de Cedovém, é constituída uma operação de loteamento. O mesmo define um sistema viário estruturador das edificações, exclusivamente habitacionais. Ressalve-se ainda o aparecimento da tipologia da construção em banda e de edificações isoladas. São tipologias de construção aberta, ou seja, que deixam espaço à sua volta. Estes modelos começam a expandir-se rapidamente na vila de Apúlia e são completamente alheios aos tipos de bloco fechado existentes em Areia. Mais uma vez, e à semelhança do que acontece no pólo junto à Colónia de Férias a sul da freguesia, estes loteamentos estão desprovidos de qualquer tipo de instrumento de regulação, daí total isenção de passeios e estacionamento. Por outro lado, esses loteamentos são materializados por urbanizações de carácter difuso caracterizadas morfologicamente pela sua dispersão e pela criação de uma trama urbana descontínua. A partir dos anos 80, o modelo converteu-se num fenómeno de crescimento que transformou a paisagem da periferia próxima dos núcleos urbanos da vila de Apúlia.

Importa referir, embora se localize fora do perímetro de análise, que o período regista habitações dispersas promovidas por emigrantes, promotores imobiliários, mas também de veraneantes que vão adquirindo terrenos afastados dos pólos urbanos por razões financeiras. A prática ocorre um pouco por toda a freguesia rompendo com as tipologias tradicionais. Geralmente, a arquitetura dessas edificações não tem qualquer tipo de ligação com o estilo local, vão se trazendo influências das experiências vividas em outros locais.

e - Equipamentos e serviços

O desenvolvimento económico e social que caracteriza a época entre 1960 e 1980 (Fig. 67) reflete-se na implantação dos novos serviços públicos em matéria de saúde, educação, mas também fortemente relacionados com o efeito da sazonalidade. É, pois, um período de transição com melhorias ao nível da saúde, registando-se um aumento da população devido à diminuição dos casos de doença e ao retorno de emigrantes. Com alguma capacidade económica, surge o efeito da procura balnear.

O fomento de políticas de férias espoletou a construção de colónias de férias

a cargo dos Estados pelas zonas balneares, no caso concreto a Colónia de Férias de Apúlia. Inaugurada em 1967, a Colónia de Férias de Apúlia protagonizou um novo pólo de crescimento para sul da vila de Apúlia. O edifício implanta-se paralelamente ao mar e afastado da face da rua da Colónia. Este espaço permite a criação de uma zona de lazer frente ao edifício composta por alguns pinheiros. Para poente do equipamento estabelecesse um pequeno campo de jogos ainda no interior da parcela pertencente à Colónia. É o responsável pelas primeiras construções de edifícios de habitação que ali se erigiram nos anos 70.

Contíguo à Escola Primária do lugar de Igreja, o Estado arrenda parte de uma habitação para a instalação de um posto de correios. A vila passa a ter serviços de correios administrada pela empresa pública com denominação C.T.T. (Correios e Telecomunicação de Portugal).

O posto médico desaparece da Casa do Povo e desloca-se para o cruzamento entre a rua da Casa do Povo e a avenida da Praia. A freguesia passa a ter serviço de saúde permanente, estrategicamente colocado no limite entre os dois maiores lugares da freguesia de Apúlia, nomeadamente Areia e Igreja. Em 11 de março de 1988, Apúlia eleva-se a Vila e promove-se uma Junta de Freguesia, num terreno contíguo onde se encontrava anteriormente instalada a Casa do Povo. Note-se que este arruamento concentra equipamentos dinamizadores do espaço colocados de forma estratégica entre os lugares de Igreja e Areia que fomentarão a consolidação e concentração da edificação naquele espaço.

A sul da rua do Cruzeiro, ao longo da trama secundária (rua da Fonte da Senhora) que liga diretamente à zona de banhos, constrói-se uma escola Primária nos anos 70. O equipamento vem substituir as salas instaladas anteriormente na Casa do Povo. A população aumenta significativamente sendo necessário garantir condições ao nível da educação.

Em 1977, constrói-se um equipamento religioso em forma de barco, a Capela da Sr^a da Guia, no local onde se edificava a antiga Capela do Tibúrcio de cariz privado, posteriormente cedida à instituição da Igreja. A mesma proporciona um claro desenvolvimento da zona, nomeadamente uma requalificação urbana. No largo da Sr^a da Guia, executam-se obras em torno das quais floresceram várias atividades comerciais. Trata-se da pavimentação do espaço público, nomeadamente com a inclusão de bancos e de algumas zonas verdes.

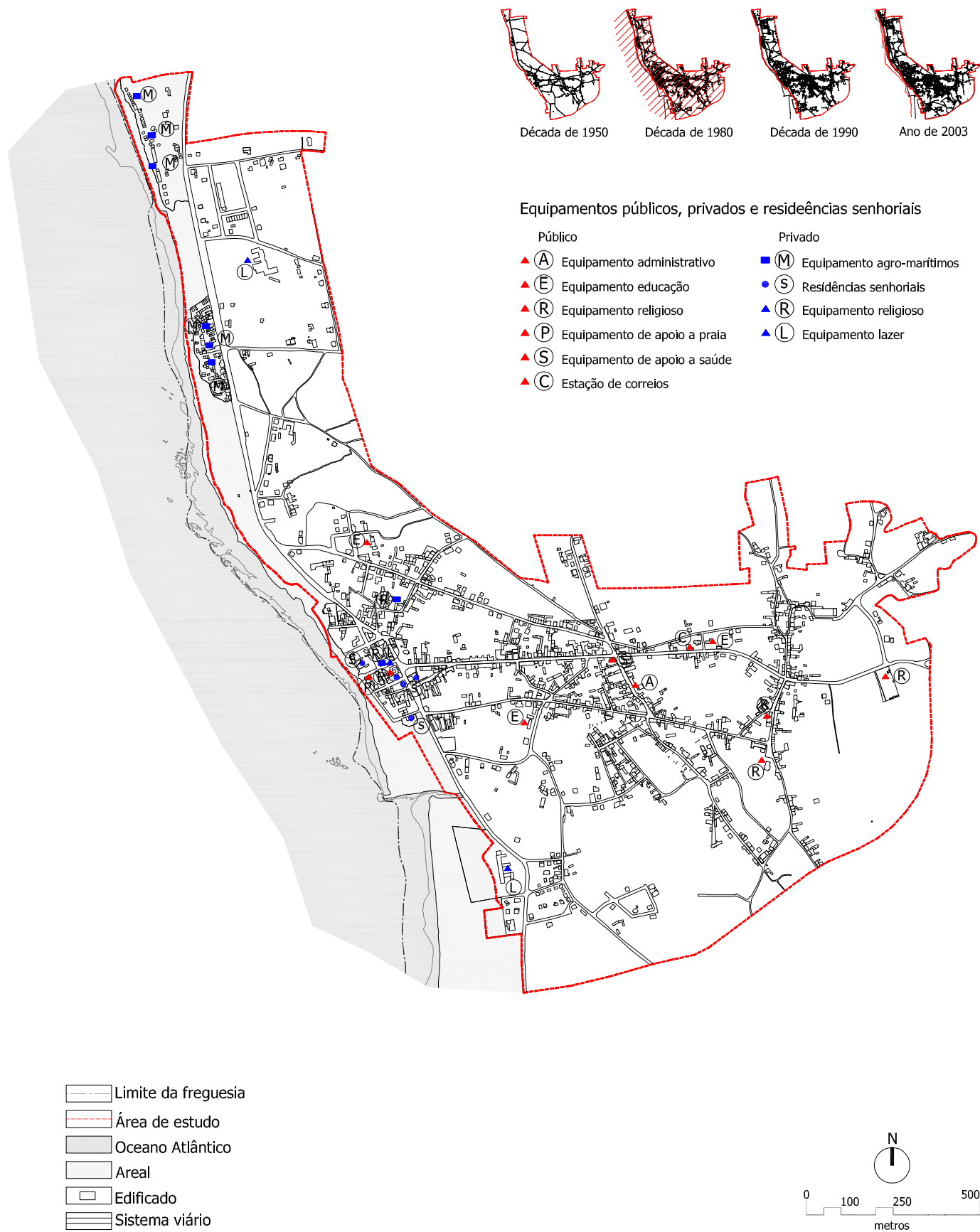


Fig. 67 - Planta dos equipamentos edificados na vila de Apúlia da década de 1980. Elaborado pelo autor, 2013.

Nos anos 80, constrói-se um novo equipamento ligado à educação: a Escola Primária P3. O equipamento vem substituir a desativada escola localizada entre o lugar de Areia e Cedovém. Este equipamento surge logo após o 25 de Abril de 1974 e tinha um caráter provisório. A nova escola localizada na rua do Facho vem garantir uma melhor qualidade de instalação educacional. Este equipamento escolar espoleta, na sua envolvente, um sistema viário de distribuição na zona em que cresce o parque habitacional de habitações unifamiliares.

Os equipamentos localizados nos lugares de Cedovém perdem a sua função de apoio à atividade piscatória e transformam-se em pequenas habitações unifamiliares no interior e estabelecimentos de restauração à face da E.M. 501-1.

O mesmo acontece com os equipamentos destinados ao apoio da apanha de sargaço, localizados em Pedrinhas. Em 1987, a nascente da Avenida da Marginal de Cedovém, nasce um outro equipamento privado: A colónia de férias João Paulo II. Localiza-se numa área de expansão a norte da freguesia adjacente à área residencial inserida em operações de loteamentos.

5.2.3 - Período 1980 – 1990

a - Transformações urbanas

O ingresso de Portugal na União Europeia em 1986 foi fundamental criando-se infra-estruturas nos aglomerados envolventes da vila de Apúlia (Fig. 68). Resultam do investimento, grandes fluxos de migrações, de movimentos pendulares, que se traduzem na vila pelo efeito da sazonalidade. O investimento imobiliário ostentado na vila provém do acesso facilitado aos recursos financeiros e promove processos de construção sem grandes regras, surgindo, rapidamente, a necessidade de disciplinar o território.

Neste período, é substancial o desenvolvimento da qualidade de vida da população regional que originou consequências negativas para o território. Durante a década de 80, produziu-se uma profunda mudança de paradigma relativamente ao ordenamento do território, fruto do crescimento desmesurado do edificado residencial. O maior impacto é causado pela proliferação de habitações dispersas, que se foram estendendo de forma descontrolada entre as áreas de uso agrícola, superando os limites do aglomerado urbano concentrado. Além disso, a divisão parcelar sem regras acaba por converter, retalhar os solos agrícolas para o uso desta tipologia.

Pela primeira vez, elabora-se um instrumento de regulação do ordenamento do território com efeitos práticos. O Plano Diretor Municipal de Esposende entra em vigor em 1994 e introduziu um dinamismo ao desenvolvimento do território no sentido da promoção da organização e do controlo espacial. Surge como forma de resolução da expansão descontrolada da construção geradora de perturbações no desenvolvimento da vila. As políticas também se relacionam com a infra-estruturação do concelho, designadamente da vila de Apúlia.

Neste âmbito, destaca-se a expansão da habitação unifamiliar dispersa, assim como o desenvolvimento linear, materializado pela tipologia de edifícios multifamiliares. Este modelo de crescimento caracteriza-se por ocupar espaços vazios da vila, densificando o tecido mais próximo de frente do Oceano Atlântico.

Na medida em que somente existiam escolas primárias, introduz-se um equipamento escolar para acolher alunos de 5º ano ao 9º ano, localizado à entrada principal da vila de Apúlia.

São ainda efetuadas obras ao nível da infra-estruturação da vila, nomeadamente nas redes públicas de abastecimento de água e na drenagem e tratamento das águas residuais domésticas e pluviais. Note-se, em relatos da população, que as redes de abastecimento de água não detinham caudal suficiente para servir adequadamente a população nos meses de verão devido às assimetrias populacionais ao longo do ano produzidas pelo efeito da sazonalidade. Antes da intervenção camarária, os residentes adquiriam depósitos em fibra de vidro para a armazenagem de água nos períodos de maior afluência na vila.

Vão surgindo expansões residuais na envolvente do parque habitacional existente, assim como a consolidação dos loteamentos urbanos. As operações de divisão de parcela surgem agora infra-estruturadas e devidamente dimensionadas ao abrigo da legislação.

Relativamente ao sistema viário, as transformações foram residuais contando com a abertura da Rua António Fernandes Torres como via distribuidora da vila que morfologicamente dividiu um quarteirão. As restantes inclusões tratam de vias de acesso, empreendimentos de habitação multifamiliar impulsionadas por promotores imobiliários.

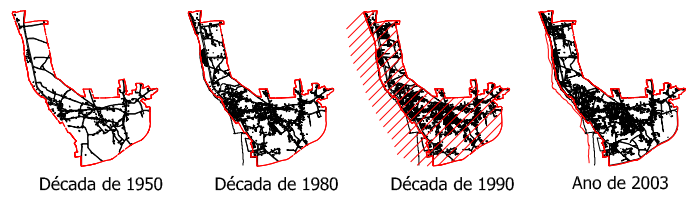
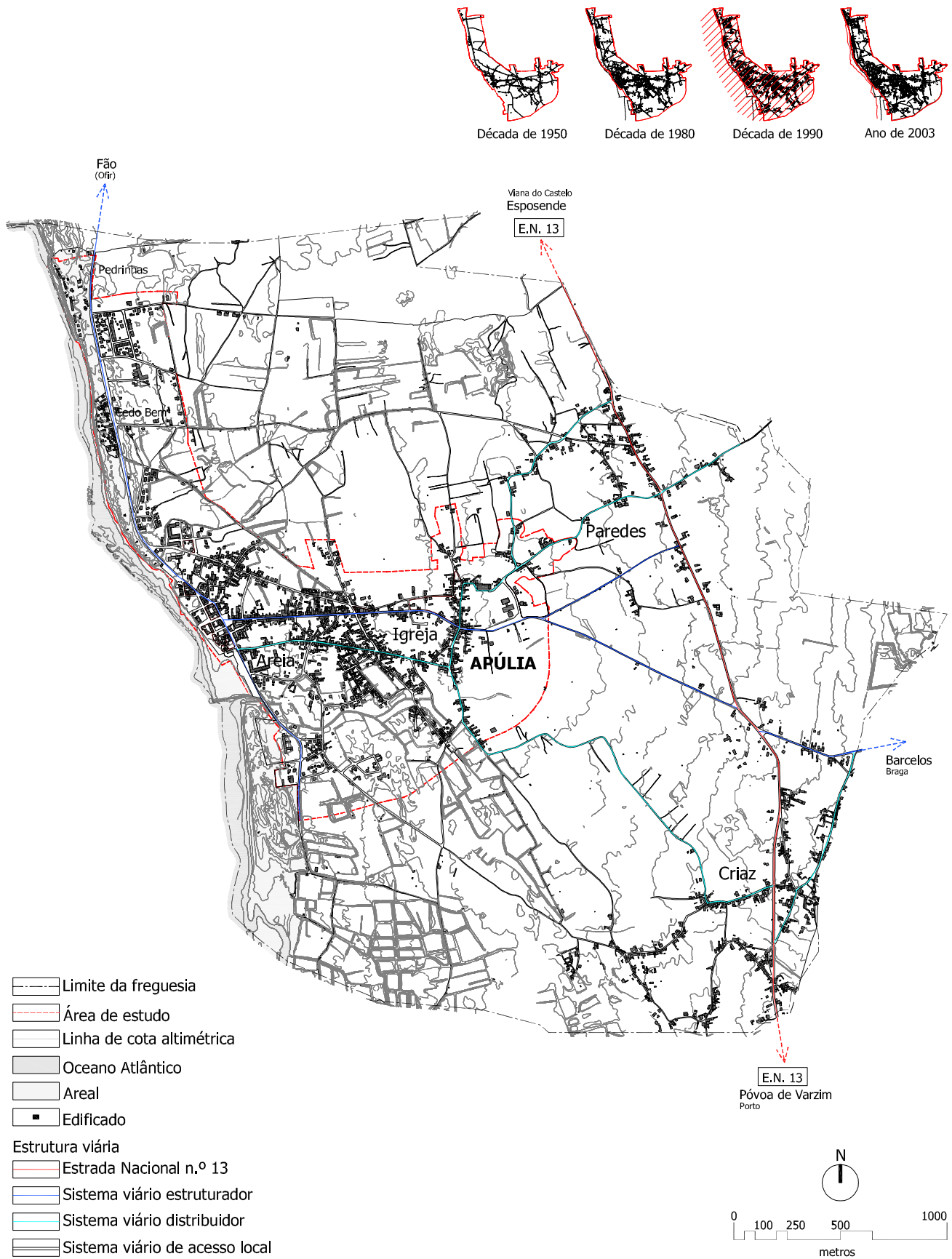


Fig. 68 - Mapa topográfico da situação da vila de Apúlia da década de 1990. Elaborado pelo autor, 2013.

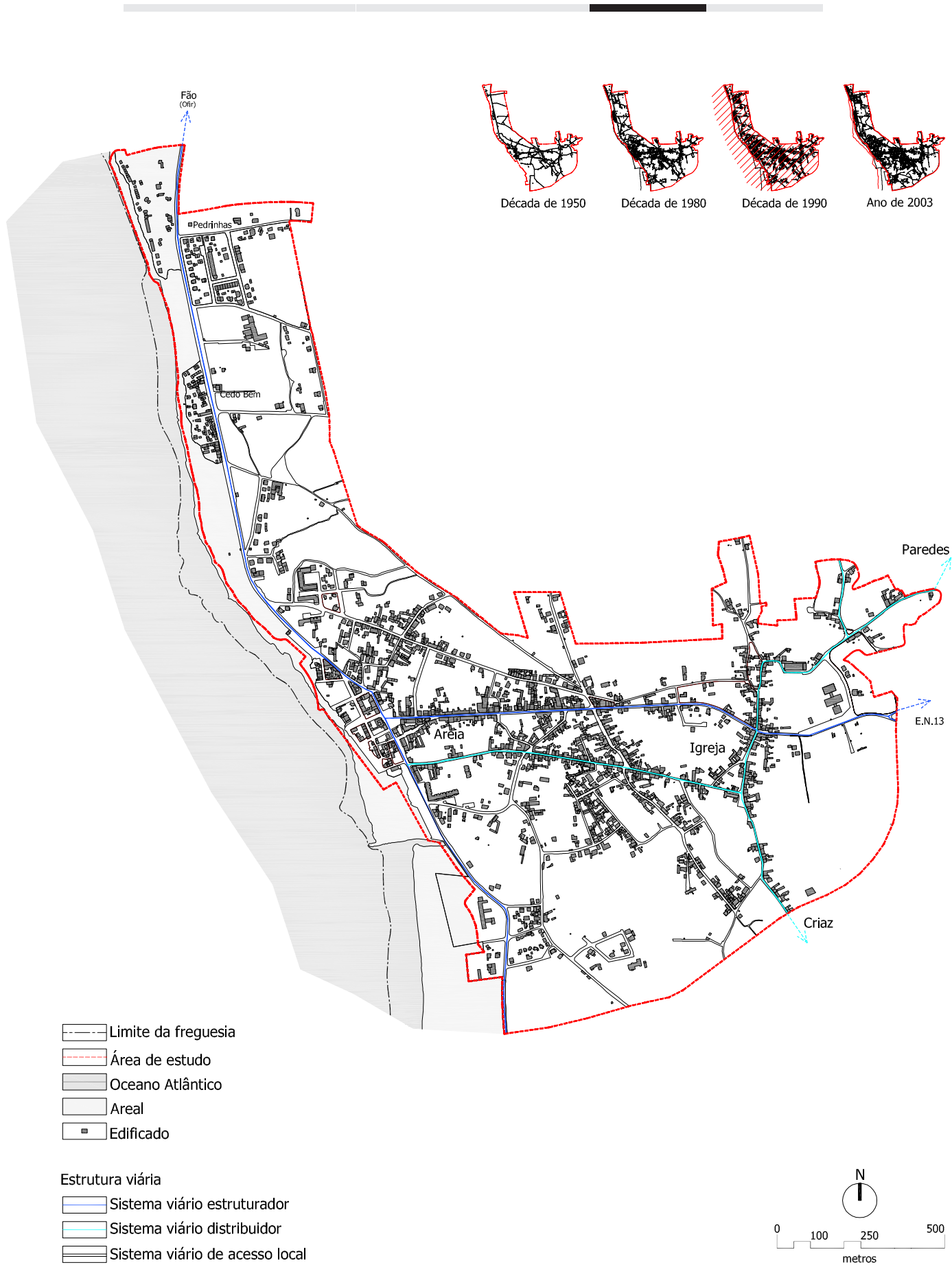


Fig. 69 - Planta da situação do edificado na vila de Apúlia na década de 1990. Elaborado pelo autor, 2013.

b – Crescimentos

As intervenções efetuadas pelo município iniciam um processo de produção de espaço urbanos agradável, no sentido de transformar a vila de Apúlia (Fig. 69,70, 71) num importante pólo de atratividade turístico do concelho de Esposende. As iniciativas privadas estiveram conscientes da oportunidade que a vila oferecia como lugar de lazer e descanso, dando cada vez mais promoção à habitação secundária.

A situação é patente pela rápida proliferação de loteamentos de habitações unifamiliares e edifícios multifamiliares. O tipo de habitação que oferece esses conjuntos torna-se atração importante para os períodos de férias, focados sobretudo na residência secundária. Neste período, é destacável o aumento significativo das duas tipologias residenciais secundárias, com principal destaque da expansão deste tipo de empreendimentos.

O crescimento espacial da vila de Apúlia entre 1990 e 2003, manteve a tendência exponencial iniciada nos anos anteriores. A expansão da habitação unifamiliar dispersa promove-se até ao aparecimento do Plano Diretor Municipal de Esposende, sendo que o instrumento veio dar cobro a esse tipo de construção. A tipologia de edifícios multifamiliar concretiza-se linearmente ao longo das vias, preenchendo espaços intersticiais da vila, mas também criando novos focos de edifícios densificando todo o tecido urbano frente à praia de banhos.

O desenvolvimento mais significativo assinala-se nos loteamentos a norte da freguesia. Nota-se um franco crescimento do edificado linearmente, as infra-estruturas viárias promovidas pelas operações de loteamento.

Relativamente ao sistema viário, não se registam crescimentos substanciais, a não ser os promovidos pelos empreendimentos de dimensão significativa que executam obras de acesso a edifícios multifamiliares e estacionamento.

Todos os fenómenos de crescimento da mancha habitacional são geralmente intrinsecamente associados à procura de residência secundária, mantido desde os anos antecessores.

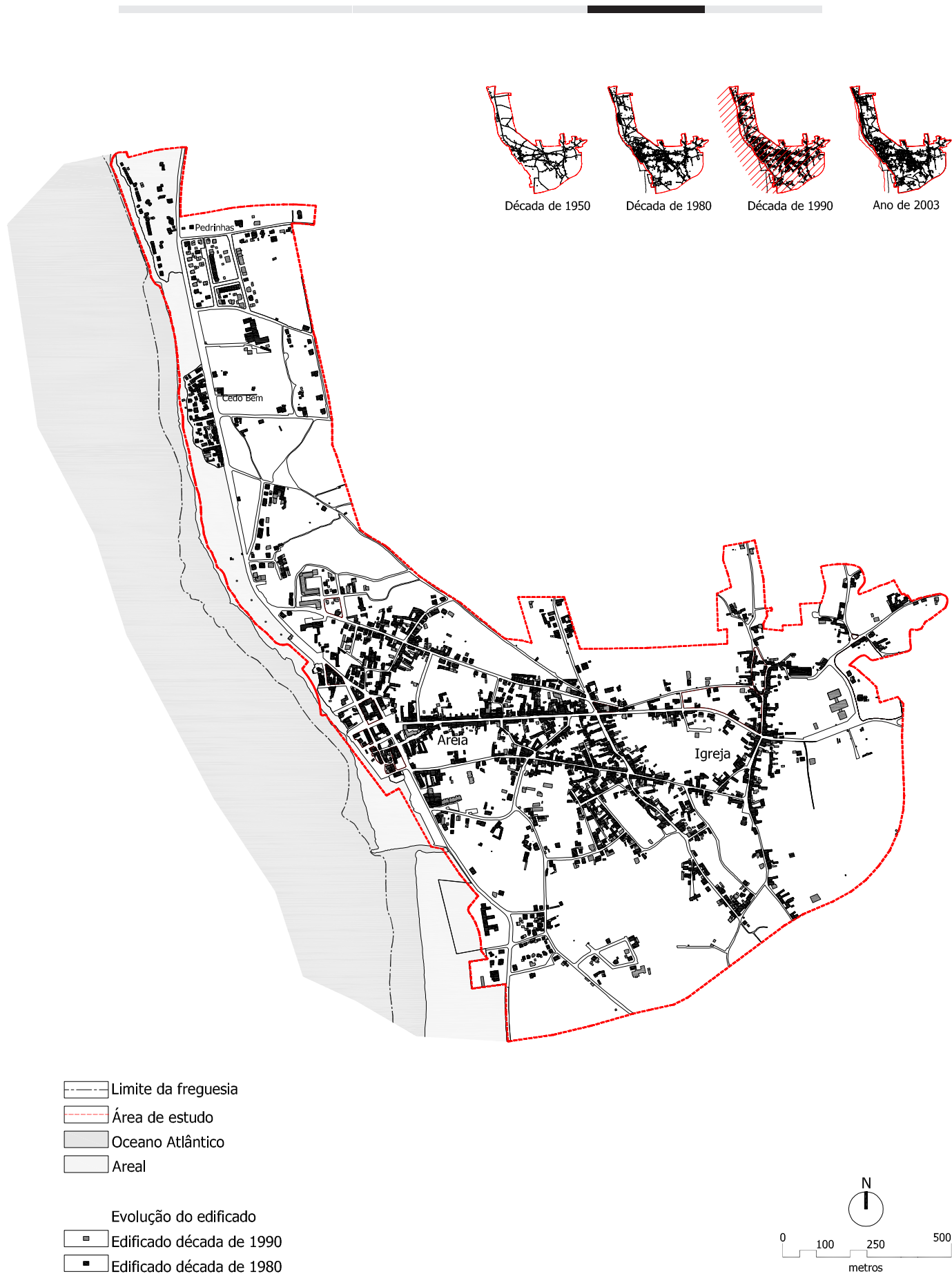


Fig. 70 - Planta da evolução do edificado na vila de Apúlia entre 1980 e 1990. Elaborado pelo autor, 2013.

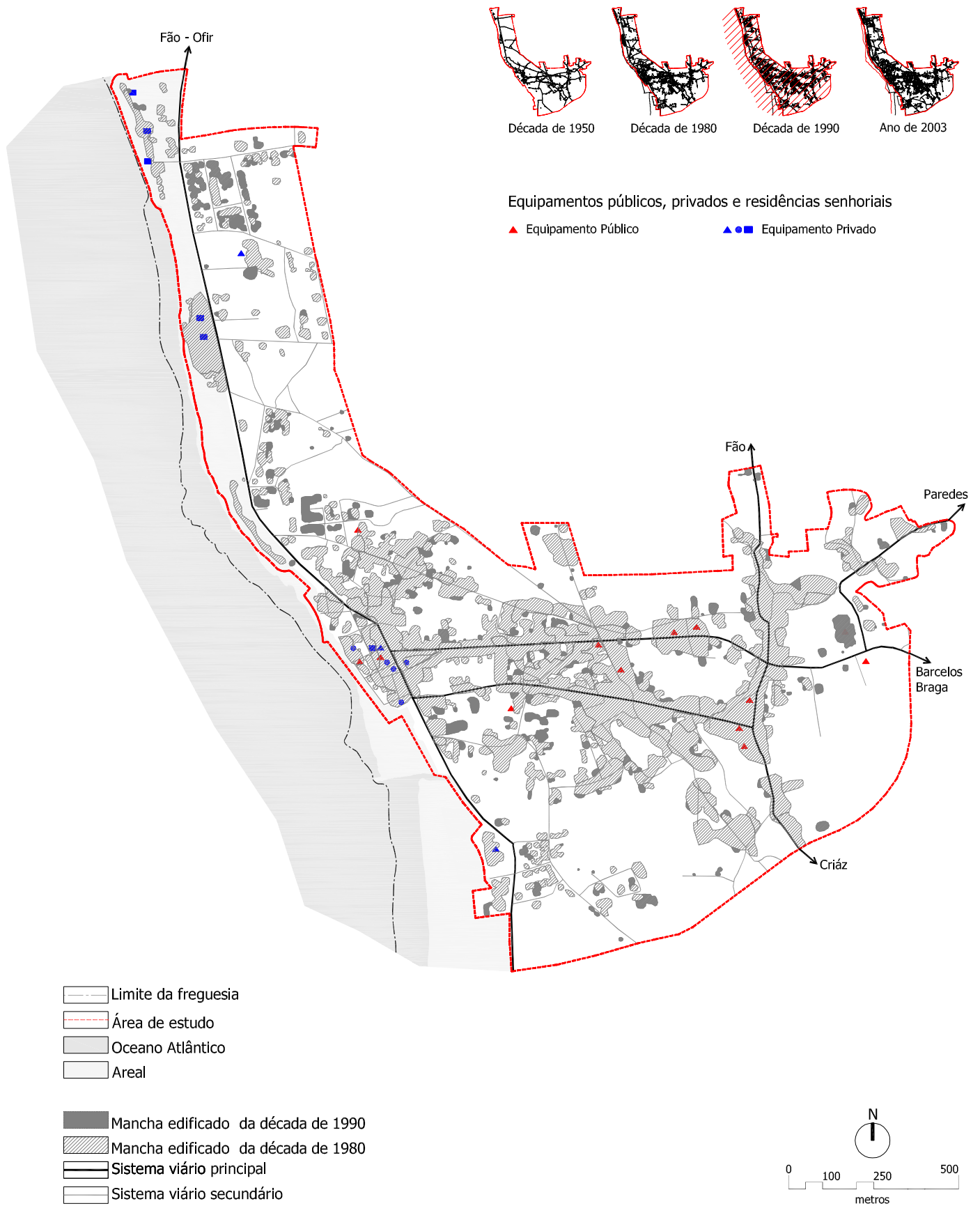


Fig. 71 - Planta interpretativa do crescimento do edificado na vila de Apúlia entre 1980 e 1990. Elaborado pelo autor, 2013.

c - Estrutura viária

Importa lembrar o investimento realizado em todo o sistema viário nacional. Esta ação, associada à intensificação do uso do automóvel, desencadeia fortes movimentos pendulares, principalmente nos períodos de estio, e mais particularmente na vila de Apúlia (Fig. 69, 72, 73).

Rapidamente, a falta de condições para atender tanta procura, torna a vila pouco atrativa. Por este facto, e conforme direcionavam as políticas de PDM, o poder municipal delinea estratégias de intervenção na requalificação do espaço público.

A malha urbana da vila adquire numerosos espaços públicos para estacionamento. Uma das soluções encontradas foi a reformulação dos fluxos do tráfego na vila: a avenida da Praia e a rua do Facho transformam-se em vias de um sentido único desde o cruzamento com a rua da Casa do Povo, permitindo estacionamento num dos lados da via. A rua do cruzeiro perde igualmente um dos seus sentidos, não para estacionar carros, mas para agilizar os fluxos no verão: nas horas de chegada à vila, mas principalmente no regresso a casa, Apúlia vivia o caos, a estrutura viária da vila não tem capacidade de fluidez e provoca engarrafamentos de horas.

Na requalificação do espaço público são criadas zonas de estacionamento na linha de acesso às praias de banho. Estes estacionamentos prolongam-se ao longo da frente marítima do lugar de Areia até Pedrinhas. Anexas às mesmas, são colocadas caldeiras com árvores. Essas estruturas verdes são elementos de composição urbana que definem e organizam o espaço público. Por outro lado, caracterizam a imagem da vila de Apúlia morfológica e visualmente.

É ainda executada uma ligação entre a avenida da Praia e a rua do Facho à chegada do largo da Sr^ª da Guia. Morfológicamente, origina a divisão de um quarteirão em dois onde, mais tarde, se implantaram edificações ao longo da via. Por outro lado, a rua António Fernandes Torres permite uma outra ligação à artéria principal, pois é observável que o sistema viário desenvolve-se maioritariamente de nascente para poente perpendicularmente ao mar, sendo escassas as ligações transversais na malha urbana.

Por outro lado, as edificações dispersas construídas no interior das parcelas não têm qualquer relação com a estrutura urbana da vila, primando unicamente a distribuição espacial dentro da parcela. Este fenómeno originou a execução de vias secundárias para servir de acesso aos edifícios erigidos no interior das parcelas, tratando-se, em algumas das situações, de becos sem saída.

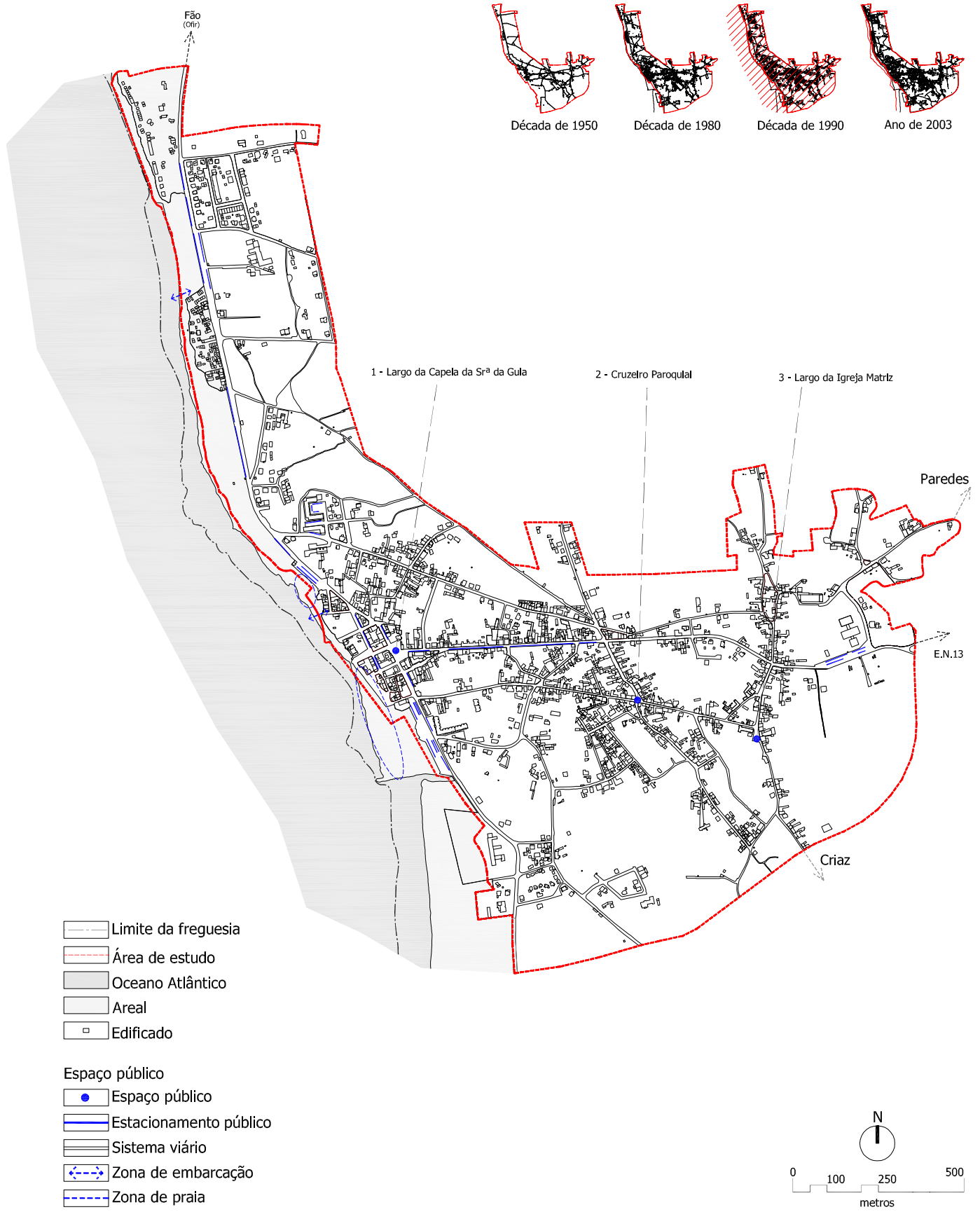


Fig. 72 - Planta de espaços públicos na vila de Apúlia na década de 1990. Elaborado pelo autor, 2013.

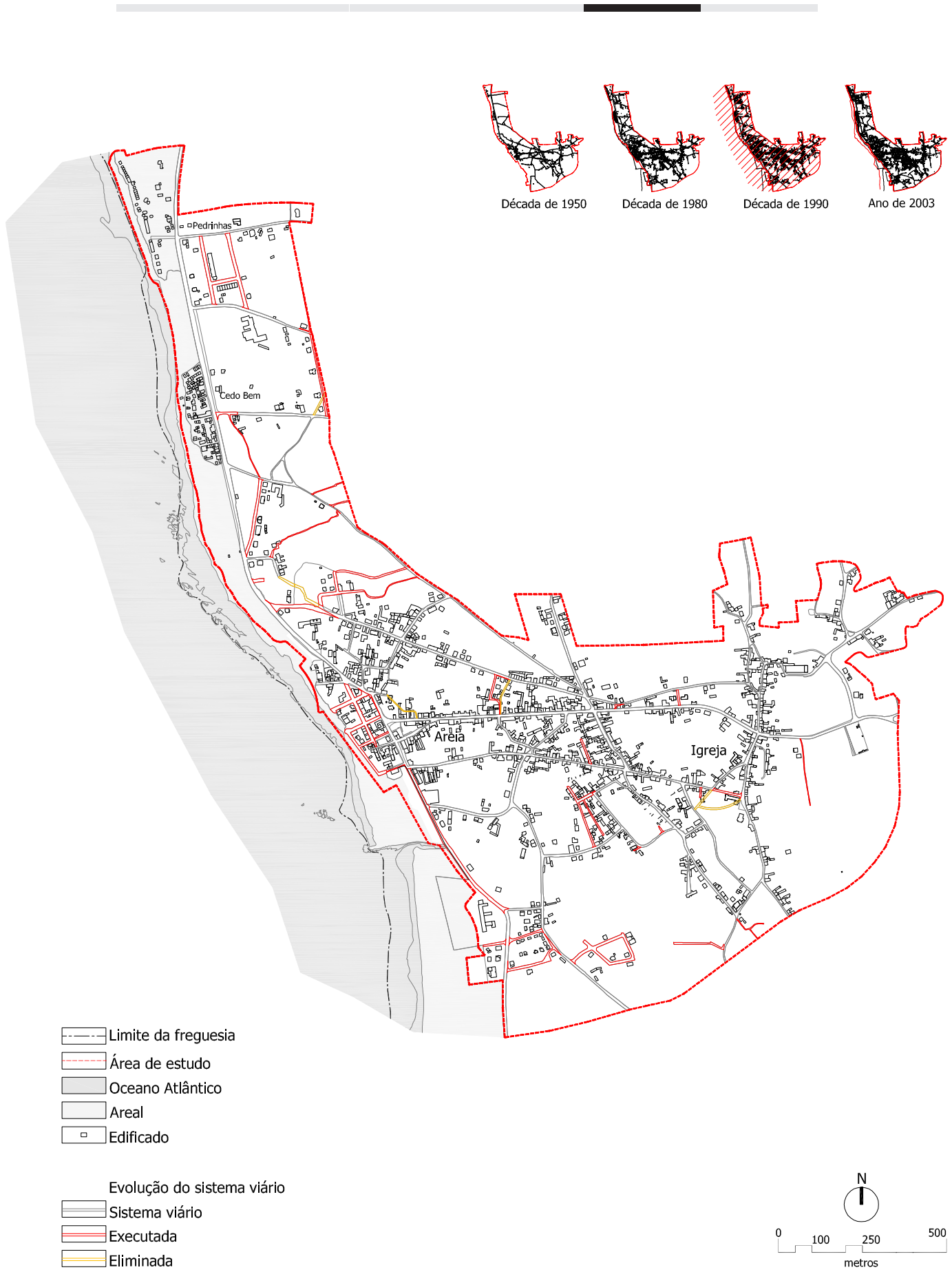


Fig. 73 - Planta da evolução do sistema viário na vila de Apúlia entre 1980 e 1990. Elaborado pelo autor, 2013.

d - Tipologia edificada

A década de 1990 (Fig. 74, 75) foi marcada por uma ascensão da tipologia de edifícios de habitação unifamiliar e multifamiliar. Este modelo habitacional começa a difundir-se amplamente a partir de meados dos anos 80 e centra-se, essencialmente, na primeira linha de frente com o mar, designadamente ao longo da E.M. 501-1.zz

Em geral, os edifícios de habitação multifamiliar concentram-se nas parcelas vazias consolidando o tecido urbano, principalmente no lugar de Areia. Este conceito converteu-se num fenómeno de crescimento que transformou a paisagem e morfologia do núcleo urbano próximo da praia, devido ao seu aproveitamento horizontal. Por outro lado, dispõe de equipamentos de lazer comuns aos utilizadores do alojamento, entre outros, piscinas, campos de ténis e zonas verdes de ocupação comum, mas também uma cave munida de lugares ou garagens individuais, essenciais para o estacionamento de automóveis. No interior, surgem apartamentos do tipo duplex, assim como a melhoria do conforto com a adição de aquecimento central ou lareira de sala. As coberturas deixam de ser tradicionalmente inclinadas revestidas a telha e passam a coberturas planas, que em certos casos se tornam terraços de uso comum ou particular.

Por outro lado, o Plano Diretor Municipal de Esposende foi crucial como instrumento de regulação das cêrceas dos edifícios. Assim, a edificação habitacional multifamiliar em Apúlia tem um limite máximo de 3 pisos, no entanto permite a existência de recuado perfazendo o quarto piso.

As habitações de um ou dois pisos brotam dos loteamentos nos lugares de Cedovém e Pedrinhas. As habitações caracterizam-se por terem os dois tipos de cobertura: o tradicional telhado inclinado revestido a telha e a cobertura plana não acessível. Verifica-se, ainda, a existência de diferentes tipologias de implantação, nomeadamente habitações isoladas, casas geminadas e moradias em banda. O seu principal atrativo reside no espaço livre adossado aos edifícios de habitação, o qual fomenta a privatização e isolamento de áreas verdes. Geralmente, estão munidas de um pequeno anexo para albergar a viatura do proprietário. Essas operações de loteamento experimentaram um aumento exponencial desde meados dos anos 80 até à atualidade. A procura da habitação unifamiliar é cada vez mais intensa no setor imobiliário, na medida em que oferece um atraente conforto em relação aos empreendimentos multifamiliares. A sua localização num ambiente agradável e calmo está associada ao prazer do espaço verde privado. Este tipo de habitação teve uma especial importância na vila, porque tem promovido um fluxo turístico significativo

devido aos atrativos modelos de residências para férias, ou seja habitações secundárias.

Morfológicamente, podemos afirmar o impacto visual e espacial que os empreendimentos multifamiliares impõem relativamente às edificações habitacionais pré-existentes. Por outro lado, esses empreendimentos estão regulados para incorporar nas confrontações com o espaço público, passeios, estacionamentos e passeios, contribuindo para a imagem da vila. É possível verificar que este tipo de edifício em altura se localiza sempre próximo da linha do mar, deixando o interior caracterizado com edificações habitacionais com cêrceas até dois pisos.

As operações de loteamentos, a norte da vila, foram iniciadas no período em que os instrumentos de regulação não tinham qualquer efeito prático. Por esse facto, o local é desprovido de qualquer tipo de infra-estrutura, nomeadamente no que diz respeito a passeios e estacionamento.

À medida que o parque habitacional aumenta, intensifica-se a instalação de comércio e de prestação de serviços ao longo das estruturas viárias principais e secundárias assegurando que essas funções estejam repartidas de forma equidistante pela vila. Por outro lado, esta tipologia de uso intensifica-se prontamente nas zonas de cruzamento com a avenida da praia, e sobretudo no entorno urbano do largo da Sr^a da Guia. Todo o comércio e serviço localizam-se no piso a cota do passeio permitindo, deste modo, o acesso ao estabelecimento a partir do espaço público.

No lugar de Cedovém, surgem dos edifícios face à estrada, um conjunto de 6 estabelecimentos exclusivamente reservados à restauração, face aos pré-existentes da década de 1980. Ainda hoje, o local tem um dinamismo garantidamente satisfatório para os comerciantes, a restauração é conhecida nacionalmente, e o período laboral estende-se todo o ano havendo uma clara sobrelotação da procura nos períodos de estio.

Todavia, no lugar de Pedrinhas, existe um estabelecimento de restauração, que é o único estabelecimento comercial do lugar até hoje. O facto de não existir nenhum tipo de instalação comercial deve-se ao facto de não haver “clientes” todo o ano, pois todo o parque habitacional existente na zona pertence a proprietários que utilizam a habitação como secundária, estando somente presentes em alguns fins de semanas e períodos de férias.

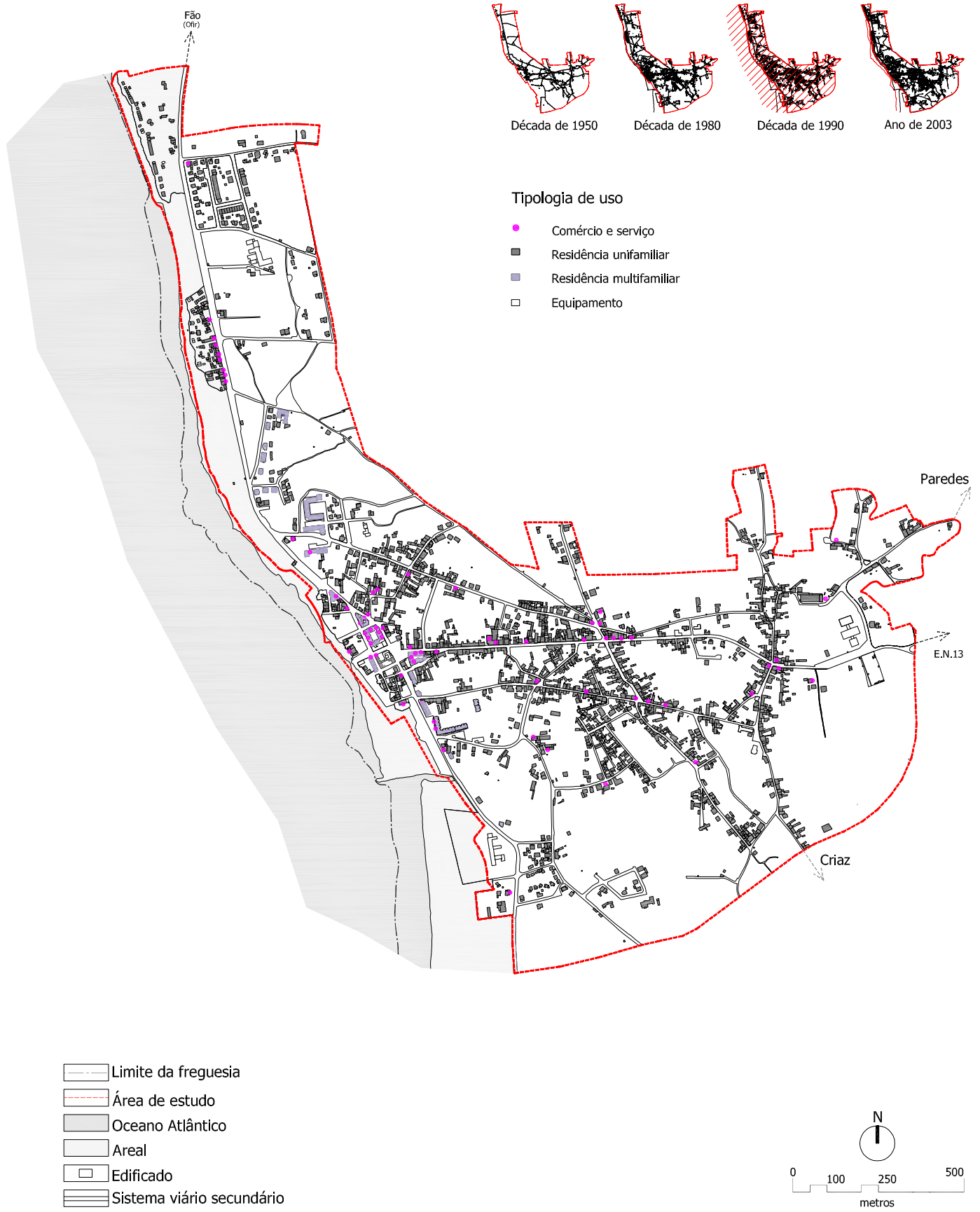


Fig. 74 - Planta da tipologia de uso edificado na vila de Apúlia na década de 1990. Elaborado pelo autor, 2013.

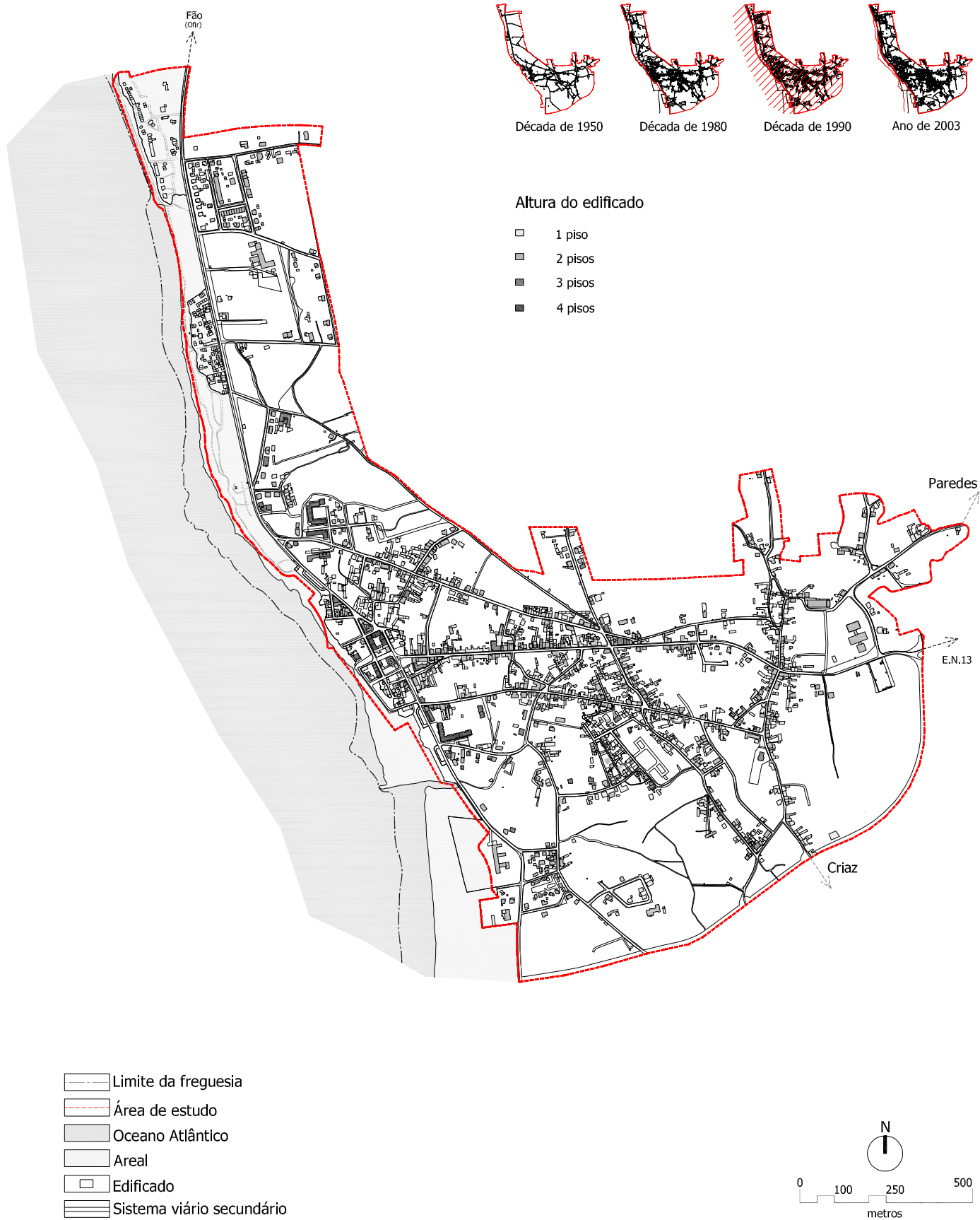


Fig. 75 - Planta da altura de edificado na vila de Apúlia na década de 1990. Elaborado pelo autor, 2013.

e - Equipamentos e serviços

O ponto de viragem dos anos 90 (Fig. 75) reflete a inclusão, mas também a eliminação de equipamentos públicos e privados, ao abrigo das políticas definidas pelos instrumentos de regulação do ordenamento do território de Esposende. A estratégia definida pelo concelho procura melhorar as condições de vida de todas as freguesias de Esposende, ampliando-se a oferta social até então precária.

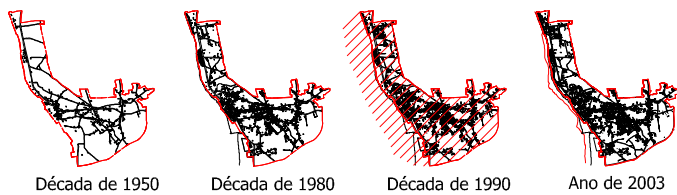
Esta intervenção é derivada da política de concentração de bens e serviços, nomeadamente no que diz respeito à área da educação. Neste contexto, é edificado a escola C+S de Apúlia. Este equipamento escolar recebe alunos do 5º ano até ao 9º ano, naturais da vila, mas também provindos das freguesias vizinhas de Fonte Boa e de Rio Tinto. Até então, após a conclusão do ensino primário, os alunos eram encaminhados para Esposende, nomeadamente para a Escola de Ensino Básico António Correia Oliveira, transitando, mais tarde, para a Escola Secundária Henrique Medina para concluir o ciclo prévio de acesso à faculdade. Implanta-se paralelamente a artéria principal da vila, a E.M.501, numa parcela vazia de dimensão significativa, frente ao cemitério da Apúlia. Na parcela, insere-se o edifício escolar e um balneário para dar apoio às aulas de educação física praticadas num campo polidesportivo exterior.

Outro investimento, de promotor privado, é a execução de um equipamento de lazer. A colónia de férias João Paulo II localiza-se próximo da praia no lugar de Pedrinhas. O edifício implanta-se num terreno a este da E.M. 501-1. A proximidade do mar proporciona aos utilizadores um curto e agradável percurso até à praia. A execução deste espaço propiciou o aparecimento de um sistema viário infra-estruturado, consolidando os loteamentos envolventes. O equipamento acaba por ter um efeito dinamizador numa zona maioritariamente habitacional.

5.2.4 - Período 1990-2003

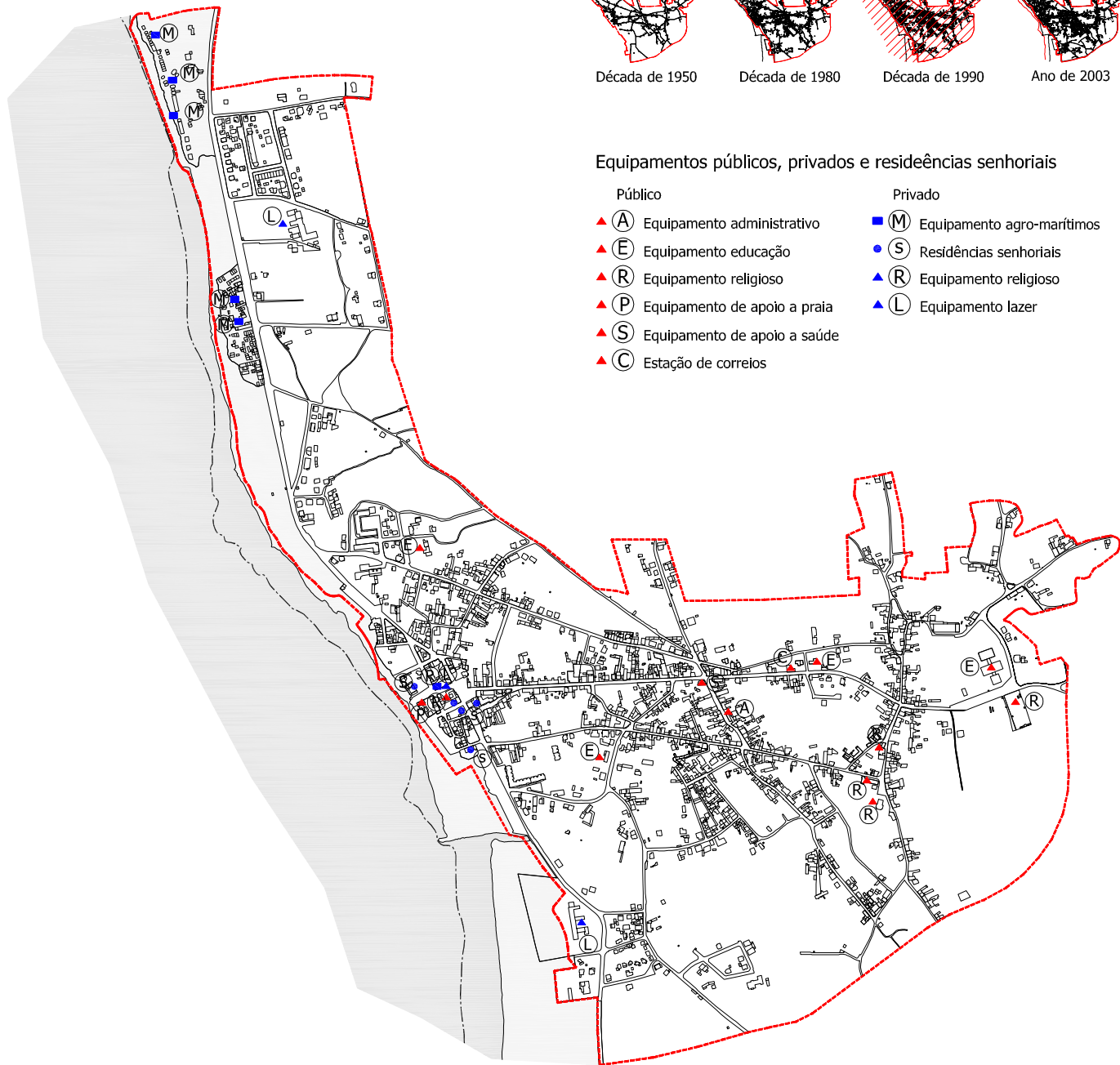
a - Transformações urbanas

O constante crescimento do edificado (Fig. 77) verificado na vila evidencia-se, especialmente, na orla costeira com causa atribuída à procura turística. De forma a regular a expansão desajustada, o Plano Diretor de Esposende impõe, na sua planta de ordenamento



Equipamentos públicos, privados e residências senhoriais

- | Público | Privado |
|------------------------------------|----------------------------------|
| ▲ (A) Equipamento administrativo | ■ (M) Equipamento agro-marítimos |
| ▲ (E) Equipamento educação | ● (S) Residências senhoriais |
| ▲ (R) Equipamento religioso | ▲ (R) Equipamento religioso |
| ▲ (P) Equipamento de apoio a praia | ▲ (L) Equipamento lazer |
| ▲ (S) Equipamento de apoio a saúde | |
| ▲ (C) Estação de correios | |



- Limite da freguesia
- Área de estudo
- Oceano Atlântico
- Areal
- Edificado
- Sistema viário

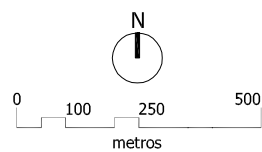


Fig. 76 - Planta de equipamentos edificados na vila de Apúlia na década de 1990. Elaborado pelo autor, 2013.

de território, um polígono de contenção do espaço urbano. Morfológicamente, moldou o limite do aglomerado urbano e criou uma barreira de crescimento a sul com uma espécie de “cinturão viário”.

O período compreendido entre 1990-2003 caracteriza-se por crescimentos pontuais um pouco dispersos por toda a vila. Uma das tipologias a expandir-se foi a habitação multifamiliar junto à linha da praia. Foi ocupando os espaços intersticiais desenvolvendo novos espaços urbanos. A escassez de parcela na primeira linha de mar fez com que esse tipo de empreendimento se comesçasse a implantar na via secundária diretamente perpendicular ao oceano, face à estrutura viária.

Relativamente às residências unifamiliares, emergem novas habitações nos lotes localizados nos extremos norte e sul da vila. Esta tendência, iniciada na década anterior, manteve um crescimento exponencial relacionado com interesses imobiliários, conseqüente de um mercado que procura a aquisição de habitação secundária.

A afirmação de Apúlia como destino turístico estimulou um desenvolvimento de urbanizações de edifícios de habitação que se propagaram pelas zonas frente ao mar, de certa forma descontrolada. Pois, é facto que este modelo unicamente direcionado para a residência secundária foi exaustivamente experimentado, sendo o seu crescimento muito superior à demanda, visto que muitos alojamentos nunca foram ocupados.

Por outro lado, seguindo as políticas de intervenção no território, a câmara constrói um bairro de habitação social, nomeadamente edifícios de habitação multifamiliar e residências unifamiliar. A urbanização acaba de consolidar o tecido urbano infra-estruturando a sua envolvente com passeios e estacionamento.

É feito um investimento no recente equipamento escolar, introduzindo-lhe um pavilhão polidesportivo. Edifica-se um edifício para albergar uma instituição de solidariedade social, que origina uma transformação morfológica, nomeadamente a divisão do quarteirão com um novo arruamento.

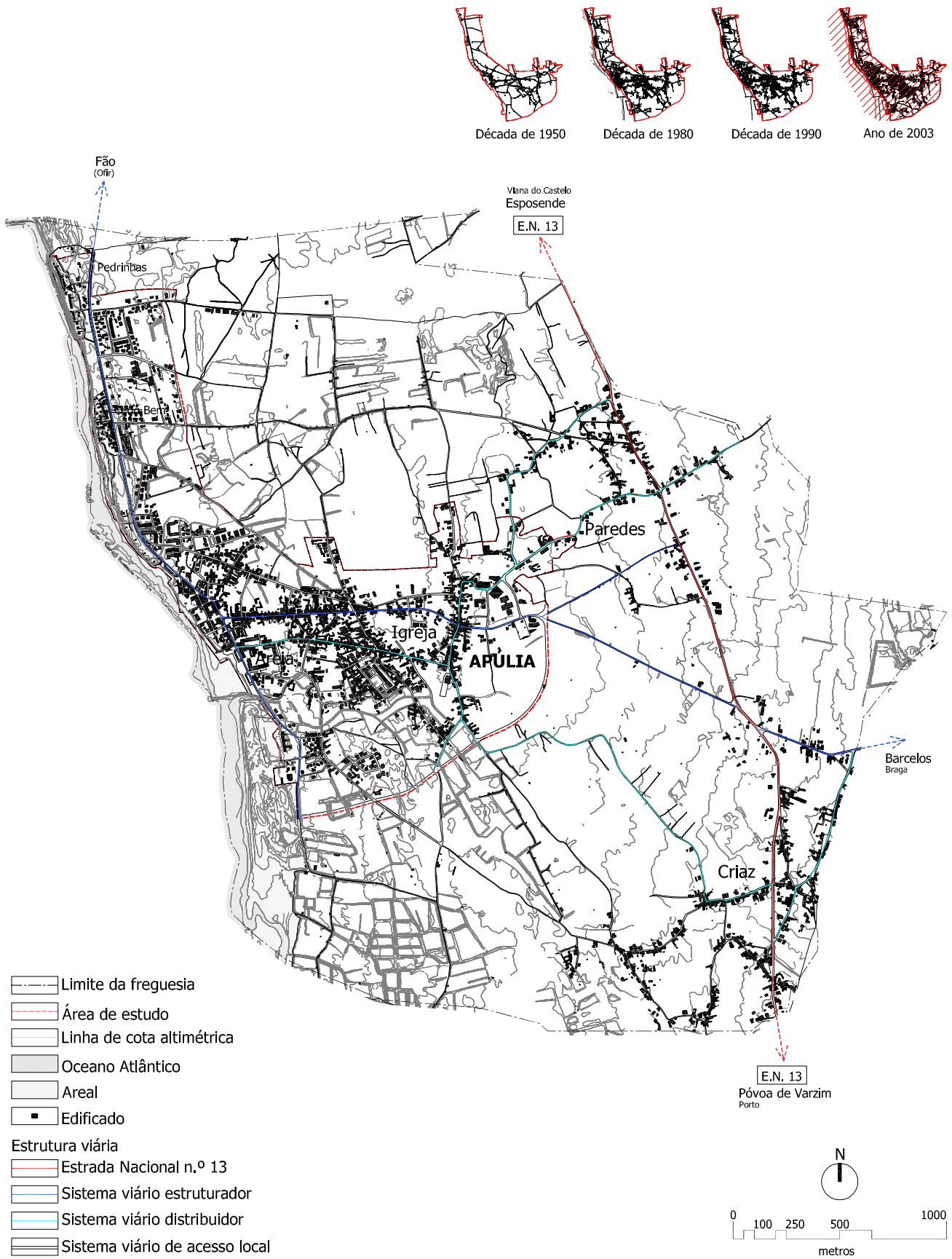


Fig. 77 - Mapa topográfico da situação da vila de Apúlia de 2003. Elaborado pelo autor, 2013.

b – Crescimentos

O crescimento no período entre 1990 e 2003 (Fig. 77, 78, 79) experimentou um desenvolvimento espacial contínuo, na tendência dos anos anteriores. Tanto os empreendimentos multifamiliares como as edificações unifamiliares densificaram áreas pontuais do tecido urbano da vila. Até ao momento, os edifícios multifamiliares caracterizavam-se pela manutenção frente à linha do oceano face à E.M. 501-1. Com a saturação desse enfiamento, surgem arruamentos perpendiculares ao mar, assim como ligeiramente mais afastados numa segunda linha, desenvolvendo-se novos espaços públicos, nomeadamente ruas com passeios, estacionamento e espaços verdes.

Ao longo da via que liga a vila à freguesia de Fão, implanta-se, linearmente a estrutura viária os edifícios de habitação. Com as mesmas características, erigem-se moradias face à estrada que liga ao lugar de Paredes. Os proprietários são geralmente originários da vila que adquiriram uma parcela familiar. Todavia, no percurso para Paredes, encontra-se uma edificação de quatro moradias em banda pertencente a um promotor imobiliário.

Na parcela do equipamento escolar face ao cemitério, constrói-se um pavilhão polidesportivo, melhorando as condições de educação. A poente do equipamento, surge um instituto privado de solidariedade social (I.P.S.S.) onde se cria uma quebra no quarteirão com a inclusão de um arruamento.

A nascente do cemitério, instala-se uma bomba de gasolina com oficina de mecânica e estabelecimento de bebidas. Este elemento localiza-se no limite da área urbana de construção definida no Plano Diretor Municipal de Esposende e materializada no espaço com uma nova via estruturante.

Consolida-se a área central do interior a sul da avenida da Praia com a construção de habitação social. Fazem parte deste conjunto blocos de habitação, assim como habitação unifamiliar.

Prolifera a densificação das moradias implantadas nos loteamentos localizados nos extremos sul e norte de Apúlia, ao longo das estruturas viárias definidas nas obras de urbanização.

Perpendicular ao mar, surge de ambos os lados, face à rua do Cruzeiro, edifícios multifamiliares que consolidam a estrutura do tecido urbano. No entroncamento da avenida da Marginal de Cedovém com a rua do Facho, implantam-se, ao longo do sistema

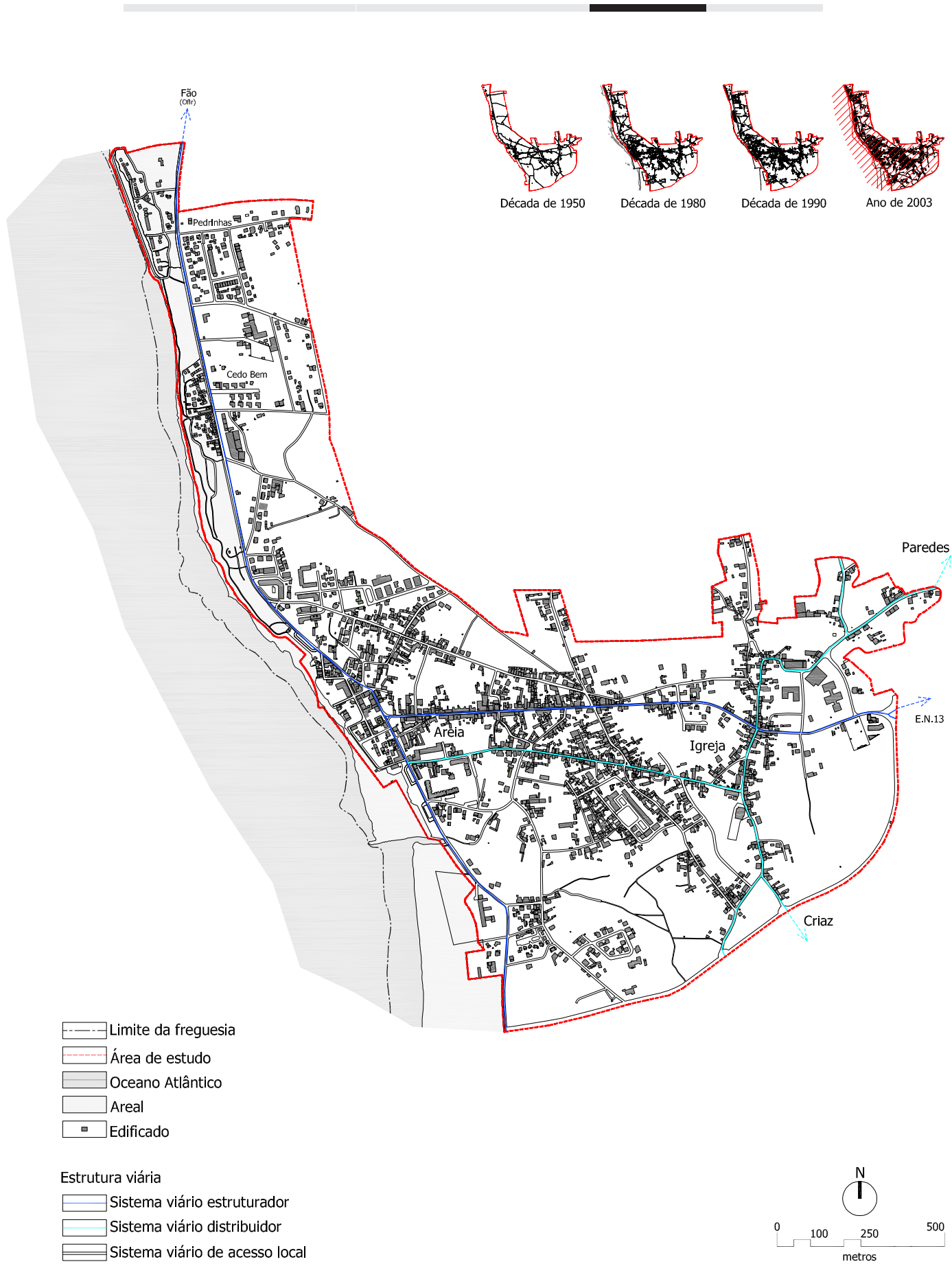


Fig. 78 - Planta da situação do edificado na vila de Apúlia no ano de 2003. Elaborado pelo autor, 2013.

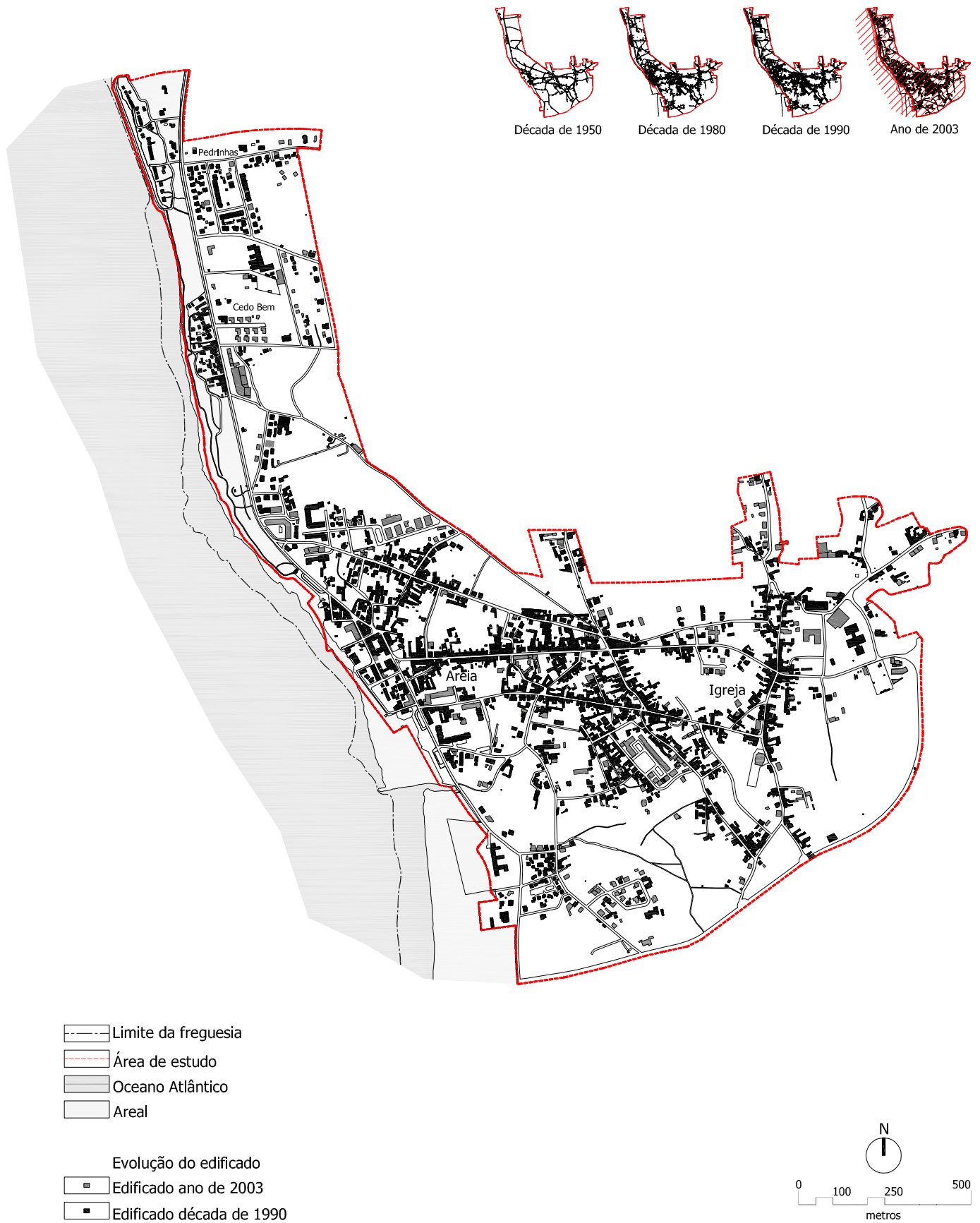


Fig. 79 - Planta de evolução do edificado na vila de Apúlia entre 1990 e 2003. Elaborado pelo autor, 2013.

viário, dois empreendimentos multifamiliares com as mesmas características anteriormente referidas. A este da escola primária P3, e mais a norte, frente à linha de restaurantes de Cedovém, constroem-se conjuntos habitacionais multifamiliares consolidando aquelas áreas habitacionais. Em todos eles, executam-se obras de infra-estruturas, designadamente passeios, estacionamento e áreas verdes.

c - Estrutura viária

O novo traçado (Fig. 77, 81, 82) que faz a ligação entre a E.M. 501-1 e a E.M. 501 a sul da freguesia surge do polígono de áreas urbanizáveis definidas na planta de Ordenamento de Plano Diretor Municipal de Esposende. É um obstáculo à propagação do aglomerado urbano, marcando uma diferença tipológica entre dois solos: solo urbano e solo agrícola.

Morfologicamente, o eixo de comunicação é uma barreira física do crescimento do aglomerado. A estrutura viária converte-se num elemento regulador do crescimento da vila. O eixo cria um suporte de desenvolvimento linear, possibilitando a extensão da construção e a consolidação com o espaço urbano existente.

Por outro lado, a via de comunicação está intimamente relacionada com a incessante proliferação do uso do automóvel. A estrutura surge da necessidade de canalizar o tráfego, que não requer a passagem pelo espaço urbano. A ação desafoga nas principais vias, diminuindo os engarrafamentos que ocorrem nos períodos de maior afluência às praias de Apúlia.

Relativamente às vias secundárias, estas surgem pontualmente em diferentes zonas da vila, fruto, sobretudo, do crescimento habitacional. Em consonância com o que tem vindo a acontecer nos anos anteriores, as novas ruas são executadas por iniciativa particular para dar suporte às urbanizações que se vão multiplicando, resultando como estruturas que consolidam o tecido urbano.

Todavia, entre a Escola C+S de Apúlia e a associação de solidariedade social nasce um novo arruamento que liga a avenida da Praia à rua da Fábrica. Morfologicamente, essa ação divide fisicamente o bairro.

São igualmente realizadas obras no espaço público de forma a colmatar a falta de estacionamento na vila nos períodos de estio. Assim, reformulam-se os espaços destinados a estacionamento localizados ao longo da marginal da vila de Apúlia.

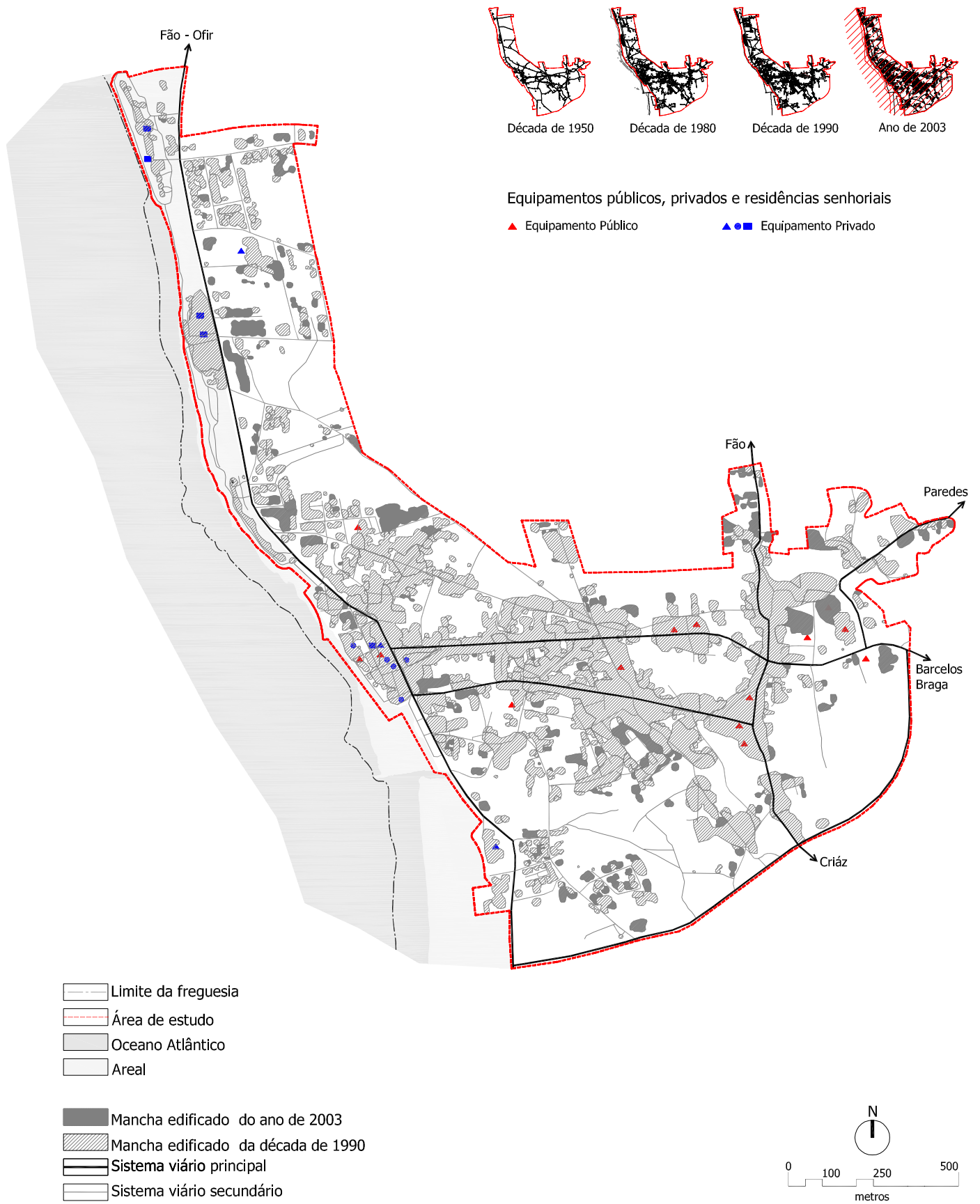


Fig. 8o - Planta interpretativa do crescimento do edificado na vila de Apúlia entre 1990 e 2003. Elaborado pelo autor, 2013.

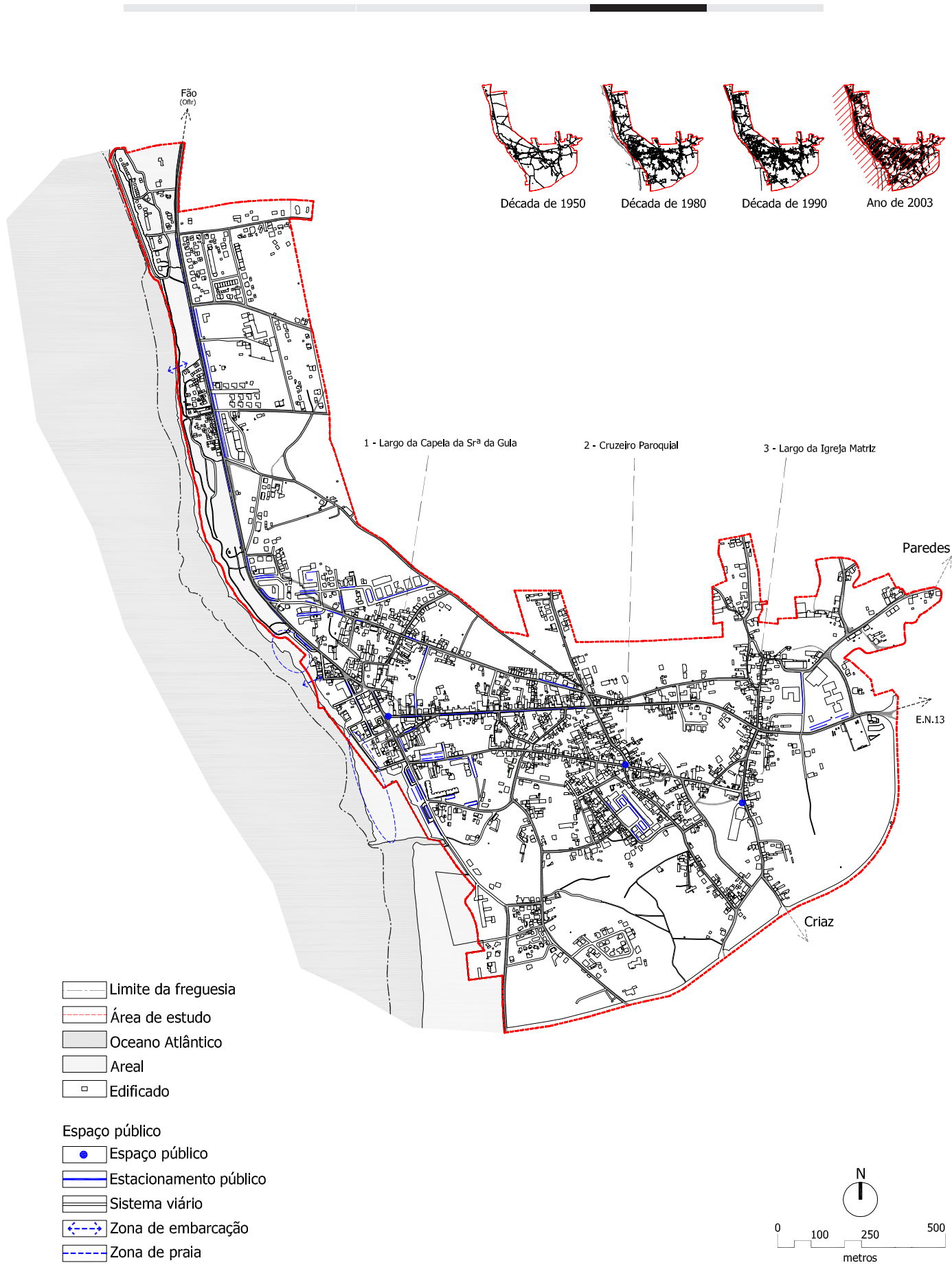


Fig. 81 - Planta de espaços públicos na vila de Apúlia em 2003. Elaborado pelo autor, 2013.

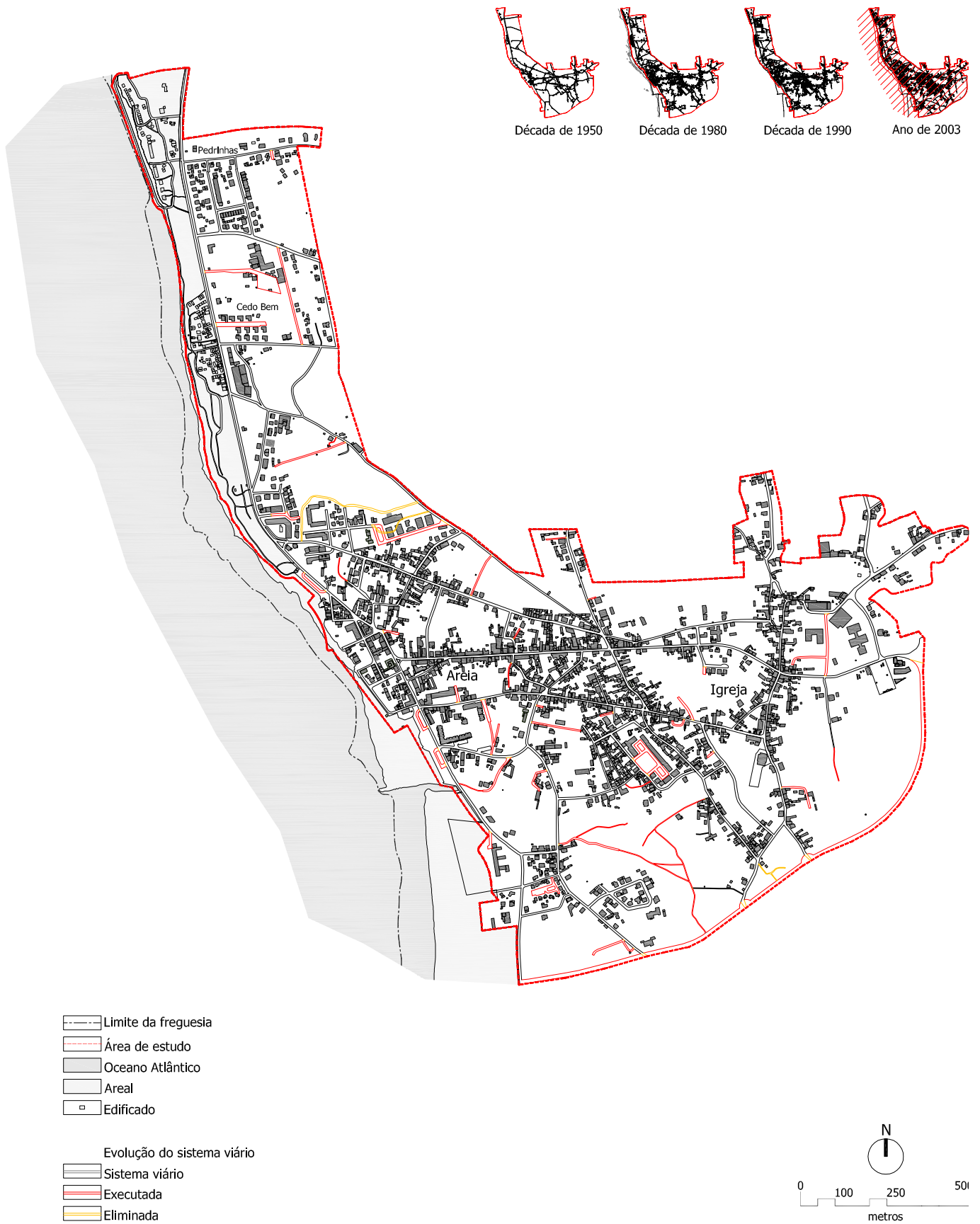


Fig. 82 - Planta de evolução do sistema viária na vila de Apúlia entre 1990 e 2003. Elaborado pelo autor, 2013.

d - Tipologia edificada

A expansão da habitação unifamiliar isolada foi o fenómeno que determinou o desenvolvimento da vila na última década do século XX (Fig. 83, 84). A tipologia transforma progressivamente o crescimento espacial da vila, originando expansões horizontais de baixa densidade. Assim, o desenvolvimento deste edificado converteu-se numa tipologia dominante de certas zonas. Em concreto, apontam-se as zonas extremas sul e norte da vila de Apúlia que mantêm um tecido conformado a este modelo ocupacional.

Em determinadas zonas de expansão onde não existia um tecido urbano consolidado, foram aparecendo modelos de crescimentos agregadores. Por um lado, o desenvolvimento é mais concentrado, materializado pelos empreendimentos multifamiliares em altura; por outro, um crescimento formalmente pouco denso, caracterizado por habitações unifamiliares isoladas com parcela anexa. As diferenças entre as duas tipologias provocam leituras pouco legíveis do tecido urbano.

Além disso, a tipologia multifamiliar mantém concentrada a envolvente em torno dos principais eixos viários próximos da zona de acesso a banhos, densificando e consolidando um tecido urbano bastante coeso. Por outro lado, os blocos fechados deram lugar a outros modelos: blocos abertos e soltos que incluem infra-estruturas e espaços verdes integrados em espaço público.

No período compreendido entre 1990 e 2003, multiplicam-se, rapidamente, os espaços destinados a instalação de comércio e serviços. É notável a rápida proliferação destes tipos de estabelecimento, geralmente introduzida nos edifícios de habitação multifamiliar. Todavia, surgem também reformulações de habitações pré-existentes que vão transformando parte do seu espaço para esse fim. Localizam-se ao longo de toda a avenida da Praia e na rua do Cruzeiro, intensificando fortemente nas frentes de mar. Em Cedovém, o edifício multifamiliar proporciona espaços comerciais de frente para os restaurantes estabelecidos nos antigos equipamentos de apoio agro-marítimos com um tipo de serviço semelhante.

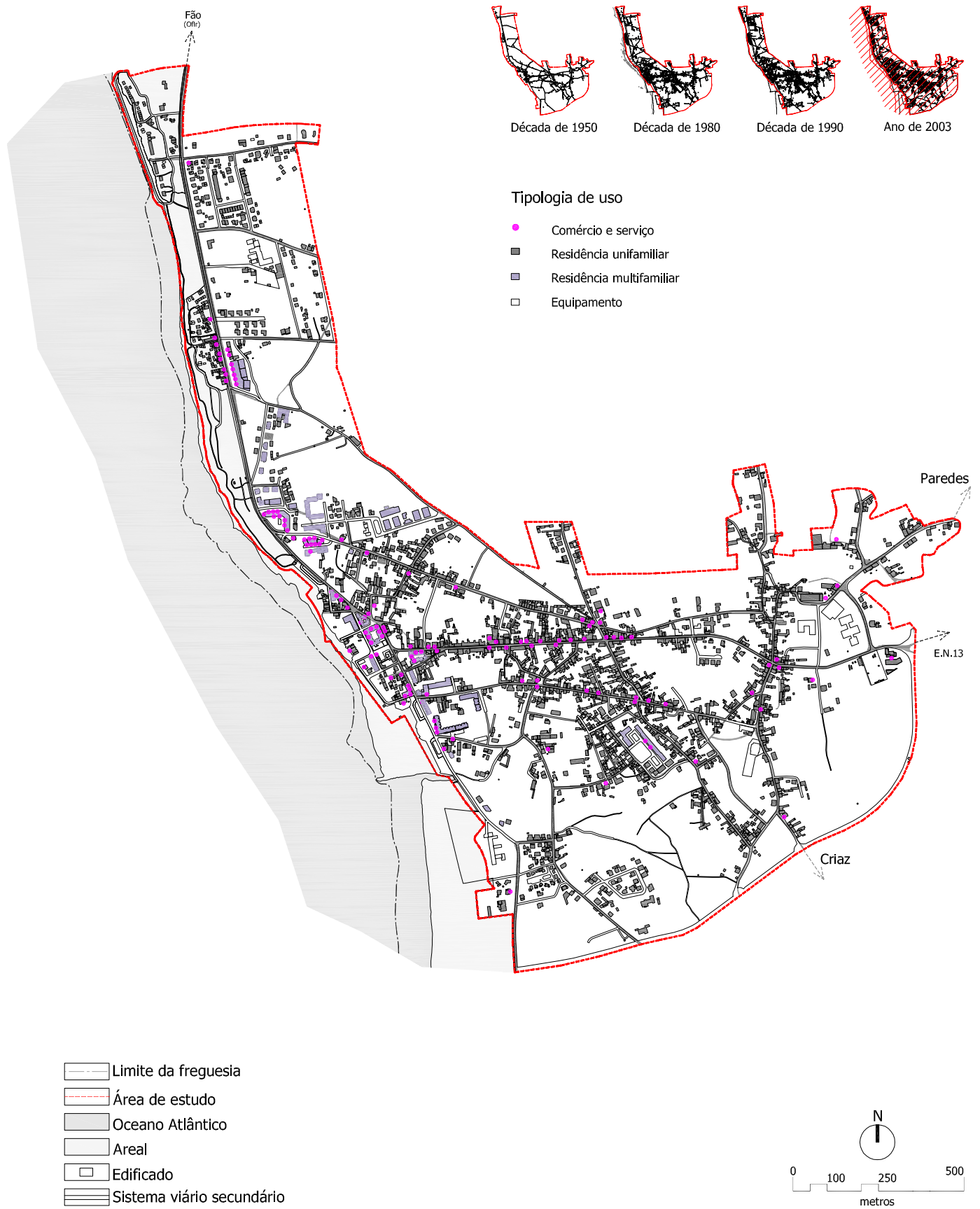


Fig. 83 - Planta de tipologia de uso do edificado na vila de Apúlia em 2003. Elaborado pelo autor, 2013.

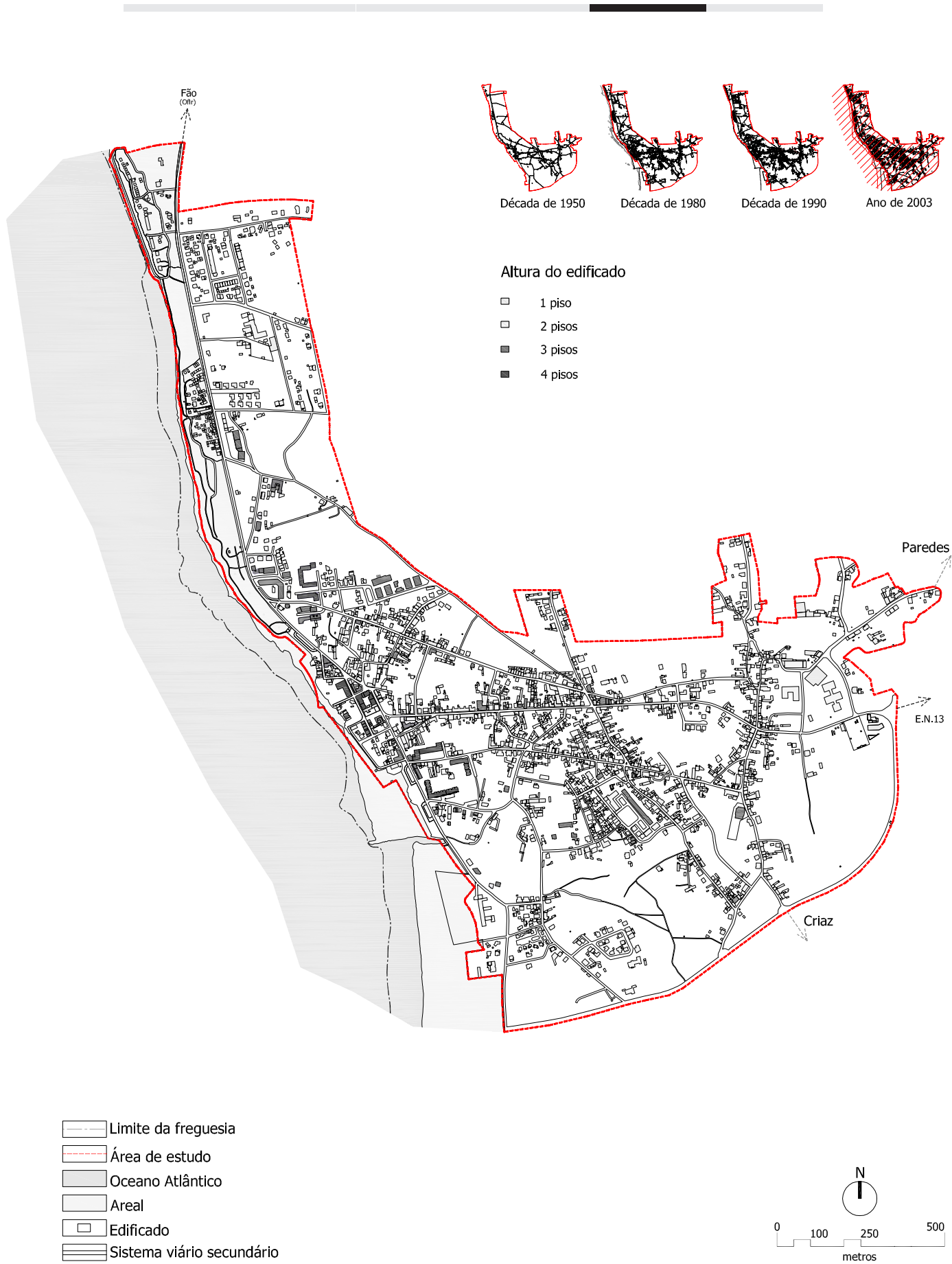


Fig. 84 - Planta da altura do edificado na vila de Apúlia em 2003. Elaborado pelo autor, 2013.

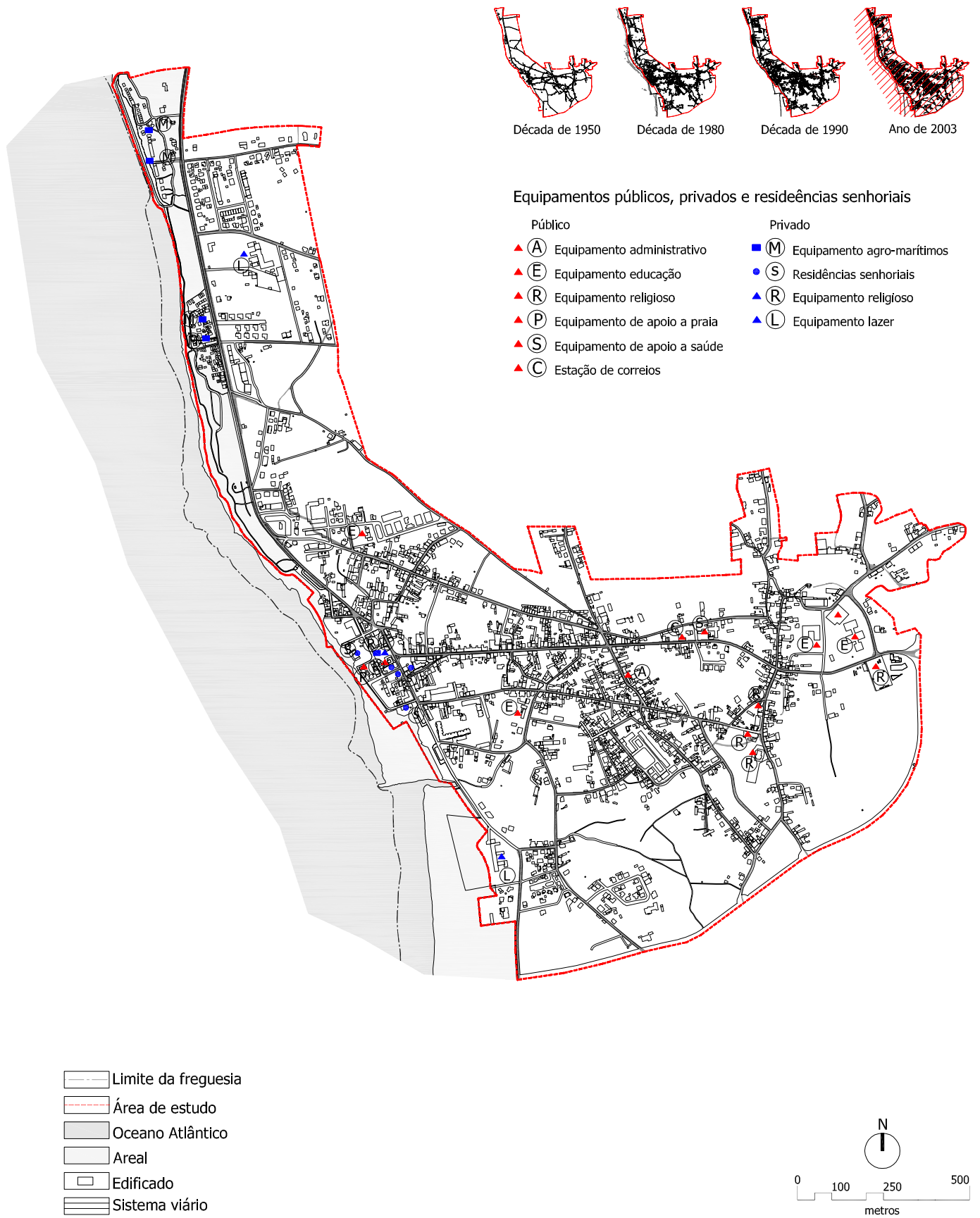


Fig. 85 - Planta de equipamentos edificados na vila de Apúlia em 2003. Elaborado pelo autor, 2013.

e - Equipamentos e serviços

A década de 1990 (Fig. 85) manteve a propensão dos anos anteriores, baseada nas políticas de intervenção no melhoramento da qualidade de vida no município. Neste contexto, introduzem-se novos equipamentos e serviços públicos, mas também privados.

No âmbito da educação, inclui-se um pavilhão polidesportivo na Escola C+S da vila de Apúlia, de forma a proporcionar um espaço coberto para prática de educação física e desporto escolar de qualidade.

A poente do equipamento escolar, erige-se um edifício que alberga uma Instituição Privada de Solidariedade Social (I.P.S.S.) denominada por A.S.C.R.A (Associação Social Cultural e Recreativa da Apúlia). Numa fase inicial, a associação promove um centro de dia para os idosos e um infantário. Passando uns anos, cria um novo edifício destinado ao acolhimento de crianças de risco social.

Após a desativação da antiga Escola Primária de Igreja, executam-se obras de remodelação e ampliação do edifício que dá origem à nova Extensão de Saúde da vila de Apúlia. Recorda-se que este serviço localizava-se no cruzamento da avenida da Praia com a rua da Casa do Povo. Tratava-se de um espaço arrendado a um privado instalado no piso inferior. O local deixou de ter condições mínimas espaciais para proporcionar um serviço de saúde de qualidade devido à carência de resposta na relação do espaço destinado a consultas médicas com a lotação necessária. Entretanto, os alunos da Escola Primária de Igreja passam a ter aulas nas modernas instalações do novo equipamento escolar localizado na entrada principal da vila.

Ainda ao nível social, o município inclui, na vila, habitação de custo controlado. Os edifícios de habitação social compostos por duas tipologias distintas (blocos multifamiliares e edifícios unifamiliares) têm um papel fundamental na dinamização daquela área, mas também como elemento consolidante do tecido urbano. A urbanização acaba por infra-estruturar a envolvente ao empreendimento com arruamentos, passeios, estacionamento, espaços verdes e de lazer, designadamente com inclusão de recinto polidesportivo ao ar livre.

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES SÍNTESE

Sistematização

A investigação apresentada centrou-se na configuração e transformação morfológica da vila de Apúlia ao longo da sua história, objetivando o estudo na 2ª metade do século XX. A análise morfológica dividiu-se em várias fases. Em primeiro lugar, realizou-se um enquadramento do período da análise para compreender os contextos políticos, sociais e económicos para se extrair uma série de fatores intervenientes no processo de transformação morfológica. De seguida, efetuou-se a análise espacial da vila de Apúlia baseada nos fatores identificados.

A análise morfológica converge os dados da abordagem multidisciplinar para enquadrar com o período de estudo, mas também para a realização da leitura do tecido urbano. Esses dados foram sintetizados no capítulo III estruturados por diferentes categorias. No capítulo IV, aborda-se os fenómenos de alteração da forma urbana da vila, designadamente a residência secundária e os instrumentos operativos de regulação que influem sobre a morfologia de Apúlia.

A bibliografia sobre a vila de Apúlia foi fundamental para abstrair determinados

elementos em diferentes contextos ao longo da história, facilitando a leitura morfológica subsequente.

Após caracterizada a forma urbana de Apúlia com base nos componentes estruturadores basilares e as tipologias predominantes, o capítulo V foca-se no reconhecimento das transformações morfológicas ocorridas na vila de Apúlia. Uma passagem sobre a configuração inicial da forma urbana introduz a análise morfológica da década de 1950 até ao final do século XX. A agilização dos diferentes elementos anteriormente recolhidos foi determinante para a compreensão de vários fenómenos agregados à forma urbana. Com base na análise e interpretação da informação recolhida, seguiu-se uma metodologia voltada para o desenvolvimento de síntese gráfica. Através da análise morfológica, foram interpretados, relacionados e transpostos para uma leitura espacial.

Ao longo da investigação, foram elaborados elementos de análise gráfica, repetindo-se o processo nos diferentes períodos de estudo. Essa tarefa tornou possível realizar uma leitura diacrónica das transformações morfológicas ocorridas em Apúlia. Do mesmo modo, foram-se fazendo cruzamentos e sobreposições dos elementos, de forma a suportar uma interpretação crítica dos resultados. Perante observação, estabeleceu-se uma análise comparativa entre os diferentes períodos de estudo que se traduziu em elementos gráficos de interpretação espacial.

Portanto, o estudo fundamentou-se no estado da arte, ou seja a componente teórica que suporta a investigação. Para a realização do estudo de caso foi essencial escorar a metodologia num enquadramento teórico. O capítulo II trata da fundamentação teórica, onde se revê as principais linhas de pensamento sobre o urbanismo, o planeamento da cidade e a morfologia urbana. Seguidamente, concentra-se nos instrumentos de análise e diferentes dimensões espaciais da morfologia urbana, abordando diferentes autores, para abstrair uma metodologia válida para a posterior análise da forma de Apúlia. Por fim, fez-se uma revisão do estado da arte da forma urbana e morfologia em Portugal.

A fundamentação teórica auxiliou na obtenção de ferramentas metodológicas para o estudo de caso da vila de Apúlia. De igual modo, os autores abordados manifestaram experiências de análise do processo morfológico do tecido urbano e ao nível geral de produção e transformação do espaço urbano, estabelecendo padrões morfológicos que integram os ambientes urbanos. Foi, com isso, possível interpretar, na análise comparativa do estudo de caso, alguns dos processos urbanos enunciados pelos autores de referência. De facto, verificaram-se determinados processos como efeito no processo de transformação morfológica da vila de Apúlia.

Refere-se como principal elemento estrutural da transformação da vila o sistema viário. A importância desse componente é referida pela maioria dos autores, essencialmente pelo seu papel na formação e expansão do tecido urbano, revelando determinados padrões e efeitos, observáveis no aglomerado de Apúlia. Por outro lado, auxiliou a leitura dos elementos urbanos para a respetiva extração de resultados. Conforme defendido pelos autores, o processo morfológico de um aglomerado tem cariz multidisciplinar. Nesse sentido, interpretaram-se dados baseados numa abordagem pluridisciplinar da vila, tentando relacioná-los com o seu efeito morfológico. Por um lado, a tarefa é necessária para o desempenho do estudo, por outro, contribui teoricamente para o estudo de caso. Portanto, contribui para o estado da arte como instrumento metodológico.

De igual modo, aporta mais peculiarmente para o estado da arte o próprio estudo de caso, da vila de Apúlia. Conforme já referido, um dos fatores que levou à realização deste estudo foi o facto de não existir qualquer tipo de estudo morfológico da vila de Apúlia. Surge uma lacuna teórica onde se tem a oportunidade de contribuir com esta investigação.

Conclusões

A Dissertação pretendeu explicar as transformações morfológicas experimentadas pela vila de Apúlia na segunda metade de século XX, e assim dar resposta as questões de partida, que de certo modo suscitaram a investigação: Que agentes e fatores intervieram na reconfiguração da vila de Apúlia? Que constituintes morfológicos, e de que modo, contribuíram para a transformação da forma urbana do aglomerado? Como se caracteriza a forma urbana da vila de Apúlia na segunda metade do século XX?

Numa primeira fase, foi necessário enquadrar o contexto para a realização da análise morfológica do objeto de estudo. Durante a leitura do tecido urbano identificaram-se diversos fenómenos e principais elementos estruturadores da conversão do espaço urbano, respondendo-se ao primeiro objetivo com os resultados obtidos.

Responde-se ao primeiro objetivo - **identificar os principais condicionalismos e constrangimentos do processo de transformação da forma urbana que moldam a vila de Apúlia**, determinando as interações entre os diferentes dados obtidos que enquadram a análise morfológica nos vários fenómenos ocorridos. Converteram-se os diversos elementos recolhidos num âmbito multidisciplinar na influência que teve na morfologia da vila.

O contexto de um determinado momento reflete-se na morfologia de um aglomerado e no seu processo de reconversão, tendo a sociedade um papel constante de produção desses efeitos. Neste contexto, observou-se que a vila de Apúlia viveu um período de decadência económica e demográfica até aos anos 80. Nos anos 50, Apúlia caracterizou-se por ser um pequeno aglomerado urbano confinado a dois núcleos, nomeadamente o lugar de Igreja e o lugar de Areia. A atividade da população cinge-se à agricultura e à pesca, vivendo-se uma situação de precariedade económica e social. Todavia, em paralelo com a tendência contínua da procura balnear observada em Apúlia desde o século XIX), regista-se pontualmente a construção e aquisição de edificações para residência secundária, visto este investimento ser acessível a sociedades endinheiradas. Resulta deste contexto um pequeno aglomerado que se vai desenvolvendo de forma linear e dispersa ao longo do sistema viário. O início das transformações morfológicas relaciona-se principalmente com as atividades agrícolas e piscatórias da vila como também do efeito da sazonalidade.

Essa situação económica perdurou nas seguintes décadas de 1970 e 1960, num contexto de uma emigração em busca de condições financeiras favoráveis para fazer face ao sustento do agregado familiar. Durante este período de estagnação, a tendência de crescimento sofre uma inércia e incrementos tímidos de edificado. A partir dos anos 80, o crescimento económico do país produz efeitos sobre a forma urbana da vila, que começa a experimentar um crescimento substancial. Com a adesão de Portugal a C.E.E., a população alcança condições económicas favoráveis e inicia um processo de aquisição de edificações para habitação secundária. Por outro lado, surge o capital procedente dos emigrantes que proporcionam o desenvolvimento da iniciativa privada e consequente construção de suas habitações. De um modo imediato, inicia-se a proliferação de habitações dispersas na vila. Relembra-se que o período se caracteriza por não ter instrumentos de regulação com eficácia prática nomeadamente, no que diz respeito ao ordenamento, planeamento e gestão dos aglomerados urbanos. Do mesmo modo, intensifica-se um investimento derivado do processo de especulação imobiliária iniciado por empreendedores privados para atender à tendência da procura de alojamentos para residência secundária. Morfológicamente, o território começa a ser retalhado, por loteamentos e com a inclusão da tipologia de residências multifamiliar no tecido urbano da vila de Apúlia. O fenómeno teve diversas implicações ao nível morfológico, tais como no início do crescimento da construção em altura localizada na frente marginal ao oceano Atlântico.

Os distintos contextos sociais, intrinsecamente relacionados com conjunturas políticas e económicas, mantiveram efeitos diretos sobre o processo de urbanização,

nomeadamente com o aparecimento dos proeminentes equipamentos e serviços na vila de Apúlia. Esta realidade verifica-se pelos equipamentos e os serviços que se foram implementando ao longo do tempo na vila. É a partir da década de 1970 que a vila usufrui de serviços públicos, nomeadamente no que diz respeito à educação, à saúde que dinamizam um crescimento concentrado do edificado. Ainda, no final desse período, é erigida a “moderna” capela da Sr^a da Guia, que substitui a antiga capela do Tibúrcio, cedida à instituição da Igreja. O equipamento irá promover um diligente desenvolvimento urbano por se localizar próximo da zona recreativa de praia, nomeadamente o largo da Sr^a da Guia alvo de arranjo urbano. Estes equipamentos trataram da criação de um pólo de crescimento do espaço urbano.

Os equipamentos agro-marítimos localizados na linha dunar vão sendo adquiridos para serem transformados em habitações secundárias. Geralmente, as primitivas construções eram remodeladas e sofriam um aumento de um piso, alterando morfológicamente o conjunto edificado.

Na continuação das intervenções iniciadas com a adesão de Portugal à União Europeia (1986), a vila sofre grandes transformações morfológicas. Seguindo uma política dinamizadora da economia, os investimentos públicos intensificam-se, aumentando os fluxos de movimentos pendulares associados ao efeito da sazonalidade. Com isso, aumenta significativamente o comércio da vila dinamizando a economia da localidade. A facilidade de acesso aos recursos financeiros desencadeia um “explosão” nos investimentos imobiliários. Prolifera uma construção ainda desregulada que apela a uma rápida disciplina. Regista-se um crescimento desmesurado do edificado residencial e a multiplicação de habitações dispersas sobre as áreas agrícolas.

O fenómeno foi travado com a introdução do instrumento de regulação do ordenamento do território, nomeadamente o Plano Diretor Municipal de Esposende (1994). Foi a primeira ferramenta com efeitos práticos na vila e implicações na sua morfologia, na medida em que introduz um polígono urbanizável materializado no território da vila. Associadas às políticas definidas para o concelho, a vila é favorecida com a requalificação do espaço público e o significativo melhoramento das infra-estruturas e dos serviços básicos de Apúlia.

As benfeitorias inclusas no aglomerado tiveram um intenso efeito dinamizador do setor imobiliário, seguindo a tendência exponencial dos anos anteriores. No entanto, na atualidade, esta encontra-se regulada. É patente a multiplicação de operações de loteamento e de edifícios multifamiliares. Com eles desenvolve-se o espaço público, nomeada-

mente no que diz respeito às infra-estruturas de passeios, estacionamento, mas também equipamento urbano e áreas verdes.

Assim, a especulação imobiliária promoveu um conjunto habitacional excessivo, sendo possível identificar um número de alojamentos superior à população residente, promovido pelo efeito da sazonalidade e respetivas assimetrias registadas ao longo do ano. Com efeito, o crescimento habitacional não acompanha os dados demográficos surgindo uma ocupação habitacional secundária. Ao nível morfológico, pode-se associar o fenómeno, à evolução da tipologia de habitação unifamiliar isolada, ou seja, à formação de um novo paradigma no aglomerado urbano.

Por conseguinte, determina-se o proposto no primeiro objetivo. Ao se verificarem os fenómenos e as consequências dos diferentes agentes e fatores implicados no processo de transformação morfológica da vila de Apúlia.

Ao segundo objetivo da Dissertação - **interpretar a conversão do espaço urbano e as diferentes reconfigurações diacrónicas na vila de Apúlia**, pretende-se dar resposta com uma leitura do espaço em diferentes dimensões e níveis do estudo morfotipológico. A análise gráfica demonstrou os resultados físicos dos fatores explanados no primeiro objetivo, que ao mesmo tempo, revela uma série de elementos estruturadores da conversão morfológica.

Dividida por diferentes níveis de leitura morfológica, a análise relaciona-se com o processo de crescimento, as infra-estruturas viárias, a tipologia edificada e os equipamentos. Os indicadores provêm dos autores enquadrados na fundamentação teórica abordada no início da Dissertação. Destes elementos extraíram-se diversos outros que mantiveram, de forma geral, o mesmo papel ao longo do tempo. Como exemplo, refere-se a leitura diacrónica do sistema viário como eixo fundamental estruturador.

Pode-se considerar que o principal elemento estruturador do crescimento do aglomerado de Apúlia é a infra-estrutura viária. A carência no processo de urbanização fomenta um desenvolvimento apoiado nos traçados viários existentes. Por outro lado, tem uma importância primordial como aglutinadora de numerosos fluxos, promovendo a dinamização da vila. Em Apúlia, verificou-se que a estrada E.M.501 determinou o seu crescimento espacial na segunda metade do século XX.

Assim, o sistema viário consta como principal elemento de desenvolvimento e formação do tecido urbano. Como foi possível observar, o desenvolvimento da vila não foi o mesmo nos distintos períodos analisados, caracterizado por ser exponencial. Todavia, a infra-estrutura viária manteve o seu papel de elemento regulador. Num primeiro

momento, o modelo de crescimento caracterizava-se por ser linear, para depois se apoiar nas estruturas secundárias (geralmente baseadas em caminhos rurais) num processo de densificação.

Os traçados viários são igualmente determinantes na capacidade de atrair dinâmicas sociais e económicas. A ligação do eixo estruturador da vila tem uma relação direta com a E.N, n.º 13, eixo de conexão interurbano. Este fator vai gerir um fluxo potenciador dos movimentos pendulares, designadamente os associados ao efeito da sazonalidade. Se é verdade que a avenida da praia teve, inicialmente, como propósito a atividade piscatória, também o é o facto de ser ainda hoje extremamente utilizada como ligação à frente marítima. Por outro lado, é potenciador do aparecimento de equipamentos e serviços, designadamente posto de abastecimento ou o equipamento escolar estabelecidos na vila de Apúlia.

Relativamente ao processo de crescimento, podemos observar um crescimento linear associado à extensão dos eixos viários verificados em todos os períodos analisados. O mesmo materializa-se na tipologia de habitação multifamiliar. A expansão dessa tipologia surge na década de 1980; até lá edificava-se a tradicional habitação unifamiliar na envolvente próxima dos arruamentos próximos do mar. Após esse período e com a proliferação da nova tipologia, essas zonas determinaram uma densificação superior às restantes, devido à concentração social e económica, promovida pelo efeito da sazonalidade. Embora fosse um local polarizador, a multiplicação desse modelo habitacional foi substituindo os edifícios tradicionais encontrando-se pontos de encontro e conflitos entre ambas as tipologias.

Por outro lado, o produto do crescimento de carácter disperso foi-se materializando nos conjuntos habitacionais unifamiliares. O fenómeno é observável a partir da mesma década, acontecendo em zonas periféricas onde o crescimento linear da vila começa a dissipar-se. Do processo resulta um fenómeno expansivo sem precedentes que produz um impacto considerável sobre o território. Este tipo de desenvolvimento apodera-se extensivamente dos contornos rurais da periferia, moldando um processo de difusão e subaproveitamento do espaço territorial, ministrado pela falta de instrumentos de ordenação com efeito prático.

O tecido urbano resultante dos modelos de crescimento ocorridos na segunda metade do século XX é determinado por duas leituras diferenciadas. Pode-se associar ao crescimento linear a tipologia multifamiliar que se caracteriza pela cêrcea dos seus edifícios e por formar um tecido compacto. De outro modo, as tipologias habitacionais

unifamiliares definem-se pela sua baixa densidade e pelo seu espaço exterior privado. Com tudo isto, as diferentes particularidades de cada uma das tipologias conformam tecidos urbanos distintos, sendo possível identificar diferentes “camadas” da evolução num âmbito temporal. A forma urbana daí resultante determina-se pelo seu caráter híbrido e complexo, oriundo da concomitância dos diferentes modelos tipológicos.

Por último, é necessário realçar o papel preponderante dos equipamentos. No desenvolvimento da vila, os edifícios singulares foram determinantes na formação do tecido urbano. No início do século XX, os edifícios eram a Igreja Matriz, na formação de tecido urbano, mas também as casas senhoriais que se localizam próximo da costa, envolventes à capela da Sr^a da Guia intrinsecamente associada ao largo polarizador de movimento. Todavia, os equipamentos surgidos nos últimos cinquenta anos do século XX foram perdendo importância morfológica. À semelhança do ocorrido com a tipologia habitacional, estes elementos apoiam-se nas principais estruturas viárias da vila. Porém, têm determinado pólos de crescimento em determinados casos, tal como foi o caso da Colónia de Férias de Apúlia origem do significativo desenvolvimento do edificado.

Em suma, esta Dissertação revela e enquadra os principais elementos que contribuíram para as transformações diacrónicas da morfologia urbana da vila de Apúlia na segunda metade do século XX. Compreender a evolução da forma urbana numa dimensão espacial e temporal permite a consagração de um conhecimento fundamentado que pode auxiliar nas intervenções futuras desenvolvendo soluções urbanísticas que possam resolver as problemáticas urbanísticas do aglomerado Apuliense. É neste sentido que esta Dissertação espera poder constituir-se como contributo para esse reconhecimento.



Fig. 86 - Esquisso das “barracas de sargaço”, Pedrinhas, Apúlia. Desenho do autor, 2011.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia geral

- Afonso, J. F. (2000). A Rua das Flores no século XVI: elementos para a história urbana do Porto Quinhentista. Porto: FAUP Publicações.
- Alves, J. J. B. F. (1988). O Porto na época dos Almadás. Porto: Centro de História da Universidade do Porto.
- Amaral, I. (1978). Contribuição para o conhecimento do fenómeno de urbanização de Angola. Lisboa: Finisterra, revista Portuguesa de Geografia.
- Almeida, J. R. de (2000). A dinâmica urbana de Viseu na segunda metade do século XX : o contributo dos planos urbanísticos dos particulares na formação da cidade. (Dissertação de final de curso não publicada), Universidade do Porto.
- Azevedo, C. (1969). Solares Portugueses, Introdução ao estudo da casa nobre. Lisboa: Livros Horizonte.
- Barata, F. (1996). Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto: FAUP Publicações.
- Benevolo, L. (1984). A cidade e o Arquitecto, Arte e Comunicação. Lisboa: Edições 70.

-
- Benevolo, L. (1987). As origens da urbanística moderna. Lisboa: Editorial Presença.
 - Berrance, L. (1993). Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes aldeãs, 1774- 1844. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto.
 - Caldas, J. V. (1999). A Casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII. Porto: FAUP Publicações.
 - Câmara Municipal do Porto (2005). Plano Director Municipal do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto.
 - Carita, H. (1994). Bairro Alto: Tipologias e modos arquitectónicos. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
 - Caro, C. M. & Rivas, J. L. De Las. (1985). Arquitectura Urbana. Elementos de teoría y diseño. Pamplona: Ed. Universidad de Navarra.
 - Choay, F. (1992). O urbanismo. São Paulo: Editora Perspectiva.
 - Chico, M. T. (1956). A cidade Ideal do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia. Lisboa: Junta das missões Geográficas e de Investigação do Ultramar.
 - Comissão de Coordenação da Região Norte (1998). Glossário de termos: Ordenamento do território, Ambiente, Património cultural, Reabilitação Urbana. Porto: C.C.R.N.
 - Cordeiro, I. & Vidal, F. (org.) (2008). A rua - espaço, tempo, sociabilidade. Lisboa: Livros Horizonte.
 - Correia, J. E. H. (1997). Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política Pombalina. Porto: F.A.U.P. Publicações.
 - Correia, J. S. (2008). Implantação da cidade Portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI. Porto: F.A.U.P. Publicações.
 - Costa, J. P. (2002). Bairro de Alvalade. Um paradigma do urbanismo português. Lisboa: Livros Horizonte.
 - Cullen, G. (1996). Paisagem urbana. Lisboa: Edições 70.
 - Dias, S. M. S. (2005). Evolução do planeamento urbano na Apúlia. Guimarães: Universidade do Minho.
 - Duarte, J. P. (2005). Towards the mass customization of housing: the grammar of Siza's houses at Malagueira. Environment and Planning B: Planning and Design 32, 347-80.
 - Estrela, A. (1990). Teoria e prática da observação de classes: uma estratégia de observação. Lisboa: Instituto nacional de investigação científica. 29-30.
 - Fernandes, J. M. (1996). Cidades e casas da Macaronésia. Porto: F.A.U.P. Publicações.
 - Fernandes, M. G. (2005). Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança. Porto: F.A.U.P. Publicações.

- Ferrão, B. J. (1985). Projecto e transformação urbana no Porto na época dos Almadras, 1785- 1813: uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina. Porto: F.A.U.P. Publicações.
- Ferreira, A. D. de M. (1995). Aspectos da organização do espaço português. Porto: F.A.U.P. publicações.
- França, J. A. (1996). Lisboa Pombalina e o Iluminismo. Lisboa: Livros Horizonte.
- França, J. A. (1980). Lisboa: urbanismo e arquitectura. Lisboa: Livros Horizonte.
- Fortuna, C. & Proença, R. L. (2009). Plural da cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedina.
- Gaspar, J. M. B. (1969). A morfologia de padrão geométrico na Idade Média. Lisboa: Finis-terra: revista Portuguesa de Geografia.
- Gravagnuolo, B. (1998). Historia del urbanismo en Europa 1750-1960. Madrid: Akal.
- Heitor, T. V. (2001). A vulnerabilidade do espaço em Chelas. Uma abordagem sintática. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Heitor, T. V., Kruger, M., Muchagato, J., Ramos, T. & Tostões, A. (2000). Breaking of the medieval space: the emergence of a new city of enlightenment. Urban Design International 5, 199-208.
- Jencks, C. (1985). Movimentos modernos em arquitectura. Lisboa: Edições 70.
- Lino, R. (1933). Casas portuguesas: alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples. Lisboa: Edições Valentim de Carvalho.
- Lobo, M. S. (1994). Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco. Porto: F.A.U.P. Publicações.
- Mandroux-França, M. T. (1986). Quatro fases de urbanização do Porto no século XVIII. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Marat-Mendes, T. M. (2006). The urban plans of Faria da Costa and the making of Lisbon's twentieth century form. In the Eleventh International Seminar on Urban Form, Stockholm, September.
- Marat-Mendes, T. M. (2007). The contribution of the urban plans of Etienne de Groer and João Guilherme Faria da Costa to the sustainable urban environment of Lisbon. In Nilsson, L. (ed.) Studies in urban history – urban Europe in comparative perspective.
- Martín, A. Z. (1991). El espacio interior de la ciudad. Madrid: Editorial Síntesis.
- Mestre, V. (2002). Arquitectura Popular da Madeira. Lisboa: Argumentum.
- Moreno, H. B. (1986). Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras.

-
- Mota, A. T. & Cortesão A. (1960). *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
 - Mullin, J. R. (1992). The reconstruction of Lisbon following the earthquake of 1755: a study in despotic planning. *Planning Perspectives* 7, 157-79.
 - Nonell, A. G. (2002). *Porto, 1763-1850: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto: F.A.U.P. Publicações.
 - Oliveira, J. M. P. (1973). *O espaço urbano do Porto*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos.
 - Oliveira, V. & Pinho, P. (2006). The study of urban form in Portugal: a comparative analysis of the cities of Lisbon and Oporto. Porto: *Urban Design International* 11, 187-201.
 - Oliveira, V. & Pinho, P. (2008). Urban form and municipal planning in Lisbon and Oporto: 1865-2005. Porto: *Planning Perspectives* 23, 81-105.
 - Oliveira, V. (2006). The morphological dimension of municipal plans. *Urban Morphology* 10, 101-13.
 - Oliveira, V. & Pinho, P. (2008). Urban form and municipal planning in Lisbon and Oporto: 1865- 2005. *Planning Perspectives* 23, 81-105.
 - Oliveira, E. V. & Galhano, F. (1992). *Arquitectura tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.
 - Pardal, S., Correia, P. & Costa Lobo, M. (1991). *Normas Urbanísticas. Desenho Urbano. Perímetros Urbanos. Volume 2, Apreciação de Planos*. Lisboa: Edição Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano/Universidade Técnica de Lisboa.
 - Pelletier, J. & Delfante, C. (2000). *Cidades e urbanismo no mundo*. Lisboa: Instituto Piaget.
 - Pereira, L. V. (1982). *A definição da forma urbana no planeamento físico*. Lisboa: L.N.E.C.
 - Pereira, N. T. & Buarque. I. (1995). *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
 - Pinho, P. & Oliveira, V. (2009). Cartographic analysis in urban morphology. *Environment and planning B: Planning and Design* 36, 107-27.
 - Pires, M. C. (2001). *A Rua Álvares Cabral (1895- 1940), formas de habitar*. Porto: F.A.U.P. Publicações.
 - Pires, M. A. (2009). *Planeamento urbano sustentável*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
 - Portas, N. (1969a). *Funções e exigências de áreas de habitação*. Lisboa: L.N.E.C.
 - Portas, N. (1969b). *A cidade como arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte.
 - Portas, N. (2005). *Os tempos das formas*. Guimarães: D.A.A.U.M.

- Ribeiro, O. (1962). Aspectos e problemas da expansão Portuguesa. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Rivas, J. L. De Las (1992). El espacio como lugar - sobre la natureza de la forma urbana. Salamanca: Universidad de Valladolid.
- Rodrigues, E. C. (1973) O crescimento de Lisboa, morfologia urbana. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Rodrigues, M. J. M. (1979). Olinda e Recife, uma situação de bipolaridade no urbanismo colonial português. Lisboa: Boletim da Academia Nacional de Belas Artes.
- Rodrigues, A. S. et al (1994). História de Portugal em datas. Lisboa: Edição Círculo de leitores.
- Rodrigues, I. L. (2009). Quando a habitação colectiva era moderna – Desde Portugal a outros territórios de expressão portuguesa. 1940-1974. (Tese de Doutoramento) Departamento de Projectos Arquitectónicas, ESTAB.UPC.
- Rossa, W., Araújo, R. & Carita, H. (2001). Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Rossa, W. (2002). A urbe e o traço - uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Edições Almedina.
- Rossa, Walter (1998). Além da Baixa, indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista. Lisboa: Ministério da Cultura.
- Silveira, L. (1951). Ensaio de iconografia das cidades Portuguesas no Ultramar. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Santos, M. H. R. (2002). A Baixa Pombalina, passado e futuro. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silveira, A. (1961). A casa pátio de Goa. Porto: F.A.U.P. Publicações.
- Sindicato Nacional dos Arquitectos. Arquitectura Popular em Portugal. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- Stiny, G. (1980). Introduction to shape and shape grammars. Environment and Planning B: Planning and Design 7, 343-51.
- Solá-Morales, M. de (1997). Las formas de crecimiento urbano. Barcelona: Edicions U.P.C.
- Teixeira, M. C. (2008). A forma da cidade de origem Portuguesa. São Paulo: Editora U.N.E.S.P.
- Teixeira, M. C. (2008). O estado da arte da investigação urbana em Portugal: a investigação dos núcleos urbanos de origem portuguesa no mundo. Colóquio património urbano e arquitectónico dos países de língua portuguesa. In urban 8. Acessido em <http://revistas.ceurban.com/numero8/artigos>.

-
- Teixeira, M. C. (1993). A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes. In *Análise Social*, vol XXVII (121), (2^o), 371-90.
 - Teixeira, M. C. (1996). *Habitação Popular na cidade Oitocentista. As ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
 - Teixeira, M. C. & Valla, M. (1999). *O urbanismo português, séculos XIII - XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.
 - Teixeira, M. C. (ed.) (2001). *A praça na cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
 - Tostões, A., Silva, F., Caldas, J. V., Fernandes, J. M., Janeiro, M., Barcelos, N. & Mestre, V. (2000). *Arquitectura Popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.
 - Vasconcelos, D. (2008). *A Praça do Marquês de Pombal na cidade do Porto*. Porto: F.A.U.P. Publicações.
 - Vegara, A., RIVAS, J. L. De La (2004). *Territórios inteligentes*. Madrid: Fundação Metrôpoli.
 - Viegas, I. M. (1999). *Cartulário Pombalino*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa.
 - Zevi, B. (1996). *Architectura in nuce - uma definição de arquitectura*. Lisboa: Edições 70.

Bibliografia específica

- Abrantes, M. A. et al. (1981). *Plano de Ordenamento do concelho de Esposende*. Esposende: Câmara Municipal de Esposende.
- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J. P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. *Trajectos*. Gradiva (15-47), 1997.
- Araújo, A. V. de (1986). *O lugar de Bassar do couro de Apúlia: apontamentos para a sua história nos séculos XVIII e XIX*. Esposende: Separata do número 9/10 - Boletim cultural de Esposende.
- Asher, F. (2010). *Novos princípios do urbanismo. Novos compromissos urbanos. Um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 183-193.
- Bourdin, A. (2011). *O urbanismo depois da crise*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bruyne, P. de, Herman, J., Schoutheete, M. de (1991). *Dinâmicas da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.
- Caro, C. M. & Rivas, J. L. De Las (1998). *Arquitectura urbana - elementos de teoría y diseño*. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, S. A.

- Carvalho, G. S. de (1991). A subida do nível do mar, a erosão costeira do Minho e um Monumento geológico na Praia de Apúlia (Esposende). Lisboa.
- Correa, A. B. (1989). Las Claves del Urbanismo. Barcelona: Ariel.
- Costa, L. (1987). A apanha do pilado uma riqueza que se perdeu. Esposende: Câmara Municipal de Esposende.
- O Esposendense de 26 de julho de 1896.
- O Esposendense de 15 de Agosto de 1902.
- O Esposendense de 1 de Setembro de 1921.
- Filipe, T. P. P. (2007). Alfredo Evangelista Viana de Lima em Esposende, 1946-1987. (Prova final de Licenciatura em Arquitectura), Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (F.A.U.P).
- Fonseca, T. da (1936). Esposende e os eu concelho. Esposende: Livraria Esposendense.
- Ghilgione, C & Matalon, B. (1997). O inquérito. Teoria e prática. Oeiras: Edições Celta, 81-90.
- Granja, H. M. L. P. (1990). Repensar a geodinâmica da zona costeira: O passado e o presente: que futuro?: O Minho e o Douro Litoral (Dissertação de doutoramento), Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Lacaze, J. P. (1999). A cidade e o urbanismo. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lamas, J. R. G. (2010). Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lynch, K. (1981). A boa forma da cidade. Lisboa: Edições 70.
- Lynch, K. (1999). A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70.
- Martín, A. Z. (1991). El Espacio Interior da la Ciudad. Madrid: Editorial Síntesis
- Matos, M. da C. F. e (1973). A vida Rural na Apúlia. Lisboa: Separata Finisterra 15, 66-103.
- Neiva, M. A. P. (2000). Apúlia na história e na tradição. Viana do Castelo: Associação Social Cultural e Recreativa de Apúlia.
- Oliveira, E. V. & Galhano, F. (1992). Arquitectura tradicional Portuguesa. Lisboa: Dom Quixote.
- Panarai, P., Depaule, J. C. & Demorgon, M. (1999). Analyse urbaine. Marseille: Editions Parenthèses.
- Panarai, P., Depaule, J. C., Demorgon, M. & Veyrenche, M. (1986). Elements d'Analyse urbaine. Bruxelas: A.A.M. Editions.
- Pereira, L. V. (1982). A definição da forma urbana no planeamento físico. Lisboa: L.N.E.C.
- Portas, N. (2007). A cidade como arquitectura. Lisboa: Livros Horizonte.
- Quivy, R. & Campenhout, L. V. (1992). Manuel de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva.

-
- Relph, E. (1987). A paisagem urbana moderna. Lisboa: Edições 70.
 - Ribeiro, M. J. M. (2005). Frente Marítima de Apúlia. (Re) pensar um lugar de memórias. Intervir num espaço esquecido. (Prova Final de Licenciatura em Arquitectura), Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
 - Ribeiro, O. (1998). Portugal - o Mediterrâneo e o Atlântico. Viseu: Livraria Sá da Costa Editora.
 - Rodrigues, J. A. (2000). Regulamento Geral das Edificações Urbanas e os Regimes Jurídicos do Licenciamento Municipal de Loteamentos Urbanos de Urbanização e de Obras Particulares. Lisboa: Rei dos Livros.
 - Rossi, A. (2001). A arquitectura da cidade. Lisboa: Edições Cosmos.
 - Salgueiro, T. B. (1999). A cidade em Portugal - uma geografia urbana. Porto: Edições Afrontamento.
 - Sousa, M. de (1989). O Museu Natural do Ordovícico: sistema Paleozóico da Praia de Apúlia. Lisboa: Congresso das Áreas Protegidas.
 - Sousa, M. de (1989a). Litostratigrafia e Estruturas do Paleozóico de Esposende. in boletim cultural de Esposende.
 - Sousa, M. de (s/d). A Cartografia Geológica das formações Paleozóica da zona costeira minhota. Concelho de Esposende.
 - Soares, F. N. Origens da freguesia de Apúlia. Braga: Policópias de extracto de livro não identificado, 432-446.
 - Soares, F. N. (1988). Vida económico - marítima da região entre o rio Neiva e a Póvoa de Varzim nos finais do século XV. Os portos de Esposende, Fão e Póvoa de Varzim. in Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época, vol. III - Economia e Comércio Marítimo, Porto: Universidade do Porto – C.N.C.D.P., 281-318.
 - Sampaio, J. O. M. (1998). A residência secundária em Esposende: Estudo sobre o impacto da residência secundária na dinâmica e organização do território de um concelho do Litoral Norte de Portugal Continental e periférico á Área Metropolitana do Porto (Dissertação de Mestrado em Geografia), Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
 - Teixeira, C. & Medeiros, A. C. & Assunção, C. F. T. (1965). Carta geológica de Portugal na escala de 1:50 000 – notícia explicativa da folha 9-A: Póvoa de Varzim. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
 - Veiga de Oliveira, E. & Galhano, F. (1958). A apanha do sargaço no norte de Portugal. Trabalhos de Antropologia e Etnologia.
 - Yin, R. K. (1984). Case study research: Design na methods. Beverly Hills: Sage Publications.

Fontes electrónicas

<http://www.ine.pt>

<http://www.cm-esposende.pt>

<http://dre.pt/>

<http://www.dgotdu.pt/>

<http://www.apastyle.org.pt/>

<http://www.flickr.com/>

Cartografia

- Plano de Ordenamento da Orla Costeira, 1998.
- Plano da Região do Porto e Braga, 1973.
- Plano de Ordenamento do Concelho de Esposende, 1981.
- Plano Director Municipal do Concelho de Esposende, 1993.
- Ante - plano Urbanístico, 1959-64 (arq. Viana de Lima).
- Plano Geral de Urbanização da Zona Sul do Rio Cávado, 1973.
- Plano Geral de Urbanização da Apúlia, 1986.
- Plano Geral da Apúlia, 1993.
- Plano de Urbanização de Apúlia, 1995.
- Plano de Urbanização de Apúlia, 1996/97.
- Carta militar de Portugal 1:25 000, continente, série M888:68, 1952.
- Cartografia da vila de Apúlia (Igreja e Areia), década de 1980.
- Carta militar de Portugal 1:25 000, continente, série M888:68, 1997.
- Cartografia digital do Concelho de Esposende, voo de 1994.
- Cartografia digital do Concelho de Esposende, voo de 2003.
- Cartografia digital do P.D.M. do Conselho de Esposende, voo 2008.
- Aerofotomapa do Concelho de Esposende, voo de 2008.

Legislação / Normativas

- Decreto de 14 de Fevereiro de 1903. Diário n.º 53 de 9 de Março.
- Decreto n.º 24 802 de 21 de Dezembro de 1934. Diário do Governo, n.º 299 – I Série. (1934). Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

-
- Decreto n.º 33 921 de 21 de Setembro de 1944. Diário do Governo, n.º 197 – I Série. (1944). Ministério das Obras Públicas e Comunicações.
 - Decreto n.º 35 931 de 14 de Novembro de 1946. Diário do Governo, n.º 250 – I Série. (1946). Ministério das Obras Públicas e Comunicações.
 - Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951. Diário do Governo, n.º 166 – I Série. (1951). Ministério das Obras Públicas.
 - Decreto-Lei n.º 44 258, de 31 de Março 1962. Diário da República, n.º 72 – I Série. (1962). Ministério das Obras Públicas. Gabinete do Ministro.
 - Decreto-Lei n.º 45 027, de 13 de Maio de 1963. Diário da República, n.º 113 – I Série. (1962). Ministério das Obras Públicas. Gabinete do Ministro.
 - Decreto-Lei n.º 576/70 de 24 de Novembro. Diário do Governo, n.º 273 – I Série. (1970). Presidência do Concelho.
 - Decreto-Lei n.º 560/71 de 17 de Dezembro. Diário do Governo, n.º 294 – I Série. (1971). Ministério das Obras Públicas. Divisão-Geral dos Serviços de Urbanização.
 - Decreto n.º 561/71, de 17 de Dezembro. Diário da República, n.º 294 – I Série. (1971). Ministério das Obras Públicas. Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização.
 - Decreto-Lei n.º 8/73 de 8 de Janeiro. Diário do Governo, n.º 6 – I Série. (1971). Ministério das Obras Públicas. Gabinete do Ministro.
 - Decreto-Lei n.º 46 673, de 29 de Novembro de 1965. Diário do Governo, n.º 271 – I Série. (1965). Ministério do Interior e das Obras Públicas.
 - Decreto-Lei n.º 289/73 de 6 de Junho. Diário do Governo, n.º 133 – I Série. (1973). Ministério das Obras Públicas. Secretaria de Estado do Urbanismo e habitação.
 - Decreto n.º 73/73 de 28 de Fevereiro. Diário do Governo, n.º 50 – I Série. (1973). Ministério das Finanças. Secretaria do Estado e do Tesouro.
 - Decreto-Lei n.º 794/76 de 5 de Novembro. Diário do República, n.º 259 – I Série. (1976). Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção. Gabinete do Ministro.
 - Decreto-Lei n.º 804/76 de 6 de Novembro. Diário do República, n.º 260 – I Série. (1976). Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção. Gabinete do Ministro.
 - Decreto-Lei n.º 90/77 de 9 de Março. Diário do República, n.º 57 – I Série. (1977). Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção.
 - Decreto-Lei n.º 152/82 de 3 de Maio. Diário do República, n.º 101 – I Série. (1982). Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes.
 - Decreto-Lei n.º 77/84 de 08 de Março. Diário da República, n.º 57 – I Série. (1984). Presidência do Concelho de Ministros e Ministério da Administração Interna.

- Decreto-Lei n.º 400/84 de 31 de Dezembro. Diário do República, n.º 301 – I Série. (1984). Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Administração Interna, da Justiça, do Equipamento Social e da Qualidade de Vida.
- Decreto-Lei n.º 208/82 de 26 de Maio. Diário do República, n.º 119 – I Série. (1982). Ministério da Qualidade de Vida, da Administração Interna e da Habitação, Obras Públicas e Transportes.
- Lei n.º 79/77 de 25 de Outubro. Diário do República, n.º 247 – I Série. (1977). Assembleia da República.
- Decreto-Lei n.º 69/90 de 2 de Março. Diário do República, n.º 51 – I Série. (1990). Ministérios do Planeamento e da Administração do Território.
- Decreto-Lei n.º 25/92 de 25 de Fevereiro. Diário da República, n.º 47 – I Série. (1992). Ministério do Planeamento e da Administração do Território.
- Decreto-Lei n.º 445/91 de 20 de Novembro. Diário do República, n.º 267 – I Série. (1991). Ministério do Planeamento e da Administração do Território.
- Decreto-Lei n.º 250/94, de 15 de Outubro. Diário do República, n.º 239 – I Série. (1994). Ministério do Planeamento e da Administração do Território.
- Lei n.º 22/96, de 26 de Julho. Diário da República, n.º 172 – I-A Série. (1996). Assembleia da República.
- Decreto-Lei n.º 338/83, de 20 de Julho. Diário do República, n.º 165 – I Série. (1983). Ministério da Qualidade de Vida, da Administração Interna, da Agricultura, Comércio e Pescas e da Habitação, Obras Públicas e Transportes.
- Decreto-Lei n.º 176-A/88, de 18 de Maio. Diário do República, n.º 115 – I Série. (1988). Ministério do Planeamento e da Administração do Território.
- Decreto-Lei n.º 367/90 de 26 de Novembro. Diário do República, n.º 273 – I Série. (1990). Ministério do Planeamento e da Administração do Território.
- Decreto-Lei n.º 151/95 de 24 de Junho. Diário do República, n.º 144 – I Série. (1995). Ministério do Planeamento e da Administração do Território.
- Decreto-Lei n.º 196/89 de 14 de Junho. Diário do República, n.º 134 – I Série. (1989). Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.
- Decreto-Lei n.º 47/92, de 12 de Dezembro. Diário da República, n.º 80 – I-A Série. (1992). Ministério da Justiça Gabinete do Ministro.
- Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março. Diário da República, n.º 65 – I Série. (1990). Ministério do Planeamento e da Administração do Território.
- Decreto-Lei n.º 316/90, de 13 de Outubro. Diário da República, n.º 237 – I Série. (1990). Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

- Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro. Diário da República, n.º 235 – I - A Série. (1992). Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.
- Portaria n.º 1182/92 de 22 de Dezembro Diário da República, n.º 294 – I - B Série. (1992). Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Índice de figuras

Fig. 1- Esquiço de moinho a vento na duna de Apúlia	25
Fig. 2- Tabela das formas de crescimento urbano segundo Solá-Morales	44
Fig. 3- Crescimento linear da vila de Longjumeau entre 1844 e 1940, Essonne, França	45
Fig. 4- Dimensões espaciais da morfologia urbana: Escalas setoriais, urbanas e territoriais – Tavira	47
Fig. 5- A praça tradicional desenhada com arquitetura moderna: cruzamento da Avenida da Igreja com a Avenida de Roma, Bairro de Alvalade, Lisboa (Costa, 2002)	59
Fig. 6- Levantamento aerofotogramétrico da freguesia da Apúlia, voo de 2008	66
Fig. 7 - Quadro de temperaturas	66
Fig. 8 - Quadro de precipitação	67
Fig. 10 – Quadro de evapotranspiração potencial	67
Fig. 9 – Quadro de humidade relativa	67
Fig. 11 – Mapa geológico da zona da Apúlia	69
Fig. 12 – Mapa hipsométrico e mapa de declives	71
Fig. 13 – Mapa de exposição solar e mapa de sombreamento	71
Fig. 14 – Imagem aérea dos campos em masseira a sul da vila da Apúlia	72
Fig. 15 - Fotografia de campo em planura	74
Fig. 16 - Fotografia de campo em masseira	75
Fig. 17 - A apanha do sargaço em Apúlia	76
Fig. 18 - Barcos voltando da pesca do pilado	76
Fig. 19 – Sargaceiros estendendo o sargaço	77
Fig. 20 - Barraca de armazenamento de sargaço, lugar de Pedrinhas	78
Fig. 21 - Barracas para armazenamento de sargaço, praia da couve	78
Fig. 22 - Quadro de evolução da população entre 1960 e 2001	79
Fig. 23 – Gráfico da evolução da população entre 1960 e 2001	80
Fig. 24 - Quadro da evolução do número de famílias e sua variação entre 1960 e 2001	81
Fig. 25 - Gráfico do número de famílias entre 1960 e 2001	81
Fig. 26 - Quadro de evolução do alojamento familiar clássico e sua variação entre 1960 e 2001	82
Fig. 27 - Quadro do número de habitantes, famílias e alojamentos entre 1960 e 2001	82

Fig. 28 - Quadro de taxa de atividade entre 1991 e 2001	84
Fig. 29 - Quadro de setores de atividade de 1981 e 2001	85
Fig. 30 - Gráfico relativos aos setores de atividade de 1981 e 2001	85
Fig. 31 - Quadro de taxa de desemprego entre 1991 e 2001	86
Fig. 32 - Esquema de abordagem interpretativo	97
Fig. 33 - Proposta do Ante Plano urbanístico de Apúlia de Viana de Lima	98
Fig. 34 - Plano Geral de Urbanização da Apúlia, Síntese de Condicionantes – Zoneamento existente – esc. 1:5000, da autoria da TECNOPOR, Consultores técnicos, lda., Fevereiro 1986	102
Fig. 35 - Extrato do Plano Director Municipal, Planta de condicionante da freguesia de Apúlia	105
Fig. 36 - Extrato do Plano Director Municipal, Planta de ordenamento da freguesia de Apúlia	106
Fig. 37 - Extrato do Plano Geral de Urbanização da Zona Litoral a Sul do rio Cávado, Planta de Zoneamento, Carlos Carvalho Dias, 1973	107
Fig. 38 - Plano Geral de Urbanização da Apúlia, Planta síntese – solução proposta – esc. 1:5000, da autoria da TECNOPOR, Consultores técnicos, lda. Março de 1987	108
Fig. 39 - Plano Geral de Urbanização da vila de Apúlia, Planta síntesesolução proposta – esc. 1:5000, da autoria da PLANUM, Acessorias e Projectos, lda. Fevereiro de 1995	109
Fig. 40 - Extrato da proposta de intervenção do Plano Geral de Urbanização da Apúlia; soluções propostas: expansão e ocupação de solo, da autoria Manuel Fernandes Sá, lda. Fevereiro de 1996	119
Fig. 41 - Quadro n.º 1, da Portaria n.º 1182/92 de 22 de Dezembro – Parâmetros e dimensionamentos	112
Fig. 42 - Loteamento no lugar de Areia, no extremo sul da freguesia Apúlia	113
Fig. 43 - Loteamento no lugar de Pedrinhas, no extremo norte da freguesia da Apúlia	114
Fig. 44 - Imagem aérea geral da vila de Apúlia	117
Fig. 45 - Mapa interpretativo do assentamento romano, a sul da Apúlia	118
Fig. 46 - Fotografia do cruzeiro simbolizando a localização da primitiva capela românica da Angra dos Mouros, Apúlia	119
Fig. 47 - Mapa interpretativo da situação do assentamento medieval, a norte da Apúlia	121
Fig. 48 - Mapa interpretativo da situação do assentamento no séc. XVII	123
Fig. 49 - Planta de situação da Apúlia (lugar de Igreja e Areia) em 1850, à escala 1:20 000	124
Fig. 50 - Planta de situação da Apúlia (lugar de Igreja e Areia) em 1900, à escala 1:20 000	125
Fig. 51 - Fotografia da Capela do Tibúrcio e habitação privados, ladeada pela Casa da Torre, localizadas no atualmente denominado largo da Srª da Guia, 1939	125
Fig. 52 - Planta de situação da Apúlia (lugar de Igreja e Areia) em 1950, à escala 1:20 000	128

Fig. 53 - Mapa topográfico da freguesia de Apúlia na década de 1950	131
Fig. 54 - Planta de situação do edificado na vila da Apúlia na década de 1950	133
Fig. 55 - Planta do espaço público na vila da Apúlia na década de 1950	135
Fig. 56 - Planta de tipologia de uso do edificado na vila da Apúlia na década de 1950	137
Fig. 57 - Planta de altura do edificado da vila da Apúlia na década de 1950	138
Fig. 58 - Planta de equipamentos edificados na vila da Apúlia na década de 1950	141
Fig. 59 - Mapa topográfico da freguesia da Apúlia da década de 1980	143
Fig. 60 - Planta da situação do edificado na vila da Apúlia da década de 1980	145
Fig. 61 - Planta de evolução do edificado na vila de Apúlia entre 1950 e 1980	146
Fig. 62 - Planta interpretativa do crescimento do edificado da vila de Apúlia	147
Fig. 63 - Planta de espaços públicos na vila de Apúlia de década de 1980	149
Fig. 64 - Planta da evolução do sistema viário na vila de Apúlia entre 1950 e 1980	151
Fig. 65 - Planta de tipologia de uso do edificado na vila de Apúlia, na década de 1980	153
Fig. 66 - Planta da altura do edificado na vila de Apúlia, na década de 1980	155
Fig. 67 - Planta dos equipamentos edificados na vila de Apúlia da década de 1980	158
Fig. 68 - Mapa topográfico da situação da vila de Apúlia da década de 1990	161
Fig. 69 - Planta da situação do edificado na vila de Apúlia na década de 1990	162
Fig. 70 - Planta da evolução do edificado na vila de Apúlia entre 1980 e 1990	164
Fig. 71 - Planta interpretativa do crescimento do edificado na vila de Apúlia entre 1980 e 1990	165
Fig. 72 - Planta de espaços públicos vila de Apúlia na década de 1990	167
Fig. 73- Planta da evolução do sistema viário na vila de Apúlia entre 1980 e 1990	168
Fig. 74 - Planta da tipologia de uso edificado na vila de Apúlia na década de 1990	171
Fig. 75 - Planta da altura de edificado na vila de Apúlia na década de 1990	172
Fig. 76 - Planta de equipamentos edificados na vila de Apúlia na década de 1990	174
Fig. 77 - Mapa topográfico da situação na vila de Apúlia de 2003	176
Fig. 78 - Planta da situação do edificado na vila de Apúlia no ano de 2003	178
Fig. 79- Planta de evolução do edificado na vila de Apúlia entre 1990 e 2003	179
Fig. 80 - Planta interpretativa do crescimento do edificado na vila de Apúlia entre 1990 e 2003	181
Fig. 81 - Planta de espaços públicos na vila de Apúlia em 2003	182
Fig. 82- Planta de evolução do sistema viária na vila de Apúlia entre 1990 e 2003	183
Fig. 83 - Planta de tipologia de uso do edificado na vila de Apúlia em 2003	185
Fig. 84 - Planta da altura do edificado na vila de Apúlia em 2003	186
Fig. 85 - Planta de equipamentos edificados na vila de Apúlia em 2003	188
Fig. 86 – Esquízo das “barracas de sargaço” do lugar de Pedrinhas, Apúlia	196

Créditos

Fig. 1, 86

Desenho do autor, 2011.

Fig. 3

Panarai, P., Depaule, J. C., Demorgon, M. & Veyrenche, M. (1986). Elements d'Analyse urbaine. Bruxelas: A.A.M. Editions, p. 25.

Fig. 4

Lamas, J. R. G. (2010). Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gilbenkian, p.72.

Fig. 5

Costa, J. P. (2002). Bairro de Alvalade. Um paradigma do urbanismo português. Lisboa: Livros Horizonte, p. 159.

Fig. 6, 14

<http://www.dapfoto.com/>

[consult. setembro 2012]

Fig. 2, 7-10,12, 13, 32, 45, 47,48, 53-84

Elaborado pelo autor, 2013.

Fig. 11

Matos, M. da C. F. e (1973). A vida Rural na Apúlia. Lisboa: Separata Finisterra 15, p. 68.

Fig. 15,16, 46

Fotografia do autor, 2012.

Fig. 17 - 21, 51

Fotografia da iniciativa "Reviver Apúlia" realizada em Agosto de 2008 - Junta de Freguesia da Apúlia.

Fig. 22 - 25

Elaborado pelo autor, 2012 - à partir do X, XII, XIII, XIV Recenseamentos Gerais da População, 1960, 1981, 1991 e 2001, I.N.E.

Fig. 26 - 31

Elaborado pelo autor, 2012 - à partir do CD dos Censos 2001 - XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação.

Fig. 42-44

Extracto da Aerofotomapa do Concelho de Esposende, Câmara Municipal de Esposende, voo de 2008.

Fig. 33

Filipe, T. P. P. (2007). Alfredo Evangelista Viana de Lima em Esposende, 1946-1987. (Prova final de Licenciatura em Arquitectura), Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (F.A.U.P), p. 42.

Fig. 34, 37-40

Divisão de Gestão Urbanística, Câmara Municipal de Esposende.

Fig. 35, 36

Cartografia digital do P.D.M. do Conselho de Esposende, voo 2008.

Fig. 41

Portaria n.º 1182/92 de 22 de Dezembro Diário da República, n.º 294 – I - B Série. (1992).
Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Fig. 49, 50, 52

Ribeiro, M. J. M. (2005). Frente Marítima de Apúlia. (Re) pensar um lugar de memórias. Intervir num espaço esquecido. (Prova Final de Licenciatura em Arquitectura), Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, p. 46.

